



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
TESE DE DOUTORADO

PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESVIRTUAMENTO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A REALIDADE DE TRABALHADORES(AS) DO SUAS NO INTERIOR DO
RIO GRANDE DO NORTE/RN**

NATAL
2024

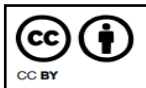
PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESVIRTUAMENTO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A REALIDADE DE TRABALHADORES(AS) DO SUAS NO INTERIOR DO
RIO GRANDE DO NORTE/RN**

Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

NATAL
2024



Esta obra está licenciada com uma licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional. Permite que outros distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho, mesmo comercialmente, desde que creditem a você pela criação original. Link dessa licença: creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Medeiros, Priscilla Brandao de.

Precarização do trabalho e desvirtuamento da Assistência social: a realidade de trabalhadores(as) do SUAS no interior do Rio Grande do norte/RN / Priscilla Brandao de Medeiros. - Natal, 2024. 252f.: il.

Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

1. Assistência social - Tese. 2. Precarização do trabalho - Tese. 3. Adoecimentos - Tese. 4. Trabalho reprodutivo - Tese. I. Wellen, Henrique André Ramos. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 364-43:331.48

PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESVIRTUAMENTO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A REALIDADE DE TRABALHADORES(AS) DO SUAS NO INTERIOR DO
RIO GRANDE DO NORTE/RN**

Tese apresentada ao Programa de Pós
graduação em Serviço Social, da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial à obtenção do título de
Doutora em Serviço Social.

Aprovada em: 27 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen
Orientador
UFRN

Prof(a). Dr(a). Janaynna de Moura Ferraz
Membro interno
UFRN

Prof(a). Dr(a). Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros
Membro interno
UFRN

Prof(a). Dr(a). Mirla Cisne Álvaro
Membro externo
UERN

Prof(a). Dr(a). Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Membro externo
UEPB

Dedico esse trabalho a todas as mulheres mães que ousam ocupar os espaços da academia e que constroem seus cotidianos na direção da luta revolucionária contra o capitalismo, patriarcado, racismo e todas as formas opressão.

Dedico à Maitê, Pedro e Clara, por serem os “pontos de luz” da minha caminhada.

Dedico à cada trabalhadora e trabalhador que compõe as equipes da Política de Assistência Social da região do Seridó Potiguar. Sem a solidariedade de vocês esse trabalho não se concretizaria.

AGRADECIMENTOS

“Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui. Percorri milhas e milhas antes de dormir...” (Cidade Negra)¹.

Confesso que essa é uma das partes que considero mais difícil de ser escrita. Foram mais de 04 (quatro) anos convivendo com tanta gente que apoiou esse sonho (sim, era um sonho!), tantas dificuldades, tantas superações, tantos momentos que foi visto como impossível. São inúmeros os sentimentos que agregam as linhas que embasam esses votos de gratidão.

Começo o “leque de agradecimentos” referenciando o Deus que sustenta minha força espiritual. Distante de qualquer enquadramento dogmático, foi nele que encontrei o alicerce para acreditar que havia um horizonte de conquistas ao término da árdua jornada de elaboração dessa tese.

Ao meu pai e minha mãe, minha GRATIDÃO pelo dom da vida e por ter guiado meu caminho formativo que, mesmo diante das amarras históricas de um tempo limitado de incentivos educacionais, principalmente pela trajetória sazonal pelas cidades do interior da região do Seridó do Rio Grande do Norte, não ousaram em insistir em oferecer caminhos que coadunaram com um alicerce humanizado e com vistas ao acesso à educação.

Ao meu raio de luz: **MAITÊ!** Meu amorzinho, mamãe, diante de tanto amor que sente por ti, foi capaz de superar todas as adversidades e hoje estar aqui na culminância de um sonho coletivo, pois nada disso foi construído sozinha. Você foi o verdadeiro sentido de adensar minhas lutas por um mundo antirracista, anticapitalista, anticapacitista, transfeminista, abolicionista. Quero seguir de mãos dadas com você lutando e guiando uma vida longe todas as formas de opressões e explorações. Depois da sua chegada, eu jamais estarei sozinha. Mamãe ama você mais que tudo nesse mundo.

Às minhas tias, “Lalala e Nanã”, por todo suporte e apoio afetivo, material, espiritual, especialmente com Maitê. A vocês todo meu reconhecimento e agradecimento por terem me acolhido e acreditado que esse projeto de vida, militância e crescimento profissional seria possível. Confesso que sem vocês não conseguiria ter concluído esse processo.

À minha irmã, Patrícia Brandão, por todo acolhimento, suporte emocional, pela paciência em saber encontrar as palavras mais cirúrgicas, pela diferenciação que nos faz tão

¹ O trecho que abre os agradecimentos desse trabalho de conclusão de doutorado foi extraído da canção “Estrada”, de autoria de Toni Garrido, Bino, Lazão e Da Ghama (1998).

semelhantes, pelo abarcar das demandas de Maitê quando eu precisei me dedicar aos estudos da tese. De modo especial, por ter colocado no mundo meu sobrinho Pedro e minha sobrinha (pontinho de luz na finalização desse processo) Clara, que me apresentaram, junto com Maitê, o amor mais genuíno que eu já conheci.

Aos meus entes das Família Brandão e Medeiros, pelo apoio direto e indireto, pela admiração que exalam sentir do projeto que escolhi traçar na minha vida, pela partilha e elo de amores.

Às amigas e companheiras de luta, Ozeane Albuquerque, Raphaela Oliveira e Keila Nascimento, pelas partilhas teóricas, pelos desabafos políticos, pelas organizações de eventos, das mobilizações de ruas, pelas risadas, pelos artigos aprovados e publicados, pela força em construir um projeto coletivo na região do Seridó, pelas cervejas compartilhadas. Obrigada pelo apoio.

Às companheiras do grupo de estudos da Teoria da Reprodução Social (TRS) – Labor Doméstico” – da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo apoio teórico das análises críticas acerca do Trabalho Reprodutivo e sua apropriação pelo capitalismo. E, ainda, pelo fortalecimento dos vínculos afetivos que construímos nesse caminhar, uma vez que compartilhamos nossos desafios do maternar, das imposições cisheteronormativas, das bandeiras de lutas, dos dilemas das formações cartesianas; mas antes de tudo, do aconchego e da rede de apoio, dos projetos que minam horizontes e do desejo de transformação social.

À turma da “Casa Morais” (Virgínia, Mércia, Thales e Sheyla). Obrigada pelos momentos leves, pelo impulso e incentivo que sempre me deram, pela confiança e amizade construída nesses quase 20 (vinte) anos de irmandade afetiva.

Ao meu professor e orientador, Henrique Wellen, por toda atenção, compreensão, correções com salpiques de ironia marxiana, pelo tom sério combinado de leveza, pela seriedade com que desempenha à docência. Ratifico a admiração que sinto pela forma horizontalizada, generosa e sem superposição de ego. Você é uma das pessoas mais inteligentes que conheci nesse mundo da pesquisa. Obrigada pela confiança e pela paciência na construção dessa pesquisa. Obrigada por reconhecer os meus limites, por respeitar minha realidade, por aceitar orientar e guiar esse processo até aqui. Agradeço todos os ensinamentos compartilhados, inclusive os irônicos.

Às companheiras de estudo *d’O Capital*: Oziléia, Mayéwe, Fabiana Mota, Fabiana, Letícia, Larissa e Inaê, pelas partilhas, angustias e desesperos na construção do conhecimento crítico dessa obra de tamanha magnitude no saber da Economia Política. Foi mais ameno participar desses encontros ao lado de vocês.

À minha turma de doutorado, que foi formada por: Nilmar, Sâmya e José. A pandemia não possibilitou que nossos encontros fossem otimizados pessoalmente, pois foram interrompidos e, portanto, possibilitados, essencialmente, pela via remota. Mas isso não impediu o despertar de afetos, companheirismos, laços de solidariedade, apreços e estimas. Feliz por ter caminhado com vocês. Gratidão!

A todas as docentes que formam o Programa de Pós graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN), sou grata pelos ensinamentos, pela energização do caminhar rumo a uma nova ordem societária, pela contribuição teórica, política, social, militante e revolucionária valiosíssimas para a minha consolidação como ser humano e profissional. Gratidão por as experiências vividas, pela resistência à essa sociabilidade, por defender tão arduamente o projeto ético político do Serviço Social.

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa – GEPTED/QTEMOSS pelos aprendizados, pelas experiências científicas, pela caminhada em defesa da pesquisa crítica. Que a resistência que nos movimenta seja sempre reavivada.

Ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS RN – 14ª Região, pelos momentos compartilhados e construídos junto às(os) assistentes sociais do Seridó (de modo particular), pela defesa dos princípios do Código de Ética. Como ainda, pela confiança, em mim depositada, para ser elo da comunicação entre a região do Seridó com a sede.

À CAPES, pelo incentivo financeiro ofertado e concretizado através da bolsa (demanda social), que me possibilitou uma maior dedicação aos estudos e construção da pesquisa. Ratifico a importância do apoio das bolsas de pós-graduação para solidificação do campo científico no nosso país.

À professora Mirla Cisne, por quem tenho enorme gratidão pelo despertar do que hoje me tornei como profissional, feminista, mulher, mãe, pesquisadora. Reforço a admiração que carrego por ti, e como tenho em você o espelho de uma assistente social comprometida com às lutas que defendo e partilho para um mundo que acredito que devemos lutar. Obrigada pela generosidade, pela humildade, pelo carinho e aceitação de ter estado presente nos momentos da minha trajetória acadêmica-profissional. Ter sido sua orientanda, sua aluna e bolsista de iniciação científica foram, sem dúvidas, o principal alicerce para hoje estar aqui. Muito obrigada!!

À professora Moema Serpa, pela convivência e partilha desde o período do mestrado no PPGSS/UEPB. Assim como foi há 09 (nove) anos na composição da minha banca de dissertação, agora, na conclusão do doutorado, estimo sua participação, pois credito em ti uma

admiração pela direção com que assume a construção crítica. Minha eterna admiração. Obrigada!

À professora Taise Negreiros, ou simplesmente “Tatá”. Nosso elo iniciou-se num pretérito em que nosso compromisso com o CRESS RN nos uniu na gestão (2014-2017). Desde então que já admirava a serenidade, a tranquilidade e a capacidade crítica que possui. Estou muito feliz em tê-la nesse lugar de docente avaliando e fazendo suas considerações sobre esse estudo. Grata!

À professora Edla, pelo afeto tão genuíno, pela responsabilidade com que guia o exercício da pesquisa, por ter cruzado “os Rios” e estado aqui contribuindo com a edificação do projeto que o Serviço Social ouça lutar. Gratidão!

À professora Jannayna Ferraz, por quem construí empatia, estima e respeito pela construção dos seus estudos. A conheci através do curso promovido pela “Rede Trama” em 2020. Lhe agradeço por ter aceitado compartilhar suas observações acerca dessa pesquisa, além da disponibilidade em participar desse momento.

A todas as pessoas que foram fundamentais nessa caminhada: Taline, Camila, Henning (pela paciência, pela soma de amor, pelo cuidado), Simone, Cristiano, Ítalo, Aninha, Rose, “meus/minhas” orientandos(as) dos Programas de Residências da EMCM/UFRN, Lívia, Aryadne, Karina. Nem de longe essa lista se esgota aqui, mas que fique registrado o meu mais sincero e afetuoso agradecimento a cada um(a) que fez parte desse alicerce.

À cada trabalhadora e trabalhador que atuavam (e atuam) na Política de Assistência Social da região do Seridó Ocidental Potiguar por terem aceitado, de prontidão, a participação na coleta da pesquisa empírica. Como ainda, pela partilha dos anseios e desafios que são postos no cenário de prática, de modo a vislumbrarmos um horizonte coletivo de lutas. Avante!

Por fim, a todas os(as) funcionários, bolsistas e docentes que integram o DESSO e o PPGSS. Minha gratidão pela dedicação e compromisso ético.

“Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o *previlégio* de *gosar descanso*. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte (...)”

Carolina de Jesus (*Quarto de Despejo*).

RESUMO

Esta tese objetivou analisar como a *precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo se configura na Política de Assistência Social brasileira*. Nesse sentido, buscamos compreender os principais impactos nas *condições e relações de trabalho* de quem atua na referida política social na região do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte (RN). Algumas temáticas foram destacadas para essa análise, tais como: as mutações do mundo do trabalho, os vínculos contratuais, a divisão sociosexual e racial do trabalho, e os rebatimentos da precarização do trabalho face ao cenário de crise sanitária, instalada com a Covid-19. Metodologicamente, as análises construídas nesse estudo foram pautadas na investigação das determinações concretas do objetivo, através de *pesquisas de campo, documental e bibliográfica*. Três variáveis foram centrais para o desvelamento do fenômeno estudado: *os agrupamentos por municípios da referida região, as categorias profissionais de nível superior (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia) e a diferenciação de vínculos contratuais de trabalho no SUAS*. Como resultado central, foi possível identificar que a intensificação da precarização do trabalho (que incide, por exemplo, na fragilidade dos vínculos contratuais de trabalho) desencadeou, na particularidade do Seridó Norte-rio-grandense, o que denominamos de desvirtuamento da Assistência Social. Diante disso, foi possível identificar o aguçamento dos adoecimentos (estresse, ansiedade), fruto das condições e relações de trabalho que essas(es) profissionais estão inseridas(os) no SUAS na região do Seridó Potiguar; como ainda, a insatisfação com a realização das atividades e, conseqüentemente, a ausência de condições para exercê-las; a falta de estrutura que permita o sigilo profissional; a (sobre) sobrecarga de trabalho das trabalhadoras do SUAS para com o atendimento do trabalho reprodutivo não remunerado. Por fim, concluímos que os (as) trabalhadoras que atuam nos vínculos contratuais de trabalho, na modalidade comissionada, são os(as) que vivenciam os cenários de maior intensificação da precarização do trabalho, salientando que essa parcela de trabalhadores(as) é composta, majoritariamente, por assistentes sociais.

Palavras-chave: Assistência Social; Precarização do Trabalho; Adoecimentos; Trabalho Reprodutivo.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze how the precariousness of work in contemporary capitalism is configured in the Brazilian Social Assistance Policy. In this sense, we seek to understand the main impacts on the working conditions and relations of those who work in this social policy in the Western Seridó region of Rio Grande do Norte (RN). Some themes were highlighted for this analysis, such as: the mutations in the world of work, contractual relationships, the sociosexual and racial division of labor, and the repercussions of the precariousness of work in the face of the health crisis, installed with Covid-19. Methodologically, the analyses constructed in this study were based on the investigation of the concrete determinations of the objective, through field, documentary and bibliographic research. Three variables were central to the unveiling of the phenomenon studied: the groupings by municipalities in the referred region, the professional categories of higher education (Social Work, Psychology and Pedagogy) and the differentiation of contractual employment relationships in the SUAS. As a central result, it was possible to identify that the intensification of the precariousness of work (which affects, for example, the fragility of contractual employment relationships) triggered, in the particularity of the Seridó Norte-rio-grandense, what we call the distortion of Social Assistance. In view of this, it was possible to identify the sharpening of illnesses (stress, anxiety), as a result of the working conditions and relationships that these professionals are inserted in the SUAS in the Seridó Potiguar region; as well as dissatisfaction with the performance of the activities and, consequently, the absence of conditions to perform them; the lack of structure that allows professional secrecy; the (over) work overload of SUAS workers in relation to the care of unpaid reproductive work. Finally, we conclude that the workers who work in the contractual employment relationships, in the commissioned modality, are the ones who experience the scenarios of greater intensification of the precariousness of work, emphasizing that this portion of workers is mostly composed of social workers.

Keywords: Social Assistance; Precariousness of Work; Illnesses; Reproductive Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Formação Profissional dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS – Seridó Ocidental do RN.....	90
Gráfico 2 –	Tempo de atuação dos(as) trabalhadores(as) no SUAS	92
Gráfico 3 –	Escolaridade dos (as) trabalhadores (as) do SUAS	94
Gráfico 4 –	Identificação do Gênero dos (as) Trabalhadores(as) do SUAS	95
Gráfico 5 –	Reconhecimento de Raça dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS	96
Gráfico 6 –	Idade dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS	98
Gráfico 7 –	Estado Civil dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS	99
Gráfico 8 –	Cofinanciamento Federal do SUAS (2016-2019)	104
Gráfico 9 –	Relação dos recursos extraordinários e ordinários	106
Gráfico 10 –	Análise da LOA (2012/2020)	107
Gráfico 11 –	Cumprimento de carga horária	111
Gráfico 12 –	Cumprimento da carga horária – CadSUAS	112
Gráfico 13 –	Total de Vínculos Contratuais de Trabalho SUAS Seridó/RN	115
Gráfico 14 –	Rendimento Mensal dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS	116
Gráfico 15 –	Trabalho, Demanda e Pandemia	147
Gráfico 16 –	Realização do trabalho no período pandêmico – SUAS	157
Gráfico 17 –	Uso de aplicativos como ferramenta de comunicação no SUAS	160
Gráfico 18 –	Tipo de Vínculo Contratual de Trabalho no SUAS	162
Gráfico 19 –	Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município (Assistentes Sociais)	164
Gráfico 20 –	Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município (Psicólogas(os))	164
Gráfico 21 –	Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município (Pedagogas)	165
Gráfico 22 –	Acesso aos Direitos Previdenciários	168
Gráfico 23 –	Acesso aos Direitos Trabalhistas	169
Gráfico 24 –	Compensação de carga horária	171
Gráfico 25 –	Participação em entidade representativa da categoria	174
Gráfico 26 –	Carga horária de trabalho em atividade remunerada	183
Gráfico 27 –	Filhos(as) e Enteados(as)	187

Gráfico 28 –	Responsabilização com os cuidados dos(as) filhos(as)	189
Gráfico 29 –	Responsabilização com o trabalho doméstico	193
Gráfico 30 –	Contribuição financeira para estruturação do orçamento familiar	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Etapas das análises dos dados da pesquisa empírica.....	46
Tabela 2 –	Princípios de Taylor sobre o Processo de Produção	59
Tabela 3 –	Categorias e Subcategorias	87
Tabela 4 –	Distribuição das profissões que atuam no SUAS – Censo SUAS 2022 ...	90
Tabela 5 –	Destinação Orçamentária para Assistência Social (2012/2020)	106
Tabela 6 –	Incremento de recursos pela pandemia.....	107
Tabela 7 –	Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município	121
Tabela 8 –	Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município	121
Tabela 9 –	Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município	122
Tabela 10 –	Quantitativo de famílias referenciadas por porte dos municípios no SUAS	125
Tabela 11 –	Indicação das Equipes de Referência na Proteção Social Básica do SUAS <i>versus</i> o quantitativo de famílias referenciadas	127
Tabela 12 –	Transtornos mentais e comportamentais – Portaria nº 1.999/2023	131
Tabela 13 –	Realidade Nacional dos Vínculos Contratuais de Trabalho de Trabalhadoras(es) que atuam nos CRAS/SUAS	163

LISTA DE SIGLAS

ACD - Auditoria Cidadã da Dívida
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BC – Banco Central
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS – Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CE – Ceará
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFM – Conselho Federal de Medicina
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CID – Classificação Internacional de Doenças
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
CRP – Conselho Regional de Psicologia
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CGU - Controladoria Geral da União
DISOC - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Ead – Ensino a Distância
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
FNTSUAS - Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS

ID SUAS - Indicador de Desenvolvimento
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK – Juscelino
LBA - Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MPC - Modo de Produção Capitalista
MDS – Ministério de Desenvolvimento, Família e Assistência Social
MPT - Ministério Público do Trabalho
MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
NRF - Novo Regime Fiscal
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
PB - Paraíba
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB - Proteção Social Básica
Política Nacional de Educação Permanente – PNEP
PT – Partido dos Trabalhadores
PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salário
PSE - Proteção Social Especial
PPGSS - Programa de pós-graduação em Serviço Social
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PIB – Produto Interno Bruto
RN – Rio Grande do Norte
RENEP - Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente
RMA – Registro Mensal de Atendimentos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SINPAS - Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SAM - Serviço de Assistência aos Menores
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

TMRT - Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PARA APROXIMAÇÃO E APREENSÃO DO OBJETO.....	34
2.1 Sobre a pesquisa e o método	34
2.2. Campo de pesquisa.....	36
2.3. Participantes da pesquisa.....	39
2.4 Procedimentos de aproximação com o universo da pesquisa.....	40
2.5 Instrumentos de coleta dos dados.....	41
2.6 Procedimentos para coleta dos dados.....	43
2.7 Procedimentos de análise dos dados.....	45
2.8 Considerações éticas.....	47
3 TRABALHO E NEOLIBERALISMO: CONCEITUAÇÃO E ANÁLISES ACERCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	49
3.1 Trabalho, força e jornada de trabalho e salário: preâmbulo marxiano.....	49
3.2 Considerações sobre o capitalismo moderno e o neoliberalismo.....	56
3.3 Traços da organização político-econômica do Brasil e os impactos neoliberais na funcionalidade das políticas sociais.....	76
4 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO E A INCIDÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO: REFLEXOS NO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE – RN.....	86
4.1 Quem somos? o perfil dos (as) trabalhadores (as) de nível superior que atuam na região do Seridó ocidental do Rio Grande do norte/RN.....	89
4.2 Condições de trabalho e adoecimentos: aspectos da realidade histórica contemporânea de quem atua no suas na região do Seridó ocidental Norte-rio-grandense.....	101
4.2.1 O mundo do trabalho e as particularidades regionais: o Brasil dos anos 2000 e os reflexos na realidade laboral dos (as) profissionais do SUAS na região do Seridó.....	101
4.2.2 Marcas (in) visibilizadas: os adoecimentos fruto das condições laborais do solo de quem atua na assistência social no Seridó ocidental do RN.....	130
4.3 “Isolamento e distanciamento social para quem?": o trabalho social no suas em tempos de pandemia de covid-19.....	145

4.4 A heterogeneidade contratual dos trabalhadores do suas do Seridó do RN: uma análise a partir da diferenciação de vínculos trabalhistas.....	161
5 TRABALHO REPRODUTIVO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO.....	178
5.1 As marcas da divisão sociosexual e racial do trabalho no cotidiano das(os) trabalhadoras(es) do suas no Seridó Potiguar.....	179
5.2 Trabalho reprodutivo e generificação dos cuidados: imbricação dialética.....	192
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	227
APÊNDICES A – TCLE.....	240
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semi estruturada.....	243
APÊNDICE C – Questionário do <i>Google Forms</i>.....	247

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como centralidade o estudo acerca das determinações em torno da *Precarização do Trabalho em tempos de capitalismo contemporâneo e como isso se configura na Política de Assistência Social brasileira*. Buscamos, a partir disso, compreender os principais impactos nas *condições e relações de trabalho* de quem atua na referida política social, sendo a região do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte (RN) o nosso terreno da pesquisa empírica.

Além disso, tal justificativa se sustenta, primeiramente, pelas observações empíricas em que a pesquisadora, a qual se volta a uma relação de sujeito e objeto, realizou em sua vivência da prática profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em municípios da região supracitada – com uma experiência de 15 (quinze) anos atuando na política de Assistência Social -.

Ademais, pelo agravamento da precarização do trabalho sofrido por essas(es) profissionais na referida região – conforme está exposto nos resultados e análises dessa tese – a partir das observações do Censo SUAS e CadSUAS², o que faz perceber a relação direta com o contexto macroestrutural, quando identificamos o nicho de precariedade que assola os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as)³.

Diante disso, as motivações para o desenvolvimento da investigação sobre as particularidades do processo de trabalho no SUAS, para além dos aspectos apresentados acima, foram: **a)** o aumento da demanda de trabalho que assolava os serviços socioassistenciais, apontando características multifacetadas e, diante disso, as dificuldades de vê-las atendidas, uma vez que as condições de trabalho se mostravam fragilizadas; **b)** a alta rotatividade profissional, tanto no pedido de exonerações, como a sustentação dos recursos humanos no SUAS, na região do Seridó Potiguar, se constituir essencialmente através de processos seletivos. Realidade essa que finda contrariando as orientações jurídico-normativas, uma vez que coloca a prioridade das equipes do SUAS serem compostas por profissionais estatutários; **c)** as fragilidades de infraestrutura das sedes de funcionamento dos serviços do SUAS, as condições para exequibilidade das atividades cotidianas de trabalho (transporte para realização

² De 2016 a 2018 a pesquisadora responsável pela elaboração desse estudo, atuou como coordenadora e, posteriormente, técnica da Vigilância Socioassistencial do município de Caicó/RN. A aproximação com o mapeamento das condições e relações dos serviços e benefícios do SUAS, assim como os estudos dos Registros Mensais de Atendimentos dos CRAS e CREAS, despertou para o objeto de estudo aqui investigado.

³ Com o propósito de ratificar nossa argumentação, parafraseamos Braga (2017, p. 169) quando, ao analisar a realidade da terceirização como alternativa latente para os trabalhadores brasileiros, apresenta que: “[...] em média, os trabalhadores terceirizados no Brasil recebem 24,7% a menos por uma jornada semanal 7,5 horas mais longa, submetendo-se a uma taxa de rotatividade 53,5% superior aos trabalhadores diretamente contratados.

das visitas domiciliares e institucionais, impressoras, ar condicionado, armário para resguardo dos prontuários dos usuários, dentre outros); por último, **d**) a fragmentação política dos (as) trabalhadores (as) que atuam na assistência social na região destacada, o aligeiramento da prática profissional, a descontinuidade e a não efetivação da Política Nacional de Educação Permanente no SUAS.

Diante disso, tomamos como partida para o desenvolvimento desse estudo, como adensamento teórico-conceitual, que a política de assistência social se consolidou historicamente numa contradição que se dá entre o acesso as necessidades sociais mediadas pela lógica da caridade e a garantia via o acesso aos direitos sociais. Sustentamos tal argumentação no que Behring e Boschetti (2008, p. 144) mostra como sendo “*a difícil travessia do deserto da assistência social* para se elevar à condição de política pública de seguridade, na perspectiva de superar suas características de território do clientelismo, do aleatório e do improvisado”.

Paralelo a isso, Sitcovsky (2010, p. 157) aponta a crítica quanto “a expansão da assistência social no Brasil ocorreu concomitantemente à ampliação do mercado como mediação para atendimento às necessidades sociais”. Ou seja, ratificando a afirmação analítica acima, o Estado, através dos serviços e benefícios socioassistenciais, irá prestar um atendimento mínimo, vale destacar, da população que não consegue alçar o seu alcance pela via da inserção no mercado de trabalho.

Nesse interim, é importante destacar que, historicamente, segundo Margarites (2020), a assistência social desempenhou, no Brasil, suas primeiras ações voltadas para o mundo do trabalho, o que se deu através de uma nítida aproximação junto à previdência social. As raízes intervencionistas com destinação para as pessoas em situação de carências sociais, designados como *desamparados e necessitados*, tinha como propósito a garantia do bem estar dos trabalhadores. O propósito era promover o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento das necessidades daqueles que moviam a engrenagem das relações de trabalho no capitalismo.

Dessa forma, a proteção social se caracterizava a partir de uma cobertura restrita e pontual para aqueles que, inseridos no mundo do trabalho, necessitavam de auxílios para manter-se e, logo, retornar às suas funções. Será, então, somente nos marcos da transição do século XX para o século XXI que a Assistência Social, enquanto política pública estatal se consolidará e ganhará força normativa, devido o reconhecimento de política de Seguridade Social. Deixará de ser prestada, exclusivamente, por vias assistencialistas, uma vez que é criada uma estrutura de serviços e programas institucionalizados.

Isso se dá através da consolidação da nova Constituição Federal brasileira (1988), a qual inaugura no ordenamento jurídico-normativo do país a responsabilização estatal para as vias garantidoras da Proteção Social como requisito norteador das políticas de Seguridade Social (saúde, assistência social e previdência social). Com particularidades e especificidades, o desenho das políticas sociais assumiu, a partir dessa época, uma direção que exigia uma atenção aos aspectos orçamentários, organizativos (de cunho legalista), dentre outros.

No entanto, a década de 1990, no Brasil, é marcada pela adesão do neoliberalismo, o qual norteia que a implementação das políticas sociais seja guiada através do que Behring e Boschetti (2008, p. 155) chamaram de “*trinômio: privatização, focalização/seletividade e descentralização*”. É sob esse solo arenoso que a assistência social vivenciará os contornos de sua normatização.

Ainda sob os ares da referida década, temos o primeiro ato normativo que regula a referida política, através da criação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), a qual visa o atendimento aos mínimos sociais mediante a garantia de atendimento às necessidades básicas através de ações integradas entre o Estado e sociedade.

Datada de 1993, a LOAS efetiva e ratifica, sob as bases legalistas, o reconhecimento da Assistência Social como política pública de direito do(a) cidadão(ã) e dever do Estado, o que traz como fomento analítico a importância de pensar as direções concretas para cimentar as prerrogativas apresentadas na referida lei.

Portanto, em 2004, 11 (onze) anos após a elaboração da LOAS, é que a Assistência Social brasileira passa a ter a política regulamentada via a composição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Sobre isso, Sitcovsky (2010, p. 161) resume criticamente o que significou esse percurso histórico que mescla entre conquista e desafio a partir da consolidação da PNAS em 2004:

A contrapelo do que se divulga com a nova Política Nacional de Assistência Social – que alardeia estabelecer novas bases para relação entre o Estado e ‘sociedade civil’ – que há, na realidade, é um avanço na tentativa de organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privado, com o intuito de evitar a sobreposição de ações e o desperdício de recursos, sob o argumento da eficiência e da eficácia. Destarte, a ação privada subvencionada no âmbito da assistência, cujas origens remontam à Era Vargas, [...] mostra com nitidez como o novo repõe o velho.

No entanto, as lacunas ainda eram visíveis, dado caráter ainda prematuro, pois é considerada tardia a iniciativa de organização da Assistência Social, uma vez que são quase vinte anos que separa a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) da Constituinte em

1988, e ainda, por saber que essa normatização se deu em pleno apogeu do neoliberalismo no Brasil. Ou seja, agora a Assistência Social se arrolou numa contradição entre ser uma política de acesso aos direitos, ao passo que Schons (2015) vai definir como uma iniciativa “marginal e limitada”.

Com isso, fica evidente a construção seletiva e focalizada das políticas sociais no Brasil, principalmente, pós adesão do neoliberalismo. Na Assistência Social, por exemplo, o Programa “Bolsa Família” que, para além da crítica aos critérios e as condicionalidades para acesso e permanência “e contrapartidas pelas defesas de abrir ‘portas de saída’ para os beneficiários” (Neves e Teixeira, 2018, p. 154) – os quais ferem veemente o sentido de compreensão da totalidade concreta -, é voltado para a população em situação de ⁴pobreza⁵.

Mota (2013, p. 135) chama atenção para o fato que “o processo histórico de desenvolvimento da Seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se”. Ou seja, o que se observa é que a Assistência Social se debruça, sob a lógica da ordem burguesa, como uma política voltada para o atendimento de situações extremas e imediatistas.

A renda mínima passa a ser o *slogan* justificativo da busca pela aceitação da miserabilidade, o que finda impactando, de fato, na negação de acesso a direitos. Como via exemplificativa, tem-se a contradição que assola a realidade do senso comum em que as famílias beneficiárias do Programa “Bolsa Família”, “optam” pela ausência do registro na Carteira de Trabalho (quando inseridas em vínculos contratuais formalizados através da CLT), dado o receio da perda do programa de transferência monetária da Assistência Social.

Essa realidade impacta diretamente na lógica, tanto seletista, como acrítica da relação ao acesso aos direitos sociais, pois assume-se uma ideologia de que o acesso a um direito, elimina o acesso a outro. Com isso, a possibilidade do direito como conquista, finda permeado pela subsunção da interpretação da “negação para acessar”.

Assim, o início do séc. XXI torna-se contraditório e desafiador para a consolidação da Assistência Social, uma vez que são notórios o avanço normativo e a organização dos

⁴ A definição per capita é caracterizada como Pobreza 1 (compreende a renda de R\$0,00 real a R\$109,00 reais) e Pobreza 2 (compreendida de R\$ 109,01 reais a R\$ 218,00 reais).

⁵ A caracterização e definição de pessoa e/ou família em situação de pobreza se faz, essencialmente, pelo processo auto declaratório da constituição da renda (individual ou familiar) *versus* a composição da família. De acordo com a Lei nº 14.601 de 2023, em seu capítulo II – do Programa Bolsa Família -, seção II – da Elegibilidade -, art. 5º, inciso 2º, são elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias: cuja renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais)”.

movimentos sociais – com ênfase na ampliação dos estudos científicos voltados para essa área -, porém, em contrapartida, isso se dá em terrenos de apogeu (tardio) da ofensiva neoliberal.

Portanto, partimos do entendimento de algo residual de assistência aos pobres para a dedução fatídica de acesso aos mínimos sociais perante o contexto de neoliberalização das estratégias do Estado Social, rompendo com qualquer possibilidade de compreensão do alcance da cidadania sob a égide capitalista, agora dubiamente consolidada pelo binômio capitalismo/neoliberalismo, o qual extravia as conquistas da década de 1980 e maquia com o que é compreendido como uma cidadania burguesa.

Ao considerar as implicações do capitalismo frente a implementação das políticas sociais, e aqui, de modo particular, a assistência social, Silva e Barbosa (2016, s/n) expõem que:

Além de atuar diretamente do processo de rotação do capital, o Estado também atua na reprodução da força de trabalho, principalmente através da política social, que se por um lado atende necessidades concretas dos trabalhadores, por outro, é importante também para o capital ao garantir qualificação, disciplinamento e controle da força trabalho, além de contribuir para que essa força de trabalho – ocupada e/ou excedente – se insira no mercado de consumo de alguma forma.

A política social no Brasil se mostra como um campo contraditório, como traz Boschetti (2018), uma vez que se caracteriza como conquista das lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais no tocante a responsabilização do Estado às necessidades humanas e sociais; por outro lado, é utilizada pelo Estado burguês, em sua forma Social (como também pontua Boschetti 2018), como estratégia de conformação e *pseudo* atendimento dessas necessidades, as quais são minimamente atendidas e, quando são, é em caráter focalizado e seletivo.

Adiante, no que se refere às consolidações jurídicas-normativas, entendemos que, é somente nos governos Lula, mais especificamente no primeiro mandato, que a Assistência Social ganhará corpo normativo e estruturação via os serviços socioassistenciais, pois, em 2004 é criada e aprovada a *Política Nacional de Assistência Social* (aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, e publicada no DOU em 28/10/2004).

A PNAS agregou formato significativo à referida política, sob alguma medida, uma vez que estabeleceram os níveis de Proteção Social – dividida em Básica e Especial, sendo essa de média e alta complexidade -; as Seguranças - de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar; os serviços socioassistenciais, os

quais são orientados e organizados pela: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Após a elaboração e aprovação da PNAS, foi instituída a normatização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, também orientado pela Norma Operacional Básica – NOB SUAS (2005)⁶, também reconhecida como importante aspecto normativo para estruturação da Assistência Social, uma vez que trouxe as orientações sobre o financiamento da referida política, mas é somente em 2011 que o referido sistema se torna Lei, sendo ainda um desafio sua implementação.

O SUAS está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (Couto (org.), 2017, p. 67).

Em relação a organização, gestão e financiamento da Assistência Social, o aparato jurídico-normativo segue uma lógica legalista primada na Constituição Federal vigente, de modo a ratificar a responsabilização do Estado no cofinanciamento e na descentralização política administrativa.

Na assistência social esse desenho jurídico se constituiu com a elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS) em 2012. Nela está contido a organicidade dos níveis de gestão⁷ e, a partir disso, como procede o gerenciamento do repasse orçamentário entre os entes federativos.

Para além disso, nos debruçamos nas reflexões acerca de como se dá a operacionalização do processo de trabalho na referida política, tomando por base as orientações contidas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB RH – SUAS), com vistas a apreender se as referidas orientações atendem a realidade demandada aos serviços socioassistenciais.

Com isso, é importante compreender os embates no acesso aos direitos sociais, especialmente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), buscando enfatizar os impactos na situação de aguçamento da miserabilidade – a fome como uma das principais consequências - e os embates para acesso aos benefícios eventuais, reconhecidos pela Lei

⁶ A NOB SUAS datada de julho de 2005 foi revogada pela Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

⁷ Quanto à gestão, a partir do texto da PNAS, se enquadra em quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União. No caso da Gestão Municipal, três níveis são possíveis: inicial, básica e plena, que se diferenciam mediante os níveis de atendimento das proteções sociais, especialmente a básica, a partir da necessidade de alocação dos serviços socioassistenciais.

Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/1993, contudo, atualizada pela portaria nº 58, de 15 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, a qual trata da regulamentação, gestão e oferta dos referidos benefícios no contexto de pandemia, dado o processo de burocratização das vias normativas para a garantia desse direito por parte da população necessitada.

Dessa forma, entendemos que a Assistência Social estava (e está) para, objetivamente, apaziguar essa parcela da população tratada pelo Estado e pelo capitalismo como os despossuídos econômica, política e culturalmente, sem valor direto para geração da mais valia, mas necessários para a manutenção do exército de reserva e conservação do desemprego estrutural.

A exigência da polivalência, a pressão pelo aumento da produtividade, a fragilidade nas relações contratuais, à instabilidade no trabalho, às jornadas prolongadas, a responsabilização com o trabalho reprodutivo – principalmente para as mulheres –, finda impactando na precarização do trabalho.

Sobre isso, Raichelles (2018) aponta que a ampliação devastadora do desemprego, aliada a intensificação da precarização do trabalho e da deterioração da qualidade do trabalho e, conseqüentemente, dos salários, geram impactos na materialidade e subjetividade/objetividade individual e coletiva da classe trabalhadora, o que finda por gerar uma fragilização na organização política da referida classe. E isso reflete diretamente no enfraquecimento das organizações políticas das categorias e das articulações junto aos movimentos sociais, consequência ainda da competitividade que finda impactando o cotidiano desses/as trabalhadores/as, dada a dinâmica de inserção/permanência nos postos de trabalho.

A desarticulação da coletividade tem impedido que a classe trabalhadora consiga impor limites à exploração e ao conjunto de mecanismos de opressão subjacentes à qual se encontra submetida e que ameaça sua existência não somente como força de trabalho, mas como ser humano genérico (Praun, 2016, p. 162).

Com as investidas de ataques neoliberais à Seguridade Social brasileira – e aí incluída a Assistência Social – considerados por Viana (2002) como um “**desmonte silencioso**”, pois a garantia orçamentária se mostrou frágil, assim como a efetivação do que havia sido garantida em 1988 e demais especificidades dos fundamentos legais de cada política, foi desafiador romper com as marcas da assistência social como política estatal, dissociada do cunho assistencialista. Fontenele (2016, p. 87) argumenta que a intencionalidade se voltou a uma verdadeira “assistencialização da pobreza [que] parece funcionalmente acomodada à perspectiva liberal – privatizante”.

É diante desse contexto, o qual se aguça pelo cenário mundial pandêmico, em que a crise sanitária assola a crise do capital – essa desde 1970, mas intensificada em 2008 – que o estudo ora proposto pretende dialogar acerca dos impactos na precarização do trabalho daqueles(as) trabalhadores(as) que atuam na referida política social.

O atravessamento do cenário pandêmico em face de uma realidade de crise contemporânea do capital, aguçou veemente o esboço que forja os princípios da Seguridade Social brasileira. De modo particular, a política de Assistência Social assumiu um lugar de *gerenciamento da pobreza* na última década do século XXI, o que foi intensificado com a pandemia Covid 19, impactando numa esteira de retrocessos quando pensamos as conquistas já alcançadas, principalmente no bojo da imagem voltada ao acesso aos direitos sociais.

Dessa forma, a evidenciação do *Desvirtuamento da Assistência Social*, de modo particular, na região do Seridó do RN, expressa veemente a inflexão de um cenário alijado pela precarização do trabalho de quem exerce a prática profissional nos serviços, projetos, programas e benefícios do SUAS.

Portanto, foi perceptível a elevação do nível de intensificação da precarização do trabalho por parte das(os) trabalhadora (es) que atuam no SUAS na região do Seridó, o que se explica, com base no que traz Raichellis (2018), mediante as inflexões do capitalismo contemporâneo, a partir da banalização do(a) servidor(a) público(a), como reflexo da “*mercadorização da instituição pública*”, dada a solidificação do discurso estratégico para impulsionar a subcontratação e as vias de terceirização. Sustentamos, ainda, nossa argumentação, com base nos indicadores do Fonseas (2011, p. 30), que apresenta o contexto de desfinanciamento que a assistência social vivenciou desde do Golpe de 2016. “em 2017 houve um déficit de 21,76%, em 2018 de 37,52%, em 2019 de 29,16%, e, em 2020 de 35,47%, o que tem ocasionado grandes sobrecargas aos municípios e estados que pactuaram com a União sua participação no cofinanciamento das ofertas em âmbito local e regional”.

Desse modo, compreendemos que a discussão, aqui sustentada, corrobora com os estudos sobre as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, alinhando-se à crítica em relação ao processo de minimização dos direitos trabalhistas e previdenciários, e, na mesma direção, a relação entre trabalho *versus* adoecimento.

Segundo Raichelis (2011), esse último aspecto supramencionando, se dá, essencialmente, pelo fato de que a gestão, a fragilização da organização política dos trabalhadores, e as relações e condições ou falta delas para a realização do trabalho, reflete, diretamente, nas condições de saúde física e mental destas (es) trabalhadoras (es).

Portanto, urge refletir sobre os determinantes que assolam os sinais de sofrimento psíquico e o aparecimento (e aguçamento) do estresse como consequência da intensificação decorrentes do cotidiano das instituições e organizações, bem como referências ao esgotamento profissional e a quadros de ansiedade e depressão (Raichelis, 2013).

Nesse interim, analisar e compreender o contexto de trabalho do público aqui descrito, partiu da necessidade de apreender como estes determinantes incidem não apenas no exercício do cenário de prática, mas nas condições de saúde destas (es) profissionais, considerando, por exemplo: as insatisfações provenientes das relações de trabalho, situações de desgaste físico e mental, a redução orçamentária, dentre outros.

Dessa forma, teoricamente, partimos do entendimento que, embora seja um fenômeno multifacetado, as dimensões atuais da precarização do trabalho que inferem no cotidiano de prática das(os) trabalhadoras(es) da Assistência Social guardam relação direta com o estágio atual do capital e com o aguçamento das expressões da questão social contemporâneas. Tais aspectos geram novas reflexões acerca da existência da precarização como fator estruturante na lógica do capitalismo e que reflete diretamente no mundo do trabalho, enquanto esferas produtivas e reprodutivas, nos levando a instigar esse processo investigativo, tendo como elementos centrais o trabalho, **a precarização das condições de trabalho; os adoecimentos, físicos e mentais, provenientes das relações e gestão do trabalho; a diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho na esfera do serviço público municipal; a organização política e a divisão sociosexual e racial do trabalho.**

Dessa forma, entender como se dá a funcionalidade da Política de Assistência Social, como parte constitutiva das relações contraditórias entre Estado e do capitalismo quanto a reprodução da força de trabalho, e os impactos desencadeados no processo de trabalho da classe trabalhadora, é essencial para compreensão do cenário que finca o nosso objeto de estudo.

Percebemos que o debate que coloca a institucionalização da Assistência Social como a perspectiva de alcance de uma cidadania *versus* as condições de trabalho em que estão sujeitos o conjunto de profissionais que movimentam e executam essa política social, nos impulsionou ao desenvolvimento das reflexões contidas nessa tese, pois, a partir dos resultados extraídos de plataformas de indicadores e o cruzamento com o universo da pesquisa empírica, observamos que o SUAS enfrenta um contexto de *desvirtuamento* no tocante as normas operacionais, principalmente, no cenário da pandemia.

Na especificidade do atravessamento da crise sanitária, consolidada com a eclosão do quadro pandêmico global da Covid – 19, foi possível identificar, a partir dos resultados empíricos destacados nesse estudo, a referência da assistência social como uma política de

cunho protetivo, para quem dela necessitar, sendo a urgência da sobrevivência alimentar e de moradia a premissa constitutiva dessa procura, a partir das bases empíricas investigativas na região do Seridó Potiguar.

O reducionismo do SUAS aos benefícios eventuais nessa época foi uma realidade veemente cimentada nos 03 (três) anos (2020, 2021, 2022) de maior incidência das demandas oriundas das consequências da pandemia. Não houve parâmetros normativos para regular e direcionar uma metodologia de concessão para os referidos benefícios, como por exemplo, a temporalidade, a lógica de acesso. Na ausência desse suporte teórico-metodológico, as orientações que guiaram as bases de concessão desses benefícios, se deram baseada em aspectos particularizado e informalizado, tomando o desenho do território e a realidade que era apresentada pelas famílias, mediante a lógica de discussão coletiva das equipes de técnicas de referência dos serviços socioassistenciais.

Além do filtro ainda mais seletivo diante do quadro de aguçamento das necessidades básicas e imediatas de alimentação e moradia, havia um critério "informal" de acesso, os quais se davam sob as vias da designação das decisões das equipes, sem que tivesse sido elaborado algum trâmite jurídico – normativa que desse sustentação ao processo organizativo do trabalho, a partir dos repasses ofertados pela gestão.

Não defendemos aqui uma burocratização das vias de acesso aos direitos sociais, dada, ainda, a peculiaridade do cenário virótico, porém, nossa intencionalidade analítica se volta para as percepções acerca de como as relações de trabalho no SUAS na região do Seridó Potiguar impactaram, direta e indiretamente, num contexto de intensificação da precarização do trabalho.

Assim, consideramos que, falar da questão da materialidade em torno da sobrevivência humana, e sendo a política de assistência social colocada como central no processo de reprodução da força de trabalho, foi algo vital para a sociabilidade capitalista em crise. Entretanto, esse acesso, pautado nos determinantes acima analisados, nos coloca diante da premissa de pensar que o processo de intensificação da precarização do trabalho foi terreno fértil para a *desvirtuação da assistência social no SUAS na região do Seridó*.

Nesse interim, nosso estudo analisou como esse movimento se deu/dá na especificidade da região do Seridó; ainda, como isso implica no cenário da prática das(os) profissionais destacados acima.

A partir do solo investigativo da pesquisa, a qual nos possibilitou desnudar um terreno fecundo de análises pertinentes a realidade dos municípios da região do Seridó Ocidental do

RN⁸ - mas sem esgotar as entrelinhas do real -; percebemos o fenômeno do que caracterizamos como **o desvirtuamento da prática na Assistência Social na região do Seridó Potiguar.**

Portanto, evidenciamos que o *desvirtuamento da assistência social* se consolidou no cenário pandêmico, dado os impactos que julgamos serem fulcrais para apreensão dessa constatação que defendemos que inferiu/inferiu na realidade dos (as) trabalhadores (as) do SUAS na região do Seridó : desfinanciamento do SUAS, crescimento da demanda, o quadro de recursos humanos não acompanhou o cenário, pelo contrário, foi reduzido, o reducionismo da prática ao atendimento imediato e gerenciamento da fome, através da centralidade nos benefícios eventuais, aguçamento da seletividade e focalização, barreira entre atendimento e acompanhamento, fragilidade na gestão de informações.

Desse modo, consideramos que o cenário pandêmico não justificou o desvirtuamento da assistência social, mas cimentou as bases estruturais que assola a assistência social brasileira. Abriu-se às cortinas para o fosso entre o acesso aos direitos *versus* o assistencialismo e o atendimento paliativo.

E, ainda, que o desvirtuamento, por si, não justifica as bases de precarização do trabalho de quem atuam na assistência social no Seridó Norte Riograndense, mas foi (é) elementar para percebermos a intensificação desse processo no cenário contemporâneo.

Além disso, em face de um contexto marcado pelo retrocesso, fragilidade orçamentária, desresponsabilização estatal com o atendimento das necessidades sociais, e a consequente transferência para a sociedade civil, percebemos que o SUAS, de acordo com Mota (2010) assume uma centralidade na Seguridade Social brasileira nessas primeiras décadas do século XXI. Portanto, defendemos que essa centralidade da referida política segue pulsante no cenário contemporâneo, porém, com refrações ainda mais impactantes, como é o caso do desfinanciamento (já apontado aqui).

Esse fenômeno de centralidade da assistência social, tem relação direta com a crise da sociedade salarial, dadas as metamorfoses no mundo do trabalho, parafraseando Antunes (2018) em suas análises sobre o mundo do trabalho, que redirecionam as protoformas do trabalho assalariado e protegido, que, segundo Sitcovsky (2010, p. 153-154) se transformam em “peças de museu”. Sobre isso, Sitcovsky apresenta que:

[...] o trabalho assalariado, para uma parcela significativa da população, deixa de ser gradativamente, o ideário de integração à ordem, e a assistência social, particularmente pelos programas de transferência monetária; como política

⁸ Os municípios que foram alvo do nosso estudo são: Ipueira, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas e Caicó.

compensatória, parece cumprir este papel econômico e político, na medida em que possibilita, ainda que precariamente, o acesso aos bens de consumo.

Compreendemos, então, como sendo o *desvirtuamento*, esse conjunto de prerrogativas que, não aleatoriamente, são estratégias neoliberais em tempos de um capitalismo financeiro. Todo esse enredo, portanto, reverbera diretamente na funcionalidade do Estado, uma vez que pauta a proteção social sob bases seletistas e focalizadas, que, de acordo com Coutinho (1996) age como garantidor da propriedade privada, assegurando a reprodução da divisão da sociedade em classes.

Corroboramos com Lara (2014, p. 414) quando traz que “o mundo do trabalho é o cerne da intervenção dos profissionais das políticas sociais, pois são com trabalhadores, força de trabalho ativas e inativas no processo de produção e reprodução da vida social, que recai a execução das políticas sociais”.

Assim, a pesquisa teve como norte a investigação do processo de trabalho, de modo a particularizar os reflexos sentidos por essas(es) trabalhadoras(es), a partir das relações e condições de trabalho nos espaços sócios ocupacionais governamentais situados na Política de Assistência Social, uma vez que é uma das políticas sociais mais impactada quanto ao orçamento público – como veremos no decorrer das análises posteriormente tratadas -, aliado ao processo de municipalização.

Portanto, com base nessas reflexões, o problema de pesquisa que norteou esse estudo de tese é: **De que forma as(os) trabalhadoras(es) que atuam na Assistência Social da região do Seridó Ocidental Norte Riograndense vivenciam os impactos do processo contemporâneo de precarização do trabalho?**

No intuito de responder nossa questão problema e promover aproximações com a essência do objeto e os solos concretos que o circunda, a pesquisa aponta, como **objetivo geral**: Analisar as determinações no processo de trabalho das/os trabalhadoras/es que atuam na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte e as implicações da precarização do trabalho.

E como **objetivos específicos**, desdobramos: *a)* Relacionar as mutações do mundo do trabalho e seus impactos nas condições e relações de trabalho das/os trabalhadoras/es que atuam na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte; *b)* Analisar os vínculos contratuais de trabalho das/os trabalhadoras/es que atuam na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte; *c)* Analisar a divisão sociossexual e racial do trabalho frente a compreensão crítica do cotidiano das (os) trabalhadoras (es) que atuam na Assistência Social

no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte e, por último; d) Apreender como se dão os rebatimentos da precarização do trabalho face ao cenário de crise sanitária, instalada com a Covid – 19 – na realidade quem atua na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte.

Diante dessas análises e argumentações, apresentamos metodologicamente como a tese está estruturada. A organização da problematização teórico conceitual se deu no intuito de apontar os aspectos que solidificam as análises em torno do objeto em questão, além disso, por primar pelo método que consubstanciou esse estudo. A tese encontra-se estruturada em três capítulos, fora a introdução e a apresentação do percurso metodológico.

No primeiro capítulo, “*Aspectos metodológicos: caminhos para aproximação e apreensão do objeto*”, apresentamos o *percurso metodológico da pesquisa*, e instrumentos detalhando o campo em que a investigação foi realizada – o Seridó Ocidental Potiguar -, o público alvo, as técnicas para coleta dos dados, os procedimentos para análises dos dados empíricos, as considerações éticas. Foi detalhado, ainda, o método que norteou à pesquisa: O materialismo histórico dialético, uma vez que, sendo nosso objeto de estudo fruto das determinações da sociabilidade capitalista, e, também, por buscarmos ir ao encontro da essência que envolve as relações e particularidades do nosso objeto.

O segundo capítulo, intitulado de “*Trabalho e Neoliberalismo: conceituação e análises acerca da precarização do trabalho*” é apresentada a discussão geral acerca da precarização do trabalho e as incidências sobre a reprodução humana e social, partindo do entendimento da categoria Trabalho, a partir do que Marx traz em seus estudos sobre Economia Política, como também, os impactos do Modo de Produção Capitalista para a classe trabalhadora, analisando as crises e os modelos produtivos.

O referido capítulo encontra-se dividido em três subtópicos. *O primeiro*, “*Trabalho, força e jornada de trabalho e salário: preâmbulo marxiano*”, nesse subtópico foi realizado um apanhado teórico-conceitual acerca das categorias dorsais desse trabalho de tese, apreendendo as principais incidências e determinações históricas para pensarmos o desencadeamento da realidade contemporânea.

O segundo, “*Considerações sobre o capitalismo moderno e o neoliberalismo*”, foi tratado acerca da transição entre os modelos de produção Fordista/Taylorista ao Toyotista, considerando as principais evidências macro políticas, econômicas e sociais sobre o mundo do trabalho e a organização política da classe trabalhadora.

Por último, *o terceiro* subitem, intitulado de “*Traços da organização político-econômica do Brasil e os impactos neoliberais na funcionalidade das políticas sociais*”,

buscamos analisar como os aspectos internacionais, principalmente os desdobramentos Europeus e Norte-americanos impactaram na adesão do Neoliberalismo pelos países da América Latina, de modo particular, o Brasil. Com isso, foi analisado os reflexos da implementação neoliberal à brasileira, considerando as peculiaridades da formação sócio-histórica e o quadro de capitalismo dependente.

No terceiro capítulo, a proposta foi realizar uma discussão acerca de como as relações de trabalho no capitalismo, a partir das inflexões neoliberais, impactam no cotidiano dos (as) trabalhadores (as) que atuam na Política de Assistência Social da região do Seridó Potiguar. Intitulado de *“Impactos do neoliberalismo e a incidência sobre as condições de trabalho: reflexos no cotidiano profissional dos (as) trabalhadores (as) do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no interior do Rio Grande do Norte – RN”*, esse capítulo conta com três subitens de discussões.

No primeiro subtópico, intitulamos de *“Quem somos? O perfil dos (as) trabalhadores (as) de nível superior da Política de Assistência Social da região do Seridó ocidental do Rio Grande do Norte/RN”*, apresentamos os resultados que caracterizam quem são essas(es) trabalhadoras(es) que atuam na política de assistência social na região do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte/RN, com vistas a apreender as particularidades de gênero, raça, escolaridade, formação profissional, dentre outros; e entendendo como isso infere diretamente na realidade social, compreendida em sua totalidade.

Quanto ao segundo subtópico, *“Condições de trabalho e Adoecimentos: aspectos da realidade histórica contemporânea de quem atua no SUAS na região do Seridó ocidental Norte-rio-grandense”*, foram analisados os resultados da pesquisa em relação aos principais aspectos identificados a partir das entrevistas realizadas com os (as) trabalhadores (as) que atuam na região indicada no título, como ainda, indicadores publicizados nas plataformas do Governo, como o Censo SUAS, CadSUAS, articulados com os debates de estudiosos(as) que também investigam o solo fértil em torno das políticas sociais brasileiras.

O referido subtópico foi dividido em dois pontos, para uma melhor compreensão metodológica do debate, sendo esses:

- *O mundo do trabalho e as particularidades regionais: o Brasil dos anos 2000 e os reflexos na realidade laboral dos (as) profissionais do SUAS na região do Seridó e;*
- *Marcas (in) visibilizadas: os adoecimentos fruto das condições laborais do solo de quem atua na assistência social no Seridó ocidental do RN.*

No terceiro subtópico, *“Isolamento e distanciamento social para quem?: O trabalho social no SUAS em tempos de pandemia de Covid-19”*, especificamos os desdobramentos

oriundos do cenário de eclosão da crise sanitária proveniente da pandemia de Covid-19 em 2020, uma vez que foi resultado da coleta de dados; e ainda, pela construção desse estudo ter sido atravessado pelo cotidiano que perpassou (e ainda perpassa, por compreendermos que as sequelas pandêmicas, principalmente as sociais, materiais, econômicas e emocionais, não se desfizeram com o decreto de fim do cenário de pandemia anunciado e formalizado pela Organização Mundial de Saúde – OMS) as inflexões do mundo do trabalho, tangenciando no processo de precarização do trabalho, o qual se deu numa carga em que a condição de se manter vivo(a) foi veemente ameaçado, dada a necessidade de trabalhar e o próprio funcionamento das engrenagens que fazem a política pública de assistência social.

Por último, o quarto subtópico, intitulado de “*A heterogeneidade contratual dos(as) trabalhadores(as) do SUAS do Seridó do RN: uma análise a partir da diferenciação de vínculos trabalhistas*”, buscamos analisar as diferenciações dos vínculos contratuais com base nas informações prestadas nas plataformas do CADSUAS e Censo SUAS, com vistas a problematizar como esse aspecto distintivo infere nas condições de trabalho, adoecimentos e precarização. Vale salientar que esse aspecto foi considerado, metodologicamente, como uma das variáveis que consubstanciam esse trabalho de tese.

Além disso, bibliograficamente, utilizamos de: *Maria Ilidiana Diniz*, com a discussão acerca do assédio moral dos espaços laborais; *Giovanni Alves*, para enfatizar o debate acerca das determinações da precarização do trabalho, *Ricardo Antunes*, para entender os desafios enfrentados pela classe trabalhadora no tocante a organização sindical; Como bibliografia, os (as) principais autores (as) referenciados (as) foram: *Ricardo Antunes*, em *Adeus ao Trabalho*; *Giovanni Alves*, com a discussão da *Rebeldia do Precariado e as Dimensões da Precarização do Trabalho*; *Leda Paulani*, através do debate acerca da *servidão financeira e o Estado de emergência financeiro*, com análises voltadas aos governos Petistas; *Márcio Pochmann*, com sua obra sobre *O mito da classe média*; *Tatiana Brettas*, para analisar as implicações do neoliberalismo no orçamento das políticas sociais brasileiras, dentre outros (as).

Por fim, **no quarto capítulo**, foi tratado sobre as implicações advindas da divisão sociosexual e racial do trabalho. Com o título: “*Trabalho reprodutivo e precarização do trabalho: uma análise acerca da divisão sociosexual e racial do trabalho no cotidiano das(os) trabalhadoras (es) do SUAS no Seridó do RN*”, analisamos como o trabalho reprodutivo, especialmente o trabalho doméstico, aguçava o processo de precarização da vida das pessoas alvo da nossa pesquisa empírica. Esse capítulo foi organizado em dois subtópicos.

O primeiro subitem, “*As marcas da divisão sociosexual e racial do trabalho no cotidiano das(os) trabalhadoras(es) do SUAS no Seridó do RN*”, apreendemos como a divisão

sociossexual e racial do trabalho é estratégica ao capital, de modo a considerar como isso infere na condição de vida das(os) trabalhadoras(es) que atuam na assistência social, com vistas a compreender as marcas da Precarização do Trabalho de forma crítica e pautada sob as análises que conjugam a realização do trabalho, remunerado ou não; e como a realização da reprodução da força de trabalho, individual e coletiva, condiciona aspectos que expropriam o tempo de vida dessas(es) trabalhadoras(es). Relacionamos os resultados empíricos desse estudo com outras pesquisas para que possamos ratificar a necessidade política e científica de continuarmos disseminando a investigação sócio-histórica acerca das determinações que impactam cotidianamente na apropriação da vida da classe trabalhadora – e aqui sob o prisma de uma pesquisa que tem como alvo essencialmente as mulheres -.

É válido apontar ainda que, por mais que os resultados da pesquisa empírica não tenham apresentado um indicador de maior predominância racial, julgamos de relevância política firmar essa categoria no cerne do nosso direcionamento teórico-crítico. Para além do Brasil ter uma formação sócio-histórica escravocrata, é pauta central que assumamos um horizonte antirracista no guiar na elaboração desse estudo.

No segundo subitem, intitulado de *“Trabalho reprodutivo e a generificação dos cuidados”*, analisamos as conceituações e implicações que o trabalho reprodutivo, sob as relações capitalistas/patriarcais/racializada, e como isso é tomado como ponto de partida para a manutenção da força de trabalho, de modo que, concomitantemente, intensifica a jornada de trabalho de quem o executa. Partimos da compreensão que esse trabalho se faz pautado pela lógica generificada dos cuidados, a partir da apropriação das construções patriarcais de gênero e raça/etnia, em que, majoritariamente, são as mulheres quem o realiza, dedicando o dispêndio diário de horas de seu tempo de vida para procriação e reprodução social e humana de outrem. E é na célula social da Família que esse desencadeamento reprodutivo se concretiza em sua maior parte, a partir de um trabalho não remunerado e, portanto, (in) visibilizado, o qual é delegado de mulher para mulher, numa cadeia de responsabilização geracional. Portanto, o eixo norteador e central para endossamento crítico-analítico desse subitem se encontra no entendimento de como o trabalho reprodutivo se evidencia no cotidiano das(os) trabalhadoras(es) que atuam no SUAS na região do Seridó Potiguar.

Dito isso, elucidamos que, para a área do conhecimento no Serviço Social, esse estudo apresenta como relevância acadêmica, a proposição da investigação calcada sobre as condições que caracterizam o processo de trabalho de quem atuam na política de Assistência Social, em um contexto de intensificação da precarização do trabalho e da necessidade do fortalecimento da classe trabalhadora, por corroborar com a direção social assumida pelo Serviço Social, a qual

tem em suas lutas a busca por horizonte emancipatório. Ademais, por ser a categoria de assistentes sociais, a que foi mais expressivamente presente na atuação da referida política social nos solos interioranos do Seridó do RN.

De modo particular, ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN), na disseminação da pesquisa marxista e ancorada com os princípios éticos-políticos e teórico-metodológicos defendidos por essa categoria, e por defender, ainda, o caráter coletivo da construção da pesquisa do Nordeste brasileiro, e por permanecer como resistência nesses estudos.

No tocante a relevância social, concordamos que essa tese pode despertar para a manifestação crítica das(os) trabalhadoras(es) acerca das determinações que assolam o mundo do trabalho contemporâneo e suas consequências. Ainda, por compreendermos a importância de continuarmos fortalecendo os estudos voltados à compreensão crítica acerca dos embates sofridos pela classe trabalhadora – especialmente das (os) trabalhadoras (es) da política de Assistência Social.

Portanto, esperamos que as discussões desenvolvidas nesse estudo sirvam de contribuição para as reflexões acerca da precarização do trabalho dessas(es) trabalhadoras(es) que atuam na assistência social, não somente do Seridó do RN, mas de todo o conjunto de profissionais que desafiam-se cotidianamente frente aos embates e possibilidades em um contexto de aguçamento das expressões da questão social, numa conjuntura de retrocessos de muito do que foi conquistado no campo, principalmente, dos direitos sociais.

Objetivamos que possamos avançar nessas análises acerca do nosso objeto de estudo, uma vez que a ideologia neoliberal segue firmemente seu receituário de desqualificação do papel do Estado frente ao atendimento das necessidades sociais. Por mais incipientes que tenham sido as nossas considerações e argumentações, buscando corroborar com uma análise de cunho crítica e dialética. Que a conclusão desse estudo sirva de abertura para tantas outras pesquisas, pois somos conscientes que as investigações em torno desse objeto de estudo, nem de longe, se esgotam aqui.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PARA APROXIMAÇÃO E APREENSÃO DO OBJETO

2.1 SOBRE A PESQUISA E O MÉTODO

As análises construídas a partir do nosso estudo foram pautadas no conhecimento do concreto – pensado, uma vez que consideramos ser fundamental tomar como partida as apreensões do real, pensando e reavaliando as mediações que perpassam o solo histórico.

Tomamos como preceito teórico-metodológico que a pesquisa é o fenômeno no qual fazemos aproximações sucessivas do real, a partir da interlocução entre teoria e os dados coletados empiricamente num esforço constante de reconstruir, em nível de pensamento, aquilo que observamos no movimento concreto da vida cotidiana. Sobre este aspecto Minayo (2012, p. 622) nos informa que:

[...] fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados.

Ou seja, é buscar construir o conhecimento, ancorado na racionalidade crítica e dialética, para que seja possível romper com o plano aparente e imediato – salientando a importância da aparência para o processo de aproximação do real - que envolve o objeto estudado, criando as possibilidades e estratégias que culminem no desvelamento do empírico e, assim, possibilitar o encontro com a essência, a fim de evidenciar a totalidade concreta. É, portanto, ultrapassar “os defeitos da concepção ideológica” como traz Lukács (1967, p. 30) a qual pode ser realizada a partir da elevação do plano imediatista da realidade social.

Assim, os procedimentos metodológicos foram determinados pelo objeto, que demandou os caminhos necessários para desvendá-lo. Seguindo esta orientação, neste tópico demonstraremos os trilhos que seguimos para o alcance das estratégias metodológicas constantes na literatura que trata da investigação sobre o mundo do trabalho, especialmente no que toca a precarização como parte estrutural do capitalismo moderno e neoliberalismo, e como isso reflete no cotidiano **dos (as) trabalhadores (as) da Política de Assistência Social que atuam nos municípios do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte (RN).**

Buscamos direcionamento no método materialista histórico dialético, reconhecendo que no processo de conhecimento da realidade é necessário ir além da “aparência fenomênica, imediata e empírica”, como destaca Netto (2011, p. 22).

Dessa forma, o objeto foi apreendido desde a perspectiva da singularidade, consubstanciando com a dimensão das particularidades que o atravessa, até a mediação entre as respectivas dimensões com o entorno da universalidade. Esse movimento é necessário para a construção do conhecimento, pois, “ao compreender o caráter dialético do conhecimento, o compreendemos ao mesmo tempo como processo histórico” (Lukács, 2015, p.92).

Assim, através do método supramencionado, podemos realizar a aproximação e mediações em torno das determinações concretas do objeto analisado, capturando sua estrutura e dinâmica, em um processo crítico-dialético, sendo este um processo complexo e desafiador.

A totalidade é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (Pontes, 2002, p. 81).

Compreendemos que é necessário ir ao encontro da “coisa em si”, como traz Kosik (1976), numa perspectiva de tentar compreender a realidade⁹ apresentada a partir da sua concreticidade e materialidade, porém, não deixando de compreender que ela é muito mais complexa do que se mostra devido sua dinamicidade.

Dessa forma, o referido estudo caracterizou-se como uma *pesquisa de campo, documental e bibliográfica* com abordagem de cunho quali-quantitativa, partindo do contato direto com a população alvo do estudo, além da necessidade de ter sido levantado dados mais objetivos acerca da realidade do objeto em questão.

No tocante à pesquisa bibliográfica, recorreremos aos estudos marxianos com vista a se aproximar e, conseqüentemente, aprofundar o conhecimento acerca das categorias que Marx, em sua obra madura do O Capital, analisa sob o horizonte da Economia Política.

Sendo nosso estudo calcado no concreto-pensado e na aproximação do real para investigação da aparência para encontro com a essência, direcionamos, antes de efetivar a pesquisa empírica, às leituras das obras escritas por Karl Marx, por defendermos sua valiosa contribuição crítica para compreendermos a sociabilidade burguesa e como o Trabalho assalariado é uma condição própria do capitalismo, o qual se apropria da força de trabalho humana como mercadoria e, sua compra-venda, como estratégia de sobrevivência.

Além dos clássicos marxianos, recorreremos aos principais marxistas que, contemporaneamente, desenvolvem pesquisas, estudos e análises acerca dos rebatimentos da

⁹ “A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento” (Kosik, 1976, p. 35).

intensificação da geração do mais-valor e como isso afeta, direta e indiretamente, o conjunto da classe trabalhadora, compreendendo-a a partir da heterogeneidade que a caracteriza.

Como suporte de bibliografia crítica, utilizamos: *Karl Marx*, especialmente o Livro 1 da obra *O Capital*; *David Harvey*, em sua obra *A condição pós moderna*; *Ricardo Antunes*, através do livro *Adeus ao Trabalho*; *François Chénais*, com sua publicação *A mundialização do Capital*; *Perry Anderson*, através da discussão sobre *O Balanço do Neoliberalismo*; *Ruy Mauro Marini*, com sua obra *Dialética da Dependência*; *Florestan Fernandes*, especialmente com os livros *Mudanças Sociais no Brasil* e *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*; dentre outros autores (as) importantes na discussão acerca das implicações em torno da Precarização do Trabalho face ao neoliberalismo.

Portanto, foi uma pesquisa de natureza social, uma vez que nos interessou desvendar o mundo dos significados através da fala dos (as) trabalhadores (as) que atuam na política de Assistência Social da região Norte Riograndense acima citada.

O objeto aqui problematizado foi compreendido em suas configurações sócio-históricas (Minayo, 2010). Não é um objeto que surge da abstração, mas que demanda o esforço de reconstruí-lo no nível do pensamento para retornar ao universo concreto.

2.2. CAMPO DE PESQUISA

“O Seridó como um mundo, como um texto, como um ninho, um lugar [...]”

(Neta Medeiros)

O campo fecundo da pesquisa em voga é uma região inserida no Nordeste brasileiro. Situada no estado do Rio Grande do Norte, o qual é marcado pelas sequelas das influências partidárias conservadoras caracterizadas pela presença de famílias tradicionais que detêm a soberania nessas representações, a exemplo dos Alves, Faria, Mariz e Rosado. Conhecido por suas belezas naturais e por ser, estrategicamente, localizado geograficamente, o que incidiu nas marcas carregadas historicamente no processo de colonização brasileira.

O Nordeste como “Nordeste”, como “região problema”, sujeita às mais insólitas e contraditórias definições da ideologia das classes dominantes: região castigada pela natureza; perigosa ou exótica? Por sob essas fantasias – reais e brutais, com muita frequência -, persiste a superexploração das classes subalternas nordestinas, no campo e na cidade. Os muitos, inúmeros, severinos e severinas, seja como membros do exército industrial de reserva, todos se acham submetidos ao capital, à acumulação, no próprio Nordeste, no Centro – Sul, no exterior (Ianni, 2019, p. 199).

Apesar dos solos tradicionais, é um estado que se destaca nacionalmente (e até internacionalmente) pelo desbravar, principalmente das mulheres, na luta pelos direitos sociais, civis e políticos. Destacamos Celina Guimarães – professora Mossoroense -, primeira mulher a exercer o voto no Brasil; Nísia Floresta, primeira educadora reconhecidamente feminista no Brasil; Alzira Soriano, que foi a primeira mulher eleita prefeita em um município da América Latina (na cidade de Lajes/RN em 1928); A experiência de Paulo Freire em Angicos, quando alfabetizou 300 adultos em 40 horas.

De modo particular, a pesquisa se deleitou em investigar o objeto desse estudo na **região do Seridó**¹⁰. Uma região marcada sócio-histórico-politicamente pelas imposições coronelistas e pela construção da imagem do Sertanejo e do vaqueiro. Região de desemprego e subemprego aflorado, em que muitas pessoas migram do campo para a cidade em tempos que a seca – fenômeno de convívio na região - assola a vida daqueles (as) que não tem no meio rural as garantias de sua sobrevivência.

Neste espaço da caatinga entrecortado pelo Rio Seridó e seus afluentes, os processos históricos fincaram a estrutura social que modelou a região homônima. Nos primórdios, o nome Sertão prevalecia sobre os demais ao remeter-se à imensidão do interior nordestino, caracterizada pela semiaridez. Com a ocupação e apropriação das terras foram surgindo recortes no espaço sertanejo que passou a comportar vários sertões, dentre os quais o Sertão do Seridó (Morais, 2020, p. 15).

A região do Seridó Norte Rio-grandense localiza-se a cerca de 270 km da capital do estado e os municípios que compõem a referida região são, em sua maioria, de menor porte populacional – com exceção de Caicó/RN. “O Seridó situa-se na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte, sendo espaço constituído historicamente e que hoje se acha dividido em duas microrregiões geográficas: o Seridó Ocidental e o Seridó Oriental, totalizando dezessete municípios” (*idem*), sendo a região Ocidental a que nos interessou como campo de pesquisa. É uma região composta, majoritariamente, por municípios de pequeno porte populacional, o que acaba refletindo numa caracterização político-administrativa com dificuldades de ampliação dos serviços que compõem as redes das políticas sociais, uma vez que, a descentralização das responsabilidades administrativas, impactou no ordenamento orçamentário aos municípios. E isso é sentido na região do Seridó Ocidental, como veremos nas análises apresentadas nos próximos capítulos.

[...] a maioria dos municípios brasileiros que, sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas institucionais de gestão, rotinas técnicas e

¹⁰ “O Seridó transformou o seu patrimônio cultural – objetos, símbolos, crenças e manifestações – em âncora do processo de reavivamento de sua identidade” (Morais, 2020, p. 432).

administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados (Couto, 2017, p. 87).

Economicamente¹¹, o Seridó Potiguar tem como principal fonte de trabalho as facções de confecções (Guararapes e Hering), fábricas de bonés e panos de pratos – especialmente os municípios de Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas -, do artesanato – com destaque para o bordado desenvolvido por mulheres bordadeiras no município de Timbaúba dos Batistas, que é reconhecido nacional e internacionalmente -, o comércio varejista, o serviço público, e trabalhos informais. De acordo com dados da PNAD (2021), o Rio Grande do Norte atinge o índice de 15,5% de aumento da taxa de desemprego no primeiro trimestre do corrente ano, sendo considerado o 5º estado no Brasil com a maior taxa, o que significa maior incidência da precarização do trabalho e demanda para as políticas sociais. De acordo com Moreira e Oliveira (2017, p. 37 – 38).

A renda é um dos indicadores da desigualdade social e da pobreza em um determinando território. No Rio Grande do Norte, segundo o CENSO 2010 do IBGE, 965.313 pessoas não possuem fonte de renda; 1.011.882 dos 3.168.027 habitantes do estado sobrevivem com até R\$ 622,00 mensais. Ao mesmo tempo, 11.752 habitantes possuem rendimentos acima de 20 salários mínimos.

É uma região com forte influência religiosa, principalmente o catolicismo, o que desencadeia análises acerca da forte incidência de uma educação marcada em apontamentos nos dogmatismos cristãos. Moraes (2020, p. 194) apresenta a historicidade dessa influência ao analisar que “dentre os marcos históricos e identitários do Seridó está a forte expressão de religiosidade de seus habitantes, herança desse passado de construção de um espaço que parecia hostil à presença humana e da influência do colonizador”.

O Rio Grande do Norte/RN, e conseqüentemente o Seridó, vivenciam, portanto, um cenário concomitante a realidade nacional quando pensado o contexto que determina as influências de um país colonizado e escravizado. Todavia, com suas particularidades regionais advindas da totalidade aqui, brevemente, descritas.

Por fim, a proposição delimitadora da pesquisa abordou os municípios da região do Seridó Ocidental, dada a identificação da pesquisadora com a referida região, uma vez que é natural da mesma, como ainda, por atuar há 15 (quinze) anos no SUAS em municípios que compõem esse território.

¹¹ “Na tessitura da reinvenção das relações mercantis seridoenses, a marca Seridó/Caicó se instituiu no mercado com grande potencial de credibilidade. Inclusive, se encontra em tramitação no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, o registro do selo de qualidade de nome “Marca Qualidade Seridó”, uma estratégia de patentear a produção regional e inseri-la nos atuais padrões exigidos pelo mercado” (Moraes, 2020, p. 449).

Como forma de destaque, apontamos quais serão os municípios que a pesquisa abrangeu e o quantitativo desses (as) profissionais que atuam nos espaços governamentais ligados a Assistência Social¹², são eles: **Caicó, Jardim de Piranhas, São Fernando, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi, Ipueira e Timbaúba dos Batistas, constituindo-se no nosso primeiro indicador de análise da pesquisa.** O filtro dos referidos municípios não se deu aleatoriamente, mas a partir da delimitação do IBGE quanto a consideração geográfica de quais os municípios que compõe a região supramencionada.

Com isso, elencamos e agrupamos os municípios em grupos, a partir de seu porte população, tomando como direcionamento teórico as orientações do SUAS.

2.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Este estudo foi realizado com os (as) trabalhadores (as) de nível superior que atuam em espaços sócio-ocupacionais governamentais ligados à Política de Assistência Social nos municípios do Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte, haja vista a organização por amostragem estratificada – detalhada posteriormente - e diante da aceitabilidade de tais.

Do coletivo que compõem os profissionais de nível superior, nos delimitamos em investigar, sendo tomada como uma de nossas variáveis de análises, as categorias profissionais: **Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.** Assim, **os tipos de categorias profissionais foram o nosso segundo indicador de investigação da pesquisa.** Isso não se fez indiscriminadamente, pois, a partir da aproximação aos estudos do Censo SUAS e CadSUAS dos últimos anos, e sem desconsiderar a experiência da pesquisadora no detalhamento da referida região, foi possível apreender a predominância dessas três profissões como sendo as mais visíveis na composição dos serviços socioassistenciais na região do Seridó do RN.

Consideramos, ratificar o motivo de serem essas categorias profissionais as que foram alvo da pesquisa. A Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011, que vem fortalecer e detalhar o que tem na Norma Operacional Básica – NOB RH/SUAS (2006), em seu Art. 3º, reconhece como profissionais da Assistência Social as seguintes categorias: assistente social, psicólogo, administrador, contador, economista, economista doméstico, antropólogo, sociólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo.

¹² Os referidos números dos/as profissionais lotadas nos espaços sócio-ocupacionais governamentais da Política de Assistência Social aqui apresentados foram alcançados a partir das informações prestadas no CENSO SUAS 2019, uma vez que o de 2020 ainda não consta nas bases públicas de acesso.

Salientamos que por ser a maioria dos municípios de Porte I, ou seja, com até 20.000 habitantes, significa, como veremos adiante, que a estruturação dos recursos humanos no SUAS se faz com referência majoritária a essas áreas profissionais.

Na fase quantitativa da pesquisa, foi realizado o levantamento dos (as) trabalhadores (as), inicialmente, através das informações publicizadas no CENSO SUAS/ CADSUAS, com base nos últimos dados (2020). Tais informações foram relevantes para que pudéssemos nos aproximar da realidade bruta do universo quantitativo do nosso objeto de estudo.

Mediante o levantamento realizado em busca da identificação e quantitativo dos (as) trabalhadores (as) do SUAS no Seridó, foi observado que na referida região consta, informado na base do CENSO SUAS – CADSUAS e com os resultados da pesquisa através do Questionário aplicado via *Google Forms*, apenas as categorias elencadas acima¹³.

Outro aspecto elencado para o direcionamento da investigação, foi que a pesquisa envolvesse essas categorias nas formas contratuais prevalentes na realidade pesquisada, ou seja, buscamos avaliar os tipos de contratos de trabalho que os (as) profissionais de nível superior das categorias acima destacadas se vinculam ao SUAS: estatutários, seletistas, comissionados. Dessa forma, surgiu nosso **terceiro indicador de análise: diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho.**

Frisando que a justificativa dessa perspectiva metodológica se fez para que pudéssemos ter elementos comparativos para analisar as diferenciações quanto a jornada de trabalho, relações de trabalho, organização de classe e categoria, hierarquizações etc. que findem por impactar no processo (e precarização) do trabalho.

2.4 PROCEDIMENTOS DE APROXIMAÇÃO COM O UNIVERSO DA PESQUISA

No intuito de promover a aproximação junto ao cenário da pesquisa, foram realizadas algumas estratégias que pudessem, numa perspectiva ética, facilitar a construção da comunicação e obtenção das informações.

¹³ No Censo SUAS 2022, foi possível identificar o surgimento de categorias como: Advogadas, Nutricionistas, Administradoras, principalmente em cargos de coordenação, portanto, ocupando funções comissionadas. Optamos por não inserir na variável dos tipos de categorias profissionais, por entender que isso não é hegemônico na composição do quadro de trabalhadores do SUAS, mas consideramos o movimento dialético que esse indicador evidencia, principalmente quando fere as orientações da Resolução CNAS nº 17/2011, pois a nutrição não é, por exemplo, uma área de reconhecimento do SUAS.

O primeiro passo foi a tentativa de contato por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, com vistas a mapear os respectivos locais de trabalho, os contatos (endereços eletrônicos e, quando possível, contato do *WhatsApp*) dos (as) profissionais para realização da aproximação do estudo e buscar corroborar com os dados localizados na base pública destacada.

E por quê? Como as fontes do CENSO e CAD SUAS só são alimentadas um ano após o tempo de exercício equivalente, e ainda pela construção desse estudo ter sido atravessada pelo contexto da pandemia Covid 19, poderíamos não ter as informações fidedignas ao tempo de realização da coleta dos dados, o que significa que não seja uma fonte importante, pelo contrário, serve como base legítima de informações, como ainda, para podermos confrontar os dados obtidos com os encontrados no levantamento realizado a partir das secretarias de Assistência Social.

Assim, enviamos ofícios aos (as) secretários (as) de Assistência Social com o objetivo de informar acerca da realização da pesquisa, por compreender a importância desse processo formal na execução da coleta de dados e, conseqüentemente, buscar às informações já detalhadas acima.

É necessário destacar que a consideramos a autonomia por parte dos (as) profissionais em aceitarem ou não a participação no referido estudo. Destacamos isso para evidenciar que não compete uma espécie de autorização por parte da gestão. Como também, prezamos o respeito à autonomia profissional, que se deu na etapa posteriormente realizada, através do contato direto com os (as) mesmos (as).

No entanto, essa comunicação não teve êxito, pois nenhum (a) secretário (a) nos retornou, o que nos conduziu a consolidação de outras estratégias de contato com o público-alvo. Diante disso, recorremos ao contato informal via aplicativos de comunicação (*WhatsApp*) com aqueles (as) que a pesquisadora já tinha algum elo firmado.

Foi através dessa estratégia que a aproximação se fez, sendo possível a explicação acerca da pesquisa e seus devidos objetivos.

2.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa abrangeram desde o levantamento bibliográfico, questionário através da plataforma virtual *Google Forms*, até entrevistas individuais e/ou coletivas, conduzidas por questionários e roteiro semiestruturados.

Durante toda a pesquisa foi realizado o levantamento de estudos bibliográficos que abordavam as categorias direcionadas para a problematização e desvelamento do objeto de estudo em questão como: precarização do trabalho, diferenciação dos vínculos de trabalho, divisão sociosexual e racial do trabalho, relações patriarcais de gênero, condições de trabalho e adoecimentos, despolitização desfinanciamento da Assistência Social, orçamento público das políticas sociais, dentre outras

O questionário *Google Forms* pretendeu levantar questões que permitiram ir ao encontro aos aspectos supramencionados, como também, traçar o perfil socioeconômico do público pesquisado, trazendo à tona outras problematizações em torno do objeto em estudo. A aplicação desse questionário foi realizada com todos(as) os(as) profissionais que aceitaram responde-lo. Contactamos 52 (cinquenta e dois) profissionais, o que correspondeu a todos os que estavam inseridos no cenário de prática, ou seja, as(os) trabalhadoras(es) que estavam, no momento da coleta, gozando de algum tipo de licença/afastamento e/ou gozo das férias, não foi incluída(o).

Tais questões vão desde a idade, grau de instrução, estado civil, se têm filhos/as ou não, jornada de trabalho na esfera produtiva e reprodutiva, se participa de alguma entidade organizativa da categoria, dentre outras, para assim confrontar os levantamentos teóricos realizados acerca dessa discussão, como ir ao encontro da essência que envolve o cotidiano e historicidade do trabalho dos (as) trabalhadores (as) de nível superior que atuam na Assistência Social.

Foi importante este contato inicial da pesquisadora com o objeto porque pôde permitir levantar dados mais gerais sobre as condições, relações e organização do trabalho que estabelecem em seu cotidiano.

As entrevistas puderam, com o suporte dos dados dos **diários de campo**, possibilitar a compreensão dos meandros da precarização do trabalho a partir da criação de um espaço dialógico com esses (as) trabalhadores (as).

As entrevistas contaram, ainda, com um **roteiro** que permitiu um direcionamento durante o contato com os (as) entrevistados (as), com questões sobre a organização e condições do e no trabalho, a atividade diária, as relações sociais que estabelecem, as possíveis inflexões ideológicas, as hierarquias nas relações de trabalho, as organizações das categorias, dentre outros.

Para a realização das entrevistas foi utilizado uso de aplicativo para gravação de voz, quando houve o consentimento explícito das pessoas entrevistadas, o qual foi formalizado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram transcritas e analisadas juntamente com os dados do diário de campo e os dados quantitativos obtidos à luz da produção teórica condizente com tema e com os achados da pesquisa. Ainda sobre a realização das entrevistas, foram marcados horários com os (as) profissionais, de modo a organizar o momento a partir da conveniência deles (as). A pesquisadora explicitou os objetivos da pesquisa e realizou a leitura do TCLE. Aquelas que concordaram com a participação na entrevista, assinaram o TCLE, cumprindo com o norteamento ético que envolve a realização de uma pesquisa acadêmica, concretizado a partir do sigilo da imagem e identidade das participantes.

Além disso, foi elaborado um cronograma com todas as entrevistas. Elas aconteceram em locais previamente acertado com as participantes da pesquisa e aquelas, que na oportunidade, foram autorizadas a gravação, a mesma foi gravada e, posteriormente, transcritas. Após a realização de cada atividade a pesquisadora redigiu o diário de campo com as informações e dados obtidos. Compreendemos esse instrumento como fundamental de condensação dos dados e de análises futuras.

2.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

Os procedimentos utilizados para a coleta dos dados se deram aparados nos instrumentos destacados no tópico anterior. **A primeira etapa** da coleta de informações se deu através dos levantamentos realizados nas plataformas do Censo SUAS e CADSUAS, gerenciadas pelo Ministério da Cidadania¹⁴.

Ademais, podemos identificar o quantitativo de profissionais por categoria, os tipos de vínculos, por exemplo, como ainda, realizar o levantamento de acordo com cada município. Com a posse desses dados, avançamos para a segunda fase, a qual já teve o contato com os/as trabalhadores/as do SUAS da região foco do estudo. Essa etapa foi desenvolvida para obtenção do material que consubstanciou o Projeto de Qualificação de Tese (em 2021).

Com a respectiva aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética, demos sequência a coleta dos dados empíricos. **A segunda etapa** se deu com a aplicação do questionário da plataforma virtual *Google Forms* com todos/as os (as) trabalhadores (as) de nível superior que estavam atuando na política de Assistência Social dos municípios da região do Seridó Ocidental do estado do RN e que se dispuseram livremente a participar da pesquisa.

¹⁴ Hoje, Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A pesquisadora entrou em contato – por meio de endereços eletrônicos e aplicativos de mensagens¹⁵ - com o total de profissionais identificados mediante o levantamento realizado através do Censo e CADSUAS. Nosso objetivo aqui era alcançar o máximo de trabalhadores (as) de nível superior que estivessem atuando na Assistência Social na região do Seridó do RN.

O total de profissionais que estavam atuando na referida região aptos (as) a responder o questionário supracitado era de 52 (cinquenta e duas) pessoas. Conseguimos contactar 48; os 04 (quatro) não contactados foi devido a não localização das vias de acesso para comunicação (nem *e-mail*, nem contato do *WhatsApp*). **Dos (as) 48 profissionais contactados, 43 responderam ao questionário.** Das 05 pessoas que não responderam, 02 justificaram que não tinha interesse em participar do estudo e 03 não retornaram com nenhuma justificativa.

Após a realização da coleta via questionário “*Google Forms*”, o qual permitiu traçar o perfil dos (as) trabalhadores (as) que estão atuando na região do Seridó do RN, dentre outras informações de relevância para o desenvolvimento da investigação e escrita, partimos para **terceira e última etapa da coleta dos dados: as entrevistas.**

De posse dos dados colhidos na segunda etapa da pesquisa, e feitas as análises dos mesmos, assumimos como estratégia metodológica utilizada para o filtro amostral dos (as) profissionais que participaram da entrevista, a construção de três variáveis, estabelecidas nas seguintes propostas:

1º Indicador – Agrupamentos dos municípios por porte populacional: os grupos foram organizados a partir do porte populacional, tomando como referência a designação feita pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sendo assim, eles foram agrupados da seguinte forma: G1 (São Fernando, Timbaúba dos Batistas e Ipueira), G2 (Jardim de Piranhas, Serra Negra do Norte e São João do Sabugi) e G3 (Caicó¹⁶);

2º Indicador – Categorias Profissionais: no intuito de mensurar os determinantes acerca das condições e relações de trabalho, a proposta foi entrevistar as três categorias profissionais identificadas na etapa 1 e 2 da pesquisa (levantamento CENSO e CAD SUAS e questionário “*Google Forms*”, respectivamente), ou seja, assistentes sociais, psicólogos (as) e pedagogas. Dessa forma, em cada grupo a intenção foi entrevistar as referidas categorias.

¹⁵ Recorremos a essa alternativa como última via de comunicação, uma vez que, em vários casos, não conseguimos os contatos de e-mails profissionais/pessoais dos/as profissionais alvo da pesquisa. Assim, recorremos a essas mensagens via aplicativos (*WhatsApp*), mas salientando que nossa estratégia era manter o acesso da forma que ficasse mais confortável para o/a entrevistado/a.

¹⁶ Como o município de Caicó/RN apresenta uma população nitidamente superior aos demais municípios pesquisados, optamos por deixá-lo sozinho na integração do G3, pois para obtenção da lógica comparativa ficaria mais viável.

3º Indicador - Vínculos Contratuais de Trabalho: uma das categorias de análise da pesquisa é a diferenciação de vínculos de trabalho, por entender que esse aspecto condiciona o processo de Precarização das Relações de Trabalho. Sendo assim, em cada grupo (acima exposto) foi analisado cada categoria profissional a partir do tipo de vínculo (estatutário, seletista e comissionado).

Dessa forma, sendo 03 (três) grupos formados pelos municípios, 03 (três) tipos de categorias profissionais e 03 (três) tipos de vínculos contratuais de trabalho, com base na construção dos indicadores que adotamos, o desenho amostral ficou da seguinte maneira: **03 Assistentes sociais + 03 Psicólogos/as + 03 Pedagogas**¹⁷, o que resultou num total de **09 (nove) profissionais passíveis de serem entrevistados (as) em cada Grupo**. Como são 03 (três) grupos, portanto: $09 \times 03 = 27$ **profissionais ao todo**. Esse era o número amostral que identificamos que serviria de recorte para analisarmos o objeto de estudo aqui proposto.

O propósito dos indicadores foi justamente possibilitar uma análise mais intrínseca em relação a realidade dos municípios, das categorias profissionais e dos vínculos de trabalho, de modo que pudéssemos inter cruzar as realidades, com vista a compreender a essência em torno do nosso objeto de estudo.

Em relação ao filtro de cada profissional que participou das entrevistas, foi feita uma lista contendo os nomes de cada profissional que respondeu ao questionário da segunda etapa mediante o município de atuação, a categoria e o vínculo de trabalho. Com isso, a elegibilidade se deu aleatoriamente, ou seja, o mesmo foi contactado numa sequência aleatória, em caso de negação em participar da entrevista, partimos para o próximo profissional de característica correlata, respeitando as variáveis acima.

No tocante a realização da entrevista, e diante da realidade objetiva dos (as) trabalhadores (as) alvo do estudo, utilizamos da estratégia de contato via “*Google Meet*”, até por sugestão dos próprios profissionais, além do contato presencial.

2.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para investigar, analisar, apreender e explicar os fenômenos sociais, a partir da direção assumida pelo legado do método materialista histórico-dialético é necessário a efetivação de procedimentos que permitam desvelar o real além do que aparentemente se coloca.

¹⁷ Em cada categoria profissional, a proposta foi entrevistar um de cada vínculo de trabalho. Exemplo: 01 assistente social estatutária, 01 assistente social seletista, 01 assistente social comissionada.

Para alcançar os objetivos elencados nessa pesquisa, compreendemos, de acordo com Prates (2012, p. 117):

A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos, contudo, ao analisarmos o movimento é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método.

Ou seja, os procedimentos para análise dos dados que foram coletados na pesquisa visaram, justamente, ultrapassar as aparências do fenômeno estudado, indo ao encontro da estrutura interna oculta do real.

Como afirma Gil (1999, p. 185):

[...] a análise e a interpretação dos dados da pesquisa constituem processos estreitamente relacionados [...] na análise o pesquisador prende-se unicamente aos dados, ao passo que, na interpretação, procura um sentido mais amplo para os dados, por meio de sua ligação a outros conhecimentos já obtidos.

Após a coleta dos dados, organizamo-los da seguinte forma:

Tabela 01: Etapas das análises dos dados da pesquisa empírica

ETAPA	OBJETIVO
<i>Transcrição das falas</i>	realização da transcrição das entrevistas gravadas (somente uma profissional que não autorizou a gravação).
<i>Categorização</i>	Após a organização da transcrição das entrevistas, foi realizada a classificação das falas a partir da exposição e parâmetro categorial. O intuito foi considerar a relevância entre as observações apontadas pelos (as) trabalhadores (as) e o reflexo disso com o objeto e a centralidade da nossa investigação.
<i>Tabulação</i>	a simplificação das análises dos dados, organizando-os de acordo com as categorias identificadas na etapa anterior. Os dados dos questionários foram tabulados e construído um banco de dados. Em seguida, foram analisados de forma descritiva e analítica, através de tabelas e gráficos gerados a partir da tabulação.

<i>Identificação das subcategorias da pesquisa</i>	Aqui, a proposta foi afinar e se aproximar das discussões que a realidade investigada nos apresentou. Supridas as etapas anteriores, nesse estágio dos procedimentos de análises dos dados da pesquisa empírica, relacionamos as subcategorias presentes em cada categoria central que foi identificada.
<i>Relação Categoria e Fala</i>	Nessa fase, realizamos o adensamento das falas que foram tabuladas com as categorias e subcategorias que elencamos. Dessa forma, foi construído um esboço relacional entre a fala da (o) entrevistada (o) e a relação dela com a categoria.
<i>Análises e Comentários das falas</i>	Por fim, realizamos a relação entre categoria/fala/comentários teórico-conceituais acerca dos resultados apreendidos com as entrevistas. Para isso, foi feita a triagem das bibliografias pertinente ao estudo e desenvolvimento reflexivo de cada categoria.

Fonte: Elaboração realizada pela pesquisadora.

Dessa forma, partimos de uma análise que envolveu os aspectos históricos em torno do objeto pesquisado, com vista a “primar por uma pesquisa profunda e exaustiva da realidade, estabelecer categorias, grupos e relacioná-las, identificando contradições e conexões” (Prates, 2012, p. 122).

Direcionamos uma construção analítica dos dados coletados na pesquisa que puderam não apenas identificar as contradições, por exemplo, mas reconhecer seus fundamentos históricos – críticos mediante uma base objetiva real.

Dessa forma, a proposta da análise dos dados se baseou na compreensão de totalidade do objeto estudado e sua relação macroestrutural, sem perder de vista as determinações históricas.

2.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa cumpriu todos os preceitos éticos de sigilo e anonimato a respeito dos sujeitos que serão alvo da elaboração e reflexão desse trabalho.

Em atendimento as preconizações apresentadas na resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, o referido projeto será encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN para sua apreciação e autorização de início e construção dessa pesquisa.

No tocante ao anonimato, prezamos o sigilo das identidades dos (as) profissionais que responderam e participaram da terceira etapa (entrevista). Para isso, usamos de codificações para correlacionar a fala/informação coletada e a referência da relação com os indicadores adotadas para construção das análises desse estudo.

Com isso, as codificações ficaram com a seguinte correspondência:

Para as Assistentes Sociais, utilizamos **AS**; para as (os) Psicólogas (os) **P**; para as Pedagogas **PED**.

Para a identificação dos vínculos contratuais de trabalho, utilizamos: **E** para quem pertence ao vínculo Estatutário; **S** para quem se encontrava como Seletista e; **C** para quem exercia função Comissionada.

Por fim, para designação do município que a(o) entrevistada(o) é vinculada(o), foi usado: **1** para especificar os municípios do Grupo 1; **2** para as pessoas vinculadas ao Grupo 2; e **3** para quem atuavam no Grupo 3.

3 TRABALHO E NEOLIBERALISMO: CONCEITUAÇÃO E ANÁLISES ACERCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

“[...] o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva” (Marx, O Capital).

Primeiramente, partimos da premissa, que como superação em caráter global do modo de produção feudal, o capitalismo inaugura um sistema sociopolítico e econômico que, mantendo a existência da propriedade privada dos meios de produção, fundamenta-se na “livre” concorrência e na exploração da força de trabalho para obtenção do mais valor.

Tem no trabalho assalariado, como suas formas basilares de produção e reprodução da existência humana, a base estruturante da geração de mais valor, ou, parafraseando Marx (2017[1867], p. 364), “o direito a exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital”.

Contudo, vale salientar que nem todo trabalho produz valor, porém, o valor só é possível de ser produzido através da realização do trabalho. E para que esse valor exista, é necessário que haja o interesse de troca, independentemente da quantidade de dispêndio de forças empregadas, pois se não há relação de troca, em nada agrega valor, uma vez que é no valor de troca que se realiza a manifestação do valor, como apontou Marx (2017[1867]).

Diante desses traços introdutórios que indicamos as discussões que foram sinalizadas nesse capítulo. O mesmo se apresenta como uma necessidade de aprofundamento teórico-conceitual acerca das principais categorias marxianas para que possamos aguçar o pensamento e conhecimento crítico sobre as determinações que perpassam o mundo do trabalho contemporâneo.

Estruturalmente, o capítulo encontra-se organizado em três subitens, sendo:

3.1 Trabalho, Força e Jornada de Trabalho e Salário: preâmbulo marxiano

3.2 Considerações sobre o capitalismo moderno e o neoliberalismo e, por último,

3.3 Traços da organização político-econômica do Brasil e os impactos neoliberais na funcionalidade das políticas sociais.

3.1 TRABALHO, FORÇA E JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO: PREÂMBULO MARXIANO

Partimos do pressuposto de que é com o advento do Modo de Produção Capitalista (MPC), que o trabalho, que é tido como uma atividade pertencente ao ser humano, portanto, uma categoria social, assume uma mediação social condicionada pela troca. Nesse interim, a força de trabalho se torna mercadoria, a qual é entendida por Marx como uma mercadoria especial e, através de sua venda e compra pelo capitalista, recebe um salário como condição para alçar essa sobrevivência.

Segundo Marx (2006[1847], p. 125), esse salário “é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade, ou pela quantidade de trabalho necessária à sua produção”, que passa a ser substrato que permeia a condição de acesso às bases de existência biológica, enquanto ser vivo, do trabalhador e sua família, e também social. Não é considerado, portanto, todo o dispêndio de tempo na realização do trabalho para o entendimento da relação que baseia o cálculo que gera a determinação do salário.

Marx também (2017[1867], p. 255) é enfático ao presumir que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”. O trabalho é, portanto, a realização da capacidade produtiva da força de trabalho; ou seja, no capitalismo a base fundante para cimentação do processo de formação do valor é a venda/compra da força de trabalho e, a partir disso, sua utilização no processo de produção, pois somente ela é capaz de gerar o excedente que interessa para geração não somente de valor, mas do mais-valor.

Sobre o trabalho, o referido autor ainda (*idem*, p. 120) traz que: “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem¹⁸, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Como base específica da geração do valor de uso, o trabalho se manifesta numa relação em que há o dispêndio da força de trabalho objetivado a um determinado fim, o qual se realiza através do trabalho concreto¹⁹ e que visa o atendimento das necessidades humanas, portanto, não gera valor.

Dessa forma, o valor de uso, no capitalismo não tem como premissa a satisfação das necessidades humanas, independentemente de serem elas material ou espiritual, mas sim, se volta a um fim essencial a sociabilidade do capital: estimular a manifestação do valor de troca, que, por sua vez, produz o mais-valor. Com isso, nos ideários burgueses - capitalistas, a

¹⁸ A utilização de homem é se referindo a humanidade.

¹⁹ É importante evidenciar que todo trabalho é concreto. Mas, na representação da mercadoria, manifesta-se como abstrato.

produção da riqueza realizada pela força de trabalho só é interessante mediante a transformação do produto numa mercadoria que motive a troca.

O que seria necessidade imediata de sobrevivência humana, na sociabilidade capitalista, se metamorfoseia sob um viés fetichizado, estimulando a relação baseada na troca, a qual é fundamentada pelo trabalho abstrato²⁰ e, por conseguinte, geradora de mais-valor. No entanto, para a relação de produção capitalista, portanto, não basta apenas a manifestação do valor de uso aplicado à mercadoria se essa não vier impregnada do valor de troca.

Assim, ratifica Marx (2017[1867], p.148) “Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta”.

Paralelo a isso, compreendemos que o capitalismo traz consigo uma série de contradições, uma vez que ao mesmo instante em que o trabalho é a fonte de humanização e categoria fundante do ser social – quando visto ontologicamente -, por outro, sob a égide das relações capitalistas, ele se torna degradado, alienado, estranhado e assalariado. Ou seja, como explicou Marx (2017[1867]), a força de trabalho, de posse do trabalhador, decai à condição de mercadoria e a sua miséria está na razão inversa da magnitude de sua produção.

Para tanto, é importante destacar que o processo de formação de valor e o de valorização são grandezas complementares, porém distintas. Segundo Marx, a formação de valor se relaciona ao trabalho contido em um produto (valor de uso/mercadoria), especificamente, ao *tempo de trabalho socialmente necessário*²¹ à sua produção. Ou seja, em termos gerais, a formação de valor se realiza por meio da quantidade de trabalho presente no objeto.

Para exemplificar, tomemos o caso fictício da produção de uma mesa: foi gasto X tempo de trabalho socialmente necessário, que se refere tanto à quantidade de trabalho contido nos meios de produção quanto da força de trabalho dispendida na produção. Assim, esse X é o valor da cadeira, então a produção da cadeira é um processo de formação de valor.

Já o processo de valorização é a relação da formação de *valor* mais o *mais-valor*. É quando o valor do produto se constitui maior que o valor incorporado para a produção do objeto.

²⁰ O trabalho abstrato, por sua vez, é aquele que, mediante a produção da mercadoria, é transferido o valor, advindo do dispêndio de trabalho empregado pela força de trabalho humana, no final dessa nova mercadoria. Marx (2017[1867], p. 198) explica: “Ele adiciona valor ao material por meio de seu trabalho, não como trabalho de fiação ou de carpintaria, mas como trabalho abstrato, trabalho social em geral, e adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado”. Portanto, o trabalho abstrato é aquele que produz valor.

²¹ Segundo Wellen (2023, p. 458) “Para apreender a determinação de valor das mercadorias por meio do trabalho, Marx empregou a categoria tempo de trabalho socialmente necessário (doravante TTSN)”.

Seguindo com o exemplo da mesa, para sua produção o capitalista adiantou o capital Y - convertido tanto em meios de produção quanto para a compra da força de trabalho. Digamos que Y seja 300 (trezentos) reais. Ao final da produção, portanto, o valor da mesa foi o mesmo (os 300 reais).

Nesse caso, não houve valorização, apenas formação de valor (trabalho). Mas, se diferentemente, o valor da mesa for agora 300+1, ocorreu um processo de valorização. E a fonte desse processo de valorização está no uso da força de trabalho. Na relação entre o valor dela e o que ela produz.

O valor se consubstancia por essas relações entre aparência e essência, em que a sua manifestação nem sempre remete à determinação da sua magnitude ou grandeza. Não obstante, dois movimentos são complementares nesse processo. De um lado, na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, é a troca entre mercadorias que estabelece a mediação para a manifestação do trabalho abstrato e do TTSN. Nesse sentido, o confronto entre mercadorias expressa também o confronto entre quantidades específicas de trabalho. Por isso que, na mercadoria, se encontram representados tanto o trabalho concreto, como o trabalho abstrato (Wellen, 2023, p. 459).

A valorização, portanto, se realiza a partir da introdução do que Marx denominará de capital variável e que a compreendeu como sendo a principal mercadoria: a força de trabalho²². Assim, *a força de trabalho é capacidade de trabalho, enquanto o trabalho é fonte que possibilita a criação de valor.*

Dessa forma, entendida como sendo “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx, 2017[1867], p. 242), a capacidade de trabalho (ou força de trabalho) é a via que permite, na sociabilidade capitalista, ao trabalhador se inserir numa relação de troca (compra e venda) que media sua sobrevivência.

Como mercadoria, ela tem um valor. Sobre isso, Marx (*idem*, p. 245) considera que, assim como as demais mercadorias, ela possui um valor que é mediado pelo tempo de trabalho

²² “[...] a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela” (Marx, 2017[1867], p. 242).

necessário para sua produção/reprodução. Ou seja, o seu valor se dá a partir do acesso às condições básicas (mínimas) que o garanta vivo e com saúde para a empregar, dia após dia, o mesmo dispêndio de força e destreza. Aqui, pouco interessa a condição humana, pois ao capitalismo vigora a lógica da coisificação.

E como medir o valor da força de trabalho? Marx apresenta dois aspectos que são fundantes dessa relação. O valor do que é produzido não equivale diretamente na medida do valor da força de trabalho. Em traços explicativos, o valor produzido pelo trabalhador é determinado a partir do processo de trabalho em que aquele trabalhador, de modo particular, está inserido, e como isso está envolvido com as relações de mercado. Já o valor da força de trabalho tem sua determinação fincada, para além das condições apresentadas pelo mercado de trabalho e os valores dos bens necessários para o consumo que o trabalhador necessita para manter-se vivo e renovar suas forças vitais, também, e de forma crucial, é fruto das lutas de classes e conquistas políticas.

Em suma, segundo Marx, “*o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor*”, nesse caso, o trabalhador. E se não é vendida, em nada importa valor. Portanto, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho só adquire valor quando essa apresenta valor de troca na relação social gestada pelo capital.

Assim, na relação de compra e venda, o trabalhador, em sua jornada de trabalho, realiza o processo necessário à sua reprodução, que Marx vai chamar de “tempo de trabalho necessário”, o qual não adiciona nada ao capitalista, uma vez que o dispêndio empregado pelo trabalhador corresponde apenas ao que já foi pago pelo capitalista para utilização da força de trabalho.

Em contrapartida, o tempo que excede aos limites da *jornada de trabalho*²³ necessária não acrescenta nenhum valor ao próprio trabalhador. “Ele gera mais valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente”. (Marx, 2017[1867], p. 293).

É aqui que o capitalista encontra “a mina de ouro” e se torna a relação fulcral da obtenção do mais valor: o trabalho excedente que o trabalhador realiza e que não tem acesso ao valor que ele próprio produziu.

²³ Entendida por Marx (2017[1867], p. 304) como sendo: “a soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, isto é, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e o mais-valor, constitui a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho: a jornada de trabalho”.

Sobre a jornada de trabalho, essa é apreendida pelo referido autor como sendo o trabalho necessário mais o mais-trabalho²⁴, e critica considerando que a definição da mesma é “[...] menos um dia de vida” (Marx, 2017[1867], p. 306-307) quando pensamos a condição de existência do trabalhador. Isso se dá justamente por que o capitalista sabe que a jornada de trabalho necessita ter um limite estabelecido para renovação da força vital do trabalhador, para no dia seguinte, ser reutilizada. Todavia, não é o mesmo que impor limites para a geração do mais-valor.

O mais-trabalho, vale ponderar, segundo Marx (2017[1867]), não é próprio das relações capitalistas, uma vez que outras sociabilidades viveram processos que coadunaram em uma relação semelhante; entretanto, a formação do mais-valor, assim como o trabalho abstrato – na figura do seu criador - é um condicionante próprio pela relação do capital.

Assim, é necessário que compreendamos os determinantes e as determinações em torno na composição da jornada de trabalho, uma vez que ela não se dá somente para a garantia do tempo de trabalho necessário para produção da mercadoria e, conseqüentemente, o trabalhador alçar as bases que garantam sua sobrevivência; há, e como causa central dessa relação e que mais interessa ao capitalista, o adendo do tempo de trabalho excedente que o trabalhador exerce sem acessar os frutos desse trabalho.

O válido nessa consideração é o que Marx (2017p. 308) definirá como sendo “a troca de mercadorias”, uma vez que o trabalhador negocia a venda da sua força de trabalho com o capitalista, que na função de comprador, usa-a buscando “tirar o maior proveito do valor de uso” dela.

Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador (Marx, 2017[1867], p. 239).

Dessa forma, a jornada de trabalho é entendida por Marx como sendo: o trabalho necessário, ou seja, aquele em que o trabalhador produz o suficiente para o recebimento do seu salário, mais o trabalho excedente, portanto, aquele que o trabalhador produz para o capitalista, sem acrescentar em nada para ele (o trabalhador). E mais, sendo a jornada de trabalho composta dessa relação acima delineada e, sendo ainda a composição do processo de valor como parte

²⁴ Marx (2017[1867], p. 310) vai considerar a exemplificação de uma jornada de trabalho, porém, apresenta que “o trabalho necessário e o mais-trabalho um com o outro”, sendo, portanto, algo não visível e percebido por parte do trabalhador.

dessa relação social que molda o capitalismo, cabe problematizar acerca do que Marx denominou como: **mais-valor absoluto e relativo**.

No que se refere ao primeiro, consiste no prolongamento da jornada de trabalho do trabalhador no processo produtivo, ou seja, ele irá trabalhar mais tempo do que o necessário e acrescentará mais-trabalho do que antes, ocasionando, para além da geração de mais-valor, como estrategicamente requer o capital, esse prolongamento implicará num maior **grau de exploração do trabalhador**.

A diminuição do capital variável é, assim, compensável por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho, ou, em outras palavras, a diminuição no número de trabalhadores empregados é compensável por um prolongamento proporcional da jornada de trabalho (Marx, 2017, 260).

Ou seja, nesses termos, há um agravamento do grau de exploração dos trabalhadores que continuam inseridos no processo de trabalho em detrimento de um parâmetro em que há uma redução do capital variável, impactando no prolongamento da jornada de trabalho dos que se mantiveram no circuito produtivo. Nos termos de Marx, portanto, para o capital não há perda da geração do mais-valor, mas, em contrapartida, para o trabalhador, essa situação reverbera na intensificação da sua exploração.

E no tocante ao mais-valor relativo, diferentemente do prolongamento da jornada de trabalho para extração maior de mais-valor, há, aparentemente, a manutenção – ou diminuição - da jornada de trabalho, no entanto, com uma alteração nas partes que formam a jornada de trabalho e com incremento/adensamento técnico no processo produtivo. Para que isso aconteça, Marx (2017[1867], p. 270) apontou que:

Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem ao círculo dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los por outros meios.

Com o possível barateamento das mercadorias, há, portanto, a redução do valor da força de trabalho, o que beneficia diretamente a ampliação do mais-trabalho na relação de produção.

Em linhas gerais, como isso acontece? Considerando que a jornada de trabalho é mediada pelo tempo de trabalho necessário e o mais-trabalho, e o primeiro é determinado pela necessidade básica de preservação da força de trabalho, e essa força de trabalho tem seu valor, o qual é correspondido no salário. Tendo o capital o interesse de aumentar o tempo do mais-trabalho, imputa-lhe incorrer, primeiramente, no que Marx vai tratar como sendo o

rebaixamento do valor da força de trabalho, para que possa impactar na redução do tempo de trabalho necessário e, nesse sentido, ampliar o mais-trabalho.

Todavia, Marx (2017[1867], p. 270) considerou que:

Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção.

Dessa forma, para o alcance do mais-valor relativo é necessário o incremento e a ampliação do maquinário técnico para que ocorra a redução do tempo necessário para produção da mercadoria, e, numa reta direta, o aumento do mais-trabalho.

Ao tratar sobre a intensificação do trabalho e sua relação com o aumento do salário, Marx (2006[1847], p. 132) considerou que:

Pelo aumento da ‘intensidade do trabalho’, pode-se fazer um homem gastar em uma hora tanta força vital quanto antes gastaria 2 horas. É o que tem acontecido nas indústrias submetidas às leis sobre as fábricas, que aceleram, até certo ponto, a velocidade das máquinas e aumentando o número de máquinas que um trabalhador deve operar. Se o aumento da intensidade do trabalho ou da quantidade de trabalho despendida numa hora se mantiver numa proporção justa com a diminuição da jornada de trabalho, o operário sairá então ganhando. Se esse limite for ultrapassado, perderá por um lado o que ganhar por outro, e 10 horas de trabalho serão tão fatigantes quanto as 12 horas de antes. Ao compensar essa tendência do capital pela luta por aumento de salário, correspondente ao crescimento da intensidade do trabalho, o operário resiste à depreciação do seu trabalho e à degradação de sua classe.

Assim, com base nos preceitos marxianos, o que determinará a jornada de trabalho é, portanto, o valor da força de trabalho, aqui medida pela relação acima exposta.

Desse modo, entendemos que para uma compreensão acerca das determinações que envolvem o mundo do trabalho e suas repercussões na sociabilidade contemporânea, é fulcral partir das conceituações e definições apresentadas por Marx, a partir da sua obra madura d’O Capital. Ainda, por considerar a importância do desenvolvimento de estudos críticos acerca das relações e condições de trabalho que permitam apreender os múltiplos reflexos para o conjunto da classe trabalhadora.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO MODERNO E O NEOLIBERALISMO

Feito esse percurso teórico – conceitual para compreensão fundamentada das determinações que circunscrevem o objeto em voga, considerando que ele é fruto dos

desdobramentos da sociabilidade contemporânea, é que adensamos as análises que ora se apresentam nesse subitem.

Compreendemos que, tendo em vista que nosso objeto de estudo nasce de um contexto em que o Estado é chamado para intervir nas expressões sociais que se mostravam latentes na sociedade como consequência da relação capital *versus* trabalho, sendo o conjunto das políticas sociais a via interventiva para essa realidade, mediante a reprodução da forma de trabalho (Wellen, 2021), é que entendemos a relevância dessa discussão.

Portanto, interessa-nos apreender os principais elementos que nortearam (e norteiam) o mundo do trabalho, na última quadra do século XX e a passagem para o século XXI, e sua influência sobre o papel do Estado, mediante a implementação das políticas sociais e, de modo particular, como isso reverberou no cenário brasileiro, com vistas a particularizar as principais inflexões do neoliberalismo em sua enervação histórica.

Partimos da crítica levantada por Harvey (2006, p. 117) quando infere que no Ocidente o princípio organizador da vida econômica se volta à produção dos lucros. Ou seja, o autor levanta essa argumentação para apresentar a evidência em torno do que ele chama das “regras básicas do modo capitalista de produção”.

Para uma compreensão mais crítica acerca do que o autor acima coloca, e fazendo um recorte temporal, tem-se que é na transição do século XIX – XX que as relações de trabalho irão se acentuar de modo cada vez mais precarizadas, desde o acesso aos direitos até as relações humanas, realizando o que Antunes (2006, p. 154), denominou de “mutações tanto na materialidade quanto na subjetividade do ser social”, a partir das relações de trabalho firmadas nessa conjuntura complexa impregnada das estratégias do capitalismo. E como isso se faz?

Para responder essa indagação, fez-se imprescindível examinar o percurso que moldou (e molda) os modelos produtivos. Em meados da década de 1970, o capitalismo enfrentou uma crise, a qual foi motivada, segundo Antunes (2015) por aspectos desde a alta dos preços, a escassez de produtos no mercado mundial, provocadas, principalmente, pela alta do petróleo de 1973 e de 1979, que impactou a economia nacional. Tal contexto aluiu o modelo *fordista/taylorista*, que apresentava seus sinais de esgotamento. Até a referida década, o modelo em voga manteve-se hegemônico e teve, como suporte desse desenvolvimento, as políticas macroeconômicas Keynesianas. Tida como uma teoria de cunho político-econômica, o **Keynesianismo**, defendia a intervenção estatal na organização e gerenciamento econômico dos países. Com sua eclosão, marcada por volta do primeiro triênio do século XX, tem em John M. Keynes, a figura propulsora dessa que seria a teoria que pregava: investimento de capital por parte dos governos para que possibilitasse a regulamentação dos comércios, equilíbrio entre

a demanda e a procura, garantia de pleno emprego, com vistas a promover uma economia ativa, dentre outras.

Harvey (2006, p. 119) sustenta que: “[...] o longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e que esse conjunto pode com razão ser chamado de *fordista-keynesiano*”. Ou seja, de 1914, ano que marca a “data simbólica”, como considerou Harvey (2006) acerca do início do Fordismo/Taylorismo, até meados de 1973, o modelo de produção em destaque, aliado a uma política²⁵ que defendia a lógica do *pleno emprego*, regiam as engrenagens produtivas e o direcionamento do Estado no tocante a sua funcionalidade.

No entanto, dado o referido contexto pós segunda guerra mundial, e as inflexões ocasionadas por esse, em que há um profundo impacto na economia mundial, mediante a alta da inflação e aspectos já apontados anteriormente, as transformações advindas desse cenário tomaram e refletiram no ordenamento socioeconômico do que podemos chamar da *geografia capitalista de produção*.

Além disso, é pertinente considerar que, no período que antecedeu o apogeu do fordismo/taylorismo, ou seja, nos primórdios do século XIX, o mundo vivenciava um cenário de mudanças tecnológicas, o qual impactou no que podemos denominar como um *novo paradigma da economia mundial*. Gaspar (2015, p. 266) vai caracterizar esse momento como sendo “uma nova fase na industrialização global”.

Então, o modelo idealizado por Ford e Taylor (1930/1940) se caracterizava pela introdução de elementos que submetiam os trabalhadores a condições alienantes dentro do processo de produção e tinha na figura do “operário-massa” e a centralidade produtiva na grande indústria como suas características basilares (Antunes, 2015). Marcados pelo cronômetro como controlador do tempo e uma estrutura produtiva baseada em série e em massa, pela produção em larga escala, trabalho parcelado e fragmentação das funções, a lógica construída e disseminada pelo fordismo/taylorismo foi de uma produção concentrada no interior da fábrica.

As formas de controle fordistas contribuem para produzir sujeitos mais submissos às regras de consumo, à probidade moral, ao lazer orientado e à aceitação de que a expansão da produtividade era compatível com as necessidades individuais e sociais da classe trabalhadora (Souza, 2011, p. 91).

²⁵ Abordaremos em seguida.

A apropriação da condição de trabalhador, desde a cronometragem do tempo, como dito anteriormente, até a tecnificação do processo produtivo, uma vez que, inserido numa mesma atividade e com a realização de uma mesma função, a qual se fazia atrelada as exigências da máquina, foi algo cimentado ao binômio fordista/taylorista.

Para sustentar essa análise, Braverman (2011, p. 103-104, 107-108) aponta os três princípios defendidos por Taylor para o trabalho e engenharia industrial.

Tabela 02: Princípios de Taylor

Princípios	Objetivo/Funcionalidade
<i>Princípio da dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores.</i>	O processo do trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores. Daí por diante deve depender não absolutamente das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais.
<i>Princípio da separação e execução.</i>	A primeira implicação deste princípio é que a ‘ciência do trabalho’ de Taylor nunca deve ser desenvolvida pelo trabalhador, mas sempre pela gerência. [...] concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos do trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes.
<i>Princípio do monopólio do conhecimento do trabalhador para controle das fases do processo de trabalho e seu modo de execução.</i>	Neste princípio não é a ficha de instruções escritas o que importa. O elemento essencial é o pré-planejamento e o pré-cálculo de todos os elementos do processo de trabalho, que já não existe como processo na mente de uma equipe especial de gerência.

Fonte: Braverman (2011). Tabela organizada pela pesquisadora.

Tomados pela clássica separação entre Planejamento e Execução, o referido modelo buscava agregar os ganhos tanto da produtividade, como da eficiência fabril. Tais aspectos atendiam a política de funcionamento, a qual se dava baseada na rígida separação entre o

trabalho manual e intelectual, sustentada pela ideação do trabalhador como, majoritariamente, uma figura operadora do maquinário do interior das fábricas.

Do que foi proposto por Taylor, Ford conseguiu pôr em prática o processo industrial através da emblemática esteira rolante. Quem ditava o ritmo da produção era o capital, e não mais o trabalho. Sobre isso, Marques (1987, p. 21) vai concluir que “a linha de montagem consiste de uma esteira que passa à frente dos trabalhadores sobre a qual são sucessivamente adicionados preços os subconjuntos que encontram estocados perto do trabalhador”.

A crença marcante que induzia à idealização e proposição de Ford cunhava-se “no poder corporativo de regulamentação da economia” (Harvey, 2006, p. 122). Para ele, o salário recebido pelo trabalhador mediante a relação de venda e compra da sua força de trabalho, retornaria ao mercado através do consumo (que era em massa) dos produtos, até então, por eles fabricados. Relação essa que Marx sustentava e explicou claramente, como apontamos nesse estudo.

Todavia, por mais intencional e teleológico que fosse a ideação de Ford, não havia, por exemplo, como afirmar a realização da política de consumo. Um episódio que evidencia essa análise se encontra em Harvey (2006, p. 122) quando ele traduz que: Ford “[...] aumentou os salários no começo da Grande Depressão [em 1929] na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios”. Havia, portanto, uma relação entre a busca pelo lucro em que o aumento salarial se dava sem uma significação pautada na condição do trabalhador, mas como adendo para “salvar” o mercado da crise que se instalava.

Assim, diante de uma sociabilidade marcada pela mercadorização da força de trabalho em que, como sinaliza Harvey (2006, p. 119) “a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais”, ou seja, acresce a geração do lucro e do mais-valor, a ideologização que pressupõe e colocam a existência do MPC sobreposto a qualquer outra natureza.

No cenário sócio-político, a passagem do séc. XIX para o séc. XX incorreu, logo, em alternâncias que irão enervar veemente o cenário político mundial. Um exemplo disso foi o acordo de Bretton Woods. Segundo Gaspar (2015, p. 268) “O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre estados-nações independente”. Como resultado desse acordo, instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BC) foram criadas, além da Organização das Nações Unidas (ONU), numa

perspectiva de conciliação entre o campo da economia e social. Todo esse arcabouço refletiu e tendenciou, mais tarde, o contexto que logo fez emergir os ideais do neoliberalismo.

Ademais, o poderio Norte-americano, do Canadá e México pós guerras e sua intenção de fortalecer o bloco hegemônico formado junto à Alemanha e Japão, firmado através do Plano Marshall²⁶, anunciando a edificação de dois grandes blocos. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, juntamente com a China, mediante o auge da revolução comunista Chinesa, em 1949, vão compor o bloco socialista.

O impulso armamentista e o conflito entre as grandes potências firmadas após o cenário de guerras, eclodiu na denominada Guerra Fria, caracterizada por Gaspar (2015, p. 268) como sendo:

De um lado, o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar formada pela URSS e os países socialistas do leste europeu, com exceção da Iugoslávia (a Albânia viria a deixar a aliança anos mais tarde). De outro, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, que uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos para prevenir e defender países membros de eventuais ataques vindos do leste comunista.

Para o Estado, se desenhava *a política Keynesiana*, que fez a crítica a insuficiência do liberalismo²⁷ no atendimento às necessidades apresentadas diante da realidade vivenciada no séc. XX – principalmente o contexto pós guerras -, e expõe uma proposta de “combate às práticas rentistas, bem como ao desemprego e à crônica subutilização dos fatores produtivos”. (Gaspar, 2015, p. 269).

A proposta de Keynes era o investimento estatal na elevação do emprego e, conseqüentemente, da renda, como alternativa de movimentar os mercados e os consumos. Gaspar (2015) vai considerar que as ideias de Keynes significaram, por mais que fincadas em uma direção capitalista, uma “guinada radical” quando comparadas com os padrões pretéritos no tocante a oferta e a procura enquanto regra do mercado. Para o Estado, reverberaram numa nova caracterização de cunho interventivo, uma vez que o mesmo passou, agora, a uma postura normatizadora, investidora e coordenativa. Em síntese, o propósito era sustentar economias de mercado, de pleno emprego dos recursos produtivos e reguladas, de modo que o gasto público assumia papel fundamental.

²⁶ Segundo Garrido (2007, p. 02) “consistia na escala da ajuda financeira e na obrigação de os países aderentes cumprirem as regras de administração da ajuda no âmbito de uma organização multilateral europeia que implicava compromissos inéditos de cooperação técnica, económica e política”.

²⁷ Atestado esse modelo, o qual teve Adam Smith como principal precursor, o liberalismo clássico, em linhas gerais, se baseava na liberdade individual e na intervenção mínima estatal, defendendo que este só devia agir como mero regulador, ou como apontou Smith, como uma espécie de “mão invisível”.

[...] o Estado tornou-se, cada vez mais, uma instituição central na determinação das condições de vida dos trabalhadores. No lugar de operar tão somente como um regulador externo e pontual dos movimentos do mercado, o Estado potencializou (especialmente a partir das demandas do desenvolvimento do próprio mercado) a sua capacidade interventiva (Wellen, 2021, p. 142).

Nesse sentido, o keynesianismo vai se embasar numa tríade formada por: *governo, empresários e trabalhadores*. Portanto, esses são, os atores responsáveis pelo engendramento que sustentou a política elaborada por Keynes. Esse “pacto social tripartite”, como assim denominou Gaspar (2015) vai servir de solo fértil para o que foi intitulado de *Welfare State* ou Estado de Bem estar social. E em que se constituía?

[...] nele os empresários entravam com os empregos, salários em níveis aceitáveis e com repasse – ao menos parcial – dos ganhos de produtividade, e investimentos na elevação da capacidade produtiva. Os trabalhadores, por sua vez, além de garantirem o cumprimento das cláusulas previstas nos seus contratos de trabalho, comprometiam-se a moderar suas reivindicações e circunscrevê-las nos estritos marcos das economias de mercado. Por fim, o governo entrava como avalista dessas condições e, por intermédio de um sistema tributário fortalecido, transformar receitas fiscais em bens e serviços públicos à classe operária (Gaspar, 2015, p. 270).

O *Welfare State*, ou Estado de bem-estar, assumiu uma direção política de defesa do Estado como agente assistencial. Ou seja, o Estado, através de políticas sociais, promoveu o acesso da população a saúde, educação, habitação, com vistas a viabilizar essas garantias na perspectiva de direito. Porém, longe de ser compreendido como uma organização emancipatória, a proposta assumida pelo Estado de bem-estar, propõe, contraditoriamente, a regulamentação do capitalismo em momentos de crise (mais especificamente, o cenário pós Segunda Guerra Mundial em que havia uma necessidade de “pacto” para conter os trabalhadores).

Abramides (2021) ressalta que o referido modelo de orientação estatal é implantado pela social-democracia em um período de expansão econômica, com vistas a operar o que ela compreende ser uma “gestão social-democrática do capitalismo”. Com diferentes performances na Europa nórdica e meridional, e na Inglaterra, por exemplo, a proposta do *Welfare State* se sustenta nos países capitalistas do Norte europeu.

O Keynesianismo carregava uma política camuflada de intenção do distanciamento da classe trabalhadora das entidades sindicais, partidos, e qualquer organização política. Ainda segundo a referida autora, com a falácia ideológica de “pertencimento”, desenvolveu essa amortização na concepção dos trabalhadores no tocante a organização política, inclusive, como

estratégia ainda de espaçamento devido ao aflorar das mobilizações socialistas e comunistas com o pós guerra.

A denotação em torno da implementação de políticas sociais estatais são configurações visíveis no Keynesianismo. Gaspar (2015, p. 270) é categórico ao destacar que: “a redistribuição de renda traduziu-se em garantias trabalhistas, previdência e assistência social, educação e saúde subsidiadas, habitação popular, mobilidade e acessibilidade urbanas, equipamentos públicos de lazer”. Havia, desde então, a intencionalidade contraditória em torno das referidas políticas, como ainda, a necessidade de garantia da reprodução da força de trabalho. A esse respeito, Wellen (2021, p. 144) apresenta que:

Se as contradições imanentes ao modo de produção capitalista se expressam de formas diferentes dentro do Estado, esta dinâmica também ocorre com as políticas sociais. As políticas sociais possuem, de forma direta ou não, uma importante relevância nas relações entre capital e trabalho. Nesse sentido, se destaca a funcionalidade das políticas sociais para a reprodução da força de trabalho que, logicamente, sofrem variações a partir dos contextos econômicos, sociais e políticos.

A disseminação do Keynesianismo não foi mundialmente hegemônica. Se consolidou nos países de capitalismo central. Não sendo típicos dos países da América Latina, por exemplo, e, nesse caso, do Brasil. Alguns aspectos podem ser sustentados como justificativa: a formação sócio-histórica baseada na colonização e escravização, o barateamento da mão de obra, as condições organizativas e tardias do mercado, dentre outras (Gaspar, 2015).

Contudo, como característica própria do MPC, o cenário que parecia favorável ao crescimento e aviltamento da economia e da realização do pleno emprego, se volta ao surgimento de fraturas e sinais de crises.

No final dos anos 1960, os fatores positivos do crescimento exponencial começaram a transmutar-se em negativos. Os mercados davam sinais de saturação, a que se seguiam pressões de preços e de custos, num cenário de intensa competição. A insatisfação trabalhista desencadeava seguidas greves por majorações salariais, e essas, por sua vez, eram elementos adicionais a reduzir margens de lucros; caía o nível de investimentos (Gaspar, 2015, p. 275).

A prosperidade efêmera do cenário de reestruturação pós guerras começou a evidenciar suas crises, motivadas pelo que Hobsbawam (1995) vai considerar como sendo “o paradigma da febre consumista” que protagonizava os Estados Unidos. Num cenário em que de um lado tinha-se o apogeu do petróleo e seus derivados, dos bens duráveis da indústria fordista em que ecoava tempos gloriosos para o cenário econômico mundial, víamos, ao mesmo tempo, a insatisfação social manifestada através das artes, dos movimentos sociais.

Em 1970, a crise influenciada pelo petróleo, influenciou o quadro dos países em hegemonia econômica no contexto pós guerras e desencadeou um cenário de ameaças. Para isso, Gaspar (2015, p. 280) apresenta que:

Com o choque do petróleo em 1973, rompe-se o precário equilíbrio que ainda sustentava o ciclo virtuoso do pós-guerra. Inaugura-se um período de fortes restrições macroeconômicas no núcleo industrializado do capitalismo. Os estados veem sua receita cair drasticamente, a inflação se acelera, declina subitamente o nível de atividade. O desemprego aumenta as prestações sociais do Estado e os gastos com assistência e previdência pública.

Tal cenário vai render críticas à política Keynesiana e abrir espaços para a solidez das propostas neoliberais em relação ao papel interventivo do Estado do atendimento das demandas sociais, o qual se fazia a partir da implementação de políticas públicas.

Antunes (2015, p. 33) considerou que a “crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela imprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*”. Dado o esgotamento da produção em série que não acompanhava o mercado, outra estratégia surgia.

O fim de duas grandes guerras mundiais alterava o cenário planetário, havia uma urgência em (re)aparelhar os Estados e a economia, principalmente àqueles que já experienciavam uma industrialização avançada, como era o caso do Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, dentre outros. A necessidade de inserção de novas bases de produção como uma alternativa no cenário tratado como “pós fordista” para superação da crise, fez emergir o modelo de produção japonês, denominado de *Toyotismo*, o qual traz como caracterização formas de trabalho flexíveis.

Segundo Antunes (2015, p. 43), o referido modelo de produção tinha, inicialmente, “a necessidade de atender a um mercado interno que solicitava produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas as condições limitadas do pós-guerra no Japão”. Ou seja, oriundo do cenário pós II Guerra Mundial, mais precisamente no final dos anos de 1950, o Toyotismo se apresentou em meados da década de 1970 como a principal alternativa produtiva ao cenário de limitações fordistas/tayloristas²⁸. Também denominado de “modelo de produção pós-fordista” (Lipietz, 1991), o Toyotismo, portanto, eclode ao final da década de 1970, mais precisamente por volta de 1973, quando, segundo Harvey (1992), o fordismo apresenta sua estagnação. O surgimento

²⁸ Houve outras experiências produtivas, como a da “Terceira Itália”, caracterizada pela combinação do desenvolvimento tecnológico mais médias e pequenas empresas de cunho “artesanal”; a da Suécia, que havia uma gestão de trabalho baseada na organização em equipes. Para uma melhor compreensão e aprofundamento acerca de como se deram essas experiências, recomendamos ver Antunes (2015).

do modelo japonês se dá com a eclosão da chamada Terceira Revolução Industrial, simbolizado com a chegada ao poder de Margareth Thatcher, na Inglaterra.

Segundo Anderson (1995, p. 10-11) se tratava “[d]o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal”; e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. “A partir daí, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno”.

Além da representatividade norte-americana e inglesa, na América Latina o Chile foi o país que, paralela à iniciativa desenvolvida pelas respectivas nações, também fez *jus* aos princípios neoliberais. A alavancada se dá na devasta experiência ditatorial de Pinochet no Chile, a qual foi considerada por Anderson (1995, p. 19) como “o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea”. A experiência Pinochetista foi considerada, ainda com base no referido autor, como a experiência piloto para o neoliberalismo que surgia na conjuntura pós derrota do comunismo pós-soviético.

Para Antunes (2015, p. 33) “em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital”.

Esse auge de alterações na esfera produtiva, advindas dos incrementos de maior teor tecnológico e mudanças organizacionais na produção, tem, por outro lado “a impotência dos governos, a falta de confiança dos agentes econômicos (que bloqueava o crédito) e os conflitos interestatais pela hegemonia global impediam sua plena cristalização nas décadas de crise mundial” (Gaspar, 2015, p. 267). Essa realidade intensificava a crise capitalista, e evidenciava a necessidade de alternativa.

Então, o processo de produção Toyotista é caracterizado pela divisão do trabalho mediante a lógica dos que produzem e os que pensam/planejам essa produção, retomando a lógica fordista/taylorista, porém, complexificando e distanciando a percepção da totalidade por parte do trabalhador, uma vez que essa produção não será aglutinada na fábrica com o coletivo maior de pessoas, mas sim, de forma mundializada e flexibilizada, entendendo esse processo como “verdadeiras ofensivas do capital na produção que tendem a construir e reconstruir a objetividade e subjetividade do trabalho” (Alves, 2004, p. 103).

Portanto, a difusão do Toyotismo, se faz num contexto de aviltamento da procura pela flexibilização das relações de trabalho, que se consolidou concomitantemente através de práticas de austeridade econômica neoliberais. Os impactos foram sentidos desde a descentralização do processo produtivo, até a garantia dos direitos trabalhistas, uma vez que ocorre uma desregulamentação dos direitos conquistados, com o propósito de uma

conformidade aos novos modos de organização do trabalho. Tais direitos, portanto, vem a ser substituídos e expropriados nas relações de produção.

Paralelo a isso, Antunes (2015, p. 26) discorre acerca do processo de diferenciação entre os modelos de produção, evidenciando o grau de intensificação do trabalho, uma vez que “[...] um operário operava com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação de um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo”. Ou seja, para preencher as necessidades mais individualizadas apresentadas pelo mercado foi imprescindível que a produção se apoiasse num processo de produção pautado na flexibilização, o que implicou no aguçamento da exploração do trabalho.

Enquanto isso, no plano político, não existiu grande controvérsia em assinalar os mandatos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher como os principais responsáveis pela implementação de novas políticas de cunho liberal marcado com objetivos desregulados e de redução drástica do gasto público e da presença pública no mercado. Assim, causou o rompimento com o Estado de bem-estar social e com a social-democracia que tinham dominado a esfera ocidental desde o final da Segunda Grande Guerra.

Ainda na década de 1970, tratado como uma possibilidade para alcançar ao objetivo de flexibilização das relações econômicas e uma alternativa de estabelecer mediações estatais, o neoliberalismo surge como uma intenção de mudança de paradigma com vista a incorporar ideários de cunho privatistas em detrimento do setor público.

Houve uma grande virada nos anos 1970 e 1980 com objetivos bem determinados para o desmantelamento do Estado-social, as privatizações, o Estado-empresa, a mudança de filosofia nas disciplinas institucionais junto com o auxílio estratégico da mídia, dentre outras questões. Os desdobramentos se davam em prol de uma racionalidade não só do Estado ser gerido como uma empresa, mas como também o homem ser visto dessa forma: homem-empresa e competitivo, empresa de si (Dardot e Laval, 2016, p. 16).

De acordo com Anderson (1995, p. 14), ao abordar sobre o objetivo do neoliberalismo, ele aponta que “a prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 1970. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável”. Com a elevação das taxas de lucros e queda da inflação, o neoliberalismo soava como possibilidade real do reordenamento econômico e solução para o quadro de crise, o que não foi alcançado. Todavia, isso não se dá sem que haja inflexões nefastas para os trabalhadores. Tal assertiva fica clara quando, o autor em voga, aponta que a razão central desses resultados foi a derrocada do movimento sindical, aplicada na contenção grevista e, conseqüentemente, a estagnação salarial.

Portanto, desde meados da década de 1970, é percebido que o modo capitalista de produção está passando por uma profunda transformação em sua natureza econômica e social, e daí, também política. Nessa década, muitos analistas e pesquisadores suscitavam e discutiam sobre a crise econômica e financeira. Já na década de 1980, a discussão mais latente era sobre reestruturação e reorganização do Estado, com especial ênfase sobre o papel dele no âmbito econômico e financeiro.

Assim, como possibilidade de sanar esse cenário, o neoliberalismo supõe a passagem de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado, considera Sandel (2015), endossando, para além da minimização estatal, o discurso reformista.

Essas propostas neoliberais continham princípios e valores de eficácia e eficiência e, até mesmo, incutiam sobre o indivíduo - que passava por constantes avaliações de desempenho sob a exigência de uma produtividade sempre crescente - uma obrigação interna e externa de superação contínua dos seus limites. Havia toda uma disciplina de incentivar a concorrência, sendo um sistema normativo que influencia no mundo inteiro até hoje, estendendo a lógica do capital nas relações individuais, empresariais e instituições. Será que o cenário da crise contemporânea evidencia a edificação do neoliberalismo como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista?

Segundo Harvey (2011), o neoliberalismo se define como um projeto de classe desaguado em meados de 1970, como já explicitado. Camuflado por um discurso que endossa a liberdade individual, o empreendedorismo, o livre-mercado e o livre comércio, dentre outras questões, tratou de recompor e solidificar o poderio do capitalista, através da efetivação de políticas draconianas, sob uma centralidade ideológica de proposição anticomunista²⁹. Portanto, esse projeto, continua vívido e pulsante, principalmente quando analisada a concentração da riqueza e, proporcionalmente, a crescente miserabilidade e o desemprego.

Sendo assim, percebemos que as transformações ocorridas no século XX no mundo do trabalho findam por trazer reflexos diretos quanto ao controle da força de trabalho, a fragilidade na organização política dos trabalhadores, principalmente sindical, o afloramento do discurso empreendedor, dentre outros aspectos. A necessidade da flexibilização do trabalho faz surgir formas na organicidade dentro dos processos de trabalho que afetam diretamente o conjunto da classe trabalhadora.

Hayek (2010), em sua pretensa obra “O caminho da servidão”, considera a manutenção de um Estado sólido para que consiga enfrentar e, conseqüentemente, enfraquecer o poder de

²⁹ O autor realça que a proposição Norte-americana era derrubar o regime comunista na Rússia, por isso que a centralidade da intervenção neoliberal dos EUA se voltava, essencialmente, para a competição militar.

articulação e mobilização dos sindicatos, para que possa ser realizado o controle direto dos gastos sociais e orientar as intervenções econômicas.

O propósito não era o bem estar da sociedade e a realidade que despertasse para empregabilidade, mas uma direção estatal que se voltasse, em proporção maior do que como foi no *Welfare State*, para um Estado maximizado para o setor econômico. Isso ia exigir, como aponta (Anderson, 1995, p. 11), “uma disciplina orçamentária”, que inferisse nos gastos sociais, de modo a desmobilizar os sindicatos e, conseqüentemente, mediante a inflexão tecnológica, e contrariamente à política de Keynes, ampliasse a superpopulação relativa.

Portanto, o neoliberalismo não se define como uma mera renovação ou um fenômeno com nova roupagem em relação ao liberalismo clássico, uma vez que as características e as análises acerca das determinações históricas que entre eles conotam suas diferenciações.

O Estado é chamado a intervir também nesse campo, como único instrumento capaz de arbitrar interesses profundamente divergentes, e incorporar, ao menos de forma parcial, demandas coletivas. Por seu turno, o mesmo Estado, submetido à desqualificação neoliberal, demonstrou ser imprescindível à sobrevivência do sistema econômico-financeiro na sua configuração atual. O poder público tem atuado decisivamente em socorro de grandes instituições financeiras nas graves crises que assolam a economia global desde as últimas décadas do século passado, atenuando o efeito da inadimplência que atinge países inteiros (Gaspar, 2015, p. 291).

A direção de reformas fiscais, motivadas pelo discurso de amenização dos impostos, principalmente das grandes riquezas, inferiu diretamente sobre a população que soma a classe trabalhadora. Doravante, uma “saudável desigualdade”, como destaca Anderson (1995), se constituía novamente no cenário mundial, todavia, sob uma égide mais intensa e com aspectos específicos, dadas as condições que se moldavam, agora não mais por crises cíclicas, mas numa crise em ordem e dinâmica estrutural.

A influência neoliberal se mostrava, em passos rápidos, hegemônica, uma vez que, mesmo diante dos países que ainda mostravam resistência, como foi o caso de países do sul da Europa – com destaque para França, Portugal, Grécia e Itália -, que, segundo Anderson (1995), havia um pretérito pautado em reações conservadoras, se voltavam agora (meados da década de 1970) a uma inclinação esquerdista. Todavia, não rendeu por muito tempo esse comando, uma vez que as pressões conjunturais e de ordem econômica, motivaram uma reviravolta dessa realidade sulista europeia.

Destarte, isso evidenciava uma hegemonia global do neoliberalismo, uma vez que seu raio de alcance geopolítico transparecia a efervescência fulcral de como o mundo capitalizado o adotou como ideologia.

Portanto, o neoliberalismo apresentava um receituário impregnado de bons moldes, os quais vinham com eficiência no que comunga o capitalismo. A retração dos trabalhadores, o desajustamento salarial e o alargamento dos índices de desemprego, cimentava o ideário global de uma ideologia voltada aos interesses econômicos. O neoliberalismo, desse modo, funcionou como um verdadeiro oxigênio para a restauração do capitalismo avançado.

No entanto, esse processo resultou em consequências para o Estado no tocante ao atendimento das necessidades sociais provenientes da elevação do desemprego, que culminou no endossamento do gasto público com intervenções sociais – por volta da década de 1980 -, como ainda, aponta Anderson (1995), no crescimento da curva demográfica geracional que refletiu no dispêndio de despesas com aposentadorias e pensões.

Aliado às particularidades intrínsecas ao neoliberalismo, e pensando como um todo mediante a totalidade concreta, os rebatimentos do cenário de crise que assolava os países de capitalismo avançado afetou veemente o conjunto da classe trabalhadora.

De acordo com Anderson (1995, p. 16)

[...] quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial.

O impacto desses episódios culminou numa espécie de caça aos países considerados de “Terceiro Mundo” e os socialistas, numa tentativa de facilitação à abertura ao crédito bancário privado na intencionalidade de motivar a exportação e o giro comercial. O Brasil esteve nesse grupo de “contemplados” e, tal iniciativa resultou na implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1974-1979) –, considerado como um dos maiores receptores de crédito externo, segundo Gaspar (2015).

Destarte, a reviravolta Norte americana, que doravante, se faz diante de posturas, ações e discursos conservadores e agressivos, sob a égide do governo de Ronald Reagan (1979) e o apoio Margareth Thatcher, primeira ministra Britânica (1979 – 1990)³⁰ (Gaspar, 2015), coadunam, para além do ressurgimento do domínio econômico vivido pelos Estados Unidos, também condicionou no fortalecimento de sua receita voltada a uma espécie de colonização econômica dos países “subdesenvolvidos” – como a literatura reconhecia –. Sendo, então,

³⁰ As principais características dos governos de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA) em meados dos anos 1980 foram: “emissão monetária, elevação das taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impulsionaram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais” (Anderson, 1995, p. 12).

responsáveis pela caracterização de um novo quadro geoeconômico global com uma linha nitidamente reacionária (Gaspar, 2015, p. 283).

As mudanças ocorridas na economia também acarretaram radicais realinhamentos geopolíticos no planeta. O colapso do bloco socialista liderado pela URSS, que se consumaria até o final da década de 1980 (a queda do Muro de Berlim ocorreu em 9 de novembro de 1989), aliado ao desmantelamento das economias do terceiro mundo, assoladas pela crise da dívida.

A conjuntura adscrita favoreceu o que acarretou num agravamento político, econômico e social. Todo o arcabouço em voga fertilizava para a culminância dos ideais neoliberalistas, principalmente no que se refere a um Estado interventor socialmente.

Com a defesa do livre mercado e o combate do intervencionismo estatal, a política neoliberal endossa uma direção que prevê o reducionismo do Estado nas frentes de cunho social, em detrimento de uma proposta minimizadora por parte desse. Como aponta a transferência de responsabilidade ao atendimento das necessidades para o próprio trabalhador, sua família e a sociedade civil organizada.

A aplicação do receituário neoliberal, promovido pelo núcleo dos países ricos encabeçados pelos Estados Unidos e endossado pelo Banco Mundial e o FMI, produziu um efeito perverso sobre o mercado de trabalho, ao destruir milhões de postos de trabalho assalariado e substituí-los pelo trabalho precário, terceirizado, gerando um saldo líquido de aumento do desemprego e do subemprego. Seu viés político conservador também ficou evidenciado pelo ataque às conquistas históricas dos trabalhadores, privatizando serviços públicos, flexibilizando direitos trabalhistas, pulverizando o movimento sindical e revertendo avanços consolidados pelo Estado do bem-estar social (Gaspar, 2015, p. 283).

Isso refletirá diretamente na precarização das condições de trabalho vivenciadas pelo conjunto da classe trabalhadora, tanto pela retração dos direitos sociais e os ataques ao que seria uma nova conformação do mercado de trabalho, dado o alargamento do desemprego e dos vínculos formalizados, em detrimento da expansão da informalidade; como ainda, pela inflexão nas organizações sindicais, impactando diretamente na organização política desses trabalhadores, e o reducionismo estatal para com os gastos sociais. Em suma, abertura, individualismo, desregulamentação e privatização constituíram o arcabouço programático por trás das políticas de austeridade monetária e arrocho fiscal (Anderson, 1992).

a crise do endividamento externo manifestada na economia brasileira na década de oitenta reflete-se em desequilíbrios internos que impactam desfavoravelmente na situação econômica da população principalmente através da queda dos níveis de emprego (e crescimento da proporção de trabalhadores sem vínculos formais) observada nos anos iniciais da década, e da aceleração da inflação verificada mais nitidamente nos seus anos finais (Furtuoso *et al.*, 1995, p. 405).

Portanto, houve, um aceleração das condições de desemprego, as quais são impulsionadas pelo cenário macroestrutural de abertura ao capital financeiro, das inovações tecnológicas que adensaram o processo produtivo e, com isso, ampliação a robotização e informatização, que serviram de base para a globalização. E acrescenta Gaspar (2015, p. 285): “desemprego estrutural persistente, desqualificação da ação do Estado, ruptura dos mecanismos de regulação pública, sucateamento de equipamentos e políticas sociais, privatização de espaços públicos, ideologia consumista e a mercantilização total da vida coletiva, pautada pelo exacerbado individualismo”.

[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tendências antidemocráticas. Neste sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo [...] (Behring, 2003, p. 60).

O discurso mercadológico se voltava à ampliação da eficiência e da redução dos custos, impulsionados pela introdução da microeletrônica, a descentralização produtiva, a substituição da produção em série por uma produção flexibilizada e um reordenamento geopolítico, o qual tinha (tem) como pressuposto o alcance de territórios em que a disposição de força de trabalho ociosa seja uma realidade.

A “onda de direitização” (Anderson, 1995) continuou avançando e consolidando os caminhos para o estabelecimento do Estado que propunha e defendia processos de privatização, terceirizações e ajustes fiscais. O cenário de crise, portanto, possibilitou ao “novo” modelo de produção que sustentou-se sobre os escombros do fordismo em seu estado de crise, para assim, dar impulso a uma verdadeira revolução tecnológica no âmbito dos processos produtivos.

Dessa forma, em linhas gerais, corroboramos com Antunes (2015) que o modelo japonês é uma forma de organização do trabalho que significou uma refutação à rigidez designada pelo modelo fordista, por isso, perfilhou a especialização flexível por compreender que era via fulcral para concretização de novos padrões de produtividade, assim como por formas que viesse a ajustar a produção à lógica do mercado. Em decorrência, foi possível ainda vislumbrar o surgimento de novas formas de gestão da força de trabalho, baseadas nos Círculos de Controle de Qualidade.

Contudo, é importante destacar que “a introdução do modelo japonês não implicou necessariamente a supressão dos princípios de organização do trabalho de base fordista”

(Souza, 2011, p. 92), o que foram percebidas são formas complementares, uma vez que as bases que cimentam o modelo fordista não se eliminaram por completo das linhas de produção.

Segundo Tenório e Valle (2012), o que aconteceu entre o fordismo e o pós-fordismo – os modelos de produção sucessivos ao fordismo - é um verdadeiro *continuum* que situa várias possibilidades e assimetrias tecnológicas, versando entre a rigidez e a flexibilidade, evidenciando que não se trata de uma antítese, ou seja, de modelos que se contradizem, mas uma síntese que finda por apresentar semelhanças.

Contudo, o modelo japonês traz a flexibilidade das linhas de produção como sendo a sua característica fundante, uma vez que a mercadoria ganhará nichos marcados pela mundialização, assim como o incremento da informatização e da microeletrônica. Importava agora a descentralização industrial e a busca pela gestão da força de trabalho, a partir de “uma gestão participativa” e a “busca pela qualidade total” das mercadorias, como explicita Antunes (2015, p. 34).

Portanto, vê-se que os paradigmas que embasarão o Toyotismo bebem da fonte das características fordistas, só que agora com os envoltos permeados pelo capitalismo globalizado e com o estreitamento e alargamento das relações de trabalho para além da esfera fabril e nacional. O lema é transcender fronteiras, disseminar e diversificar a produção não mais em massa, mas primando pela lei da “oferta e da procura” no mercado.

A adesão ao modelo japonês trouxe consigo a descentralização da produção acompanhada da terceirização/quarteirização da produção, como estratégia de descentralização do(a) trabalhador(a) que agora está fora da fábrica e, concomitantemente, produzindo.

Com isso, a classe trabalhadora assistiu um distanciamento, redundando em um nítido processo de alienação, do produto final, como também, a intensa substituição do trabalhador pelo incremento intensificado da maquinaria.

Sustentamos que a alienação proveniente do modelo japonês se consuma diante do processo de trabalho flexibilizado e mundializado, aprofundado pelo entranhamento do trabalhador em relação ao produto final que é fruto do labor.

Para o trabalhador, a terceirização resulta em perdas que afetam o emprego, a organização de classe e as condições de reprodução social. O trabalhador fica vulnerável às formas precárias e autônomas de trabalho, ao desemprego, bem como suscetível ao engajamento estimulado (Souza, 2011, p. 98).

A exigência pelo trabalhador(a) qualificado(a) e polivalente fará de muitos(as) trabalhadores/as pessoas excluídas dos espaços de trabalho, restando aos mesmos outras formas e alternativas de empregabilidade.

Aliado a esse cenário, o desemprego estrutural, a precarização das condições e relações de trabalho fizeram parte da vida da parcela de trabalhadores(as) que não encontram condições concretas de se manter dentro de circuito produtivo.

Para o campo dos direitos trabalhistas, o impacto foi fulcral com desdobramentos agudos, pois como apontou Antunes (2015), os direitos arduamente conquistados recentemente, fruto das lutas sociais da classe trabalhadora, são alijados e substituídos pela primazia do mundo produtivo, em um processo que se caracterizou pela desregulamentação e flexibilização.

Harvey (2011) vai elencar um conjunto de aspectos que propiciou o processo de desencadeamento da globalização, como: reorganização radical dos sistemas de transportes; redução das barreiras artificiais do comércio; nova arquitetura financeira que facilitou a circulação do fluxo global de capital-dinheiro líquido; a desregulamentação das finanças.

O mercado de trabalho apresenta maior dispersão e polarização de rendimentos. Uma camada profissional de altos salários, vinculada às empresas de ponta, encontra sua contrapartida em segmentos de renda baixa, terceirizados temporários, indiretamente ligados a essas mesmas empresas globalizadas, ou formando o vasto contingente de uma nova pobreza urbana, de certo modo uma novidade nas cidades dos países ricos, mas uma camada superposta aos excluídos tradicionais, nas metrópoles do terceiro mundo (Gaspar, 2015, 288).

Segundo Harvey (1992), uma série de experiências novas sob domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma. Essas experiências representaram as primeiras formas da passagem para um regime de acumulação completamente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social diferenciada.

Diante desse cenário, coube-nos analisar criticamente como se procedeu essas transformações no mundo do trabalho o qual se metamorfoseou, mas não rompeu com o trabalho em células domésticas, por exemplo. O que se percebeu foi o retorno de práticas de trabalho sob novas bases guiadas pela égide capitalista, meio ao cenário modernizador em que as formas de gestão do trabalho vivenciavam com o advento da globalização e da reestruturação produtiva, a partir do retorno do trabalho em células familiares e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, como apresenta Antunes (2013).

Na latência da América Latina, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina – (CEPAL), que tinha ligação com a ONU, que trouxeram o pensamento que seria somente através do investimento na industrialização, com abertura transnacional que possibilitasse romper com a unicidade do mercado interno e primário-exportador, que superariam a enervação histórica do atraso e do “subdesenvolvimento periférico” (Gaspar, 2015, p. 273). A proposta se estruturava num ideário de exportar somente o excedente

produtivo, defendendo, portanto, a ideação de um Estado-empendedor. De acordo com Moraes, Ibrahim e Morais (2020, p. 08)

Segundo os cepalinos percursores, a burguesia nacional latino-americana não era detentora de um capital forte capaz de industrializar a região, logo era incapaz de se tornar agente do investimento, fomentando o desenvolvimento por si só. O Estado deveria, portanto, alterar o padrão de políticas públicas, orientando-as para a composição de polos industriais e de investimentos na infraestrutura.

O pensamento Cepalino não se estruturava ausente de contradições. Os autores supracitados (*idem*, p. 07) apresentam como isso se dava, inclusive analisando como a CEPAL contrariava os princípios defendidos por David Ricardo:

Nos países subdesenvolvidos, conseqüentemente, a taxa de crescimento da razão capital-trabalho (K/L) pode se manter constante para qualquer quantidade de capital em virtude da oferta de trabalho ilimitada que essas economias possuem. Nos países centrais, com economia industrial, os ajustes ao longo do ciclo econômico faziam-se pelas quantidades enquanto nos países periféricos, com economia primária, por meio dos preços.

Com nomenclaturas muitas – “países em desenvolvimento”, “países de Terceiro Mundo”, “países subdesenvolvidos”, “países periféricos” – advindas do contexto cepalino, os países que não compunha o bloco hegemônico e assumiam essa caracterização colonialista, de capitalismo e industrialização tardia, somavam a essa ideação de “modernização” pautada pela via de adesão neoliberal. Tais aspectos impactaram veemente o desenrolar histórico de como isso se perpassou e os reflexos contemporâneos desses territórios.

Ainda com base em Gaspar (2015), diante da ausência de um empresariado que pudesse sustentar as prerrogativas do investimento econômico propostos pelos ideários cepalinos, coube ao Estado essa intervenção tida na época como “progressista”. Vários países latino-americanos aderiram “a cartilha da Cepal”, e o Brasil foi um deles. Numa transição entre os governos de Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), o Brasil experienciou iniciativas afincas voltadas ao que foi, à época, tratado como uma proposta de modernização, como veremos adiante.

O processo de reestruturação produtiva, intensificado pós década de 1970, a partir do incremento do modelo de produção japonês e do neoliberalismo, refletiu para a classe trabalhadora em formas de adoecimento advindo das relações de trabalho, crise no sindicalismo³¹, precarização das relações e condições de trabalho.

³¹ É importante considerar a crítica levantada por Netto (1995, p. 30) ao tratar da “dessindicalização” e entendendo-a como um processo que não tem consequência estritamente econômica, pois o autor vai apontar que tais aspectos são oriundos de um contexto mais histórico-cultural que afeta o mundo do trabalho, no tocante ao perfil de

Dessa forma, partimos da compreensão do neoliberalismo como sendo uma “*razão do capitalismo contemporâneo*”, para parafrasear Dardot e Laval (2014, p. 15), uma vez, para além de uma política de regulamentação dos mercados, é uma racionalidade que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. É como um cerne que entranha o pensamento social de modo que tudo parece ser natural frente a condução da realidade.

Os anos de 1990, portanto, iniciava com uma inclinação desfavorável aos ideários neoliberais. Porém, seguido de um contexto eleitoral favorável a (re)vitalidade do neoliberalismo, uma vez que os territórios em que as perspectivas de esquerda ainda tinham minimamente um traço predominante, ecoou sob o domínio dos partidos de direita, situação responsável por atribuir novos ares ao neoliberalismo, com a imersão em novos territórios globais.

Como explicar esse segundo alento no mundo capitalista avançado? Uma de suas razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 1989 e 1991, exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios (Anderson, 1995, p. 17).

Nesses países do leste, tal conjuntura da época, ainda de acordo com o autor supracitado, expressava um neoliberalismo extremista, cunhado numa postura anti-keynesiana e com críticas fulcrais ao Estado de bem-estar. Continentalmente, o neoliberalismo se instalava como espinha dorsal do cenário do fim do século XX enquanto ideologia dominante e influenciadora de todas as relações socioeconômicas.

Após os países do Sul e os países do leste, a América Latina, enquanto terceira via de experimentação neoliberal, endossou o bolo mundial da insurgência da referida política. “Filho da crise fiscal”, como destacou Sader (1995, p. 35), e com impactos de um contexto, em passos, maduro, o neoliberalismo atingiu aos países latino americanos com estratégias e experiências já logradas de aspectos favoráveis à sua efetivação.

Na América Latina o neoliberalismo encontrou solos férteis, dado o cenário ditatorial e de abertura sólida para cimentação dos seus ideais. Incorreram experiências compatíveis com o capitalismo, como foi o caso da Bolívia, México, Argentina e Peru. Argumenta Sader (1995, p. 36) sobre essa conjuntura: “o período de lua-de-mel do neoliberalismo na América Latina

teve no Chile, na Bolívia, no México e na Argentina seus campos privilegiados de experimentos”.

Diante desse traçado histórico acerca dos determinantes históricos que assolam o cenário basilar ao neoliberalismo, como pensar os vieses reverberantes na sociedade brasileira? Quais os principais reflexos políticos, econômicos, sociais, ambientais que defrontam a adesão da referida política e como isso se desencadeou quando visto o contexto das políticas sociais e o Estado Social? É sobre isso que o subtópico a seguir abordou.

3.3 TRAÇOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO BRASIL E OS IMPACTOS NEOLIBERAIS NA FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

É interessante enfatizar, por mais conhecido que seja, que as raízes de formação sócio-histórica do Brasil se moldam em bases colonialistas, escravocratas, que infere, de modo estrutural, na organização social, econômica, política e cultural que o país demarcou (e demarca) com o processo de consolidação federativa, como realça Florestan (2020, [1975]).

Portanto, é master considerar, como as causalidades neoliberais, para além do enfoque em relação aos êxitos e reordenamento sócio-político e geográfico globalmente ocasionado por tal processo ideológico, inferiu (e infere) no cenário socioeconômico e político do Brasil.

Dessa forma, compreendemos que, refletir sobre a adoção neoliberal no Brasil, implica como princípio das nossas análises como se deu esse percurso sócio-histórico e político, dada a conjectura de nação influenciada, no advento do século XX, pelas bases autoritárias e militaristas.

Nos primórdios do século XX, através das primeiras motivações de articulação sindical, a organização da classe trabalhadora urbana brasileira se formava, sob influência do modelo dos sindicatos europeus trazidos pelos imigrantes, conforme Margarites (2020). O intuito das primeiras organizações foram para reivindicar melhores condições de trabalho. Houve mobilizações coletivas que requeriam do Estado a intervenção frente ao cenário de assolamento das questões sociais que logo se aguçavam diante da *onda de industrialização brasileira*, que se dava em sentido concomitante ao processo de marginalização das pessoas pobres com a formação das periferias.

A reação estatal, diferentemente do que pautava a luta dos trabalhadores, foi movida por intervenções truculentas e atendia às reivindicações com ações repressivas através da força

policial, pois entendia que não era responsabilidade do Estado prestar o atendimento às questões de cunho social.

Apesar desse quadro repressivo, algumas ações internas começaram a ser disseminadas no parlamento. Com isso, alguns avanços foram sentidos no plano das legislações em defesa da classe trabalhadora. Exemplo disso foi a primeira Lei de proteção ao trabalhador de 1919, “que tratava da questão do acidente de trabalho, colocando sob o empregador a responsabilidade e eventuais ônus provocados por essas ocorrências” (Magarites 2020, p. 54).

Tal cenário brasileiro, que iniciava um processo de reconhecimento progressista com as questões sociais, foi fortemente influenciado pelo plano internacional, através dos impactos advindos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, ainda segundo o autor acima referenciado. O que seria entendido como *novo trato com os temas sociais*, foi documentado com assinatura do Tratado de Versalhes³², em que o Brasil fez parte de sua adesão.

As iniciativas voltadas para área social se davam, hegemonicamente, com o intuito de pensar sobre as intervenções nas relações de trabalho, de modo que mantinham a intenção estatal de apaziguamento dos trabalhadores, dado o contexto concomitante de organização política via as bases sindicais, e ainda, para estreitar as relações entre empregador e empregado com vistas a promover o senso de pertencimento por parte do segundo.

Outros processos foram motivados no país, desde as bases de organização da previdência social, através da Lei Eloy Chaves de 1923, até a proposições de cunho psicologizantes para manutenção de mecanismos de socialização entre os trabalhadores, “com a finalidade de garantir a estabilidade no ambiente produtivo”, destaca Margarites (2020, p. 56).

Diante disso, é nos marcos dos anos de 1930, com a posse de Getúlio Vargas ao poder, que se iniciou um processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil, o qual, não foi fruto unicamente das lutas dos trabalhadores, mas uma estratégia de cunho legalista, com a finalidade de corroer as possibilidades de geração de conflitos sociais. Behring e Boschetti (2008, p.105) vão ponderar que esse contexto foi “um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil”. Nessa época, o desemprego e conseqüentemente a intensificação da pobreza, já era uma cena que impactava a realidade social, o acesso aos benefícios sociais já se mantinha pela lógica da seletividade e focalização. Aos demais, que não conseguiam essa cobertura pelas vias do Estado, cabia a

³² Segundo Margarites (2020, p. 54) “O Tratado de Versalhes [foi] um documento que selou a paz entre os participantes da Primeira Guerra Mundial e do qual o Brasil era signatário. Comportava uma nova abordagem dos governos em relação à área social, que incluía políticas trabalhistas e outras medidas”.

caridade da igreja e instituições filantrópicas, através de um Estado Social interventor na *administração da miséria e da pobreza*.

Concordamos com Sposati *et al.* (2014, p. 41) quando ela apresenta que:

O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda uma característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais.

Esse processo foi favorável para influenciar a institucionalização das iniciativas de cunho filantrópico. Margarites (2020, p. 57) o reconhece como sendo a “*profissionalização do exercício da caridade*” que fincou influenciando na formação do “primeiro centro de estudos em Serviço Social no Brasil³³”.

Houve então o que pode ser considerado uma hierarquização da proteção social – frágil e limitada, vale destacar – entre as pessoas trabalhadoras e pobres, uma vez que a legislação que vigorava não trazia o entendimento de acesso universal, mas sim, o acesso aos direitos, previdenciários e trabalhistas, mediante o privilégio da situação que o(a) trabalhador(a) ocupava no mercado de trabalho.

Considerados sem tais garantias de acessos aos direitos citados, a Constituição Federal de 1934 previa “amparos dos desvalidos” com a destinação de “1% das rendas tributáveis para amparo à maternidade e infância”, como destaca Iamamoto e Carvalho (2008, p. 255). Ou seja, a intencionalidade na Era Vargas foi manter uma intervenção das questões sociais alinhadas com a caridade e ações não governamentais e, com isso, a regulamentação das entidades prestadoras desses serviços sociais, se legalizam para a promoção de uma *caridade financiada*.

Além disso, no plano econômico, houve o impulso a modernização do país, com aberturas para o processo de industrialização, a qual se deu baseada na substituição de importações, a partir das agroexportações. Como forma de alcançar esse desenvolvimento, a política de Vargas dependia

[...] de aliança nacional que envolvia Estado, burguesia e trabalhadores. Tendo esse fato em vista, foi criado um modelo de proteção social que permitisse a neutralização das organizações de trabalhadores como fonte de oposição ao governo, em que o acesso às políticas fosse mediado pelos sindicatos. Dessa forma, essas entidades não tinham como foco a mobilização reivindicatória, e sim a cooperação com o governo (Margarites, 2020, 58-59).

A conjuntura influenciava o sentido de somente promover a cobertura da proteção social a quem tinha uma formalização das relações de trabalho, que se dava através da carteira

³³ Para maior detalhamento desse processo, ver Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho (2008).

de trabalho assinada³⁴ e que integrassem as categorias profissionais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Ao grande contingente de trabalhadores que não se vinculavam a realidade citada, ou que se não encontravam inserido em qualquer outra forma de vinculação contratual formal de trabalho, não era de competência estatal a cobertura com benefícios sociais. Santos (1979) vai designar que o modelo de proteção social vigente nesse período se caracterizava como uma “*cidadania regulada*”.

Com o fim da Era Vargas e início do período da ditadura militar, Behring e Boschetti (2008, p. 135) considerou que “[...] expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista”.

A proposta dos militares governantes do período correspondente, era inserir o país na órbita da economia mundial e fortalecer o mercado interno; ou seja, segundo as autoras acima, a ideia era desenvolver um projeto de internacionalização da economia do Brasil.

A realidade supramencionada influenciou veemente a realidade de adoção neoliberal. Além dos respingos internacionais (já apontados anteriormente), o quadro político-econômico da América Latina findou favorecendo o cenário que, logo, “abriu às portas” para a implementação da ideologia neoliberal.

A década de 1970, no Brasil, foi marcada pela ditadura militar, caracterizada pela consagração de um contexto de verdadeiros retrocessos e exacerbamento nacionalista, principalmente em prol do desenvolvimento econômico, em detrimento do autoritarismo, recuo dos direitos sociais e punições explícitas e sem intervenções jurídicas.

O “Plano de Metas”, implementado no governo de JK, abriu o país para o mercado externo e, ainda, bebendo dos pressupostos da Cepal, dependência econômica externa, haja vista a aquisição da dívida pública, que historicamente tornou-se os obstáculos para a superação brasileira dos déficits orçamentários.

Contudo, meio às conquistas advindas da década de 1980, tida como “os anos gloriosos”, o Brasil é alvo da adesão do neoliberalismo. Porém, para uma compreensão crítica acerca do significado e como isso se fez, é necessário que apreendamos as determinações que culminaram no esgotamento do modelo de produção Fordista/Taylorista, uma vez que isso infere diretamente nas relações estruturais que norteiam a compreensão do cenário atual.

³⁴ Lembremos que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi regulamentada nessa época do governo Vargas.

Sobre isso, Sader (1995, p. 36) aponta que “ao longo dos anos [19]80, a economia brasileira viveu processos de acomodamento, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo”. Ou seja, contexto econômico do Brasil, em meados de 1980, se caracterizou por dívidas internas e externas, aumento na taxa de inflação e rebaixamento dos níveis de investimento.

Em contrapartida, a realidade brasileira da referida década desapontava para a massificação dos movimentos de esquerda, os quais, impulsionados pelo anseio do fim da ditadura militar, e o aviltamento de diversas causas sociais (destaque para o movimento feminista, pela diversidade sexual, por moradia, avanço das lutas sindicais, dentre outros), que se pautavam no eco pela democracia e direitos sociais, civis e políticos. Acentuamos ainda que esse movimento histórico foi fundamental para realinhar da classe trabalhadora, e principalmente, por ter sido uma organização norteada pelos segmentos populares do país.

Tal realidade culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual constituiu a Seguridade Social, composta pelo tripé: saúde, como direito de todos; assistência social, para quem dela necessitar; e previdência social, para quem contribuir. É a partir desse endosso histórico que o sistema de proteção social se moldou como responsabilidade estatal.

Na década seguinte (1990), o país vivenciou uma época de grandes transformações na sociedade brasileira. As discussões sobre a proposta de desenvolvimento nacionalista agregaram novos conteúdos acerca da busca de uma definição sobre o papel do Estado no processo em curso à época, o qual assumia uma caracterização desenvolvimentista³⁵.

Behring (2023, p. 12) argumenta que “O neoliberalismo constitui essa reação burguesa à crise do capital, onde **a ofensiva sobre a classe trabalhadora será intensa e duradoura**”. Longe de parecer uma estratégia de previsão de atendimento às necessidades sociais, o neoliberalismo, e as instituições que o consagra, como é o caso do FMI, Banco Central, dentre outras, reafirmam o cenário de desigualdades sociais.

Para assinalar o processo sócio-político no Brasil, Netto (1995, p. 34) faz a crítica, com verbetes que soam ironias, quando denuncia a forma burguesa de fazer política: “quando não

³⁵ Na intenção de uma maturação histórica, segundo Silveira (2009), no Brasil o nacional-desenvolvimentismo propagou-se por volta da década de 1950, o que se fez através do rogo institucional mediante a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Há que considerar ainda que a proposta ideológica disseminada através do projeto nacionalista (no caso, o projeto nacional) alterou o cenário e, paralelo a isso, consentiu o auge de uma consciência abrasileirada. E o projeto em questão mesclava propostas de ideias tanto da esquerda quanto da direita daquela época, uma vez que o propósito maior do desenvolvimentismo - nacionalista era desencadear um sentimento de pertencimento nacional em que o proletariado se voltasse a trabalhar em prol desenvolvimento econômico local (brasileiro) à luz do imperativo burguês da época.

joga no golpe, quando joga na legitimação política por via eleitoral, fá-lo através da mistificação e do cinismo”.

No tocante a isso, a liberação econômica brasileira, que se deu por volta dos anos 1980, foi interpretada como algo sumário para o alcance da governabilidade política. As elites do país, por sua vez, assumem o que seria designado como um projeto político, o qual bebeu das águas neoliberais, principalmente no que se referiu ao papel intervencionista do Estado. Tal contexto se consolidou, mais tarde, na década de 1990, com a elegibilidade de Fernando Collor.

Sobre isso, Fontes (2010, 278) analisou criticamente que:

Se essa proposta de abertura (termo que ainda conserva sua conotação positiva, ligada ao recente processo de restabelecimento de um Estado de direito no Brasil) tinha alvo preciso, a plena circulação do capital monetário e as expropriações de direitos do mercado de trabalho eram propagandeadas como uma revolução na vida cotidiana, enfim aberta para novidades – de consumo e de comportamento – disponíveis no mercado internacional.

Ainda com base nas reflexões da autora supramencionada, o processo que garantiu a elegibilidade de Collor significou um ataque à democracia, a qual foi a uma perspectiva reducionista de aliança aos interesses do capital, como ainda, abalados fulcrais na organização política da classe trabalhadora, o que considera ter sofrido um processo de desconfiguração das estratégias de articulação e cunho militante contra reformista e anticapitalista.

A proposta de plano do referido governo guinou para uma arrebenção sócio-política e econômica que impactou profundamente o percurso histórico (e contemporâneo) do Brasil. Especialmente a década de 1990, o país vivenciou uma política de estabilização apoiada nos ideários liberais, como apontou Filgueiras (2012).

A conjuntura brasileira da época foi favorável a um cenário de ampliação contundente do ideário reformista, uma vez que se tinha, a partir da adesão neoliberal, a proposição das privatizações, dado o teor defendido de desenvolvimento econômico como urgência nacional para a emersão do país do rol dos “subdesenvolvidos”.

Atrelado a isso, houve no campo dos direitos sociais, um ataque truculento às conquistas adquiridas nos anos de 1980, especialmente. Sobre isso, Oliveira (2003, p. 13) discorre que:

No campo dos trabalhadores, a nova correlação de forças leva ao desmanche dos direitos conquistados ao longo da quadra anterior. A extração da mais-valia encontra menos resistência e ao capital perde o efeito civilizador que pudesse ter. A tendência vai para a informatização do trabalho, pela substituição do emprego pela ocupação, ou, ainda, para a desconstrução da relação salarial.

Destarte, ao burlar a efetivação das conquistas trabalhistas – dentre outras - da quadra anterior, e inferir na melhoria salarial, a intencionalidade da política econômica de Collor de Melo se pautava no desmonte dos serviços públicos, com verdadeiro incentivo as privatizações, aliada a uma proposta de redução tarifária para o favorecimento do mercado externo, consolidando, com isso e conforme Marini (2000), a chamada abertura da economia brasileira, o que edificou-se nos marcos dos anos de 1990.

Com o cenário advindo do processo de *impeachment* de Collor de Melo – ocorrido devido denúncias de corrupção -, o contexto de favorecimento econômico se acentuou ainda mais no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que defendia a internacionalização financeira da economia, com retração das instituições públicas, em detrimento da soberania privatista, seguindo o “*manual Collornista*”. Ou seja, FHC adotou um discurso de crescimento econômico, todavia, a partir do mascaramento das latentes desigualdades sócio territoriais e regionais, o que não causou estranheza, dada a coligação com os partidos de direita para o alcance da elegibilidade pleiteada.

Apoiado numa linha desenvolvimentista, FHC assumiu um horizonte interventor de cunho fatalista, pois pregoava que somente por esse caminho que o Brasil alcançaria o desenvolvimento, o qual se fez numa centralidade fulcral voltada para abertura ao mercado externo.

O intuito foi protagonizar o Brasil, no que podemos considerar, como o circuito mundial do neoliberalismo, entendendo como sendo a efetivação dos ideários de cunho minimizador do Estado enquanto agente político e intervencionista, como ainda, pela facilitação do comércio internacional e o apagamento dos gastos sociais, principalmente no tocante ao orçamento da Seguridade Social brasileira, recém constitucionalizada. Para ratificar essa reflexão, de acordo com Monfredini *et al.* (2004, p. 162-163) ao analisar a conjuntura orçamentária e as inflexões acerca da abertura comercial internacional, apresenta, em resultados, os principais para as políticas de seguridade social no contexto dos anos de 1990:

Os gastos em Previdência Social são os mais expressivos em termos quantitativos, correspondendo a 45,9% do total do GSF do período; na sequência, aparecem os gastos com Benefícios a Servidores Públicos – 20,5% de todo o GSF do período analisado –, que se destinam, em quase sua totalidade, às despesas com encargos previdenciários dos servidores públicos. Juntas, essas duas áreas respondem por mais da metade (66,4%) dos gastos sociais. Ou seja, mais de 60% do GSF é destinado aos encargos previdenciários do regime geral e do setor público; na outra metade estão os gastos em Saúde (14,1%) e Educação (7%), que absorvem 21,1% do GSF de 1995 a 2001. As áreas de Emprego e Defesa do Trabalhador; Assistência Social e Habitação e Urbanismo absorvem o equivalente a 8,9% do GSF total da série de tempo analisada. Os outros 3,6% do gasto social federal estão

relacionados às áreas Alimentação e Nutrição, Saneamento e Meio Ambiente, Organização Agrária, Ciência e Tecnologia e Treinamento de Recursos Humanos nas áreas sociais.

Fagnani (1999, p. 174), ratifica as observações acima, e discorre que: “a dissociação entre os objetivos econômicos e os sociais parece ter chegado a um paroxismo. A marca desta década é a convergência da exclusão social com a supressão de direitos e a fragilização da capacidade de intervenção do Estado, via políticas sociais”.

Os aspectos elencados constata as observações acerca de como a centralidade, já destacada, nos efeitos macroestruturais da esfera econômica desencadeou uma verdadeira renegação do campo das políticas sociais, as quais, foram condicionadas ao segundo plano. Mesmo que sejam significativos os avanços jurídicos-normativos acerca dos fundamentos legais e institucionais no campo das referidas políticas, como é o caso da legislação do Sistema Único de Saúde (1990), é salutar apontar, com base nos dados supracitados, que há o superávit primário do Orçamento da Seguridade Social³⁶ em detrimento do Orçamento fiscal.

Para ratificar essa argumentação, Ávila e Fattorelli (2023) apontam que: “em 2022, por exemplo, os gastos do governo federal com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública somaram R\$ 1,879 trilhão, o que representou 46,3% do Orçamento Federal Executado (pago), consumindo, portanto, a maior fatia de todos os recursos públicos federais, conforme gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)”.

O gasto público destinou-se hegemonicamente para a constituição de um “Brasil moderno”, mesmo que às custas da ampliação das desigualdades sociais, territoriais, ambientais e econômicas. Tudo tinha como propósito a inserção brasileira na vitrine do mercado externo.

Esse redesenho macroestrutural apontado até aqui, desemboca em consequências morfológicas no tocante a totalidade que perpassa as relações sociais dos indivíduos, indo além do raio que alcança os elos do mundo do trabalho. Gaspar (2015, p. 291) destaca que “a geografia da desigualdade do capitalismo agrava as iniquidades intra e inter-regionais, marginalizando povos e nações dos supostos benefícios da globalização”, daí, corroboramos com a referida análise, uma vez que os impactos ocasionados pelo neoliberalismo incide diretamente nesse reordenamento sócio-político-econômico, porém, com particularidades

³⁶ Desde a vigência do neoliberalismo, a partir dos anos 1990, a história da proteção social brasileira tem sido desenvolvida sob as sucessivas contrarreformas do Estado, que fazem com que as políticas sociais se efetuem por meio de ações pontuais e compensatórias. As ações da proteção social brasileira são regidas pelo trinômio neoliberal: privatização, focalização/seletividade e descentralização. Em outras palavras, ao longo dos governos democráticos brasileiros pós-1980, ou seja, de Collor até hoje, ainda que sob diferentes perspectivas, tem-se a desresponsabilização pela política social e pelo padrão de seguridade social projetado na Constituição de 1988 (Araújo *et al.*, 2022, p. 97).

regionalizadas, o que infere e realça a importância de impetrar uma crítica a tais rebatimentos sob o prisma dessas singularidades, como é o caso da pesquisa ora desenvolvida.

Além disso, compreendendo que o aguçamento das expressões da questão social se mostra como reflexos dessas iniquidades territoriais, as quais são consequências de uma junção entre os fatores sócio-históricos - como é o caso do Brasil, que tem sua formação edificada na colonização, escravização e capitalismo tardio – mais as transformações provenientes desses reordenamentos, fruto da sociabilidade capitalista.

Sendo assim, é possível apreender que esse movimento abraçador de adoção da política neoliberal e, conseqüentemente, adesão aos preceitos da globalização, desencadeou (e desencadeia) o que Chesnais (1996, p. 33) vai considerar como excludente e “com exceção de uns poucos ‘novos países industrializados’, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento.”

Sobre isso, Marini (2000, p. 51) argumentou que: “[...] a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje de maneira mais evidente na internacionalização da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais fracos.”

Portanto, a abertura econômica brasileira nos anos 1990 apresentou características singulares quando relacionado ao período compreendido entre o pós-guerras até a década de 1980, motivados por entorno mais radical no tocante as implicações voltadas para classe trabalhadora, dada a centralidade de enaltecimento econômico a todo custo.

No tocante as especificidades de ataques sofridos pela classe trabalhadora, Fontes (2010, p. 264), ao relatar sobre as implicações atentadas aos movimentos sindicais e sociais, o que denominou de “Pedagogia da hegemonia”, ela discorreu que:

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. À violência somava-se uma nova ‘pedagogia da hegemonia’ difundida pelas entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis, do elementar ao ensino superior), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espriar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos.

O aviltamento das iniciativas voltadas para a mundialização³⁷ da economia foi uma válvula de escape mediante o contexto de crise profunda, dado o esgotamento do padrão de financiamento da acumulação, como ainda, das alterações de cunho estrutural no capitalismo em escala global.

Portanto, parafraseando “Chico” de Oliveira (2003, p. 150), na sua metáfora com o ornitorrinco, tem-se que:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo a voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de distribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.

Desse modo, pensar o caminho teórico conceitual, esboçado até aqui, tem como finalidade detalhar as determinações sócio-históricas e como isso impactou (e impacta) sobre as relações e condições de trabalho no Brasil, partindo do prisma que o referido adensamento se julga necessário para que não caíamos no foço acrítico da historicidade rasa, sobretudo, por considerar a importância de apreendemos o terreno crítico que envolve o objeto de estudo que embasa a tese ora desenvolvida, o qual, como já discutido, é fruto das enervações que moldam a sociedade contemporânea.

³⁷ “A mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de regulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan” (Chesnais, 1996, p. 34).

4 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO E A INCIDÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO: REFLEXOS NO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE - RN

“A atual crise do capitalismo também é política” (Arruzza, Bhattachayra e Fraser, Feminismo para os 99%: um manifesto).

O cenário contemporâneo nos coloca diante da direção propositiva de analisar os impactos da crise estrutural do capital e seus rebatimentos sobre o conjunto da classe trabalhadora, de modo a compreender os determinantes e as engrenagens que moldam o Estado e sua funcionalidade diante do atendimento das necessidades materiais e sociais, as quais se fazem, hegemonicamente, através das políticas sociais. Ainda, compreender os determinantes que circunscrevem essas mediações a partir de um contexto neoliberal e capitalista.

A partir disso, buscamos analisar nesse tópico os reflexos oriundos da fase contemporânea do neoliberalismo³⁸ no conjunto das relações e condições de trabalho dos (as) profissionais que atuam na política de Assistência Social, de modo a particularizar o recorte regionalizado que esse estudo de propôs a desvendar.

Partimos da necessidade de aprofundamento dos debates em torno dos impactos que as relações capitalistas e neoliberais, tomados pela flexibilização, informatização, exploração e precarização, disseminam sobre o conjunto da classe trabalhadora, e aqui, de modo particular, os (as) profissionais que assumem funções ligadas ao cumprimento do papel estatal frente a efetivação da Política de Assistência Social.

As principais categorias identificadas no terreno da investigação do objeto para embasamento teórico – crítico desse capítulo e, conseqüentemente, exploradas para obtenção das reflexões foram: *condições de trabalho e adoecimentos*³⁹ e *diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho*.

Acerca da categoria **Condições de trabalho e Adoecimentos**, a aproximação com o objeto de estudo desvendou as subcategorias que nos levou a compreensão do contexto de precarização advindo das relações e condições de trabalho, como ainda, as formas entendidas, ou naturalizadas, de adoecimentos.

³⁸ Algumas autoras tratam como sendo o “Ultraneoliberalismo”. Ver Bravo; Matos; Freire, (org.) (2020).

³⁹ O sentido pluralizado da categoria “Adoecimentos” se deu para explicitar os vieses, numa visão de totalidade, em volta das múltiplas formas de adoecimento proveniente do contexto contemporâneo de intensificação da precarização do trabalho, de modo a não ser tratado e visto interseccionalmente, mas a partir de imbricação entre os impactos ocasionados a saúde do/a trabalhador/a, como: físico, mental, dentre outros.

No tocante a categoria **Diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho**, foi possível apreender as subcategorias expostas na tabela abaixo, as quais guiaram o processo de análises de reflexões em torno no chão histórico e contemporâneo que permeiam as relações de trabalho na Assistência Social no Seridó do RN.

Tabela 03: Categorias e Subcategorias

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS RELACIONADAS
<i>Condições de trabalho e Adoecimentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade de bem estar físico e mental; - Desmotivação profissional para a realização das demandas e função do processo de trabalho; - Acúmulo de funções advindo do reducionismo do quadro de recursos e do aumento exponencial da demanda de trabalho, principalmente após o cenário de pandemia da Covid-19; - Sobrecarga de trabalho; - Ausência ou fragilidade no atendimento das prerrogativas éticas e técnicas da relação com o usuário; - Manifestação de transtornos de ansiedade e estresses provenientes do cenário e processo de trabalho; - Extensão das demandas de trabalho para a conclusão na esfera do lar, justamente pela ausência de tempo para a conclusão no horário de trabalho no serviço socioassistencial; - Condições precárias dos recursos materiais e da estrutura física.
<i>Diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Desigualdade salarial na assistência social, tomando por base que há diferenciações no cumprimento de carga horária e salários

	<p>mediante o tipo de vínculo (estatutário, seletista e comissionado);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do quadro de profissionais estatutários (as) durante a última década dos anos 2000; - Rotatividade profissional em função da ausência de concursos, do rebaixamento salarial e da vinculação temporária via processos seletivos (com vigência contratual de 02 – dois – anos); - Diferenciação das exigências de trabalho mediante o tipo de vínculo contratual, o que infere diretamente no processo de autonomia para o desempenho das funções incumbidas a cada área de formação mediante as prerrogativas éticas (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia); - Assédio moral.
--	---

Fonte: Elaboração realizada pela pesquisadora partir dos dados da pesquisa empírica.

Por fim, o referido tópico se propôs, portanto, a apresentar uma discussão a partir do chão histórico que perpassam as nuances, agravos e reflexos dos rebatimentos fruto das relações contemporâneas, em tempos de desproteção social e acirramento das expressões da questão social tomando como solo reflexivo a região do Seridó Norte riograndense. Isso foi motivado, para além da vivência da pesquisadora como trabalhadora da referida política que norteia a apreensão desse estudo, também, pelas determinações que marcaram (e marcam) as políticas sociais brasileiras, especialmente as de Seguridade Social, dado os impactos fecundos dos cenários de contrarreformas.

Paralelo a isso, foi maturado o atravessamento da pandemia de Covid – 19, uma vez que os resultados apontados nessa tese perpassam o contexto de crise sanitária que afetou todo o território mundial, e isso contornou muitos aspectos, os quais, não vislumbraríamos se deparar. Mas sendo a realidade dinâmica, buscamos aqui analisar como todos esses rebatimentos conjunturais e estruturais reverberaram no objeto de estudo aqui investigado e analisado.

Portanto, mergulharemos agora nos determinantes teóricos – conceituais, e numa perspectiva dialética, abordaremos os elementos históricos e as marcas do tempo presente, com vistas a evidenciar a essência do fenômeno estudado e as aparências que também o constitui, como forma necessária da totalidade que o envolve.

4.1 QUEM SOMOS? O PERFIL DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DE NÍVEL SUPERIOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DO SERIDÓ OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO NORTE/RN

A partir das discussões apresentadas anteriormente, e tomando por base a importância de conhecermos as determinações sociais que caracterizam a identificação, mediante a premissa da diversidade humana, do objeto dessa pesquisa, nesse tópico apresentamos os aspectos gerais em relação as principais características dos (as) trabalhadores (as) que compõem a Rede Socioassistencial governamental do Seridó Ocidental do RN.

Elencamos como elementos essenciais para traçar o perfil sócio-histórico às condições de: gênero, idade, raça, estado civil, escolaridade, formação profissional por compreender que são traços fundamentais para identificação de aspectos que traduzem a relação da intencionalidade que molda o objetivo desse estudo.

Como apresentado na introdução, o desenho empírico dessa pesquisa se deu em duas etapas que corresponderam a coleta de dados. No tocante aos resultados do *Google Forms* foi possível apreender os determinantes e marcadores sociais que caracterizam o perfil do público alvo desse estudo.

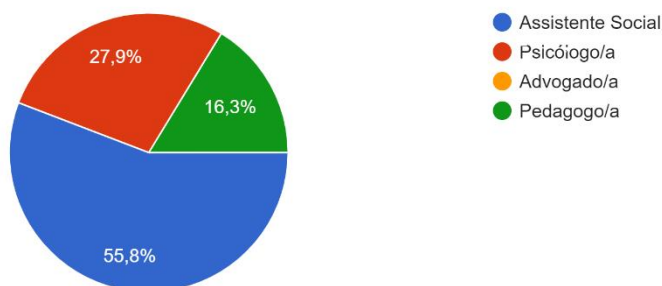
O primeiro dado analisado foi relativo à formação profissional das pessoas que se encontravam atuando na política de assistência social dos municípios da região ocidental do RN.

Nesse sentido, com base no gráfico abaixo, observa-se uma presença expressiva de profissionais assistentes sociais (55,8%), sendo quase o dobro dos profissionais psicólogos (as) (27,9%), que é a segunda categoria com maior presença na Assistência Social na região pesquisada, seguida das pedagogas (16,3%). De acordo com Iamamoto (2017, p. 31), “a política de assistência social absorve hoje mais de 40 mil assistentes sociais presentes em todos os 5.570 municípios do país”.

Gráfico 01: Formação Profissional dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS – Seridó Ocidental do RN

1 Formação Profissional:

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

A tabela a seguir, extraída da publicação do Censo SUAS de 2022, revela que a realidade da região do Seridó Ocidental (RN), que é alvo desse estudo, coaduna com os indicadores nacionais, tomando por base os resultados de profissionais que atuam da Proteção Social Básica (PSB) via os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Tabela 04: Distribuição das profissões que atuam no SUAS – Censo SUAS 2022

q70. Profissão		
	Qtidade trabalhadores CRAS	%
Advogada(o)	563	,5
Terapeuta Ocupacional	87	,1
Antropóloga(o)	10	,0
Administrador(a)	1180	1,0
Economista	56	,0
Outra(o) profissional de nível superior	8401	7,3
Profissional de nível médio	35391	30,7
Sem formação profissional	27012	23,5
Analista de Sistema	66	,1
Programador(a)	35	,0
Assistente Social	22111	19,2
Psicóloga(o)	11120	9,7
Pedagoga(o)	7393	6,4
Socióloga(o)	95	,1
Fisioterapeuta	129	,1
Nutricionista	173	,2
Enfermeira(o)	144	,1
Médica(o)	9	,0
Cientista Política(o)	9	,0
Economista Doméstica(o)	6	,0
Musicoterapeuta	20	,0
Contador	128	,1
Geógrafo	45	,0
Profissional de educação física	692	,6
Administração pública/Gestão	274	,2
Total	115149	100,0

Fonte: extraída do Censo SUAS 2022.

A evidência identificada quanto à formação profissional, já direciona a necessidade de analisar o que é tratado por Iamamoto (2017) como mimetismo entre a Assistência Social e o Serviço Social. Ainda se mostra visível, dada a natureza histórica que norteia a referida política e profissão, o que também é sustentado pela referida autora, mas que devemos recuar, uma vez que é necessária a autonomia profissional e da própria política social, para que não se confunda política de Estado com política de governo, nem profissão com política social.

Diante das análises destacadas, evidenciamos o pressuposto que: *A política de Assistência Social na região do Seridó Ocidental do RN tem em sua composição de profissionais de nível superior uma expressiva presença de Assistentes Sociais, o que pode ser reflexo do mimetismo que ainda vigora entre a profissão e a política social.*

Esse aspecto pode ser justificado pela ampliação (e mesmo o “chamado”) do trabalho de assistentes sociais, dada à normatização da mesma no início do séc. XXI – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS – 2004), suas Normas Operacionais (NOB SUAS de 2012 e NOB RH SUAS de 2021), dentre outras questões – as quais enfatizam a centralidade do trabalho dos (as) assistentes sociais. Isso requer que também façamos uma crítica, por considerar que tal centralidade e exaltamento do trabalho do(a) referido(a) profissional pode trazer aspectos das bases fundantes do Serviço Social (caridade, benemerência) e pela particularização das questões de gênero que marca os solos constitutivos da profissão.

Segundo Couto (2017, p. 86) isso se dá pelas “características específicas na assistência social, pela sua tradição de não – política, sustentadas em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento em equipes profissionais”.

Com base na Resolução CNAS nº 17/2011, em seu art. 1º, em seu parágrafo único, temos que: *Compõem obrigatoriamente as equipes de referência: I - da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo. II - Da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado. III - da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo.*

Em seu art. 2º, inciso 3 é acrescido: São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; *Pedagogo*; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta. E ainda, em seu art. 3º define quais as categorias de nível superior que, preferencialmente, *poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo,*

Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional

O que isso nos indica? É válido considerar que há duas categorias que se mostram reconhecidamente centrais na atuação do trabalho no SUAS: assistente social e psicóloga (a). Tal aspecto pode justificar a inserção ativa dessas duas áreas de formação profissional, como ainda pelo desenho histórico que se naturalizou essa relação da Política de Assistência Social como sendo aquela que lida com a resolutividade dos problemas da população.

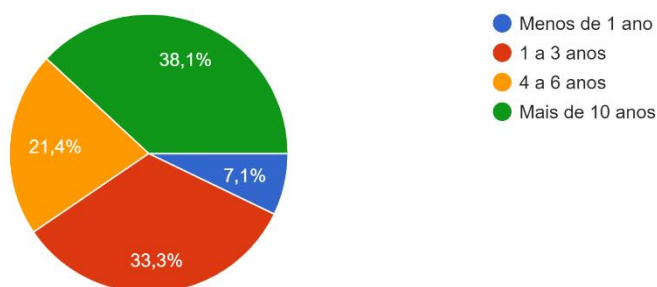
No tocante aos resultados da pesquisa empírica, vemos que, mesmo sendo a Psicologia uma profissão reconhecida e tomada como obrigatória na composição das equipes dos serviços socioassistenciais, há uma composição de Assistentes Sociais quase em dobro em relação a Psicólogas(os).

O segundo aspecto analisado, diz respeito ao tempo de atuação que o(a) profissional já possui atuando na região do Seridó Potiguar. O indicador extraído com base no tempo de atuação no SUAS, reverbera algumas reflexões: primeiro, a pergunta não foi específica ao tempo de atuação no município o qual o (a) trabalhador (a) entrevistado (a) se encontra (va) atuando na época em que se deu a Coleta dos Dados, mas de forma abrangente. Tal consideração nos revela que esses (as) profissionais já apresentam um tempo considerável de inserção na política de assistência social, uma vez que 54,7% tem de 04 a 10 anos, 33,3% de 01 a 03 anos, contra apenas 7,1% com menos de 01 ano.

Gráfico 02: Tempo de atuação dos (as) trabalhadores (as) no SUAS

1 Há quanto tempo você trabalha na política de Assistência Social:

42 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Defendemos essa sustentação quando cruzamos ao apreender que, nas regiões interioranas brasileiras, os serviços socioassistenciais são os grandes responsáveis pela

empregabilidade de assistentes sociais, psicólogos, especialmente. Cabendo, portanto, indagar: o SUAS é uma política privilegiada de atuação para assistentes sociais e psicólogos?

De acordo com os Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (2007, p. 40), elaborado em parceria pelo CFESS e Conselho Federal de Psicologia (CRP),

Assistentes sociais e psicólogos(as) têm uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa do papel da Assistência Social e das políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida; isso sem superestimar suas possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais, gestadas e cimentadas nas determinações macroeconômicas que impedem a criação de emprego, redistribuição de renda e ampliação dos direitos.

Portanto, apreendemos que ambas as categorias possuem uma formação alinhada com as exigências de intervenção cimentada com as competências, objetivos e proposições da política de assistência social. Porém, não percamos de vista que nossa reflexão se faz no sentido de quando essa atuação se pauta nos pilares éticos que segmentam uma direção social ancorada na defesa dos direitos sociais.

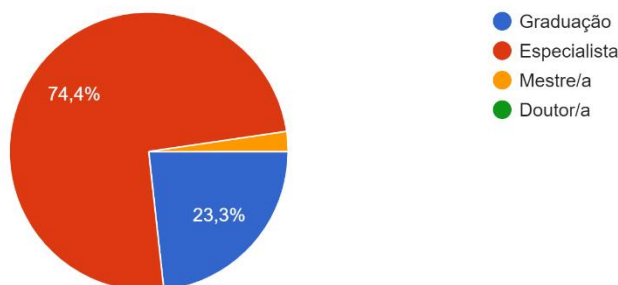
O terceiro dado explorado foi relativo à escolaridade dos(as) trabalhadores(as) do SUAS que atuam na região do Seridó do RN. O gráfico 03 (a seguir) apresenta os resultados em relação à escolaridade que os(as) profissionais possuem até o ato da coleta dos dados em voga (2022). Salientando que a pesquisa se voltou para os(as) trabalhadores(as) do SUAS de nível superior, ressaltamos que as opções se restringiram em compreender a partir disso, ou seja, buscamos investigar a realidade quanto a conclusão em cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*).

Sendo assim, identificamos que há uma prevalência de títulos voltados a pós-graduação na modalidade *lato sensu*. Todavia, chama atenção o quantitativo de profissionais que possui somente a graduação, o que pode ser explicado por alguns pressupostos: primeiro, quando cruzamos com a realidade da idade, percebemos que há um percentual expressivo (44, 2%) que tem entre 26 e 35 anos, ou seja, podemos considerar que concluíram a graduação nos últimos anos e ainda podem estar cursando ou buscando adentrar em cursos de pós-graduação.

Gráfico 03: Escolaridade dos (as) trabalhadores (as) do SUAS

6 Escolaridade:

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

De acordo com pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2021), os jovens brasileiros concluem o ensino superior entre os 25 e 34 anos, situação essa que possibilita a evidência dos dados do nosso estudo.

Outro aspecto que pode ratificar o que sustentamos é a interiorização do Ensino na modalidade a Distância (EaD) quanto a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Sendo o Seridó uma região distante geograficamente da capital do estado (Natal), como também de outras capitais de estados circunvizinhos, como é o caso do Ceará (CE) e Paraíba (PB), isso pode ser considerado uma limitação desses (as) profissionais estarem se vinculando aos cursos ofertados gratuita e presencialmente na universidade pública, pois mesmo que haja campus da UFRN⁴⁰ e UERN na referida região – com sede em Caicó/RN -, os mesmos não apresentam, até então, a oferta de cursos de pós graduação que correspondam às áreas das formações profissionais do SUAS, ou outras áreas de interesse dos (as) profissionais.

Outro aspecto é a condição de desvalorização profissional no SUAS. Imersos numa sociabilidade capitalista, a qual nos condiciona ao trabalho assalariado e que a venda da força de trabalho é a principal estratégia para obtenção dos meios que garantam minimamente a sobrevivência, temos a realidade que os(as) trabalhadores(as) que atuam na Assistência Social possuem os salários mais baixos.

⁴⁰ Desde 2016 que a Escola Multicampi de Ciências Médicas – (EMCM/UFRN) aprovou dois Programas de Residência Multiprofissional, sendo um em Atenção Básica do SUS e o outro em Saúde Materno Infantil. Ambos contemplam assistente social e psicólogo nas equipes. Porém, mesmo considerando o viés da intersetorialidade e a relevância para a formação qualificada com raio de emersão no interior, é salutar considerar que não há, até o momento do desenvolvimento dessa tese, nenhuma pós-graduação ofertada pelas instituições de ensino superior do RN com especificidade para atuação na assistência social.

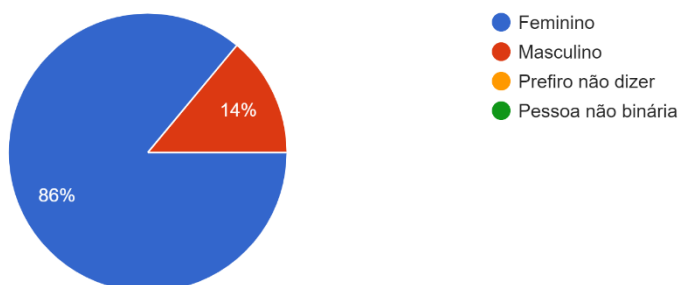
Isso pode ser explicado pelo crescimento no número de profissionais lançados ao mercado de trabalho, principalmente após o advento do EaD, ocasionando o aguçamento da recomposição da superpopulação relativa que finda no rebaixamento salarial, portanto, entendido como aspecto estrutural da precarização do trabalho. Como ainda, pelo caráter de não-política que ainda é notório na construção histórica da assistência social brasileira, uma vez que as marcas da benemerência e da caridade ainda persistem como sombra da compreensão aplausível de valorização da referida política e de quem nela atua.

Tal afirmação é ratificada com base no estudo por Pereira (2018, p. 05), em pesquisa sobre a realidade de trabalhadores (as) que atuam na Assistência Social na esfera municipal do estado do Maranhão, em que foi possível identificar que “o processo de flexibilização das relações de trabalho quanto seus desdobramentos: precariedade dos vínculos contratuais, condições inadequadas ao exercício laboral e baixos salários etc. não se constituem em uma particularidade da Política de Assistência Social, refletem a feição atual da forma de regulação capitalista”.

Em relação ao reconhecimento de gênero, o quarto dado avaliado em relação ao Perfil dos(as) profissionais, há uma prevalência hegemônica (86%) de trabalhadoras mulheres que atuam na região do Seridó. Reverberando com as três áreas de formação aqui analisadas – Serviço Social, Psicologia e Pedagogia – consideramos que há, nesse resultado, uma constante com a participação de mulheres na prevalência formativa das áreas em destaque. O gráfico 04 apresenta esse resultado.

Gráfico 04: Identificação do Gênero dos (as) Trabalhadores/as do SUAS

3 Gênero:
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Ratificando os indicadores da pesquisa, o resultado do Censo SUAS 2022 expõe, a nível nacional, a expressividade feminina na condução do SUAS no Brasil. De acordo com

referido Censo, 82,3% do total de trabalhadores (as) que atuaram na assistência social em 2022 se declaram ser do sexo feminino. Ou seja, isso reflete claramente as marcas das construções sociais de gênero na destinação histórica quanto à naturalização de áreas e profissões de homens e de mulheres, como trata a autora francesa Danièle Kergoat (2003) quando fomenta o debate acerca dos princípios da separação e hierarquização no mundo do trabalho.

O princípio da separação é entendido como a construção de áreas de trabalho destinadas para homens – como por exemplo as Engenharias, Química, Física – e para às mulheres – Enfermagem, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social – traduzindo, assim, marcas estruturantes das desigualdades de gênero, uma vez que as profissões acabam sofrendo reflexos reais dos construtos e demarcadores do “lugar de homem e lugar de mulher”.

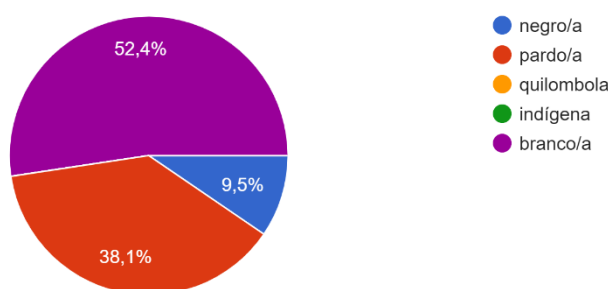
Isso nos direcionou para a confirmação do seguinte pressuposto desse estudo: *A política de Assistência Social é um espaço privilegiado de atuação das mulheres, dado os próprios resultados e a prevalência das categorias que atuam na referida política, as quais têm estatuto histórico de composição majoritariamente feminina. Isso reverbera por sua natureza histórica quanto à relação imbricada de aspectos filantrópicos e benemerentes, o que coloca, quando analisados os determinantes das relações patriarcais de gênero, que eram (e ainda são) as mulheres as principais responsáveis pela atenção voltada a reprodução social.*

O quinto dado examinado diz respeito ao reconhecimento de raça identificado pelos(as) trabalhadores(as) do SUAS na região do Seridó Norte-rio-grandense.

Identificamos que, dos(as) profissionais que responderam ao questionário, mais da metade (52,4%) se percebe como branco(a), seguido de pardo(a) (38,1%) e negro(a) (9,5%). Isso pode trazer algumas reflexões.

Gráfico 05: Reconhecimento de Raça por parte dos/as Trabalhadores/as do SUAS

4 Raça/Etnia:
42 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

A primeira pode ser pela baixa inserção/permanência/conclusão de pessoas negras no ensino superior e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, conforme os Dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, **25,2%** dos jovens brasileiros com idade entre 18-24 anos estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior. De acordo com a OCDE, em 2021, a idade de conclusão dos jovens brasileiros se dá entre os 25-34 anos (dado analisado no gráfico 03 – sobre a escolaridade). Ou seja, é possível considerar que a conclusão do ensino superior no Brasil vem se tornando uma realidade mais difícil de ser acessada pelo jovem. Porém, quando se observa sob o prisma do recorte racial, considerando apenas a taxa de matrículas de jovens brancos, essa porcentagem salta para **36,1%**. Já olhando apenas para os jovens negros (pretos ou pardos), o índice cai pela metade: **18,3%**.

Outro aspecto que pode explicar essa realidade é o não reconhecimento enquanto pessoa negra, dado o indicador de pardos (as) ter sido numericamente significativo. Isso se dá, muitas vezes, pelo entendimento alicerçado nos construtos sócio – históricos do colorismo, ou seja, abre-se uma falsa ideia de “escala de cor” que finda ocasionando o não entendimento e pertencimento de raça.

Para uma melhor compreensão conceitual, Silva (s/a, p. 01) traz que “o colorismo surge como uma maneira de exclusão social que considera as diferentes tonalidades de pele, segregando aqueles que possuem uma tonalidade da pele mais escura”. Dessa forma, podemos entender como uma construção de uma “*pigmentocracia*”, uma vez que se atribuem traços hierárquicos, dentro de um mesmo grupo, mediante a coloração da pele. Isso finda por desenvolver condições de discriminação e preconceito mais incidente nas pessoas que possuem a pele mais escura.

Para o antropólogo Kabengele Munanga (2004, p. 52), “parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não”, ou seja, diante do processo de formação brasileira, os reflexos e imbricamentos frutos da colonização/escravização surtem efeitos na constituição e reconhecimento quanto ao pertencimento de raça/etnia. Isso pode ser encarado como uma espécie de desconhecimento do processo que nos forma, como se o histórico se perdesse ou parecesse superficial perante a realidade social.

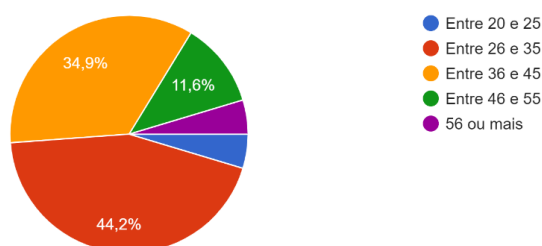
É importante destacar que nos dados do último Censo Demográfico brasileiro realizado no ano de 2010, a proporção da população parda e preta lidera no quantitativo de pessoas que autodeclararam serem dessa cor no país. Contudo, vale considerar que o acesso ao ensino superior no Brasil ainda é restrito à população geral, prevalecendo as pessoas de cor branca como as que têm mais oportunidades de acesso a esse grau de ensino (CFESS, 2022, p. 30).

No entanto, é imprescindível considerar as determinações envolto do racismo estrutural no Brasil, para não cair no fatalismo da análise sob a superficialidade do fenômeno, pois os indicadores do IBGE e a noção de colorismo traduzem os reflexos contemporâneos da marginalização das pessoas negras.

O próximo dado analisado foi referente a idade que os(as) profissionais que estavam atuando no SUAS tinham na época da coleta dos dados. Nesse sentido, o gráfico 06 (a seguir) mostra que os(as) profissionais que atuam no Seridó Ocidental do RN são *majoritariamente jovens*, ou seja, no vocabulário do capitalismo são pessoas “em idade produtiva para o mercado de trabalho”. Isso se comprova quando 44,2% têm idade entre 26 e 35, somado a 34,9% que tem idade entre 36 a 45 anos.

Gráfico 06: Idade dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS

5 Idade:
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

A partir do entrecruzamento dos dados da pesquisa, foi possível que identifiquemos que, com base os traços da realidade das categorias *gênero e idade*, concluíssemos que a *composição dos(as) trabalhadores(as) que atuam na referida região é de mulheres na fase jovem e adulta*.

Quando analisamos a Nota Técnica nº 108 “*Conjuntura do Mercado de Trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023*”, elaborada pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC), vinculada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), temos que, em relação às análises do mercado de trabalho no tocante ao indicador da idade:

A abertura por idade mostra que, no primeiro trimestre de 2023, todos os segmentos etários registraram recuo na taxa de desocupação, na comparação interanual. Em termos absolutos, embora também tenha havido expressiva desaceleração, a taxa de desocupação de 18,0% entre os trabalhadores mais jovens (18 a 24 anos) se mantém bem acima das demais faixas etárias.¹⁰ Na

outra ponta, a desocupação dos trabalhadores mais idosos segue bem abaixo das demais, com taxa de 3,9%. Vale destacar que, nos grupos etários mais baixos, a queda da desocupação ocorre muito mais por conta da desaceleração no crescimento da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada.

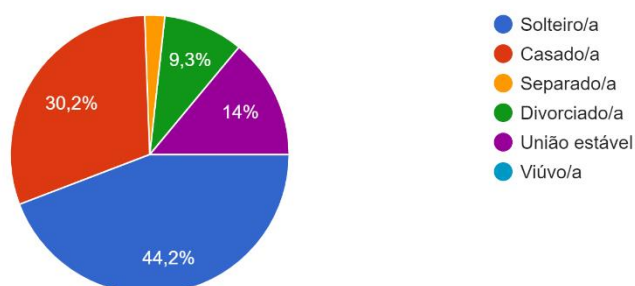
Ou seja, no percurso da conjuntura brasileira, a população jovem encontra-se expressivamente sendo a que vivencia os impactos do desemprego, o que vem sendo uma realidade sentida por esse recorte geracional, de forma mais aguda, desde o contexto de aviltamento pandêmico. Corroboramos nossa argumentação a partir dos indicadores apresentados IDados, que contou com as análises da PNAD e IBGE. De acordo com a pesquisadora responsável por esse levantamento, Ana Tereza Pires:

Desde 2014, os jovens que entraram ou se formaram no ensino superior enfrentam um mercado de trabalho bastante fragilizado. Nesse período, entre 2015 e 2016, houve uma forte recessão provocada pelos vários desequilíbrios macroeconômicos e pela turbulência política do governo Dilma Rousseff. Os anos seguintes foram de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), insuficientes para recuperar todas as perdas da economia. Agora, a dura crise provocada pela pandemia do coronavírus deve agravar ainda mais esse cenário⁴¹.

Em relação ao sétimo dado analisado, o qual foi relativo ao estado civil, foi possível identificar a prevalência de pessoas solteiras (44,2%). Importante frisar que se considerar que o quantitativo de divorciados(as) e separados(as) somam-se ao de solteiros(as), assim como as pessoas que se autodeclararam casadas e com união estável, percebemos que há uma equivalência quase que paritária em relação a forma como estabelecem os vínculos afetivos.

Gráfico 07: Estado Civil dos(as) Trabalhadores/as do SUAS

7 Estado civil:
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

⁴¹ Informações extraídas do G1 (globo.com).

Vale destacar que a opção “união estável” é compreendida como um processo de avanço na constituição desses vínculos quando vistos os arranjos familiares “não formalizados” mediante os preceitos jurídicos – cristãos.

E quando relacionamos com o gráfico 04 – Gênero – avaliamos que, sendo a maioria mulheres na composição do coletivo de trabalhadores(as) do SUAS na região do Seridó do RN, e tendo dados significativos quanto as questões de: divórcios, união estável e solteira; equivale problematizar as conquistas femininas no bojo de uma sociabilidade machista, heteronormatividade, monogâmica, sexista.

Consideramos esses aspectos diante do cenário de submissão histórica o qual as mulheres foram (e são, ainda) direcionadas na destinação de suas funções e atribuições *versus* as lutas e ganhos provenientes da organização política. Ou seja, os indicadores expressam que os ganhos sociais, políticos e econômicos que as mulheres tiveram a partir das últimas décadas do século XX, fruto das lutas do Movimento Feminista, refletem veemente na consolidação dos seus projetos individuais e coletivos no tocante a forma como pensam e assumem a direção de seus vínculos afetivos.

O que leva ao rompimento com os traços tradicionais e conservadores que demarcavam suas vidas para o matrimônio, o lar e a maternidade conjugal fincada na heteronormatividade numa lógica guiada pela obrigatoriedade.

Dessa forma, a autonomia em que as mulheres possuem no bojo contemporâneo, no tocante ao aparato jurídico-legal para o alcance dos direitos civis, políticos e sociais, são consideráveis para pensarmos, por exemplo, os resultados identificados na condição do estado civil em que as trabalhadoras quem atuam no SUAS na região do Seridó declararam.

Para além desses determinantes macrohistóricos, consideramos que outros podem estar veemente associados (como os conflitos intraconjugais, aspectos ligados a objetividade dos cotidianos – como a distância geográfica -, dentre tantos outros), entretanto, não foi nosso intuito avançar nessa investigação micro particular da vida privada das(os) entrevistadas(os), por isso, e diante disso, que pautamos nossas análises nos aspectos estruturantes que permeiam a conquista histórica de muitos dos direitos que as mulheres gozam.

Portanto, após esse desenho caracterizador do objeto de estudo dessa tese, adentraremos nas especificidades que envolvem as relações e condições de trabalho, as quais apresentam uma direção a partir dos determinantes sociais discutidos nesse tópico.

4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTOS: ASPECTOS DA REALIDADE HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DE QUEM ATUA NO SUAS NA REGIÃO DO SERIDÓ OCIDENTAL NORTE-RIOGRANDENSE

Após o detalhamento, caracterização e conhecimento do perfil dos (as) trabalhadores (as) do SUAS da região do Seridó do RN, adentraremos, com base nos resultados e análises da pesquisa empírica, no envolvimento específico das evidências acerca das condições e relações de trabalho, e as sequelas dos adoecimentos provenientes dessa sociabilidade.

A categoria **Condições de Trabalho e Adoecimentos** apresentou-se veemente frente a coleta de dados e posterior análise dos mesmos. *Foi perceptível o adensamento da precarização do trabalho no cenário contemporâneo por parte da parcela de trabalhadores(as) que atuam na assistência social da região supramencionada, principalmente as(os) profissionais com contrato de trabalho temporários (seletistas e comissionados), de modo ainda particular, os que atuam nos municípios de pequeno porte, ou seja, os que compõem o G1 e G2.*

4.2.1 O MUNDO DO TRABALHO E AS PARTICULARIDADES REGIONAIS: O BRASIL DOS ANOS 2000 E OS REFLEXOS NA REALIDADE LABORAL DOS (AS) PROFISSIONAIS DO SUAS NA REGIÃO DO SERIDÓ

Partimos da noção crítica que, como foi possível perceber no decorrer desse estudo, o neoliberalismo, especialmente em sua face contemporânea, infringe diretamente no modo de vida da classe trabalhadora, dada sua tentativa e êxito na manobra do Estado em benefício do grande capital.

Ao destacar os resultados da pesquisa empírica desse trabalho de tese, foi possível observar as nuances que atravessam o solo histórico e precário das (os) trabalhadoras (es) de nível superior que estão atuando na política de assistência social na região do Seridó Ocidental do RN.

“Os profissionais estão mais desmotivados, e acredito ser pela realidade da política: muita demanda e pouca oferta. Isso desgasta” (PEDE3).

“Cansada e Desmotivada! E sempre com o pensamento que foi mais um dia que não foi possível os usuários acessarem seus direitos” (ASS3)

As falas em destaque reverberam o cenário estrutural que permeia a assistência social no Brasil nos últimos anos, principalmente pós golpe de Estado de 2016, em que a redução orçamentária, através da política de “teto dos gastos”, resultou na não priorização das políticas de Seguridade Social, o que inferiu, veemente, na distribuição dos recursos públicos para continuidade dos serviços socioassistenciais.

O golpe parlamentar-midiático-sexista⁴² sofrido pela então presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, representou, na posse presidencial de Michel Temer, a ascensão da extrema direita, que, por sua vez, escancarou o projeto de (ultra) neoliberalismo no Brasil, guiado por uma política negacionista, misógina, xenofóbica, machista, elitista, conservadora e alinhada com o obscurantismo religioso.

Borges e Matos (2020, p. 73) ratificam essa análise ao considerar que o referido golpe, “[...] abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades”.

Destarte, por mais que consideremos, com base em Behring e Boschetti (2021), que o neoliberalismo tem sua adoção no Brasil desde a década de 1990, ratificamos que foi com o golpe parlamentar-midiático-sexista de 2016, e a consequente ascensão de Michel Temer, que tal tendência adquiriu contornos muito mais expressivos e agressivos à classe trabalhadora.

Principalmente, isso se deu, com a medida do Novo Regime Fiscal (NRF), translucidado através da Emenda Constitucional 95 (EC-95), que congelou os gastos primários do orçamento público brasileiro por vinte anos, abrindo as portas para a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros, seguida também, pela reforma trabalhista, sancionada pela Lei nº 13.467/2017, trazendo uma ampla flexibilização das leis trabalhistas, aumentando a superexploração e reduzindo os custos do Estado com os direitos do trabalho.

Com isso, assistimos a um verdadeiro reordenamento no sistema de proteção social do país e, portanto, um abismo no campo dos direitos sociais historicamente conquistados. As políticas sociais sofreram cortes e congelamento em seus orçamentos, e, consequentemente, em seus planos, programas e projetos. E mais que isso. Para Demier (2017), o caminho percorrido pela “democracia blindada”, através de suas contrarreformas, visou eliminar o discurso abstrato do “cidadão portador de direitos”.

⁴² Conforme Demier (2017), o *impeachment* de Dilma Rousseff contou com forte apoio de lideranças conservadoras, traduzindo-se na construção de uma “democracia blindada”, compreendida pelo autor como um processo que visa alterações políticas para satisfazer as necessidades do capital, sem alterar, contudo, a si mesma. Ou seja, as alterações são realizadas sem a necessidade de um golpe clássico de Estado.

Segundo Oliveira, Medeiros e Silva (2024, p. 132),

Abstrato porque esse discurso, na verdade, para a classe trabalhadora sempre esteve muito mais atrelado ao plano formal e meramente ideológico. No entanto, estando em tal plano, é passível de lutas e reivindicações. Assim, o que almeja a referida “democracia” é a própria retirada do acesso à cidadania, liberdade e direitos para a classe trabalhadora.

Aliado a isso, a crescente demanda em busca dos benefícios e programas ligados e referenciados à assistência social, surtiu um efeito contraditório que se desdobrou em: insuficiência no repasse orçamentário para atendimento das demandas da população que buscava no SUAS a tentativa de atendimento das necessidades mínimas (principalmente através do benefícios eventuais de alimentação e moradia), a não ampliação dos recursos humanos para conseguir dar conta dessa demanda que chegava (chega) aos serviços socioassistenciais e, por fim, a ampliação da procura pelo atendimento, o qual se expressa no aguçamento das expressões da questão social.

“Atualmente o SUAS se volta essencialmente ao “gerenciamento da fome” com práticas de caráter imediatista” (ASS3)

As análises aqui partem do entendimento da busca pelos benefícios de transferência monetária e os eventuais⁴³ como alternativa de alcançar o suprimento das necessidades imediatas. Porém, tal acesso é mediado por uma lógica pautada em critérios e condicionalidades. Em relação aos benefícios eventuais, o decreto que o regulamenta não dispõe de critérios específicos para alçar a acessibilidade. Isso se faz a partir da realidade de cada município, a partir da consolidação da regulamentação das instancias deliberativas, como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com a Lei do SUAS.

Há dois aspectos importantes de análises: primeiro, a efetivação da referida legislação de modo a ser construída tomando a realidade social, transcorrida nas demandas e atendimento ou não das mesmas, para não cair da padronização abstrata que não atende aos alicerces locais; segundo, como podemos criar critérios para eleger quem sanará a fome? Eis a crítica da lógica da política social, de modo particular, a assistência social, pautada na condução criteriosa e, portanto, na seletividade.

Com base em Nota Técnica nº27 que trata sobre “O novo regime fiscal e as implicações para a política de Assistência Social no Brasil”, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de setembro de 2016, a redução no orçamento da Assistência Social será de tal modo que rebaterá no sistema social de proteção, o que se torna inconstitucional a partir do

⁴³ Os benefícios eventuais estão organizados a partir do Decreto nº 6.307 de 2007.

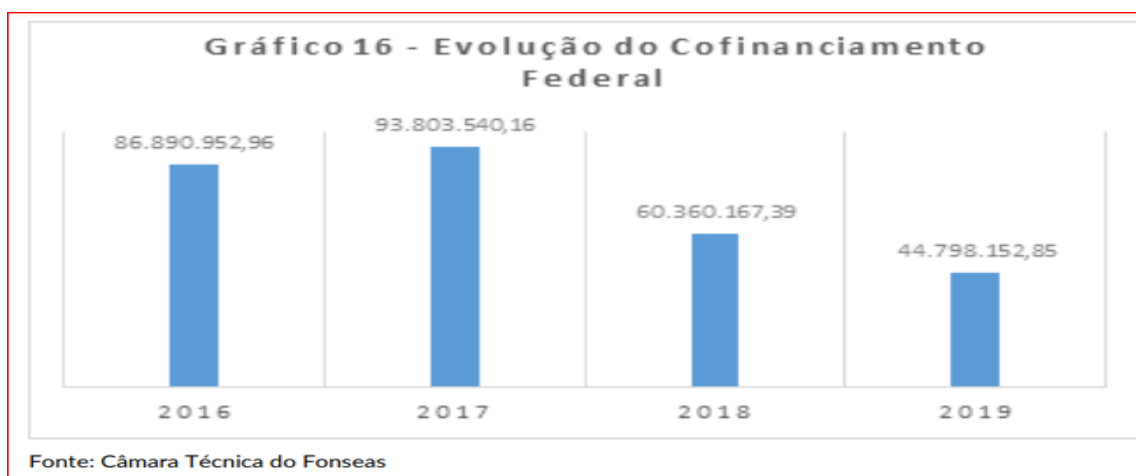
entendimento da garantia de proteção social e fundo público que a sustenta. Sobre isso, a nota traz:

[...] o NRF imporá uma redução significativa de recursos à política de assistência social. O teto estimado para o MDSA garantirá apenas R\$ 79 bilhões ao invés dos R\$ 85 bilhões necessários para fazer frente às responsabilidades socioprotetivas, ou seja, uma redução de 8%. Estas perdas tenderão a aumentar de maneira progressiva, alcançando 54% em 2036. Em outros termos, para fazer frente à oferta de serviços e benefícios que correspondem à política atual, em 20 anos a política de assistência social contaria com menos da metade dos recursos que seriam necessários para garantir a manutenção das ofertas nos padrões atuais. Em termos de valores, nas próximas duas décadas, com a vigência do NRF, as perdas para o financiamento da política de assistência social totalizarão R\$ 868 bilhões. Em termos de proporção do PIB, a adoção da nova regra produziria, em 20 anos, a regressão da participação dos gastos com as políticas assistenciais a patamares inferiores ao observado em 2006 (0,89%), passando de 1,26% em 2015 para 0,70% em 2036.

Vale salientar que a perspectiva mensurada na NT/IPEA (2016) é com base na discussão que ainda girava em torno da PEC 241/2016, que logo se tornou a EC 95/2016. Ou seja, caminhados 05 (cinco) anos após a indicação desses dados, veem-se a concretude dos mesmos, o que corrobora com as análises acerca das investidas neoliberais – e conservadoras – no cenário brasileiro.

O gráfico abaixo ratifica o processo descontínuo sofrido pelo orçamento da Assistência Social no término do governo Temer e nesses primeiros anos de governo Bolsonaro, havendo um salto de 2016 para 2017, o qual sofre queda significativa no ano seguinte (2018).

Gráfico 08: Cofinanciamento Federal do SUAS (2016-2019)



Diante do apresentado, expressa-se as perdas no campo assistencial, uma vez que o ajuste fiscal legitimado com a EC 95/2016 acarretou um verdadeiro retrocesso e negação do

avanço protetivo no sistema de garantia da Assistência Social, impactando diretamente nos indicadores da desigualdade social, especialmente a pobreza.

As consequências da PEC da morte também foram deletérias para a política de assistência social. Só em dezembro de 2016 o governo cancelou 469 mil benefícios do Programa Bolsa Família e bloqueou outros 667 mil, o que confirma a fragilidade dessas políticas que são removidas sem grandes dificuldades. Sob Bolsonaro, em 2020, estima-se que 400 mil famílias percam o acesso ao benefício, em função da redução de 7,8% do orçamento destinado ao programa para este ano¹². Segundo reportagem da Carta Capital em 31 de janeiro de 2020, 500 mil pessoas estão inscritas e aptas para receber o Bolsa Família, mas não conseguem acesso ao benefício (Cortes e Freire, 2020, p. 42).

Por mais que seja defendido, sob uma perspectiva crítica dialética, que os benefícios e programas de transferência de monetária ligados a Assistência Social brasileira não impactem na ordem estrutural do capital, é compreendido sua importância dada à amenização da fome e o atendimento mínimo das condições de sobrevivência. E com a referida emenda constitucional, o SUAS, assim como o SUS, ambos reconhecidos como exemplos na legislação mundial, encontram-se fragilizados e ameaçados no tocante a sua execução, de modo a terem suas estratégias interventivas descontinuadas.

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (Mota, 2013, p. 141).

Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), vale apontar o resultado também da pesquisa realizada pelo FONSEAS com base na concentração orçamentária na Assistência Social voltada, basicamente, ao BPC e Programa “Bolsa Família”.

A tabela que segue abaixo mostra a fragilidade na destinação de recursos para gastos com os serviços socioassistenciais que referenciam a Proteção Social Básica e a Especial e os recursos humanos que atuam no SUAS.

Ou seja, o resultado disso implica na agudização da precarização, haja vista o ataque a garantia básica de valorização dos/as trabalhadores/as que trabalham nos serviços da Assistência Social, como ainda, o impacto na qualidade desses serviços ofertados a população usuária, o que remete entender um agravante à classe trabalhadora.

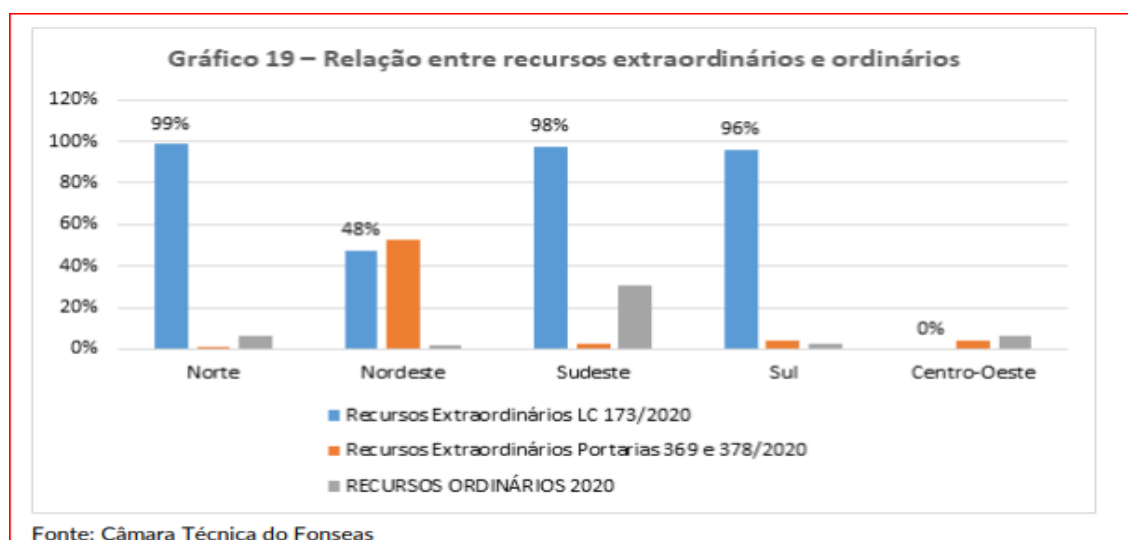
Tabela 05: Destinação Orçamentária para Assistência Social (2012/2020)

Tabela 8 - Orçamento Aprovado para a Assistência Social - LOA - anos de 2012/2020			
Ações Socioassistenciais Serviços e Programas	Benefício De Prestação Continuada	Programa Bolsa Família	Novas Demandas Pela Pandemia – PI4292/20
R\$ 5,755 bilhões	R\$ 68.561.775.161	R\$ 230 bilhões	R\$ 4 bilhões

Fonte: Frente em Defesa do SUAS; Direitos Valem Mais.

Quando associado o referido contexto com o cenário mundial de pandemia Covid – 19, percebe, conforme o gráfico abaixo, que o desfinanciamento da Assistência Social se efetiva em curto prazo. O agravante é que o orçamento destinado ao SUAS durante o período pandêmico se baseou, essencialmente, em repasses extraordinários.

Os indicadores demonstrados no gráfico deixam isso claro ao observar que os recursos ordinários foram praticamente inexistentes nos repasses realizados em 2020, não chegando nem a 20% (vinte por cento), com exceção da região Sudeste que foi por volta de 35% e a Centro Oeste que foi 0%.

Gráfico 09: Relação dos recursos extraordinários e ordinários

Dessa forma, fica evidente, portanto, a descontinuidade orçamentária no SUAS e as investidas neoliberais, as quais já permeiam os ataques às políticas sociais desde a crise de 2008, porém, se intensifica, no Brasil, pós golpe de 2016. O gráfico ainda expõe as fragilidades na garantia da proteção social mediante o recorte regional, não sendo primadas as relevâncias

quanto aos determinantes que caracterizam cada realidade, o que revela um Estado com intervenções às cegas quanto à própria formação sócio-histórica do país.

Para ratificar e evidenciar quantitativamente os aspectos elencados e analisados acima, a tabela abaixo expõe o que já foi mensurado no tocante ao desfinanciamento, quando visto, principalmente, os recursos ordinários.

Tabela 06: Incremento de recursos pela pandemia

Tabela 5 - Incremento de recursos pela pandemia			
Grandes Regiões	Recursos Extraordinários		RECURSOS ORDINÁRIOS 2020
	LC 173/2020	Portarias 369 e 378/2020	
Norte	99%	1%	6%
Nordeste	48%	52%	2%
Sudeste	98%	2%	31%
Sul	96%	4%	3%
Centro-Oeste	0%	4%	6%

Fonte: Câmara Técnica do FONSEAS

Dessa forma, com vista a analisar o impacto sofrido na destinação orçamentária do SUAS nos últimos anos, tomemos como referência o estudo sobre orçamento e gestão financeira do SUAS elaborada pelo FONSEAS. De acordo com a pesquisa, a destinação orçamentária da Assistência Social que em 2012 era de 2,4 bilhões, caiu para 1,3 bilhões em 2020. Esses dados mostram o que representa esse processo de *desfinanciamento da política social*, uma vez que não caminha aos passos de garantir minimamente a proteção social de quem dela necessita.

Gráfico 10: Análise da LOA (2012/2020)



O desfinanciamento é aqui compreendido, portanto, como sendo a retirada progressiva de recursos que seguiam uma série histórica de ampliação para manter a rede socioassistencial, de modo a operar mediante a dinâmica social.

Importante observar, que em 2017 houve um déficit de 21,76%, em 2018 de 37,52%, em 2019 de 29,16%, e, em 2020 de 35,47%, o que tem ocasionado grandes sobrecargas aos municípios e estados que pactuaram com a União sua participação no cofinanciamento das ofertas em âmbito local e regional (FONSEAS, 2011, p. 30).

A consequência é a **descontinuidade no planejamento das ações ofertadas, bem como, a descaracterização da Assistência Social como política estatal**, pois o discurso neoliberal se intensifica no chamamento das instituições não governamentais e no culto da responsabilização familiar, principalmente.

O aviltamento da agenda neoliberal contrarreformista no Brasil pós golpe de Estado em 2016 e seguido com a vitória de Bolsonaro em 2017, cimenta a realidade de desmonte das políticas sociais e investida direta no capital financeiro. Ou seja, a posse da direita com maioria expressiva no legislativo brasileiro e sob comando do executivo, se dá em um processo de tentativa de sair da crise, a qual é superficialmente interpretada pela grande massa como “consequências petistas” (considerando aqui as conciliações realizadas nos governos petistas), mas entoar uma análise sob uma perspectiva de totalidade. Sobre isso, Pereira (2020, p. 120-121) traz:

Essa direita, extremada, se apresenta como alternativa à crise estrutural do capital que teve seu auge em 2008 e se perpetua, e à corrupção sistêmica, da qual, supostamente, ela está imune, já que liderada por ‘homens de bem’ e ‘de família’, acompanhados de belas mulheres recatadas e do lar. Um discurso falacioso, mas encantador, que associa militares, empresários e mercado à honestidade, ao pulso firme, à disciplina e à correção.

Para a política social, a ideologia impregnada pelos ideários da nova direita brasileira, de caráter neofascista e marcada pelo necropolítica, soa a descrença da universalidade e alegando os gastos públicos com direitos sociais, colocando os cidadãos como sujeitos passivos desse processo. Ou seja, o cenário de avanço neoliberal destaca a negação à proteção social e a tentativa de garantia estatal do atendimento das necessidades humanas.

Iasi (2014) aponta que a crise estrutural do capital é evidência de que o Estado burguês não consegue mais manter, sob o manto enganoso da existência de uma universalidade abstrata dos direitos sob uma ordem democrática, mediante seus particulares interesses de classe. Assim, o sucateamento e a subvalorização do SUAS se tornam real nesse cenário reacionário e de contrarreformas, o qual deslegitima a necessidade da Assistência Social enquanto dever estatal

e coloca essa responsabilidade, mesmo após a constitucionalidade da garantia estatal das medidas que cimentem a proteção social, no cotidiano de quem sofre os impactos desses desmontes, portanto, a classe trabalhadora.

Além disso, isso traz como consequência como a sobrecarga administrativa e financeira aos municípios, como evidenciado nos dados da pesquisa realizada pelo FONSEAS (2011), os quais terão que lidar (e buscar arcar) com as demandas sentidas e identificadas em seus territórios, como também, no aguçamento da precarização do trabalho dos/as trabalhadores/as que atuam diretamente no SUAS, haja vista a ineficiência do Estado na correspondência das suas responsabilidades, a crescente demanda, a insuficiência dos recursos humanos para lidar com a alta e crescente demanda, dentre outros aspectos.

A desvalorização da política de assistência social, a qual é tida como marca histórica, principalmente por carregar o viés de não trato como política de Estado, reverbera diretamente, desde a não oferta de condições de trabalho que gerem, minimamente, formas de acesso as demandas impostas pelo cotidiano profissional, como ainda, pelo sentimento e contexto de ausência de valorização desses(as) trabalhadores(as), ocasionando, além da desmotivação, o acometimento de adoecimentos.

Isso fica nítido na fala a seguir: *“É assumir várias funções ganhando por apenas uma. É exercer o sentido polivalente exigido atualmente e viver cansado” (ASCI).*

Portanto, percebemos que a polivalência, advinda com a Reestruturação Produtiva (1970), como uma ideação de “trabalhador eficiente”, embutindo uma auto competição individual, o que fere veemente a articulação política e, conseqüentemente, intensifica o processo de precarização do trabalho.

A fala destacada apresenta uma realidade que vem sendo presente desde o processo produtivo do “chão da fábrica”, quando um trabalhador exerce múltiplas funções, até os serviços públicos, como é o caso externado pelo entrevistado. Para o capitalismo, temos uma mesma pessoa atuando e exercendo funções variadas, todavia, recebendo monetariamente por uma, ou seja, é a solidificação da (sobre) sobrecarga aliada a tomada de tempo do trabalhador, complexificando o processo de precarização do trabalho.

“Levo para casa porque no CRAS não consigo dar conta de elaborar nada, pois os atendimentos, visitas domiciliares, reuniões etc., toma o tempo quase todo. Os relatórios, pareceres, eu faço em casa” (ASE1).

A implicação da sobrecarga de trabalho e o não atendimento das atribuições e competências devido a demanda exacerbada, como já apresentamos, infere num processo que definimos como *Extensão da (sobre) sobrecarga de trabalho*. Ao considerarmos que essa (e)

trabalhador (a) estende para o âmbito do seu espaço da casa (privado) as demandas de trabalho não concluídas – e não concluídas pela exaustão do tempo *versus* a demanda e as condições físicas, psicológicas de ser humano; e não por mera vontade -, tomam desse (a) profissional o que seria seu tempo de descanso ou de realização de outras atividades⁴⁴.

Da mesma forma que os aplicativos de celular geraram essa extensão do espaço da esfera laboral para a pessoal, vemos que a utilização do tempo livre para corresponder com as demandas de trabalho são frequentes e, a justificativa apontada diante da ausência de tempo na carga horária, mediante o aumento das necessidades do cotidiano profissional, realçam como a realidade atual apresentada pela NOB RH SUAS (2021) destoa do contexto contemporâneo.

“As demandas de alimentação e atualização dos sistemas faço praticamente todas em casa, pois a internet no CRAS é ruim e não suporta a conexão com eles. Para evitar estresse e perda de tempo, levo para casa” (ASC1)

Com isso, a definição da jornada de trabalho finda por ser complexificada, uma vez que há um prolongamento ilimitado da mesma, gerando uma espécie de usurpação do tempo livre do trabalhador, o qual não consegue mais obter um limítrofe entre o que é horário produtivo e horário “livre” do espaço de trabalho.

Sobre isso, Marx (2017, p. 333) é categórico ao imprimir, em suas análises sobre o sistema de revezamento diurno e noturno que: “Ele [o capital] silencia, naturalmente, sobre os excessos do sistema, sobre seu abuso em direção a um prolongamento “cruel e inacreditável” da jornada de trabalho. Ele fala apenas do sistema em sua forma “normal”.

Assim como no espaço fabril e de produção de mercadoria, o serviço público segue uma lógica concomitante de “abuso e prolongamento” (como anunciou Marx) da jornada de trabalho dos(as) trabalhadores(as).

As condições de trabalho, quando percebidas as necessidades que os(as) trabalhadores(as) possuem para corresponder com as atividades e atribuições do espaço de trabalho, precisam ser analisadas em sua totalidade. O acesso à *internet* numa Era de informatização da comunicação é essencial para pensarmos a gestão de informações no SUAS. Contudo, a fala em voga mostra como há um precário serviço de acessos as redes que proporcione a sistematização do processo de trabalho *in lócus*.

O relato acima demonstra a extensão das demandas desse trabalho para o espaço particular do trabalhador (seu lar). E isso apresenta aspectos importantes para reflexão: a relação entre tempo *versus* demandas e o conseqüente desencadeamento do estresse, uma vez que ao

⁴⁴ Essa discussão será retomada no Capítulo 5 – no debate sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho e a reprodução social.

afirmar que a incumbência de alimentação dos sistemas, o que se apresenta como uma demanda de trabalho do entrevistado, são realizadas em casa, dada a falta de suporte da rede de *internet*, o que é caracterizada como a falta de condições de trabalho para executar as atribuições que lhes são aferidas, para justamente atender as demais demandas que também são responsabilidade desse trabalhador, já conotam um quadro de precarização do trabalho.

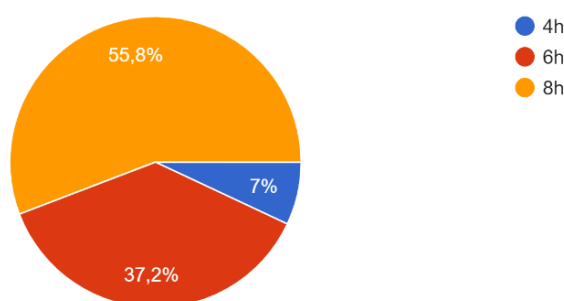
Ainda sobre esse relato, percebemos a presença do adoecimento fruto das relações e condições de trabalho, pois uma vez que há uma intensificação e transposição da carga de trabalho por não conseguir atender todas as demandas, e a auto responsabilização por parte do entrevistado para atender ao que lhe chega no cotidiano profissional se torna um espaço de acometimento fértil para o despertar das cargas de estresses.

Quando nos deparamos com os resultados provenientes da explícita realidade que evidencia a ampliação da demanda, coube analisar como se dá a carga horária dessas (es) trabalhadoras (es) do SUAS da região do Seridó do RN.

Gráfico 11: Cumprimento de carga horária (1)

10 Quantas horas você trabalha por dia no vínculo que atua?

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

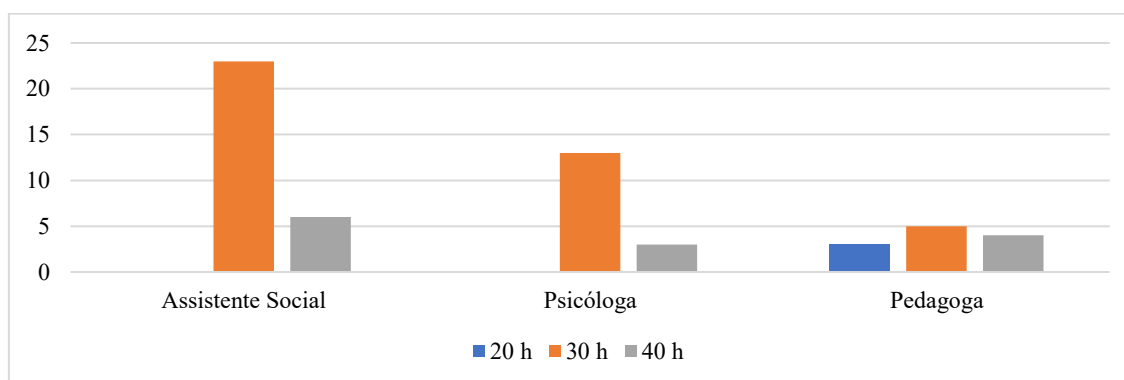
A pergunta que motivou o detalhamento apontado no gráfico acima se referiu a vinculação a qual o(a) trabalhador(a) fazia, no ato da entrevista, em relação ao município de referência. É importante esse destaque, pois há trabalhadoras – foi um indicador ocorrido somente entre as mulheres – que atuam em mais de uma das cidades que foram alvo da coleta de dados. Nesse caso, a entrevista se deu tomando por base apenas um dos municípios.

Dessa forma, os resultados em relação ao cumprimento de carga horária revelam que 55,8% das pessoas entrevistadas cumprem 08 (oito) horas diárias. Pensando que, parte das mulheres entrevistadas atuam em mais de um vínculo, temos que elas vivenciam um contexto de maior intensificação da sobrecarga de trabalho.

Além de considerarmos as apreensões contidas nas análises desse dado da carga horária, há o tempo para deslocamento entre as cidades que atuam, o que finda gerando mais desgaste físico e mental, dentre outros condicionantes.

No tocante as análises ainda em torno da carga horária diária, para uma identificação mais minuciosa da execução dessa carga com o filtro das categorias profissionais, quando confrontamos esse resultado com o material extraído do CadSUAS (2020), apreendemos que:

Gráfico 12: Cumprimento da carga horária - CadSUAS



Fonte: Elaboração da pesquisadora com base nos dados da Consulta Pública CAD SUAS (2020).

Num primeiro momento da pesquisa e com base na análise da carga horária do trabalho remunerado, a partir dos resultados do Cadastro do SUAS, que foram acessados em 2020 para construção das análises que culminaram na qualificação desse trabalho de tese, vemos que há uma predominância entre os(as) assistentes sociais e psicólogos(as) do cumprimento de 30h semanais nos municípios da região do Seridó do RN.

Quando comparamos esses resultados com a média da classe trabalhadoras brasileira, temos que, de acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT), a carga horária do(a) trabalhador(a) brasileiro(a) lotado em vínculo de trabalho formal, é maior que a média mundial (que é de 38,2 horas semanais).

Se formos afinar essas observações, quando vemos a média que os(as) trabalhadores(as) informais exercem, de modo particular os entregadores de empresas na modalidade *delivery*, denominados de “trabalhadores de *app*”, de acordo com Abílio *et al.* (2020), durante o ano da eclosão da pandemia, esses trabalhadores exerciam, em média, mais de 09 (nove) horas diárias. Sendo que, 7,4%, afirmaram trabalhar mais de 15 (quinze) horas por dia.

Isso comprova a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira, como também, os nichos de precarização que demarcam os tipos de vínculos de trabalho na sociedade (descartável) contemporânea.

Portanto, de acordo com Alves (2013, 114) “Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho”.

Sobre os resultados da pesquisa de tese, de acordo com o gráfico acima, para a categoria do Serviço Social, podemos evidenciar que isso pode fruto da conquista obtida pela referida categoria no tocante ao gozo do acesso à garantia da Lei nº 12.317/2010 que estabelece o exercício profissional de até 30h sem redução salarial, o qual alterou a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/1993) em seu art. 5º A.

Nas instancias municipais, a adoção e implementação da referida legislação foi, de certa forma, mais amena em sua aplicabilidade, uma vez que na instância federal, por exemplo, a categoria profissional em voga ainda não goza do respectivo direito, haja vista a justificativa pautada no entendimento jurídico que o art. 2º da Lei 12.317 de 2010 – popularmente conhecida como “Lei das 30 horas” -, que estabelece a duração de 30h semanais para as assistentes sociais sem redução salarial, que traz em seu texto: “Aos profissionais com *contrato de trabalho* em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário”.

Portanto, há o entendimento, que a menção “contrato de trabalho” designa o entendimento que a lei se aplica aos profissionais submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Em relação aos municípios referenciados na pesquisa, na primeira década dos anos 2000, houve vários concursos e os editais já consumavam a carga de 30h para assistentes sociais. Portanto, esse indicador é trazido como possível reflexo dessa conquista política das entidades representativas do Serviço Social em conjunto com a luta histórica dos profissionais.

Para tanto, é necessário indagar sobre: a garantia das 30h semanais para as assistentes sociais culminou numa redução de carga sem que haja intensificação e precarização das condições de trabalho?

Ratificamos que a garantia das 30 horas de trabalho semanal para as assistentes sociais é uma conquista, a qual foi fruto das articulações e lutas sociais das assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e o apoio das entidades representativas (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO).

É inegável a importância e validação da referida lei, e sua aplicabilidade, para a categoria em questão, principalmente por saber que a mesma prima pelos princípios contidos no Código de Ética Profissional de 1993, quando pensada a luta pela ampliação e consolidação da cidadania por parte da classe trabalhadora.

Além disso, pensando o contexto adverso de flexibilização dos contratos de trabalho, desemprego estrutural, trabalho intermitente, redução dos direitos sociais; a aprovação e efetivação da referida lei significa um passo de resistência fundamental para a referida categoria.

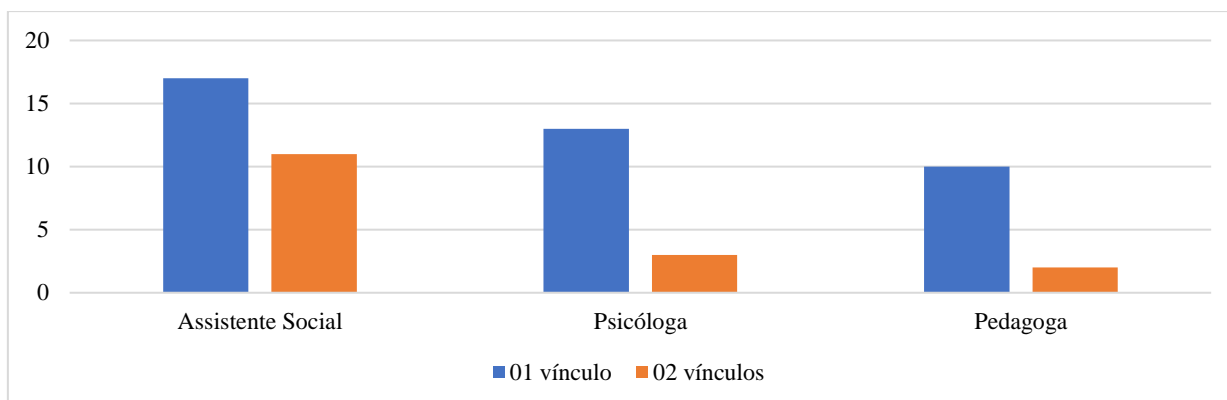
Todavia, tal conquista veio acompanhada de alguns desafios. De acordo com Torres (2018, p.10), em uma pesquisa realizada junto com profissionais assistentes sociais lotadas em Hospitais Federais do Estado do Rio de Janeiro (RJ), foi possível apreender que a redução para as 30 horas semanais impactou na precarização do trabalho das profissionais assistentes sociais entrevistadas, uma vez que:

Podemos considerar, neste contexto, que o cumprimento fragmentado da “Lei das 30 horas” do Serviço Social desencadeou um efeito contrário na lei. Esta não possibilitou novas contratações, ao contrário, o assistente social teve que dar conta do trabalho dele em menos tempo, tornando-o sobrecarregado e começou a assumir novos vínculos.

Ou seja, podemos analisar, a partir das categorias marxianas, que há, nessa situação, a intensificação da precarização do trabalho, uma vez que a redução de carga horária não culminou, também, na inserção de mais profissionais. Logo, ao passo que não se amplia o número de profissionais, significa entender que o trabalho que antes era realizado em 40 horas semanais, será exercido em 30 horas. Essa situação se assemelha com o entendimento do que Marx tratou sobre a mais-valia relativa, conforme analisamos no capítulo 2 dessa tese.

Portanto, é notório que há um processo contraditório quando vista a “Lei das 30 horas”, o que coloca necessidade de aprofundamento crítico quanto as necessidades de outras lutas associadas ao que a mesma se propôs, tendo em vista que a referida redução de carga horária, em regra, não significou melhores condições de trabalho, nem valorização profissional, a partir dos aspectos já elencados, como ainda, pela abertura de inserção em novos vínculos, o que intensificou a precarização dessas profissionais. Isso porque, sendo os salários defasados – como apontado, posteriormente, no gráfico sobre “*Rendimento Mensal*”, por exemplo” -, e as condições de trabalho fragilizadas, as profissionais assistentes sociais se veem na necessidade de inserção em mais de um vínculo.

Sobre isso, os resultados dessa pesquisa de tese trouxeram que:

Gráfico 13: Total de Vínculos Contratuais de Trabalho SUAS Seridó/RN

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base nos dados da Consulta Pública CAD SUAS (2020).

Portanto, o gráfico ratifica que a partir da análise do conjunto dos trabalhadores do SUAS no Seridó Ocidental do RN, *as assistentes sociais são as profissionais que mais buscam a inserção em mais de um vínculo de trabalho*. O dado tem evidência, *uma vez que, das dezessete profissionais que responderam o referido questionário de pesquisa, onze atuam em dois vínculos*.

E a constatação da inserção em um vínculo pressupõe pensar que a profissional não esteja inserida, não necessariamente, por uma escolha, mas por não ter conseguido a inserção no próximo vínculo; ou as condições objetivas (maternidade solo ou conjugal, estudos, deslocamento) inferem nessa inserção, ou justamente as relações do vínculo que ocupa que impactem na possibilidade de assumir outros, como é o caso das profissionais com vínculo de 40 horas (as comissionadas, por exemplo).

Diante dos baixos salários, expostos nos resultados do gráfico abaixo, os(as) trabalhadores(as) da Assistência Social findam atuando em mais de um vínculo. Como mostra o gráfico acima, pois parte considerável atua em mais de um vínculo em cidades diferentes, o que precariza ainda mais as condições de trabalho.

O próximo dado analisado foi relativo ao Rendimento Mensal dos(as) trabalhadores(as) que atuam no SUAS na região do Seridó. De acordo com o gráfico abaixo, intitulado de "Rendimento Mensal", constatamos que 38,1% do total desses(as) profissionais, conta com uma média de 02 (dois) salários mínimos mensais; 35,7%, numa situação ainda mais precária, obtém 01 (um) salário mínimo. 19% indicaram possuir uma renda de 03 (três) salários mínimos mensais, e, apenas uma entrevistada afirma receber mais de 04 (quatro) salários. Ou seja, a realidade expõe, no universo de trabalhadores entrevistados (dos 47 que foram contactados, 42 responderam essa pergunta), que majoritariamente sobrevivem com 1 – 2

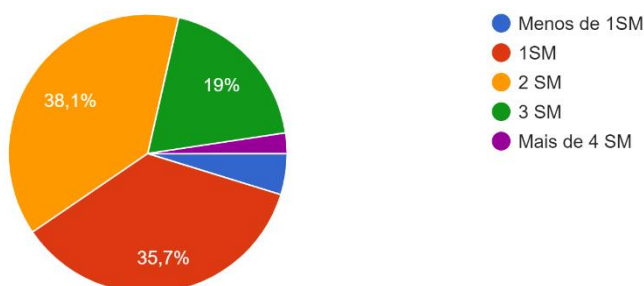
salários mínimo. Tal cenário corrobora com os dados apontados pelo IBGE, a partir da PNAD Contínua, quando apontam que a média salarial do trabalhador no Brasil é de 2.787 (dois mil setecentos e oitenta e sete reais).

Uma observação nos chamou atenção: 4%, o que equivale a duas pessoas que responderam ao questionário, indicaram que recebiam menos de 01 (um) salário mínimo. De acordo com dados do IBGE (2022)⁴⁵, um terço dos trabalhadores brasileiros – que equivale a 33,2 milhões de pessoas - vivem com rendimento mensal menor que 01 (um) salário mínimo.

Tal aspecto se sustenta na análise apresentada por Alves (2013, p. 146): “a precarização do trabalho implicou não apenas mudanças disruptivas no modo de exploração da força de trabalho, mas alterações no metabolismo social do trabalho com impactos na reprodução social”. Ora, é importante considerar, para efeitos críticos da nossa análise, como o salário se expressa quando analisamos o objeto de pesquisa alvo desse estudo. Tomemos como referência os dados expressos nos indicadores abaixo:

Gráfico 14: Rendimento Mensal dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS

11 Qual seu rendimento diário e mensal?
42 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Se formos confrontar essas análises com o hiato salarial a partir dos marcadores sociais de gênero e recorte regional, de acordo com Lipovetsky, Andrade e Aglantzakis (2024, p. 109), ao analisar os dados do IBGE:

[...] em 2012 os homens receberam em média R\$2.486 e as mulheres R\$1.830. A diferença salarial diminuiu em 2018, com os homens recebendo R\$2.551 e as mulheres R\$2.010, enquanto, por outro lado, em 2019 o hiato cresceu: as mulheres auferiram em média R\$1.985 e os homens R\$2.555. É importante destacar que essa média varia dependendo da região do Brasil e é possível

⁴⁵ Disponível em: Com renda em alta, brasileiro que ganha menos que um salário mínimo deixará de ser a maior parcela dos trabalhadores | Economia | G1 (globo.com). Acesso em: 03 de junho de 2024.

observar algumas particularidades de determinadas regiões. Por exemplo, embora as Regiões Norte e Nordeste apresentem as menores médias salariais para ambos os sexos (R\$ 1.736 e R\$ 1.683, respectivamente, para os homens e R\$ 1.608 e R\$ 1.456, para as mulheres), essas duas regiões também possuem o menor hiato entre os sexos, ou seja, a razão de rendimento é maior e as mulheres ganham 92,6% do salário masculino na Região Norte e 86,5% na Região Nordeste.

“Cansada! Como trabalho em dois vínculos que remuneram mal, o que me frustra muito, finda sendo exaustivo, pois são políticas diferentes, conseqüentemente, demandas, normativas... Tudo diferente!” (PEDS3). A fala mostra ainda que, mesmo sendo dois postos empregatícios, não caracteriza uma condição de vida satisfatória, uma vez que, além da baixa remuneração, há a notoriedade da instabilidade, pois ambos são vínculos seletistas, culminando no aguçamento da precarização do trabalho.

Em relação à Psicologia, observamos que a organização dos serviços socioassistenciais tem, assim como no Serviço Social, a base constitutiva da composição básica dos recursos humanos no SUAS, quando percebida a formação das equipes técnicas de nível superior. Com a aprovação da lei específica ao exercício profissional do(a) assistente social – em relação ao cumprimento das 30 horas -, foi comum essa adaptação aos profissionais da Psicologia, dado o teor interprofissional que sustenta o trabalho coletivo na atuação do SUAS.

Vale destacar ainda que, desde 2017, as entidades representativas da Psicologia vêm travando uma luta pela duração máxima de 30h para os psicólogos, a referida tramitação consta no Projeto de Lei do Senado nº 511/2017.

Em relação ao grupo de profissionais que compõe o contingente de formação da Pedagogia, observamos que se trata da única categoria que apresenta, por exemplo, carga horária de 20h semanais. Percebemos que há uma relação mais equânime, quando entrecruzado com as formas de vínculos. Isso pode ser justificado pelo processo de reconhecimento e pertencimento da referida categoria na política de assistência social. A percepção da Pedagogia Social se mostra como um desafio de implementação quando pensada a atuação da pedagoga, conforme tratou Silva (2021, p. 239):

O papel do pedagogo na assistência social precisa se desvincular do papel do assistente social, existe a necessidade de definir atuação pedagógica voltado para uma “educação não formal”. Esse conceito é recente nas instituições acadêmicas e quase desconhecido por pedagogos que atuam na assistência social, pois o que percebo é que foi duplicado nos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o cumprimento de um calendário de datas comemorativas mais do que uma formação crítica reflexiva.

Dessa forma, e a partir da aparente limitação bibliográfica de estudos que versam sobre a atuação da Pedagogia na política de assistência social, leva-nos a observação de que os limites de atuação crítica. Com base nas análises feitas por Silva (2021), há uma linearidade do papel do profissional pedagogo voltado para uma lógica produtivista e mecanicista do sujeito, o que se evidencia através da sua maior vinculação ao Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), o qual dissemina uma metodologia cartesiana, em que tem que a família, sob o envolto tradicional, como cerne central.

Outro elemento necessário de ser destacado é que o Censo SUAS não identifica a inserção/permanência desses(as) trabalhadores(as) em vínculos informais, o que pode ser parte do cotidiano desses(as) profissionais e que os indicadores mensurados, através da referida plataforma ministerial, não consigam apresentar.

Ao analisar os condicionantes de qualificação profissional, por exemplo, e destacando que são trabalhadores com um grau de escolaridade de ensino superior, adensamos os aspectos que circunscrevem os entornos da desvalorização salarial.

Para ratificar essa análise, parafraseamos Pochmann (2021, p. 27) quando aponta que “[...] dos 21 milhões de postos de trabalho gerados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. São ocupações de baixa remuneração e que exigem, em média, pouca qualificação”. Ou seja, se pensarmos esse indicador e as reflexões no contexto de aguçamento da crise contemporânea e aviltamento da precarização das condições de trabalho, fruto do processo de flexibilização das relações trabalhistas, temos que há um espelhamento dessas realidades em voga, porém, com o adendo que os(as) profissionais que atuam na política de assistência social na região potiguar possuem uma qualificação mais endossada.

Portanto, é importante refletir, quais os determinantes que regem essa relação que torna, por exemplo, o salário dos trabalhadores do SUAS desvalorizado. Se partimos do pressuposto “da oferta e da procura”, dado a realidade que as profissões alvo do estudo (Psicologia, Serviço Social e Pedagogia) são categorias com elevado número de profissionais no mercado de trabalho, temos que:

Segundo o Conselho Federal de Psicologia, há no Brasil, atualmente, cerca de 394.234 mil profissionais. Já em relação ao Serviço Social, segundo dados do Conselho Federal da referida categoria, o montante de assistentes sociais inscritas (os) são aproximadamente 200 mil; por último, em relação a Pedagogia, não foi possível identificarmos essa margem, o que podemos justificar pela fragilidade de ter constituído entidades representativas da profissão. Para ratificar a sustentação, exemplificamos com uma das categorias com os salários mais

valorizados: a Medicina. De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), há no Brasil em torno de 545,4 mil. Ou seja, mais do dobro de profissionais do Serviço Social, por exemplo.

Como podemos, então, analisar as nuances que permeiam a determinação do salário?

Marx considera que o salário é determinado a partir de dois aspectos essenciais: primeiro, os custos necessários para sobrevivência da força de trabalho, ou seja, o acesso às condições básicas que permita ao trabalhador renovar seu estoque natural de energia humana; segundo, as conquistas da classe trabalhadora em prol de melhorias salariais.

Nas bases do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer; e como os diferentes tipos de força de trabalho têm valores diferentes, ou seja, exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm de ter preços diferentes no mercado de trabalho. Reivindicar uma “retribuição igual”, ou simplesmente uma “retribuição equitativa”, na base do sistema de trabalho assalariado, é o mesmo que pedir “liberdade” na base do sistema escravocrata”. (Marx, 2006, p. 112).

Pensando o universo da pesquisa, compreendemos, para além das determinações estruturais advindas da Economia Política, condicionantes que também são fruto de relações imbricadas em sistemas de dominação, exploração e opressão como é o caso do patriarcado e racismo, que é responsável por influenciar diretamente a diferenciação entre o processo de valorização do trabalho produtivo e o reprodutivo.

Sendo a Medicina, historicamente, uma profissão de *status quo* e ligada à elite brasileira, construiu-se uma hierarquização sócio-histórica das profissões, em que, datada da época Imperial, a Medicina era uma área de formação acessível, inicialmente, aos homens, brancos e filhos dos grandes latifundiários (Braga, 2018)⁴⁶.

Esse construto da formação Médica brasileira, revela o aspecto elitista e baseado na valorização da formação e atuação profissional, inferindo, diretamente, no lastro segregador das formações valorizadas – como é o caso do Direito, das Engenharias, por exemplo – sob o prisma das relações de classe, gênero e raça/etnia que desencadeou a constituição dessas profissões.

Dessa forma, ao considerar que as três áreas de formação profissional do estudo – Serviço Social, Psicologia e Pedagogia – são historicamente naturalizadas como “profissões do cuidado”, apreende-se que as mesmas sofrem os reflexos dessa divisão sociosexual e racial do trabalho, uma vez que, sendo profissões compostas majoritariamente por mulheres, as marcas

⁴⁶ Ainda de acordo com Braga (2018), as primeiras escolas de Medicina, no Brasil, datam em 1813. Foi no Rio de Janeiro (1813) e na Bahia (1815) que as mesmas se originaram. Nessa época, o ensino era proibido para as mulheres. A direção formativa se dava mais para a perspectiva curativa.

das construções patriarcais de gênero são estruturantes, assim como as relações de classe e raça, para pensarmos os determinantes acerca do compreendemos como uma desvalorização salarial.

É notório que historicamente essa separação entre as esferas produtiva e reprodutiva constituiu fator importante para a submissão da mulher e a hierarquização das ocupações e funções destinados a ambas as categorias.

[...] a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino (Cisne, 2014, p. 88).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Dossiê elaborado em 2013, intitulado de “Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres”, havia, naquela data, uma composição de 89% feminina no total de profissionais habilitadas (os) para exercerem a referida profissão. Atualmente, conforme o CensoPsi (2022) esse número é de 79,2%.

Em relação ao Serviço Social, com base na pesquisa desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2022, intitulada de “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”, cerca de 92,92% da categoria em voga se reconhecem como sendo do sexo feminino.

Por último, em relação a Pedagogia, não foi possível colocar o percentual expressivo, como das outras categorias, mas há vários estudos que enfatizam a presença majoritária de mulheres na referida área, e seus desafios para romper com a subordinação enquanto profissão do cuidado. Exemplo disso é o estudo “Feminismo e Educação: desafios da Pedagogia na construção de uma formação mais equânime” (2001), o qual as autoras retratam a importância do feminismo na viabilização de uma proposta educacional; e ainda, a pesquisa “Feminização da docência: por que a predominância de mulheres na educação?” que retrata a minoria masculina na formação da Pedagogia.

Portanto, analisando a partir do *lôcus* de estudo dessa tese, e tomando como referência as 03 (três) variáveis que sustentaram a investigação da realidade empírica (porte do município – agrupados em 03 grupos, mediante o porte populacional -, os tipos de vínculos – estatutário, seletista e comissionado – e, por último, os tipos de categorias profissionais – assistente social, psicóloga e pedagoga -), chegamos ao seguinte resultado, quando analisamos a carga horária de trabalho e o salário, respectivamente:

A primeira análise se deu em relação a categoria das assistentes sociais. Ao refletirmos acerca dos dados identificados, observamos que as profissionais que estão sob o vínculo

contratual de trabalho comissionado, tanto no G1, como no G3, apresentam a maior carga horária de trabalho com os menores salários. Em contrapartida, as profissionais que atuam no G3, na qualidade de estatutárias, que acessam o gozo das 30 horas semanais e recebem 02 salários mínimos, vislumbram uma condição mais favorável ao analisarmos a totalidade desse agrupamento.

Tabela 7: Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município

ASSISTENTES SOCIAIS			
Tipo de vínculo	AS G1	AS G2	AS G3
Estatutário	30h - 1,5 SM	30h - 1,5 SM	30h - 1 SM/ 2 SM
Seletista	*	*	*
Comissionado	40h - 1 SM	*	40h - 1 SM

Fonte: Dados da pesquisa – resultados da coleta e análises das entrevistas (2022).

SM – Salário mínimo;

(*) não houve entrevistado (a) nessa categoria.

Em relação as(os) psicólogas(os), percebemos que há uma prevalência no cumprimento de 40 horas, mesmo considerando o prisma analisado anteriormente, no tocante ao reflexo da Lei das 30 horas do Serviço Social na Psicologia. Diferente das profissionais assistentes sociais, na Psicologia, mesmo que considerando a prevalência das 40 horas, observamos que há uma condição de melhores salários, na particularidade do exercício na função comissionada.

Tabela 8: Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município

PSICÓLOGOS			
Tipo de vínculo	PSI G1	PSI G2	PSI G3
Estatutário	40h - 1,5 SM	40h - 1,5 SM	30h/40h - 1 SM/ 2 SM
Seletista	*	*	40h – 2 SM
Comissionado	*	*	40h – 2 SM

Fonte: Dados da pesquisa – resultados da coleta e análises das entrevistas (2022).

SM – Salário mínimo;

(*) não houve entrevistado (a) nessa categoria.

Tabela 9: Categoria Profissional, Tipo de Vínculo e Grupo de Município

Os resultados em relação aos profissionais pedagogos, mostram-se, com base nas trabalhadoras de vínculo comissionado, semelhante aos assistentes sociais.

PEDAGOGA			
Tipo de vínculo	PED G1	PED G2	PED G3
Estatutário	*	*	20h - 1 SM
Seletista	40h - 1 SM	*	40h - 1,5 SM
Comissionado	*	40h - 1 SM	*

Fonte: Dados da pesquisa – resultados da coleta e análises das entrevistas (2022).

SM – Salário mínimo;

(*) não houve entrevistado (a) nessa categoria.

Ao refletirmos sobre as constatações acima e os resultados apreendidos pelo Censo SUAS e CadSUAS, nos deparamos com o resultado que **as profissionais comissionadas e as pedagogas seletistas são as que mais sofrem com o grau de precarização** haja vista quando partimos da análise que trabalham 40h e recebem 1 salário mínimo, quando comparadas com as demais categorias e levando por base os elementos tomados como aspecto mediador: o salário e a carga horária de trabalho.

Além das determinações que inter cruzam os demais aspectos elencados no decorrer desse estudo, os quais vão ao encontro das nuances que corroboram com um contexto de precarização.

Portanto, confirmamos mais um pressuposto da pesquisa em voga: *os(as) profissionais que exercem a função comissionada, além de um diferencial no cumprimento da carga horária a partir da função exercida, a existência de agravantes quanto a precarização do trabalho nas análises endógenas ao objeto.*

Sobre esse recorte e analisando o contexto do Brasil contemporâneo, Neves (2022, p. 12) apontou que:

a intensificação da exploração da força de trabalho é acompanhada pelo rebaixamento salarial, retirada de direitos trabalhistas, focalização/privatização de políticas sociais, o aumento da idade para aposentadoria e o crescimento de impostos regressivos. Essas são tendências gerais que conformam a condição do Trabalho na particularidade brasileira.

Assim sendo, observamos que essa relação de venda e compra da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, se faz moldada em estruturas precárias quanto ao acesso às

garantias de reprodução e manutenção do trabalhador, o qual é visto pelo capitalismo como força de trabalho disponível para o dispêndio de sua capacidade produtiva.

O que vendemos não é o trabalho, mas a força de trabalho, disse Marx. Ou seja, levando como ponto de reflexão o objeto de estudo, esses (as) trabalhadores (as) vendem ao Estado sua capacidade laboral de exercer as funções necessárias ao cumprimento de suas competências/atribuições: contribuir com a reprodução da força de trabalho de outros trabalhadores.

Fora de uma relação de produção de mercadorias, esses (as) profissionais exercem um trabalho, que também é socialmente necessário, com vistas a prestar atendimento a uma parcela de seres humanos que recorrem ao Estado – que constitucionalmente tem o dever de oferecer a Proteção Social⁴⁷ -, através das políticas sociais, para o alcance de condições básicas de sobrevivência.

De acordo com Ranieri (2001), uma sociedade moldada no trabalho abstrato, é uma sociedade que cria limites para o desenvolvimento livre das potencialidades humanas, uma vez que o processo do estranhamento, se sustenta numa relação desigual de apropriação da riqueza produzida através do trabalho humano, pois, diante do rebaixamento da ação humana como via de acesso aos meios de subsistência, entendemos que o próprio processo de vida se transforma em ponte da concretização desse estranhamento.

Tomando por base a pesquisa do CFESS (2010, p. 04), que tratou acerca do processo de ampliação dos campos de trabalho na política de Assistência Social no início dos anos 2000, é possível observar que o alargamento de trabalhadores(as) não acompanhou melhores condições de trabalho, o que impactou no cenário da precarização que se mostra histórica para com essa realidade.

Observamos ainda que as nuances acima se dão sob influência concreta da normatização advinda com a elaboração e publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) de 2005, alterada em 2012, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/2006), alterada em 2021, da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em 2009 e do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS em 2009, os quais são instrumentos que norteiam consubstancialmente a política de Assistência Social brasileira,.

⁴⁷ Uma conquista da classe trabalhadora, mediante os movimentos e lutas sociais, em 1988, quando aprovado o novo texto constitucional brasileiro: a Constituição Federal de 1988.

A ampliação do SUAS requer cada vez mais o reconhecimento legal da assistência social como política pública. Isso é inegável, mas não conseguirá alcançar esse patamar apenas com a ampliação e definição do quadro de trabalhadores. É fundamental que os trabalhadores, independentemente de suas especificidades, tenham garantidos os direitos trabalhistas e condições adequadas ao exercício de seu trabalho. A estruturação institucional da política de assistência social é uma realidade e o SUAS contribuiu para isso. Mas a própria *Munic* revelou que as condições de trabalho ainda estão muito distantes do razoável.

A análise destacada, coaduna também com a realidade da pesquisa aqui pretendida, uma vez que a maioria dos municípios alvo desse estudo se caracterizam como de pequeno porte, com exceção de Caicó/RN que é de médio porte, o que já aponta aspectos reveladores do cenário macroestrutural no universo a ser investigado.

“Muita demanda para a realidade de recursos humanos que temos nos serviços. Finda sendo uma atuação imediatista e pontual, isso acaba ferindo muito a compreensão técnica e ética da política”. (ASE3)

“A NOB RH SUAS não dá conta de corresponder a realidade que atendemos nos serviços e o que é indicado para composição do quadro de recursos humanos. Sempre apontamos isso nas reuniões (raras) de equipes, mas as gestões esbarram no processo burocrático”. (ASC1).

“É quase que humanamente impossível dois, três técnicos de nível superior dão conta de acompanhar o que aponta a NOB RH SUAS. E as demandas dos serviços e do dia a dia da prática profissional não se faz ‘somente’ com o que está posto lá não! Somos requisitos para ir ministrar palestras em escolas, reuniões de campanhas, mobilizações de ruas, elaboração de relatórios. É muita coisa para um número pequeno de profissionais”. (PE2).

As tabelas abaixo, extraídas das informações contidas na NOB RH SUAS, em sua versão comentada (2011), mostra como se dá a organização citada nas falas dos (as) trabalhadores (as) da região do Seridó do RN:

Tabela 10: Quantitativo de famílias referenciadas por porte dos municípios no SUAS

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: extraída da NOB RH SUAS anotada e comentada (2011).

Quanto a composi o na PSB, que se volta às equipes do CRAS, observamos que, hegemonicamente, a prevalência se volta aos profissionais do Serviço Social e Psicologia, aspecto que já identificamos anteriormente. Sustentamos as análises levantadas pelos (as) entrevistados (as), com base nas falas destacadas acima, quando, por exemplo, observamos a indica o das equipes dos municípios de médio e grande porte e as metrópoles como sendo a mesma correspondência, o que, em pouco, quantitativamente falando, se difere dos demais portes.

  salutar apreender que a realidade cotidianamente apresentada para interven o de quem atua na assistência social não   mais atendida pelo que propõe as normativas do SUAS. Corroboramos que a importância de uma revisão que atrele os requisitos de análise que versem entre a realidade dos serviços, a partir do cenário regionalizado, as demandas que se apresentam como necessárias de interven o, a necessidade de profissionais para prezar por esse atendimento/acompanhamento e a destina o dos recursos financeiros.

Não cabe aqui fazer um adendo analítico que não tenham as proposi es fincadas no solo histórico, haja vista o cenário de desfinanciamento do SUAS, como trataremos a seguir, mas apreender as relevantes considera es extraídas da pesquisa empírica que, relacionadas a outros estudos, evidenciam a necessidade de ser pensada a revisão das normativas da assistência social.

A elabora o normativa mostra, portanto, um distanciamento com o atendimento da realidade, uma vez que diante do aumento exponencial das demandas na assistência social, gera a precariza o do trabalho de quem nela atua, e, concomitantemente, a fragilidade no

atendimento de quem dela necessita. Tal cenário finda por ocasionar a manifestação de uma prática profissional pautada no tecnicismo e pragmatismo, de modo a desconsiderar a totalidade social em detrimento da pontualidade nos atendimentos.

Em relação ao atendimento da Proteção Social Especial (PSE) o detalhamento e a composição podem parecer se dá de forma mais abrangente, mas defendemos que isso não consolida da forma como se apresenta em aparência, pois, diferentemente da realidade da PSB, a PSE tem o georreferenciamento tomado pela abrangência total do município, e não na especificidade do micro território, como é o caso dos CRAS.

“Eu costumo dizer que aqui no CREAS a gente atende de tudo um pouco. São muitas demandas, de realidades diversas que chegam em forma de atendimento, mas que são expressões da realidade. Fome, violência contra idosos, contra mulheres, abuso de crianças e adolescentes, conflitos intrafamiliares, população em situação de rua, etc. Eu não vejo a menor condição de ser ofertado um atendimento e acompanhamento com maior qualidade diante de uma ‘chuva de demandas’ diárias. A sensação é que estamos constantemente enxugando gelo na assistência social” (PEDS3).

A fala extraí elementos fulcrais para percebemos as limitações que corroboram entre: o impacto da assistência social na realidade social *versus* as expressões da questão social em tempos de aviltamento do capitalismo e neoliberalismo.

Com base nessa discussão, e com o intuito de ratificar as observações aqui aferidas, a pesquisa desenvolvida por Araújo et al. (2017, p. 116) em municípios do estado do Maranhão, nos resultados acerca dos fatores que facilitam ou dificultam o processo de implantação e implementação da Política de Assistência Social desses municípios abordados, concluíram que:

[...] merecem destaque questões relativas aos recursos humanos e ausência de financiamento, sendo que a falta de equipe capacitada e especializada em quantidade suficiente para as ações e demandas foi indicada em 35,1% dos municípios. Igualmente, 35,1% dos municípios apontaram a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento das ações como o principal entrave.

A tabela 13 a seguir apresenta o que orienta a NOB RH SUAS acerca da organização dos recursos humanos em relação a composição das equipes na PSE, especificamente no CREAS, enquanto serviço de referência da PSE de média complexidade.

Tabela 11: Indicação das Equipes de Referência na Proteção Social Básica do SUAS versus o quantitativo de famílias referenciadas.

CREAS

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Fonte: extraída da NOB RH SUAS anotada e comentada (2011)

Portanto, a Assistência Social na passagem do séc. XX para o XXI vivencia seu processo de institucionalização a partir da consolidação do seu aparato normativo, o qual tem na LOAS o marco histórico desse cenário. Contudo, os desafios ainda são muitos, dado a conjuntura fascista instalada em 2017 com a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da República, o que trouxe profundos ataques as políticas sociais, e a Assistência Social teve sérios impactos, como por exemplo, a redução, ou desfinanciamento, do seu orçamento.

Agregado a isso, tivemos um contexto mundial pandêmico, o qual agravou a desigualdade social e torna ainda mais alarmante a miserabilidade. A mistificação quanto ao acesso ao direito diante do acesso seletivo do Auxílio Emergencial⁴⁸ é imperativo no discurso (ultra) neoliberal, e coloca a classe trabalhadora à mercê de um valor que não proporciona o acesso mínimo na garantia da sobrevivência.

Paralelo a isso, cabe problematizar essas condições sociais que são determinantes para pensarmos o complexo que envolve desde as relações de trabalho na política de assistência social, até as condições de trabalho que esses(as) trabalhadores(as) que atuam na região do Seridó do RN possuem, o que requer relativizar com a particularidade regional interiorana.

Diferentemente do espaço fabril, o *lócus* da pesquisa se dá com vias de trabalho maciçamente realizadas sem utilização de maquinário produtivo. O trabalho voltado ao atendimento e acompanhamento social com indivíduos e famílias, que se concretiza através das técnicas da escuta qualificada, da visita domiciliar e institucional, trabalho em grupos e que

⁴⁸ “O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros – 600,00 e 1.200,00 inicialmente - em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise” (BRASÍLIA, 2020).

exige ainda uma formalização através da elaboração de relatórios, estudos, laudos e perícias sociais, diagnósticos, alimentação dos prontuários, para pensar as estratégias de articulação com as redes (que geralmente se dão através de reuniões), encaminhamentos, etc. Ou seja, são demandas de trabalho que não ocasionam a produção de uma mercadoria quando pensamos a produção diante do valor de uso e troca. Aqui há um labor que é necessário ao Estado, enquanto responsável pela proteção social⁴⁹ garantida constitucionalmente, e que é parte da reprodução da força de trabalho.

Os resultados do estudo empírico corroboram com as reflexões acima quando vemos a fala do entrevistado PS2: *“Passei muitos anos sendo “motorista” do CRAS. Quando necessitava de realização de visita domiciliar ou qualquer outra necessidade de deslocamento, eu quem ia. Tanto de carro como moto. Hoje isso não acontece mais porque contrataram um motorista”*.

Essa fala destaca exatamente a realidade de muitos trabalhadores, uma vez que, ao identificar outra habilidade que o trabalhador possua, para além que é contratado para executar, o sistema se apropria e lança como “possibilidade” de exercê-la, sem muitas vezes, esse mesmo trabalhador identificar o nicho de exploração e precarização o qual se volta ao seu cotidiano de trabalho, uma vez assume-se uma lógica de identificação de 01 (um) trabalhador contratado exercendo a função de 02 (dois). Para o capitalismo, temos a compra da força de trabalho de um trabalhador que atua por dois.

Na esfera particular da relação das condições de trabalho para com a população usuária, e conseqüentemente, assistida pela política de assistência social na referida região, foi identificado como aspecto que corrobora com os nichos da precariedade dos espaços sócio-ocupacionais a fragilidade no atendimento do sigilo profissional.

“A estrutura, da forma como estar, não garante sigilo no atendimento e resguardo da imagem do usuário [...]” (ASC1)

A garantia do sigilo profissional é algo que transversaliza a proteção social brasileira. De modo a ratificar, as entidades representativas das profissões do Serviço Social e Psicologia, em seus Códigos de Ética Profissional, aponta a defesa e condições para garantia desse sigilo, o qual aparece, prioritariamente, como direito do usuário e dever do profissional.

Mediante a fala citada, a estrutura física não possibilita o resguardo do sigilo e da imagem do usuário, infringindo o direito de privacidade.

⁴⁹ Essa discussão será aprofundada no Capítulo 4.

“Sala inadequada, iluminação ruim, não há armário para garantia do resguardo ético do material de atendimento e acompanhamento dos usuários. Não temos impressora. O computador é antigo, o que acaba gerando insegurança quanto ao armazenamento das informações. O carro para realizar as visitas domiciliares é compartilhado com outros serviços do SUAS, o que dificulta bastante um acompanhamento eficaz” (ASE3)

A estruturação dos espaços físicos de trabalho é uma condição necessária para o desenvolvimento de uma prática profissional condizente com as prerrogativas do SUAS. Para além disso, a garantia de acesso básico a um ambiente que prime pela não precarização das condições de trabalho quando pensado a ambiência.

Todavia, a fala da entrevistada evidencia uma realidade de sucateamento dos serviços socioassistenciais, uma vez que a escassez dos recursos materiais de trabalho, aliado a fragilidade de atendimento as questões éticas, condizem a um cenário de fragilização da proteção social na assistência social.

Portanto, apreendemos que a fragilidade nas condições e relações de trabalho inferem diretamente no processo de adoecimentos laborais, os quais não são novidade diante da sociabilidade capitalista, neoliberal, racista, sexista e misógina. A importância desse enfoque se dá para que possamos apreender a necessidade da pesquisa científica que cunhe por uma direção crítica na apreensão dos fenômenos estudados. Pois, por mais que seja uma discussão latente, ratificamos que as transformações que permeiam o mundo do trabalho contemporâneo, especialmente meio a um contexto de atravessamento da crise sanitária, a qual possui sequelas sociais, econômicas e políticas em total vigor, seja uma constante, principalmente quando nos propomos a desvendar as realidades articulando isso aos enfoques regionalizados, generificados, por compreender que a classe trabalhadora é heterogênea, como destaca Antunes (2013) e Lobo (1991).

Desse modo, o próximo subtópico apresenta resultados e análises acerca dos adoecimentos advindos de universo laboral.

4.2.2 MARCAS (IN) VISIBILIZADAS: OS ADOECIMENTOS FRUTO DAS CONDIÇÕES LABORAIS DO SOLO DE QUEM ATUA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SERIDÓ OCIDENTAL DO RN

O desencadeamento de doenças fruto dos desgastes advindos do mundo do trabalho é algo que Marx já aponta n' *O Capital*. O capitalismo carrega consigo a exploração, precarização e opressão no processo das relações de trabalho.

Quando partimos para as apreensões acerca do entendimento que as políticas sociais, vemos que as mesmas surgem mediante um cenário contraditório, enfatizamos que elas também têm a premissa de corresponder aos interesses da lógica do capital.

O advento da reestruturação produtiva, da robótica, da informatização e da globalização – mais especificamente na última quadra do século XX e início do século XXI -, esse processo se aguçou, uma vez que se configura como constante nas relações de trabalho. A fala a seguir, evidencia a elevação dos estresses, desgastes e fragilização das relações de trabalho no exercício profissional no SUAS.

“Desenvolvi uma “alergia emocional” que afeta minha pele. Quando me estresso fico cheia de manchas vermelhas na pele” (ASS1).

Aqui fica clara a identificação de uma relação paradoxal entre o processo de trabalho e a condição de saúde-doença por parte da trabalhadora. O estresse, como condicionante majoritário quando questionados(as) sobre as implicações em torno das relações de trabalho, surge como válvula desencadeadora de outros agravos na saúde da trabalhadora.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), “entre 2006 e 2022 foram registradas quase 18 mil notificações por transtornos mentais relacionados ao trabalho”. A coordenadora-geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, frisou em relação ao fato de que “vínculos precários, dificuldades para deslocamento até o trabalho, baixos salários e a naturalização de situações de assédio são aspectos que transformam o trabalho em um ambiente de vulnerabilidade”.

Aliado a isso, a referida coordenadora-geral chama atenção para as subnotificações, uma vez que, mediante as condições que se moldam os contratos de trabalho na contemporaneidade – entendendo aqui o contexto que perpassa as últimas décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI -, a fragilidade que os caracteriza impacta diretamente tanto na busca de assistência para o tratamento dos adoecimentos, como a notificação, quando são viáveis de apuração.

A Portaria nº 1.999 de 27 de novembro de 2023, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, aponta a *Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho* (LDRT), e se torna um instrumento normativo e técnico-científico com importância no campo da Saúde do Trabalhador, uma vez que se destina à identificação e classificação de doenças e agravos cuja etiologia, patogênese ou evolução estejam direta ou indiretamente relacionadas às atividades laborais.

A referida lista se organiza em dois segmentos, a partir dos principais determinantes que afetam à saúde do (a) trabalhador (a), sendo: “§ 4º A LDRT consta no Anexo LXXX desta Portaria, sendo organizada nas seguintes estruturas: I - Lista A: agentes e/ou fatores de risco com respectivas doenças relacionadas ao trabalho; e II - Lista B: doenças relacionadas ao trabalho com respectivos agentes e/ou fatores de risco.”

Mediante o referido detalhamento, observamos ainda que, no lote que classifica as doenças da Lista B, em seu capítulo V, o qual se refere aos *Transtornos Mentais e Comportamentais*, serão classificados em: Transtornos, estados, Episódios, Reações, Lesões e Esgotamento as quais possuem em comum o mesmo agente e/ou fatores de riscos⁵⁰, sendo:

Fatores psicossociais relacionados a: gestão organizacional; e/ou contexto da organização do trabalho; e/ou característica das relações sociais no trabalho; e/ou conteúdo das tarefas do trabalho; e/ou condição do ambiente de trabalho; e/ou interação pessoa-tarefa; e/ou jornada de trabalho; e/ou violência e assédio moral/sexual no trabalho; e/ou discriminação no trabalho e/ou risco de morte e trauma no trabalho; Desemprego.

A Tabela a seguir apresenta quais os tipos de doenças relacionadas ao Trabalho mediante os agentes e/ou fatores de riscos acima explicitados.

Tabela 12: Transtornos mentais e comportamentais – Portaria nº 1.999/2023

TRANSTORNOS	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de opiáceos, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de canabinóides, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de sedativos e hipnóticos, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de sedativos e hipnóticos -
-------------	--

⁵⁰ Com exceção do Transtorno depressivo recorrente e os Episódios depressivos, os quais, além do agente e/ou fatores de riscos destacados, também tem acrescido: Exposição a tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos; e/ou chumbo e seus compostos tóxicos; e/ou tricloroetileno e/ou tetracloroetileno e/ou tricloroetano e/ou outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos; e/ou brometo de metila; e/ou manganês e seus compostos tóxicos; e/ou mercúrio e seus compostos tóxicos; e/ou dissulfeto de carbono; e/ou outros solventes orgânicos; e/ou agrotóxicos, em atividades de trabalho

	síndrome de dependência, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso da cocaína, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de outros estimulantes, inclusive a caféina, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de alucinógenos, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de fumo, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de solventes voláteis, Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, Transtornos delirantes persistentes, Transtornos psicóticos agudos e transitórios, Transtorno depressivo recorrente, Transtornos ansiosos, outros, Transtornos somatoformes, Transtornos de adaptação, Outros transtornos neuróticos especificados, Transtorno do Ciclo Vigília-Sono Devido a Fatores Não-Orgânicos, Neurastenia.
EPISÓDIOS	Episódios Depressivos
REAÇÕES	Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação
ESTADO	Estado de "Stress" Pós-Traumático
LESÕES	Lesões autoprovocadas intencionalmente (Suicídio)
ESGOTAMENTO	Esgotamento (Burnout) ⁵¹

Fonte: Elaboração/Organização realizada pela pesquisadora, com base nas informações contidas na Portaria GM/MS nº 1.999/2023.

Importante apreender, portanto, as determinações que permeiam e classificam as doenças provenientes dos fatores e agentes os quais o referido documento elenca. É válido considerar que não nos interessa aqui compreender os fatores a partir de um cunho biologizante e medicamentoso, uma vez que não parte da habilidade desse estudo. Interessou-nos, portanto, as enervações que circunscrevem as relações sociais, históricas e políticas que determinam os reconhecimentos e encaminhamentos do processo de adoecimento sofrido pelo (a) trabalhador (a) a partir da exposição aos fatores em questão.

Fruto da aprovação das Leis Orgânicas da Saúde (nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990), que especificam e ratificam a importância de considerar a saúde do trabalhador como área de

⁵¹ Em janeiro de 2022 a Síndrome de Burnout passou a ser considerada como doença decorrente do trabalho. Com a alteração do CID (agora o 11), e tem encaminhamentos diferentes, uma vez que, antes do referido reconhecimento, a Síndrome de Burnout era tida como “problema na saúde mental e um agravamento de quadro psiquiátrico”, como aponta a Associação Brasileira de Medicina do Trabalho. Isso gerava uma compreensão individualista da doença, sem arrola-la as relações e condições de trabalho.

atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1999, de acordo com a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), a LDRT é fruto dessa necessidade e importância de as incidências de adoecimentos como fruto, também, do ambiente de trabalho.

No entanto, ainda com base na referida Rede, a proposta era justamente expandir o olhar dessas incidências para além das patologias e encaminhamentos psicologizantes e medicamentosos, os quais traziam para a esfera individual do processo de adoecimento, sem considerar os determinantes sociais, materiais, políticos, históricos que corroboram com a sociabilidade capitalista.

Mesmo atestando as limitações que norteiam a Portaria nº 1.999/2023, uma vez que há aspectos que não corroboramos, como é o caso da referência aos usos de álcool e outras drogas como aspecto motivador do aguçamento das relações e condições de trabalho, pois partimos da compreensão que isso se molda sob uma análise superficial e acrítica da realidade singular e histórica dos sujeitos sociais; e ainda, por ser necessário apontar que não há uma definição crítica acerca do que sejam esses “agentes e/ou fatores de riscos”, uma vez que, de acordo com as literaturas científicas a partir das diversas áreas de conhecimento e formação profissional, inferem múltiplas conceituações que podem, ou não, imergir no que se almeje considerar as definições aqui elencadas; é salutar atestar a importância que a mesma possui para a tipificação e reconhecimento jurídico acerca dos adoecimentos que perpassam o mundo do trabalho contemporâneo.

Dessa forma, é imprescindível apreender as lacunas que ainda vigoram no tocante ao reconhecimento e encaminhamento do quadro de adoecimento vivido e sentido pelos (as) trabalhadores (as), uma vez que ainda é uma causa silenciosa e silenciada, dado o teor punitivo e culpabilizante que ainda ronda a identificação e as vias de proteção legal.

Sobre isso, Alves (2013, p. 131) aponta que:

O silêncio (e o preconceito) sobre os adoecimentos mentais no mundo do trabalho é deveras sintomático. É a fetichização do adoecimento em sua forma magistral. Primeiro, torna-se difícil conceber nexos causais entre doença e trabalho, pois a mente – mais do que o corpo – é reduto oculto da fenomenologia laboral. Mas, ao alugar a força de trabalho, o capital implica na sua relação social estranhada não apenas a capacidade física do homem que trabalha, mas também – e hoje, principalmente – a capacidade psíquica.

É importante não dissociar das análises aqui circunscritas as sequelas condicionadas pelo tempo histórico que consolida uma contemporaneidade marcada pelas alterações e incrementos tecnológicos e sociais, pelo agravamento da desigualdade social e regional, pela superposição escancarada do lucro sobre a vida, pela busca sócio material como aspecto

primeiro em relação a condição humano genérica, e tudo isso consequências das condições e relações econômicas global.

Antunes (2015, p. 79) considera que “as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a *forma de ser* da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada”. E sob as bases Toyotistas, “um novo nexos psicofísico”, como analisa Alves (2013) é redesenhado e altera substancialmente a morfologia do trabalho, implicando, portanto, no adensamento dos adoecimentos “da mente”.

Doravante, compreendemos como um nexos laboral os determinantes que circunscrevem o surgimento dessas expressões da questão social, as quais se mostram latentes no cenário mundial contemporâneo, como mostra Antunes (2018) ao relatar a situação dos casos de suicídios na empresa FoxConn na China.

O que nos instiga apreender esse debate é, para além das nuances que permeiam a sociedade contemporânea, influenciada pelo acirramento das relações de trabalho e a intensificação da exploração e precarização do trabalho, são as (in)visibilidades dos indicadores que evidenciem os adoecimentos dos (as) trabalhadores (as) quando esses se dão devido os solos do espaço laboral.

Sobre isso, Praun (2016, p. 13 – 14) discorre sobre a realidade brasileira de subnotificações quando se refere aos quadros de acidentes e doenças de trabalho:

Os dados referentes aos acidentes e doenças oriundas da atividade laborativa no Brasil e no mundo guardam características comuns, entre elas, o fato de que tanto as estatísticas mundiais como as brasileiras serem marcadas pela subnotificação das ocorrências. A subnotificação é, por sua vez, notadamente superior quando envolve doenças profissionais e do trabalho, seja em função da maneira, às vezes silenciosa e invisível, como parte dessas doenças se desenvolve ao longo do tempo ou, em sua maioria, pelo modo criminoso como as empresas controlam e camuflam as informações sobre essas ocorrências, de forma a dificultar que os trabalhadores possam comprovar sua origem e fazer jus aos seus direitos.

Isso ratifica o que já sustentamos anteriormente em relação ao processo psicologizante o qual se desdobra e se naturaliza em relação aos adoecimentos advindos dessas relações e condições de trabalho, uma vez que, as investidas que tecem o que Antunes (2013) como sendo “a nova morfologia do trabalho”, infere diretamente nessa conjunção entre o adoecimento, a identificação e sua relação com o ambiente de trabalho e os encaminhamentos dessa realidade. Isso por que, a precariedade dos vínculos – como veremos no próximo tópico desse capítulo -, a instabilidade contratual, a robotização e informatização dos espaços laborais, dentre outros, findam impactando diretamente para a promoção do silenciamento, como ainda, na não percepção dos adoecimentos como condicionamento das relações e condições de trabalho.

E mais, corroboramos com Alves (2013, p. 139) quando pondera que:

O foco analítico da saúde do trabalhador não pode se deter apenas nos adoecimentos do corpo – como explicitam as estatísticas sociais de acidentes de trabalho, mas sim, cada vez mais nos adoecimentos da mente, invisíveis, ocultos, prescritos pelo arдил de peritos. No século XXI, os candentes acidentes do trabalho não atingem apenas corpo, mas a mente. Portanto, altera-se o paradigma epidemiológico do adoecer laboral.

De modo particular a esse estudo, quando partimos para uma análise tomando como objeto de estudo os (as) trabalhadores (as) que atuam nas políticas sociais brasileiras, especialmente, na Assistência Social, identificamos que as pesquisas e indicadores em bancos de dados oficiais acerca dessa temática, são quase que inexistentes, o que ratifica o desenvolvimento e potencial científico dessa pesquisa.

Como forma de ratificação do que acima expomos, trazemos, por exemplo, a ausência de dados que tratem acerca do adoecimento de profissionais que atuam na Assistência Social por parte do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, uma vez que, ao ser realizada a pesquisa pública, não foi identificado nenhuma publicação referente a essa realidade. O mesmo se dá quando buscamos a plataforma eletrônica do Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS (FNTSUAS), enquanto espaço de articulação e organização política, e ainda, dispositivo de mapeamento das principais questões que perpassam a realidade dos (as) trabalhadores (as) do SUAS.

No tocante ao desenvolvimento de pesquisas em periódicos nacionais, vemos que a uma prevalência de publicações acerca do adoecimento e precarização do trabalho de assistentes sociais, se dão notadamente na política de saúde ou de forma genérica, sem evidenciar, com maior prevalência, uma política social/pública específica. Em relação a Psicologia, isso se mostra mais publicizado. Na Pedagogia não foi localizada nenhum estudo que trate acerca desse enfoque.

Paralelo a isso, foi observado ainda de onde partem as pesquisas que buscam a investigação dessa particularidade do adoecimento dos (as) profissionais que atuam no SUAS. A prevalência dos estudos é na região Sudeste, com raras pesquisas no âmbito do Nordeste, o que ratifica a importância de entendermos a relevância das pesquisas sob o enfoque regional, uma vez que as determinações que os formaram (formam) sócio historicamente, apresentam características específicas que findam impactando diretamente nas análises acerca do processo de precarização, adoecimentos laborais, etc.

Em relação aos tipos de vínculos contratuais, não localizamos nenhum estudo que tratasse das especificidades em torno da diferenciação contratual – como aqui elegemos para desdobramento das particularidades da realidade histórica, sendo: estatutário, seletista e comissionado - e as implicações sobre o processo de adoecimento.

Assim, para além do adoecimento mental e dos acidentes de trabalho, dada as precárias condições e relações de trabalho, são aspectos reais e pulsantes na realidade de trabalhadores que vivenciam esses cenários. A multiplicidade de adoecimentos, portanto, são evidências contemporâneas, porém, não são próprias da sociedade contemporânea, uma vez que esse alijamento já se consubstancia desde o advento das relações desiguais e hierárquicas de trabalho, porém, defendemos que são no capitalismo, mediante as relações de assalariamento, que elas se aguçam, e, por isso, merecem atenção por se constituírem alvo desse estudo, dado o teor categórico na insurgência das análises fruto do objeto de investigado.

Outrossim, é pertinente levarmos em consideração que o cenário de precarização, como aqui discorrido, que incide sobre a saúde mental e física da classe trabalhadora, apareceu como categoria nos resultados dessa tese. Foi central, ao ser tratado sobre as análises acerca das condições e relações de trabalho, o surgimento dos adoecimentos provenientes das nuances que perpassam a atuação profissional na política de Assistência Social no interior do RN.

Segundo Iamamoto (2001), a questão social se evidencia no cotidiano da vida social através das múltiplas expressões, que são consequências da exploração do trabalho pelo capital. Nesse interim, a condição de reducionismo da força de trabalho à mercadoria, fruto da sociabilidade capitalista - burguesa, gerou um processo legítimo de coisificação e descartabilidade humana, que infere diretamente na subjetividade e objetividade dos (as) trabalhadores (as), condicionando nas marcas dos adoecimentos.

Doravante, Alves (2013), ao analisar os mecanismos ideológicos em torno das doenças provenientes das relações de trabalho, aponta que um desses mecanismos é a subnotificação ou as notificações insuficientes. Essas fragilidades são entendidas a partir de vínculos temporários, sem contratação formal, ou mesmo que formalizada, sem segurança quanto a autonomia e cobertura de assistência e afastamentos no caso de adoecimentos, os contratos intermitentes, dentre outros.

Advindo do entendimento da precariedade das condições de trabalho, compreende-se que a deterioração dos espaços físicos, a falta de recursos materiais, a alta exigência para o atendimento da demanda do cotidiano de trabalho, o acúmulo de funções, dado o enxugamento de trabalhadores (as), dentre outros.

Essa dinâmica de flexibilização/ precarização/ desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais. Gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade, insegurança do emprego, ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade,

insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada. (Raichelis, 2011, p. 41).

Ou seja, as metamorfoses que entoam os adoecimentos têm uma raiz no sistema capitalista e os adensamentos provenientes de suas relações, e se aguçam no cenário neoliberal, principalmente quando pensamos que os resultados aqui analisados foram fruto do atravessamento, também, de um quadro pandêmico.

Corroboramos com Antunes (2015, p. 410) ao considerar que “[...] novas formas de acidentes e adoecimentos com nexos laborais passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho”. Nessa passagem do século XX – XXI, dada a intensificação da precarização das relações e condições de trabalho provenientes do que podemos considerar uma *nova forma fulcral de obtenção da mais valia*, tanto absoluta como relativa, e do enxugamento do papel do Estado, temos o desencadeamento da intensificação da Precarização do Trabalho.

Portanto, esse estudo delineou o entendimento de Precarização enquanto sua totalidade, apreendendo as múltiplas determinações em torno do processo de trabalho, de modo a defender que:

A precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática (Antunes e Praun, 2015, p. 413).

Para pensar esses aspectos estruturantes em torno da precarização enquanto uma perspectiva cimentada no capitalismo contemporâneo, identificamos nos resultados da coleta empírica que as condições de trabalho afetam bastante a saúde dos trabalhadores.

“Não me afeta diretamente, quando pensamos as relações interpessoais e hierárquicas. Porém, há presença de morcegos no prédio e isso acaba tornando um ambiente insalubre, uma vez que ficamos expostos a isso” (PS2).

Portanto, percebemos que a consubstancialidade em torno da precarização das condições de trabalho é sentida em aspectos múltiplos que impactam na realização do processo de trabalho, o que exigiu uma reflexão afinca quanto as repercussões nos adoecimentos dos(as) trabalhadores(as) da assistência social do Seridó do RN.

“ar-condicionado velho, o que acaba afetando nossa saúde” (ASC3).

As condições insalubres, portanto, surgem como aspecto notório nos espaços laborativos no SUAS na região do Seridó do RN, sendo um aspecto evidente nos três grupos

que compõe uma das variáveis da pesquisa, o que notadamente nos leva a apreender que são marcas que caracterizam o nicho dos adoecimentos.

“A sala é cheia de infiltrações, o ar condicionado é velho e não há manutenção, a nossa região é muito quente e tudo isso acaba gerando um mal-estar e afetando nossa saúde, tanto física como mental. E nós da assistência social não recebemos insalubridade. Eu ainda acredito que, um dia, vão olhar de alguma forma. Seja para a melhoria das condições de trabalho, seja para nossa inclusão como trabalhadoras que vivenciam contextos insalubres” (PE3)

A fala em voga apresenta dois elementos que merecem ser analisados. Primeiramente, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 – NR 15⁵², conforme tem detalhado no site do MTE, a compreensão das atividades insalubres não se direciona para as situações que foram apresentadas pelos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), o que nos remete para o outro ponto de análise. Pois, não como há tipificação dos casos aqui abordados para classificação como aspectos insalubres para o cumprimento/realização do processo de trabalho em nenhum dos treze anexos que regulamenta as práticas insalubres no Brasil.

Com base nisso, partimos do entendimento que as condições compreendidas pelos(as) trabalhadores(as) como “insalubres”, se caracterizam como adendos consequentes da precarização das condições de trabalho, o que finda impactando nesse processo de sucateamento dos espaços de atuação desses(as) profissionais, que findam sendo imerso (as) em um cotidiano de exposição nocivas.

Os resultados da pesquisa também consideraram que o adoecimento laboral afeta a vida do (a) trabalhador (a) em todo seu contexto estrutural. Partindo da defesa que a totalidade do cotidiano social não se dissocia, é compreensível que esses impactos advindos das relações de trabalho, finde refletindo diretamente no conjunto da vida desses (as) profissionais. A fala a seguir aponta elementos que despertam essa análise:

“Não só profissionais. Mas as relações pessoais e relacionais são afetadas. Me sinto mais estressado, com menos concentração. Não tenho prioridade para mim. Adoece ver muitos problemas e não ver as soluções. Abala meu sono e minha autoestima” (ASC1)

A fragilidade nas relações contratuais, a desvalorização do trabalho no SUAS, a desarticulação política, dentre outros aspectos, que impactam na organicidade do trabalho e na

⁵² Que foi originalmente editada pela Portaria do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) nº 3.214, de 8 de junho de 1978, estabelecendo as “Atividades e Operações Insalubres”, de forma a regulamentar os artigos 189 a 196 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V (da Segurança e da Medicina do Trabalho) da CLT.

aglutinação política dos (as) trabalhadores (as) têm sido motivo de adoecimento dos profissionais que atuam no SUAS.

O sucateamento das políticas sociais, as limitações orçamentárias – como já identificadas anteriormente -, impactam, para além da condição de trabalhador, na ideia de sujeito social. Partindo do entendimento que essas esferas não se dissociam, percebemos que vem colocando o ser humano numa secundarização em relação a ser trabalhador.

“Perdi o encanto”. A assistência social é um desafio diário. Desgasta muito a forma como utilizam da política para fins políticos partidários. Usa literalmente do sofrimento das pessoas para fazer “imagem política” (ASC1)

A desmotivação profissional foi uma das discussões que notoriamente foi identificada na coleta do nosso estudo. A sobrecarga do trabalho, o desfinanciamento da assistência social, os limites de reconhecimento do SUAS como responsabilização estatal, foram alguns dos aspectos destacados no tocante a justificação da “perda do encanto” em atuar nos serviços socioassistenciais. A fala em voga ratifica esse entendimento, uma vez que sustenta, ainda, a utilização que, historicamente, a assistência social tem sido utilizada, pautada num viés clientelista, presente em seus solos pretéritos, para favorecimento e atravessamento dos interesses políticos partidários. E isso se evidencia, mediante resultados da pesquisa, em municípios menores (Porte I e II, especialmente), pois as relações são mais estreitadas e complexas de serem rompidas. Assim, vemos como as expressões da questão social ainda são utilizadas como verdadeiros “trampolins” para obtenção de promoção político-partidária de cunho eleitoreira.

O cansaço da rotina, aliado a alta demanda e um quadro de trabalhadores (as) que não conseguem responder as exigências postas ao cotidiano e as inquietações frente ao não atendimento das respostas apresentadas pelos usuários materializadas em direitos sociais, as condições precárias de trabalho, são aspectos que transitam na realidade do SUAS e que se mostravam catalizadores do processo de adoecimentos, mesmo no cenário anterior a eclosão da pandemia.

“Me sinto desestimulada! Trabalhar na assistência social atualmente tem sido muito desmotivador, pois parece que nada sai do papel. E não temos como aliviar a fome com ‘discurso bonito’”. (PEDE3)

O entendimento do “nada sai do papel” se faz diante do lastro existente quanto ao distanciamento entre o planejamento⁵³ e a execução nas políticas sociais brasileiras é um traço

⁵³ O planejamento é algo que sempre se mostrou desafiador no campo das políticas sociais. Há, no Brasil, um pragmatismo que norteia desde a elaboração até a execução dessas políticas, de modo que a burocracia reflète

caracterizador e que ainda insiste em permanecer, principalmente numa realidade de capitalismo tardio em que o Estado coloca o atendimento dos interesses da política econômica como prioritário em relação a política social. E o que isso quer dizer: a prerrogativa de sistematizar a atuação do SUAS mediante competências profissionais “do discurso apaziguador” não é suficiente para enfrentar essa realidade, quando ela exige a materialidade para sobrevivência. Por mais necessário e importante que seja as atribuições profissionais, isso não dá conta de responder as exigências objetivas postas social, material e humanamente.

“Atendo muita gente diariamente e isso esgota!” (ASS3)

A alta demanda que chega para cobertura de atendimento na política de assistência social coloca em xeque, como já discutimos, a necessidade de revisão do aparato jurídico normativo que estruturam a referida política social.

Ratificando o cenário de adoecimento dos profissionais que estão à frente das políticas sociais brasileiras, a fala em voga aponta para o cenário que caracterizam o solo contemporâneo da assistência social no interior do Nordeste do Brasil.

A presença do estresse nas relações de trabalho se constitui como uma marca do capitalismo contemporâneo. A falta de valorização e sucateamento dos espaços de atuação profissional vem sendo um dos motivos mais apontados pelos trabalhadores que participaram desse estudo. Um ambiente sem condições de exercer suas atribuições profissionais e condições básicas de trabalho são fatores impulsionadores da presença do estresse e desmotivação para execução do exercício profissional.

“Estressante. Travado pela falta de valorização com as condições de trabalho” (ASS3).

Outro resultado fortemente apresentado, também de forma generalizada nos resultados da pesquisa, foi o convívio com a *ansiedade*.

Em 2002, a OIT e a OMS traçaram novas diretrizes globais com vistas a pensar a saúde mental no ambiente de trabalho. Ainda com base nas referidas organizações, “Estima-se que 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e à ansiedade que custam à economia global quase um trilhão de dólares”. Longe de apreender essa informação

diretamente na intervenção. O trabalho pautado no *modo manualista*, ou seja, aquele que segue a tabuada das normativas e das prerrogativas exigidas para o atendimento do repasse orçamentário fundo a fundo, finda sendo algo que impacta diretamente as políticas sociais brasileiras, de modo a exigir da prática profissional o cumprimento de metas como sinônimo de atendimento das necessidades sociais, sem considerar as determinações estruturais que passam o contexto das pessoas que acessam esses serviços.

sob a lógica produtivista e economicista, enfocamos para ratificar o desencadeamento da ansiedade como consequência do adoecimento laboral.

Nesse interim, o Relatório da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, divulgado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), aponta que os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) são a terceira maior causa de afastamento do trabalho e os dados apontam tendência de crescimento.

Contudo, percebemos que a ansiedade impacta veemente na condição de saúde dos (as) trabalhadores (as) e isso foi algo identificado na pesquisa, como já apontamos.

“Todo domingo eu já sinto crises de ansiedade por lembrar que terei que enfrentar mais uma semana de trabalho” (ASC1).

A ansiedade vem sendo uma das doenças mais frequentes de identificação nos trabalhadores nesse contexto do Século XXI. Segundo Antunes (2018), o suicídio elevou-se em índices assustadores nas últimas décadas. Isso faz refletir sobre as sequelas do contexto de capitalismo predatório e desumanização advindo do contexto de uberização do trabalho.

“Eu sinto picos de ansiedade, mas nunca procurei médico, pois parece que isso é algo que naturalizamos.” (ASE3)

A naturalização do adoecimento mental - advinda, muitas vezes, como ratificamos através das reflexões de Alves (2013), anteriormente citado, da invisibilidade dos impactos na saúde mental - principalmente os sinais de ansiedade e depressão, tornaram-se algo sem maiores cuidados e considerações, principalmente por parte dos empregadores⁵⁴, o que finda refletindo diretamente no (a) trabalhador (a) como algo “comum” das relações de trabalho. O desencadeamento de qualquer acometimento do agravo da saúde mental tornou-se um apêndice do processo de trabalho contemporâneo.

A evidência da lógica psicologizante em que coloca para o trabalhador a responsabilidade pelo seu sofrimento, como se o macroestrutural não afetasse o micro, desencadeou uma perversidade maior quanto as implicações de cuidado. A relação Trabalho *versus* Cuidados *versus* Acesso as políticas de Estado vêm sendo distanciado do processo de proteção social por parte de quem trabalha.

⁵⁴ A Síndrome de Burnout não foi citada por nenhum (a) entrevistado (a), o que gera inúmeras possibilidades de análises, as quais essa pesquisa de tese não tem o intuito de manifestar, mas aponta as considerações. Contudo, importa-nos destacar ainda que, com a alteração do CID referente a referida síndrome, o contexto a direção das determinações do esgotamento mental proveniente das relações de trabalho. Antes a Burnout era entendida como algo particular ao trabalhador, como um esgotamento relacionado a falta de gestão no modo de vida, envolvendo aí, o trabalho. Com a alteração do CID, antes 10, agora 11, que entrou em vigor em janeiro de 2022, a Burnout é compreendida como resultante do estresse crônico proveniente do local de trabalho. Em linhas gerais, isso significa uma direção em que o trabalhador não é visto como o centro da causa e responsabilização, mas sim, o ambiente laboral e as relações que nele perpassa, o que infere atribuição e responsabilização ao empregador.

Ainda com base no Relatório da conferência supracitada, “os trabalhadores e trabalhadoras têm sido vítimas de assédio moral constante e isso precisa ter um fim. Enquanto política precisamos chegar na gestão e essa gestão não pode ser particularizada, deve ser baseada na promoção de saúde e não na promoção da doença”, pondera as análises, que refuta também a naturalização e a romantização do estresse.

“Muita sobrecarga, profissionais adoecidos mentalmente, falta de articulação” (PE3).

Portanto, esse adoecimento não se configura como algo isolado, pelo contrário, vem sendo cada vez mais concreta a presença de profissionais adoecidos lidando com uma demanda de usuários (que também são trabalhadores) adoecidos. Isso acaba inferindo num distanciamento das esferas de articulação, pois, diante do cenário de acirramento das relações e condições de trabalho, dado, por exemplo, a limitação do tempo, principalmente na esfera do exercício profissional, acaba impactando nesse distanciamento das organizações sindicais, entidades representativas e movimentos sociais.

Quando vista a importância dessas articulações, percebemos que, em algumas das entrevistas(os) há o entendimento acerca da importância e necessidade de promover a organização política dos(as) trabalhadores(as) do SUAS no Seridó do RN, todavia, destacam o aviltamento da demanda, a roteirização da prática profissional, a rotatividade profissional, as tensões das relações hierárquicas de trabalho e a não efetivação da Política de Educação Permanente do SUAS.

“Entre 2013 e 2018, mais ou menos, éramos mais organizados. Conseguíamos nos encontrar, e até manter uma agenda de encontros intersetoriais e socioassistenciais para discutir casos e, conseqüentemente, nos organizar como trabalhadoras do SUAS. A greve de 2015 nós estivemos bem articulados. Havia um núcleo de educação permanente que foi puxado por nós mesmas e era muito bacana as discussões e encaminhamentos. Hoje não tem mais nada. Tem profissionais que entra através de processo seletivo, sai e não chego nem a conhecer. É muito adoecedor querer fazer e não ver estratégias de como seguir. Fora que há muito cooptação por parte das gestões, através de assédios, ameaças”. (ASE3).

A fala expõe um conjunto de aspectos temporais que demonstram como se davam as organizações políticas dos(as) trabalhadores(as) do SUAS na região do Seridó, e particularmente no G3, e como isso apresenta em crise de continuidade.

“Aqui nunca houve articulação! Não se por ser um município pequeno e haver muita rotatividade de profissionais. Os salários baixos, a necessidade de viajar faz com que as pessoas fiquem pouco tempo trabalhando aqui. Eu ainda sigo por que não passei em outro concurso ainda, e como aqui sou efetivo, acabo segurando pela questão da estabilidade, porém,

recebo praticamente um salário mínimo, não chega nem a um e meio. Não tem sindicato, pois não sustenta devido à redução de trabalhadores efetivos. Ou seja, tudo é muito frágil, complexo e individualizado”. (ASE1).

A articulação política dos(as) trabalhadores(as), as quais vem sendo veemente afetadas no cenário atual, porém, como consequência de ataques sindicais e aos movimentos e lutas sociais desde o final do século XX, é uma estratégia potente para promoção de melhorias acerca das relações de trabalho. Porém, encontra-se como algo de complexa efetivação por parte dos(as) profissionais que entrevistamos, como ainda, diante das realidades municipais, como é o caso do G1 e G2 que não possui, por exemplo, sindicato dos(as) servidores(as). Além disso, o aviltamento dos vínculos temporários – seletistas e comissionados – que finda impactando veemente nesse contexto.

Dessa forma, consideramos a relevância de ser percebido por parte de parcela dos (as) trabalhadores (as) entrevistados (as) a importância da organização/articulação política como expoente de luta para enfrentar o cenário de precarização do trabalho, todavia, a falta dessa organização/articulação é sentida por esses (as) como motivo potencializador dos adoecimentos enfrentados pelo processo de trabalho, uma vez que, por não a haver, implica nas relações de tensionamento com as gestões. Essa bilateralidade desperta para a premissa de fortalecer as estratégias das organizações da classe trabalhadora como caminho contra as entranhas do capital.

“Já era frágil a articulação, mas havia momentos, por mais ínfimo que fosse. Hoje não há mais nada, praticamente. É cada um por si. Não há planejamento. São ações desempenhadas de modo aligeirado como se fosse só para cumprir exigência “de papel”. (PE3)

A fala em destaque evidencia os respingos causados pela fragilização da organização/articulação política dos (as) trabalhadores (as) do SUAS na região alvo dessa investigação, como também, apresenta um adendo importante de destacar que diz respeito ao aligeiramento e tecnificação do processo de trabalho, os quais podem corroborar com os adoecimentos adscritos no interim dessa tese.

Rizzotti (2011, p. 71 – 72) aponta as interfaces desse processo ao considerar que “as contradições existentes requerem o enfrentamento das desproteções com proteção consubstanciada no trabalho técnico, na luta política que, ao acolher as demandas apresentadas, muitas vezes de forma individualizada, consegue solidificar em lutas coletivas”.

Além disso, distancia o (a) profissional dessa perspectiva totalizante da assistência interventiva a qual deve ser prezada no processo de trabalho, o que corrobora para uma prática alijada no produtivista guiada pela lógica cartesiana e quantitativa da realidade social.

Miranda e Santana (2017, p.08) é ratifica essa sustentação acerca do trabalho na assistência social corroborar com o cumprimento de metas.

Sabemos que o cotidiano impõe metas, as exigências feitas aos profissionais nos espaços de trabalho são massacrantes, e se agravam diante de uma realidade em que nem o ambiente, nem a quantidade de profissionais colaboram para o encaminhamento do exercício profissional de qualidade. A atuação se reduz muitas vezes a práticas interventivas no sentido de atender ao imediato, sem finalidades mais amplas, no sentido de buscar viabilizar ao usuário o fortalecimento da liberdade, da autonomia, e com isso, a ampliação dos direitos sociais.

Doravante, evidenciamos nesse estudo a organização/articulação política como estratégias latentes que podem possibilitar uma maior abertura dos (as) trabalhadores (as) que atuam na assistência social da região do Seridó Potiguar na luta coletiva e nos entraves que emergem das relações de poder. Todavia, a lacuna se faz tanto na organização/articulação intrínseca a cada município, como a nível regional, o que aponta um aspecto necessário de reavivamento, como reflexo das relações macroestruturais que caracterizam desde a realidade nacional, até a delimitação do Seridó.

Com isso, entendemos que a efetivação da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP - aprovada pelo CNAS em 2013 – que cria a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP-SUAS) - deve ser um aspecto de maior visibilidade no âmbito da gestão do trabalho da referida política, dada a importância da qualificação continuada como potencializador para a atualização e despertar da construção do conhecimento.

Contudo, os resultados da pesquisa ainda evidenciam outros elementos tangentes a essas análises: *“Falta capacitação permanente para que possamos dar conta das demandas que chegam. Um exemplo foi as mudanças de condicionalidades do Programa “Bolsa família” para o Auxílio Emergencial, isso afetou muito o nosso trabalho, pois acham que porque somos assistentes sociais, psicólogas, sabemos de tudo!”* (PC3).

A fala traz três elementos importantes de análise: primeiro a necessidade de educação permanente para manutenção da qualificação profissional e respaldo no atendimento as demandas dos usuários; segundo, o aligeiramento advindo do contexto tecnicista e pragmático que infiltrou às políticas sociais, de modo a considerar que o conhecimento normativo seja o suficiente, porém, nesse cenário apontado pela entrevistada, indica que não houve qualquer incentivo voltado à qualificação profissional na conjuntura descrita; por fim, a mistificação de que a formação profissional cimentada no ensino superior é suficiente para a obtenção de conhecimento por parte de quem faz as gestões das políticas sociais, essencialmente, mas que finda sendo um ideário social.

Com isso, o tópico seguinte, importante para o desvelamento da realidade vivenciada pelas (os) trabalhadoras (es) a partir da eclosão da pandemia de Covid-19. Para além da importância desse recorte analítico, foi algo visível nas considerações realizadas pelas (os) profissionais durante a coleta dos dados, principalmente nesse entorno da ausência de condições de trabalho para lidar com a prática profissional nesse contexto atípico, como também, o desencadeamento e intensificação dos adoecimentos mentais, fruto do medo que assolava o contágio com o vírus, e ainda, as implicações em torno do SUAS, na particularidade do trabalho remoto e o distanciamento das bases que caracterizam o trabalho social.

4.3 “ISOLAMENTO E DISTANCIAMENTO SOCIAL PARA QUEM?”: O TRABALHO SOCIAL NO SUAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Iniciamos essa discussão parafraseando Reinaldo Carcanholo⁵⁵ ao considerar e defender que a pandemia não é o motivo da crise estrutural contemporânea vivenciada pelo capitalismo. Ela pode ter potencializado, como de fato aguçou, os pilares que estruturam a referida crise.

“A demanda aumentou consideravelmente em relação aos benefícios eventuais. As pessoas tinham fome e não podia esperar. A oferta não era suficiente. A seletividade foi sentida como nunca antes. Tinha que “escolher” o pobre do mais pobre. Isso era terrível, pois precisamos medir quem conseguia aguentar mais a fome” (ASS3).

No contexto pandêmico essa realidade se potencializou na cena cotidiana, uma vez que, com a (im)possibilidade de permanência nas relações do mundo do trabalho, principalmente aqueles (as) que estavam inseridos (as) em vínculos informais, recorreram à assistência social como alternativa de sobrevivência imediata pautada no acesso aos itens básicos da alimentação.

Para sustentar a afirmação do aumento expressivo da demanda no SUAS, especialmente nos serviços, programas e benefícios acompanhados pela Proteção Social Básica, de acordo com a brochura “Atuação da Política de Assistência Social no contexto da pandemia do novo Coronavírus (2021), temos que:

Somente no período de abril a junho de 2020, foram realizados 9,2 milhões de atendimentos individualizados, número bastante superior àqueles registrados no mesmo período dos anos 2017, 2018 e 2019 (Gráfico 18). Comparando-se os dados do segundo trimestre de 2020 com os dados do segundo trimestre de

⁵⁵ Essa fala foi realizada no curso “Capitalismo Contemporâneo: crise e neoliberalismo no Brasil, ocorrido em maio de 2023, e organizado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), o qual a pesquisadora participou.

2019, foram realizados 2,2 milhões de atendimentos individualizados a mais em 2020, isto é, um aumento de 31,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O trecho coloca, além da elevação da demanda, o chamado para pensarmos que, se antes da pandemia o cenário de atuação, quando nos referimos as condições de trabalho, já eram precarizados, como pensar, portanto, esse contexto com a intensificação dessa demanda?

Sustentamos que foi veemente estratégico o discurso que versou (e ainda versa) a justificativa de que a crise era culpa do cenário de eclosão pandêmica, sendo esse utilizado através de uma funcionalidade ideológica para corromper o pensamento social através do poderio midiático e parlamentar, principalmente.

A crise sanitária, estampada com a pandemia Covid – 19, gerou o que podemos chamar de “*novo desenho das políticas sociais brasileiras*” quando, como algo não previsto, afetou a realidade da destinação orçamentária mundial e as demandas das políticas sociais, haja vista a necessidade de implementação de estratégias de convívio com o vírus letal e a sobrevivência humana.

A dualidade entre o isolamento e distanciamento social como *slogan* chefe do contexto pandêmico, e a premissa de parcela significativa da humanidade que precisa trabalhar como via única de sobrevivência aos moldes do capitalismo, gerou o aprofundamento das desigualdades sociais frente ao contingente de trabalhadores/as, que não encontraram outra alternativa. De acordo com Antunes (2022, p. 15) “além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliou-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade nos desempregados e informais [...]”.

Corroboramos com Araújo et al. (2021) quando trata desse contexto como sendo uma *dupla pandemia brasileira*, haja vista os impactos advindos da eclosão da pandemia, que refletiu diretamente na condição da segurança de vida global, e, na particularidade nacional, a incidência sobre as políticas sociais, dada a elegibilidade de Bolsonaro, que significou a supremacia executiva, legislativa e judiciária em defesa de um projeto reacionário e neofascista, como considera Behring et al. (2020). Ainda, um dos principais desafios na assistência social foi (é) o de conviver com um orçamento insuficiente para atender e acompanhar as demandas reconhecidas como de necessidade interventiva da referida política. E isso não se faz diferente na região do Seridó Norte-rio-grandense.

“*O principal desafio é conseguir desfazer a lógica da ajuda na atuação profissional do SUAS e, com isso, consolidar o atendimento entende-o como forma de acessar direitos. E, romper o fatalismo/messianismo ainda presente na assistência social*” (ASS3).

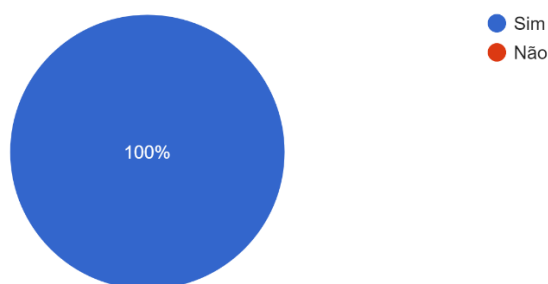
Observamos o esgotamento de um sistema político-econômico em que o lucro sobrepõe a vida, ou como destacou Davis (2020), a crise provocada pelo novo *Coronavírus* é um verdadeiro monstro criado e alimentado pelo próprio capitalismo.

De forma estratégica, haja vista que a coleta desse estudo se deu durante esse contexto épico, indagamos como as (os) trabalhadoras (es) compreendiam as refrações e impactos de convivência virótica, de modo a particularizar alguns aspectos para análise, dentre eles, se a demanda havia sofrido ampliação, quando comparada com o cenário anterior, por exemplo, em que não havia os efeitos da pandemia.

Gráfico 15: Trabalho, Demanda e Pandemia

24 O contexto pandêmico afetou o trabalho no SUAS em relação a demanda?

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Todas (os) entrevistadas (os) confirmaram que houve crescimento da demanda à procura dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais com a eclosão da pandemia. Com a paralisação de várias atividades, o que refletiu no alargamento do desemprego, recorrer ao suporte por parte das políticas sociais, principalmente a assistência social, foi algo evidente.

Os primeiros impactos da crise associada à Covid-19, observados no mercado de trabalho a partir de março de 2020, deram início a um período de abrupta queda nas ocupações em todo o país. Com isso, o nível da ocupação (proporção das pessoas de 14 ou mais anos de idade que se encontram ocupadas) caiu dos 55,1% em que se encontrava ao final de 2019, para 46,8% no trimestre compreendido entre junho e agosto de 2020. Isso significa que, pela primeira vez na série histórica, mais da metade das pessoas em idade ativa não estava trabalhando sequer uma hora por semana (Heinen e Mattei, 2022, p. 45).

Para ratificar a fala acima, segundo os dados do IBGE o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre de 2021. Ainda, 15,3 milhões de pessoas não procuraram trabalho por causa da letalidade viral ou por falta de oportunidade nas localidades

que residiam. Esse último aspecto nos chama atenção dado o caráter regional do estudo em voga, uma vez que a predominância dos municípios pesquisados é de porte I – menos de 20.000 habitantes –, que também é a realidade da maioria das cidades do Brasil.

De acordo com o Blog GESUAS, em 2020, os municípios brasileiros receberam recursos extraordinários, regulamentados através das Portarias do, então, Ministério da Cidadania, nº 369/2020 e 378/2020, ambas com a finalidade de possibilitar o atendimento das demandas e a realização das ações dos serviços socioassistenciais. O referido crédito em caráter extraordinário teve como objetivo a aquisição de EPIs e de alimentos.

“A demanda foi enorme. Muita fome, muita necessidade de benefício eventual. A assistência social ‘se reduziu a cestas básicas’. E não havia controle no acompanhamento, e isso está sendo algo difícil de ser mudado” (ASC1)

Com base nas análises das entrevistadas da pesquisa empírica realizada nesse estudo, identificamos um alargamento e, concomitantemente, um direcionamento voltado as ações dos serviços socioassistenciais voltados essencialmente para o atendimento da demanda primordial: o acesso a alimentação.

A fala em destaque ratifica nossas reflexões, assim como nos possibilita apreender as limitações a que se voltou a exequibilidade da política de assistência social no período que correspondeu a pandemia.

Como já identificado anteriormente em nossas compreensões teóricas, a busca dos serviços da assistência social como pivô de sanar a fome imediata se mostra como aspecto contundente desde os primórdios da referida política, mesmo quando ainda não era conhecida como política de Estado.

No entanto, com a eclosão da crise sanitária da pandemia de Covid-19, foi observado um filtro interventivo em que o trabalho social no SUAS se fez basicamente para suprir essa demanda. O entendimento que houve um reducionismo do SUAS ao atendimento das necessidades de alimentos e moradia, através do acesso aos benefícios eventuais de cestas básicas e aluguel social, que garantia o pagamento do valor correspondente a determinado período em unidade habitacional, foi algo bastante considerado nos resultados da pesquisa e, ainda, nas discussões apontadas pelas próprias elaborações ministeriais.

As observações aqui levantadas não desconsideram a importância desse enfoque, dada a urgência de acesso aos itens que propiciasse a condição mínima de sobrevivência em situação crítica de calamidade em tempos de “capitalismo virótico”, como destaca Antunes (2022).

Contudo, o anseio aqui é mitigar a discussão acerca de qual a direção política interventiva que a assistência social construiu durante a pandemia, de modo a considerar ainda

como se deu a gestão da prestação desses serviços, os quais se voltaram, majoritariamente, ao acesso material para consubstanciar a sobrevivência das famílias acompanhadas pelo SUAS.

Foi diante dessas análises e as identificações no decorrer desse tópico teórico-conceitual que consideramos que o atravessamento épico durante o cenário da Covid-19 se constituiu como a prestação de um **assistencialismo pandêmico**.

“Foi muito complexo a efetivação do “fazer da política” na pandemia. A demanda aumentou muito e não foi possível realizar o acompanhamento da forma eficaz. Por exemplo, as visitas domiciliares não foram possíveis, então as concepções eram feitas como verdadeiros “balcões de entrega”. Não no sentido fiscalizatório, mas no entendimento de acesso ao direito do acompanhamento, pois a família/indivíduo buscava a política de forma emergencial devido à fome, e acabava que haviam muitas outras vulnerabilidades que não conseguíamos ‘enxergar’ por causa da forma como se moldou a assistência social nesse período” (PS2)

Essa fala trás elementos fundamentais para analisar: a pandemia restringiu consideravelmente a dimensão técnico operativa, uma vez que o distanciamento e isolamento social não possibilitou um acompanhamento profissional alinhado com as prerrogativas éticas. A urgência pela sobrevivência, dado crescimento do desemprego e alargamento da fome, por exemplo, fez emergir para o SUAS à demanda alargada de benefícios eventuais, especialmente cestas básicas e aluguel social.

Diante da impossibilidade de uma intervenção mais qualificada, a qual se deu majoritariamente através de práticas remotas, findou desvirtuando a imagem estatal da Assistência Social. A importância do acompanhamento individual e familiar e o acesso aos benefícios e programas como forma de direito social se fragilizou e trouxe para os trabalhadores a necessidade de (re) fazer a imagem da assistência social como política de Seguridade Social.

Isso efetiva, para além dos aspectos elencados até aqui, com a realidade analisada pelos (as) entrevistados (as) quando considera que:

“Houve uma verdadeira redução do entendimento na assistência social ao acesso a benefícios eventuais. O CRAS se tornou como uma espécie de espaço que gerenciava quem teria acesso, naquela semana, quinzena, mês a cesta básica. Por isso que costumo dizer que aqui virou um verdadeiro ‘balcão de cestas básicas’”. (ASS1).

De acordo com publicações da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), em 2020, o repasse federal para o SUAS alcançou cerca de 89% dos municípios, representando a cifra de **R\$ 818 milhões** repassados para estruturar a rede assistencial no combate ao Covid-19.

Sobre isso, Mariana Reis, a secretária da SNAS na época, ratificou que o repassa se destinava, para além da aquisição dos EPIs, “Também são disponibilizados recursos para a compra de alimentos e para o atendimento em serviços socioassistenciais, sobretudo voltados àquelas pessoas que estão em atendimentos de proteção social especial, como abrigos institucionais, que exigem agora uma adaptação de metodologias para atender as recomendações sanitárias de afastamento ou de isolamento”, acrescentou.

Outro aspecto que corrobora, ainda, com a definição aqui designada em relação ao assistencialismo pandêmico se volta para atenção à população em situação de rua. De acordo com Censo SUAS Gestão Estadual 2020 – DGSUAS/SNAS/SEDS/MC, da destinação orçamentária proveniente dos recursos extraordinários, 81% se voltaram para apoiar os municípios na oferta de Instituições de Acolhimento para a referida população.

Não obstante, ainda com base nos resultados da entrevista, identificamos que, conforme a normativa que orienta o desenvolvimento das ações no SUAS voltadas à População em Situação de Rua, e que define os parâmetros de implantação e implementação, o mesmo só é cofinanciado para os municípios de grande porte⁵⁶, realidade que não coaduna com as cidades que foram alvo desse estudo.

Com a definição pela OMS do fim da pandemia, e, conseqüentemente, o fim dos repasses extraordinários para fins de atendimento das necessidades aqui aferidas (alimentos, moradia, EPIs, dentre outros), essas ações tiveram impactos consideráveis. Um deles se deu em relação a destituição das Instituições de Acolhimento para as pessoas em situação de rua. Isso corroborou para um rompimento de ações que, por um período, por mais extraordinário, desenvolveu uma acolhida e assistência voltada ao referido público. Com o fim da destinação orçamentária para os devidos fins, foi possível identificar o impacto que isso gerou quanto ao próprio papel do SUAS:

“A intenção de assistência à população em situação de rua e seu o fim junto com à redução do orçamento, impactou muito os serviços, e não temos como continuar prestando a atenção que foi dada durante a pandemia”. (ASE3).

De acordo com informações colhidas no Blog GESUAS, em 2022, foi publicada uma Ementa Constitucional (nº 126/2022) que garantia a possibilidade de execução dos recursos que foram transferidos durante a pandemia de Covid-19 aos estados, Distrito Federal e municípios, todavia, a utilização deveria se dá até 31 de dezembro de 2023.

⁵⁶ Para maiores esclarecimentos, ver Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais. [resolucao_CNAS_N109_2009.pdf](#) (mds.gov.br).

Em maio de 2023, O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, através da Portaria nº 884, com o propósito de regulamentar a reprogramação de saldos financeiros sobranes que constavam nos Fundos dos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros, provenientes das transferências realizadas durante o período pandêmico para execução das ações do SUAS.

Foi acrescentando ainda que, o recurso em voga poderia ser utilizado para continuidade do trabalho social que já vinha sendo realizado com as famílias, “em articulação das ações intersetoriais para contribuir com a reconstrução das condições de vida familiar e comunitária”, como consta na fonte citada acima.

Vale considerar a seguinte indagação: o recurso sobranes se deu por falta de um planejamento orçamentário para aplicabilidade do recurso destinado pelo FNAS aos FEAS e FMAS, ou pela não identificação de realidade que gerasse a destinação através de equipamentos, aprimoramento do processo de trabalho, dentre outras questões?

O questionamento é feito propositalmente para que possamos analisar as refrações que houveram no período pandêmico, principalmente ao processo de transparência no gerenciamento dos recursos extraordinários, dada a calamidade global, o que inferiu, segundo o FONSEAS, num certo receio das (os) gestoras (es) que respondiam pelas pastas da política de assistência social.

Corroborando com isso, no tocante a realidade dos serviços socioassistenciais, vimos que:

“Outra questão que limitou bastante nosso trabalho foi, diante do contexto emergencial, a falta de critérios, ou mesmo de como proceder o direcionamento, na elegibilidade de quem acessaria os benefícios eventuais. Isso era muito angustiante, pois toda família que busca os CRAS, CREAS estavam vivenciando a fome. Daí, nós, enquanto equipe técnica, fazíamos essa lógica criteriosa informalmente, porém, com o mínimo de coerência. Tomamos como central os princípios e objetivos da LOAS e, com isso, famílias com idosos, pessoas deficientes, crianças e gestantes tinham prioridade no recebimento. Mas não foi fácil, pois muitas famílias ficavam de fora”. (ASS3).

Segundo informações ainda da pesquisa empírica, a demanda para os benefícios eventuais no G3, por exemplo, aumentou 1.075%, em termos objetivos, a entrevistada ressaltou: *“antes a gente tinha uma média de acompanhamento de 40 (quarenta) famílias com acesso a cestas básicas mensais. De 2020 a 2022 esse número saltou para 430 (quatrocentas e trinta) famílias. E a periodicidade era articulada no recebimento quinzenal e mensal”.* (ASS3).

Isso fica claro quando analisamos, com base nas informações da Controladoria Geral da União (CGU), o orçamento destinado para atuação da assistência social correspondeu a R\$ 463,16 bilhões, em contrapartida, para 2024, a previsão é de R\$ 278,30 bilhões. Salientando que desse valor, a destinação se emprega, majoritariamente, para o repasse do BPC e Programa “Bolsa Família”. Dessa forma, corrobora com nossa sustentação quanto ao processo de desfinanciamento da assistência social brasileira, inferindo assim, no desvirtuamento da referida política quando analisada a totalidade dos aspectos aqui apreendidos.

Dessa forma, resultamos que a política de assistência social, no período que corresponde as análises aqui apresentadas, tornou-se um verdadeiro **Comitê gestor da fome**.

Dessa forma, a imagem do SUAS como um conjunto de ações de enfrentamento a fome, cria o alicerce de uma política de cunho *gerenciador da fome*, desconsiderando a totalidade em detrimento da imediaticidade no atendimento diante do cenário de aguçamento das questões sociais. Araújo (2013, p. 93) sintetiza ao discorrer que

[...] ao analisar o processo de reconfiguração das políticas sociais no Brasil, [assinalou] que tem havido uma crescente fragmentação na concepção e na gestão do social, bem como um movimento de restrição e retrocesso das políticas sociais, dado o seu caráter cada vez mais focal e emergencial direcionado a situações de extrema pobreza. Essa lógica vem criando uma estratificação da proteção social na relação entre o Estado e indivíduos, tendo em vista os critérios de elegibilidade dos grupos nos programas [e benefícios] assistenciais, segmentando, assim, a condição de inserção e a relação desigual dos cidadãos: protegidos e desprotegidos ou assistidos e desassistidos.

E quando indagados sobre a continuidade das ações pós pandemia, temos:

“A escassez dos recursos orçamentários para a funcionalidade da política foi muito sentida nos últimos anos. Eu senti que piorou muito ultimamente. Antes conseguíamos nos capacitar, haviam mais incentivos para os benefícios eventuais. Hoje tudo é pautado no discurso da limitação orçamentária e, conseqüentemente, o chavão que ‘não há dinheiro!’”
(PE2)

A mudança interventiva e o próprio entendimento da política de Assistência Social passam, pós pandemia, por desafios quanto a lógica de reduzi-la aos programas de transferência de renda e “entrega de cestas básicas”. No entanto, alguns aspectos devem ser ponderados: primeiro, entender que a fome não cessou com o decreto que instituiu o fim da pandemia, o qual se deu baseado na funcionalidade e sucesso na campanha vacinal. O desemprego continuou alargado, de modo a considerar que as sequelas do “capitalismo virótico” seguiram pulsando por intervenções. E com a ausência orçamentária para abranger a demanda que aviltou, e

continuou viva no cenário demandante do SUAS, não há como prestar assistência “a quem dela necessita”.

Portanto, defendemos que a assistência social se voltou a uma intervenção pautada no que denominamos de **Filantropização virótica**, uma vez que as práticas que corroboram para o processo de acompanhamento e garantia pautadas em ações tecnicistas, pragmáticas e de roupagem características da ajuda, nem o envolvimento enquanto direito. Isso se sustenta na fala da entrevistada que diz: “*vai demorar muito para ser desvinculada a imagem dos serviços socioassistenciais como o lugar que entrega cestas básicas*” (PEDS3).

Dessa forma, concordamos com Mota (2010, p. 141) quando sustenta que:

A rigor, não podemos mistificar a Assistência Social pelo fato de ela ser uma política não-contributiva voltada para os que dela necessitam. O nosso tratamento da assistência não se dá por essa diferenciação, mas pela centralidade que ela ocupa, neste momento, no conjunto da Seguridade Social.

Sendo a assistência social uma política de Seguridade Social a qual não possui coeficiente estabelecido formalmente, os repasses entre os entre federados findam sendo pactuados mediante a condução macroeconômica do fundo público. Essa análise incorre para além do prisma orçamentário, na necessidade de percebermos o fato da assistência social, atualmente, uma política de central no chamado às intervenções em torno da Seguridade social. Dessa forma, seguimos numa reflexão acerca do discurso capitalista neoliberal de *mercantilização do acesso aos direitos sociais*.

Mas contraditoriamente, conforme aponta Mota (2010, p. 141), a assistência assume na contemporaneidade, no campo da Seguridade Social, uma centralidade aviltada pelo contexto atestado pelas limitações de assegurar o direito ao trabalho e, com isso, “o Estado amplia o campo de ação da assistência social ao mesmo tempo que limita o acesso à saúde e a previdência social públicas. Não se trata [continua a autora] de uma visão estreita ou residual da política de assistência social, o que está em discussão é o estatuto que ela assume nessa conjuntura”.

Sitcovsky (2010, p. 163), sobre isso, discorreu que:

No Brasil, o enfrentamento da ‘questão social’, somado à falta de fundos sociais é subsumido às proposições neoliberais que preconizam o ‘Estado Mínimo’, caracterizando o fenômeno da refilantropização da assistência, pois o governo transfere a responsabilidade de solucionar os impactos da política de ajuste exigida pelo FMI e o Banco Mundial para a sociedade civil.

Portanto, percebemos uma centralidade que se mantém sob uma atenção contraditória, uma vez que, de um lado a assistência social assume um perfil de condução das demandas provenientes da relação de impossibilidade na garantia do trabalho na sociabilidade do capital

e, nesse mesmo percurso, vivencia o alargamento da redução orçamentária. Dessa forma, é possível afirmar que *a assistência social brasileira convive com uma direção efetiva com sentidos contrários*.

Além disso, segundo Mota (2018), desliza-se para a Assistência Social o que seria, e deveria ser, competência de outras políticas sociais, como é o caso da Política de Trabalho e Habitação. Tal condicionante finda por gerar dois aspectos: 1º descaracterização das referidas políticas, as quais são ainda mais desvalorizadas no sentido de sua institucionalização e financeirização; 2º por barganhar as demandas para a assistência social sem que ela consiga manter, se quer, o atendimento das necessidades que correspondem a efetivação de sua cobertura, ou seja, o orçamento que já é ínfimo, mostra-se, portanto, distante de corroborar a realidade posta. É o verdadeiro sentido de dividir o pouco com muitos, porém, sem aqui apreender uma argumentação superficial sob esse fenômeno, mas considerar as estratégias de distanciamento da responsabilidade estatal para com as necessidades impostas socialmente.

Por fim, a conjuntura que desenha os solos que se assenta a Assistência Social é de intensas investidas reacionárias, as quais colocam em xeque o rumo dessa política no contexto de ultraneoliberalismo que tem atravessado um quadro pandêmico. As análises até aqui realizadas evidenciam como o fundo público é capturado pelo capital e colocado a serviço de seus interesses, divergindo das conquistas sociais que culminaram na Carta Magna de 1988, trazendo a obrigatoriedade do Estado na efetivação de políticas sociais que correspondessem à proteção social.

Portanto, em tempos que a barbárie se intensifica e a coisificação humana se escancara, é necessário aprofundar os estudos críticos acerca dos rebatimentos desse contexto para a classe trabalhadora, e de modo especial, e como objeto de estudo dessa pesquisa, analisar como isso reflete na realidade dos/as trabalhadores/as do SUAS.

O processo de desaceleração da economia devido às implicações do mercado, que impactou no consumo, circulação e exportação, realidade essa que impactou na arrendação dos tributos e, concomitantemente, exigiu a realocação de recursos, prioritariamente, para a política de saúde e a previsão de “renda básica temporária”, se assim podemos denominar – mais tarde evidenciada como “Auxílio Emergencial” -.

Por conseguinte, sendo a assistência social uma política que não dispõe de condições efetivas para oferecer, minimamente, o suporte orçamentário assegure os atendimentos e acompanhamentos no âmbito dos equipamentos sociais, e ainda, pelo caráter de não definição de percentual orçamentário, o “pra quem dela necessitar” não foi atendido em suas necessidades, dado os aspectos aqui mensurados.

Contudo, seguindo a planilha da extrema direita, as eleições presidenciais de 2018 assola o estado crítico brasileiro com a elegibilidade de Jair Messias Bolsonaro. Behring e Boschetti (2021, p. 72) argumentaram o que representou esse projeto no tocante a destrutividade dos direitos sociais e o forte incentivo ao ajuste fiscal permanente:

Se cercou do que há de mais liberal, com Paulo Guedes à frente, dando sequência à programática ultraneoliberal do golpe de 2016 e sendo ovacionado pela maioria do empresariado, que aplaude e estimula as privatizações, a destruição da natureza com queimadas criminosas, a destruição dos direitos sociais, uma “reforma” fiscal que pretende desvincular todos os gastos sociais do orçamento e intensificar a contrarreforma trabalhista, para tornar o trabalho ainda mais subsumido ao capital.

Diferentemente no cenário dos anos 2000, o qual a classe trabalhadora obteve uma condição de redução da pobreza, por mais que sob um governo que adquiria as iniciativas que coadunavam com o neoliberalismo e as relações impostas pelo capital, é possível apreender que há uma fragilização do papel do Estado no tocante a garantia da Proteção Social, constitucionalmente assegurada.

Parafraseamos Antunes (2022, p. 76) quando classifica o governo Bolsonaro como sendo “a maior tragédia econômica, social e política [e ambiental] do país em todo o período republicano. Não há, em nenhum outro momento da história mais do que secular da nossa República, nada que se aproxime à devastação tão profunda e tão agudamente destrutiva”.

De modo particular, no governo Bolsonaro, houve uma considerável redução no repasse de recursos, o que inferiu diretamente no cumprimento do próprio Pacto Federativo, salienta Araújo (et al., 2021), uma vez que a previsibilidade da proteção social se faz necessário para assegurar o provimento das condições financeiras das três esferas de governo, inclusive com a garantia de cofinanciamento pelos entes federados.

Ainda com base nos autores acima (2021, p. 181), no contexto pandêmico, a política de assistência tem sua essencialidade ratificada, o que se mostra através do Decreto Presidencial nº 10.282/2020 (BRASIL, 2020), pois

ao classificá-la como atividade essencial no âmbito do serviço público, sendo, demandada a oferecer intervenções frente à situações preexistentes, na realidade brasileira, que se exacerbam nesse contexto, tais como: dificuldade de renda para garantia de sobrevivência de pessoas e famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, demanda por abrigo de pessoas em situação de rua, pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres expostos a diferentes formas de riscos e vulnerabilidades pessoais e sociais, acirradas pelo isolamento social, dentre tantas outras.

Essa realidade colocou desafios à prática profissional de quem atua no SUAS. Primeiro pela necessidade de romper com o cotidiano quanto a percepção do SUAS como esse “**balcão**

de entrega de cestas básicas”, não só pela população usuária, mas pela própria rede socioassistencial e intersetorial, uma vez que os encaminhamentos aos serviços socioassistenciais se dão essencialmente para acesso a cestas básicas (o que também requer entender o lado do aumento da fome).

“A assistência social se tornou um verdadeiro “balcão de atendimentos para cestas básicas e aluguéis sociais”. A política se redesenhou durante e pós pandemia. Afetou muito nosso trabalho” (ASS1).

E mais, compreender que a fome (e demais manifestações aguçadas com a pandemia – importante considerar que já existiam, pois, a desigualdade social é própria do capitalismo – se mantém.) foi uma das principais demandas que surgiu como necessidade de encaminhamento/atendimento na assistência social durante o cenário de pandemia de Covid-19.

Com isso, o exercício profissional se rotinizou em um processo de atender, selecionar e filtrar dentre os mais e mais necessitados quem seria acobertado pela segurança alimentar e aluguel social, sendo esses os benefícios eventuais mais citados nas entrevistadas desse estudo.

Além disso, foi investigado também como se deu o acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). De acordo com a Portaria do Ministério da Cidadania, nº 369 de 2020, a aquisição dos referidos equipamentos estava cotada como objetivo na distribuição e operacionalização do repasse de recursos federais em caráter extraordinário.

Ainda com base na Portaria em voga:

[...] com relação à capacitação para questões específicas sobre a COVID-19, verifica-se que metade dos municípios da Região Nordeste e um quarto dos municípios da Região Sul realizaram treinamentos visando ao uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Por outro lado, um percentual que varia de 17 a 37% dos municípios de cada Região realizou capacitação para a situação de emergência provocada pela pandemia (Brasília, 2021, p. 44-45).

Os resultados da pesquisa mostram uma contramão do que a referida portaria apresenta. A fala a seguir explicita isso:

“O acesso aos EPIs foi estritamente limitado. O álcool vinha, quase sempre, vencido. Máscaras de péssima qualidade. Eu mesmo comprava as máscaras mais seguras para tentar me proteger” (PS2)

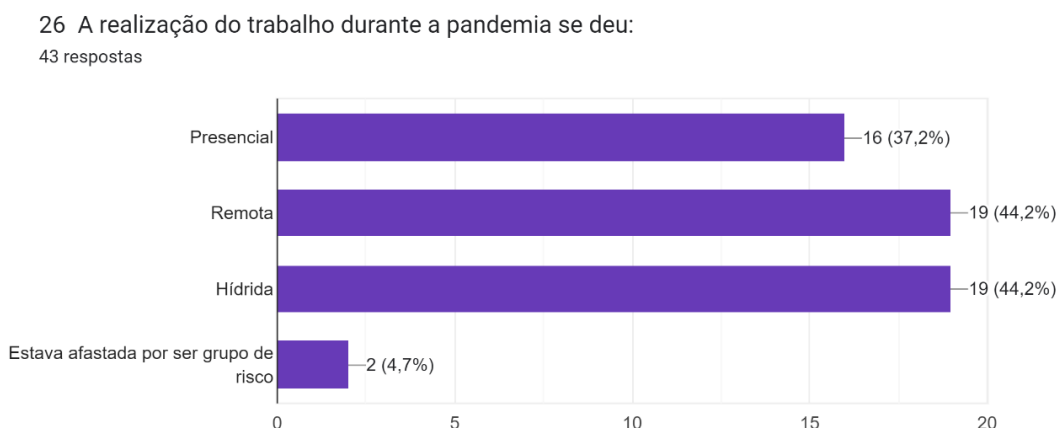
Indagamos também acerca das orientações sobre o uso dos EPI e, de forma unânime, foi relatado que não houve quaisquer orientações voltadas para o uso, manuseio, cuidados no tocante ao processo de trabalho meio a uma pandemia.

“A gente só recebeu umas máscaras que nem usei, pois não me sentia segura devido o material de fabricação. Fora isso, só tinha o álcool. Pedimos aquelas telas para usar nas mesas de atendimento presencial, mas não colocaram. Usávamos da estratégia de colocar as mesas distantes para criar como se fosse uma barreira entre o usuário e nós. A sala era pequena, não tinha muita ventilação. Havia dias que eu saia preocupada, pois atendíamos muita gente”. (PS3)

A fala destaca, além da alta exposição ao contato com o vírus, seja por parte dos usuários, seja dos profissionais, as condições precárias nos espaços sócio-ocupacionais do SUAS na referida região, como ainda, o desencadeamento do desgaste emocional.

No que se refere ao trabalho remoto, o gráfico a seguir expõe como se deu a organização do processo de trabalho para atendimento e efetivação do trabalho no SUAS.

Gráfico 16: Realização do trabalho no período pandêmico - SUAS



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário Google Forms (2022).

Com a necessidade de atendimento das demandas e o distanciamento como orientação da OMS, o trabalho remoto veio como alternativa de manutenção de atendimento. Conquanto, por mais que tenha sido uma alternativa extraordinária frente a crise sanitária e o vírus mortal, percebemos que houve uma normalização disso, o que findou descaracterizando consubstancialmente os objetivos e diretrizes da assistência social, retornando o entendimento do SUAS como “política emergencial da fome”, colocando as cestas básicas como uma espécie de “carro chefe”.

Outro aspecto que vem levantando reflexões foi a tecnificação e pontualidade das demandas do SUAS, uma vez que, dado o cenário pandêmico que (in) viabilizou o

acompanhamento sistemático, a descaracterização do território e a aproximação de quem necessita da assistência social findou como algo real.

“Outra realidade que impactou bastante foi a “normalização” do trabalho remoto. Isso descaracterizou bastante o trabalho da assistência social, especialmente do CRAS, pois sinto que aqui virou uma verdadeira “bodega de cestas básicas”. As violências/violações cresceram e não estávamos no “cara a cara” com os usuários. Houve um distanciamento da realidade da comunidade. Não temos como entender as refrações da questão social através das telas. População adoecida. Muito desemprego, principalmente mulheres. Jovens adoecidos indo sobreviver catando no “lixão”. Jovens analfabeto” (ASS3)

Parafraseando o artigo “Atuação da política de assistência social no contexto da pandemia do novo coronavírus” (2021, p. 45-46), elaborado pela equipe do então Ministério da Cidadania, ao se referir as orientações e indicadores sobre o trabalho remoto realizado pelas equipes do SUAS, temos: “[...] no que concerne à adoção de medidas de proteção e suporte aos profissionais, 3.002 municípios colocaram aqueles pertencentes a grupos de risco em trabalho remoto, e em 1.120 municípios foram realizadas ações para o suporte emocional frente aos desafios impostos pela atuação nessa conjuntura de emergência em saúde”.

Em relação ao Nordeste, ainda com base no referido artigo, temos que: “Em termos regionais, o Nordeste foi onde mais municípios fizeram algum tipo de ação para melhorar a situação do pessoal que atua na área”. Com base no que foi apontado como sendo essas “medidas de proteção e suporte aos profissionais”, o artigo aponta como sendo: escalas diferenciadas, o distanciamento dos profissionais em risco em trabalho remoto e medidas de suporte emocional para os trabalhadores.

A partir dos resultados obtidos com nosso estudo, como demonstra o Gráfico 13, houve o atendimento das duas primeiras medidas citadas, não sendo identificado qualquer medida adotada nos municípios que foram alvo desse estudo que corrobore com o entendimento de ter ocorrido suporte emocional. Todavia, é importante argumentar criticamente que o afastamento de profissionais em situação de risco, conforme a delimitação do Ministério da Saúde, não se trata de uma mera definição de medida, mas o reconhecimento de um direito que pressupõe o risco de vida. Fazemos esse adendo, pois, da forma como é tratado no referido artigo, subentende-se como uma ação que era tida como escolha das gestões da política de assistência social.

Outro aspecto que foi indagado diz respeito ao uso de tecnologias. Com base na Portaria n° 337 de 2020 do Ministério da Cidadania, a qual dispunha acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do

coronavírus, Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, em seu art. 3º, inciso V, alínea C, estabeleceu que: “acompanhamento remoto dos usuários, por meio de ligação telefônica ou aplicativos de mensagens - como WhatsApp, principalmente daqueles tidos como grupos de risco, tais como idosos, gestantes e lactantes, visando assegurar a sua proteção”.

E acrescenta no inciso VI do mesmo artigo: “organizar a oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais preferencialmente por agendamento remoto, **priorizando os atendimentos individualizados graves ou urgentes, evitando-se a aglomeração de pessoas nas salas de espera ou recepção das unidades**”.

A passagem destacada é justamente para ratificar o que já foi apontado anteriormente e que não se consubstanciou na realidade da região do Seridó. Porém, o que foi observado, a partir dos resultados, é que, para além das especificidades destacadas acima, com base na portaria nº 3337/2020, houve uma continuidade nos atendimentos através dos aplicativos, sendo o *WhatsApp* o mais utilizado.

*“O WhatsApp se tornou, praticamente, a principal via de comunicação com a população no período da pandemia. Havia seus pontos favoráveis, como o acesso mais rápido às informações, evitar a aglomeração presencial, etc. Porém, havia algumas particularidades que eram bastante complicadas. Era um aparelho celular e um computador conectados ao referido aplicativo, com isso, diante da alta demanda, sobrecarregava quem ficava dando conta de responder as mensagens, pois fazíamos uma escala de quem ficava com qual atribuição em cada dia de trabalho. A internet era lenta, tem a questão que muitas pessoas não são alfabetizadas e precisávamos enviar por áudio, e nem sempre era possível. Ao mesmo tempo que têm as deficiências auditivas, visuais, intelectuais. Ou seja, **não era uma via totalmente acessível**. Sem falar nas pessoas idosas que, muitas delas, não tinham facilidade de manusear o WhatsApp, não tinham celulares Android e nem rede de internet acessível. Sem falar que considere que **a população rural ficou bem desassistida**. Foi um caos, para trazer uma definição mais objetiva e clara!”*. (ASS1)

“Fazemos sim uso de aplicativos para repassar informações para as famílias. Mas fazemos do nosso celular individual. As visitadoras⁵⁷ têm grupo com as famílias” (PEDC2).

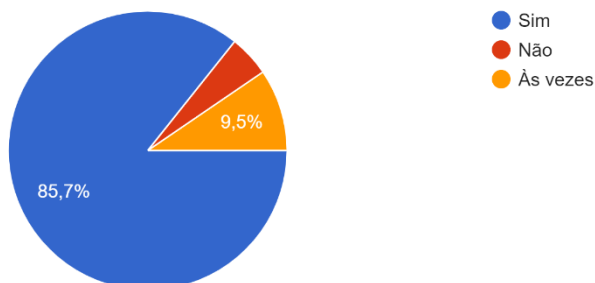
O gráfico a seguir aponta, para além do período da pandemia de Covid-19, como a adesão aos aplicativos se tornou uma estratégia nos espaços de atuação do SUAS.

⁵⁷ Terminologia usada para nominar as profissionais que visitam às famílias acompanhadas pelo Programa “Criança Feliz”.

Gráfico 17: Uso de aplicativos como ferramenta de comunicação no SUAS

27 É utilizado o aplicativo whatsapp para organização do trabalho?

42 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

A utilização de aplicativos de comunicação é algo que vem sendo cada vez mais presente nos espaços ocupacionais como ferramenta de diálogo entre os profissionais e usuários. Por um lado, facilita o acesso dos usuários a informação e agilidade de encaminhamentos das demandas institucionais. Todavia, gerou também mais uma demanda para os (as) trabalhadores (as), os (as) quais já apresentam um cotidiano de trabalho mais intensificado.

Diante das falas em destaque vemos que, em algumas situações, não houve a institucionalização desses aplicativos, os quais são usados nos aparelhos de celulares privados de cada profissional, caracterizando a extensão das atividades do trabalho para a vida do trabalhador.

Dessa forma, vemos que não houve uma indissociabilidade, o que se tornou sendo algo extensivo à vida desse(a) profissional, não havendo, assim, uma noção de “espaço de trabalho”, uma vez que, após o horário de trabalho e em dias e momentos de descanso, através desses “grupos”, os profissionais estão prestando orientações, não havendo, portanto, uma distinção do que é trabalho produtivo e o que é momento de descanso.

Com a pandemia, mediante a necessidade de distanciamento social e a estratégia do trabalho remoto como possibilidade de manter o acesso da população usuária às orientações dos serviços socioassistenciais, o uso dos aplicativos guiou-se numa normalização de sua utilização dos serviços públicos.

O planejamento entre as equipes para reorganização do cenário de prática, aliado as fragilidades de acesso as condições de trabalho que conseguissem dar conta do cotidiano

aviltado mediante o cenário caótico viral, evidenciaram um contexto que consideramos de intensificação da precarização.

Para população usuária, vemos que houve, desde a possibilidade de facilidade do acesso às informações, até a fragilidade de corresponder ao nível de cobertura rural, como foi citado, haja vista a questão das pessoas que não conseguem, seja por questões objetivas de renda, de cultura, etc., adquirir os aparelhos de celulares, computadores e rede de *internet*. Até a não praticidade no uso desses aplicativos de comunicação; como ainda, a própria política social conseguir esse raio de alcance de cobertura da população.

Portanto, as discussões, análises e resultados que nos deparamos acerca das condições de trabalho e adoecimentos, com o adendo as particularidades da pandemia do novo Coronavírus, levaram-nos a identificação de um contexto de desvalorização do trabalho no SUAS. Isso se deu, desde o processo de trabalho até as particularidades vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) e população usuária, uma vez que as heranças históricas do cunho assistencialista se fizeram presentes nas falas e nos indicadores apontados pelas análises ministeriais e de outros estudos.

Assim, cabe ainda, para o adensamento analítico dessa tese, apreender os reflexos advindo das diferenciações dos vínculos contratuais de trabalho, por entendermos, como variável desse estudo, ser um dos aspectos que inter cruzou a realidade investigada, sendo um elemento importante para compreender as determinações em torno da precarização do trabalho dos(as) trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social na região do Seridó Potiguar. Vejamos!

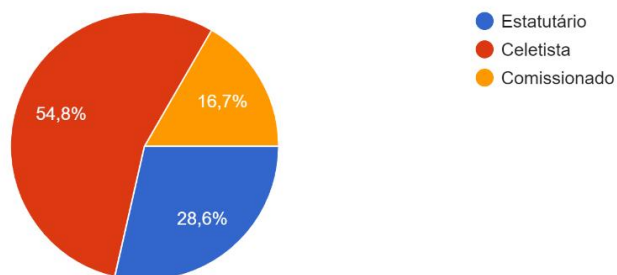
4.4 A HETEROGENEIDADE CONTRATUAL DOS TRABALHADORES DO SUAS DO SERIDÓ DO RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFERENCIAÇÃO DE VÍNCULOS TRABALHISTAS

Ao procurar apreender o cenário da região do Seridó do RN, temos, com base no gráfico a seguir, o detalhamento de qual vínculo as(os) trabalhadoras(es) entrevistadas (os) se vinculam.

A partir dos resultados identificados na pesquisa em voga, temos que **mais da metade das(os) trabalhadoras(es) que atuam na referida região e política social, respectivamente, possuíam contrato de trabalho temporário.**

Gráfico 18: Tipo de Vínculo Contratual de Trabalho no SUAS

2 Tipo de vínculo:
42 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário Google Forms (2022).

Isso implica corresponder, portanto, a confirmação de um dos pressupostos levantados: *há, no contexto contemporâneo, especialmente na última década, uma contradição entre o que propõe e orienta as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a NOB RH SUAS (2021, pois, a maioria das(os) trabalhadoras(es) se encontram em vínculos temporários, fragilizando a continuidade do processo de trabalho no SUAS. Isso vai de encontro às determinações que orientam composição das equipes de referência dos serviços socioassistenciais, indicam que as mesmas sejam compostas por servidores públicos efetivados.*

Portanto, isso se explica no processo de reestruturação produtiva que resultou numa metamorfose do mundo do trabalho contemporâneo. Antunes (2015, p. 225) é enfático ao considerar que “[...] é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) socialização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho [...]”.

De modo mais específico, Braga (2017, p. 133), ao reportar uma pesquisa com base na realidade de trabalhadores (as) em Portugal, reflete que: “além da elevação da taxa de rotatividade do trabalho, o aumento do número de contratações temporárias pressionou a massa salarial para baixo, pois tais trabalhadores recebem em média remunerações muito próximas ao salário mínimo nacional”.

A reflexão acima reverbera com o contexto de investigação aqui discorrido. De acordo com Souza (2011), a partir de estudo realizado com as profissionais assistentes sociais que atuam no SUAS em Belém do Pará, especificamente na Proteção Social Básica. A autora destaca que a contratação temporária implica na descontinuidade do trabalho realizado nos

serviços socioassistenciais, os quais preveem que sejam de modo contínuo e com fortalecimento dos vínculos com os usuários, haja vista as particularidades em torno desse trabalho/demanda.

Além disso, corrobora para os desafios de conhecimento do território, das singularidades que permeiam a população atendida e acompanhada, na articulação dos (as) trabalhadores (as) da referida política social, nas correlações de forças com as gestões, do conhecimento sobre a Assistência Social enquanto política estatal, etc.

Paralelo a isso, surgiu a necessidade de buscar compreender como se dão as relações de trabalho a partir das funções exercidas, analisando se há articulação coletiva entre as várias áreas que compõem esse conjunto de trabalhadores/as do SUAS, como também, se é visível a existência de relações hierárquicas provenientes da função exercida, mediante o teor ideológico.

A realidade desse estudo corrobora com os indicadores do Censo SUAS de 2022, quando, a partir do contexto nacional de quem atua nos CRAS, assim como a pesquisa de Souza (2011), há uma prevalência de inserção das (os) trabalhadoras (es) via contratos temporários. A Tabela 06 retrata o que falamos:

Tabela 13: Realidade Nacional dos Vínculos Contratuais de Trabalho de Trabalhadoras (es) que atuam nos CRAS/SUAS

q70. Vínculo		
	Qtidade trabalhadores CRAS	%
Servidor Estatutário	32687	28,4
Empregado Público Celetista (CLT)	5120	4,4
Outro vínculo não permanente	12156	10,6
Trabalhador de Empresa/Cooperativa/Entidade Prestadora de Serviços	2011	1,7
Voluntário	68	,1
Servidor Temporário	43887	38,1
Sem Vínculo	911	,8
Comissionado	12546	10,9
Terceirizado	5763	5,0
Total	115149	100,0

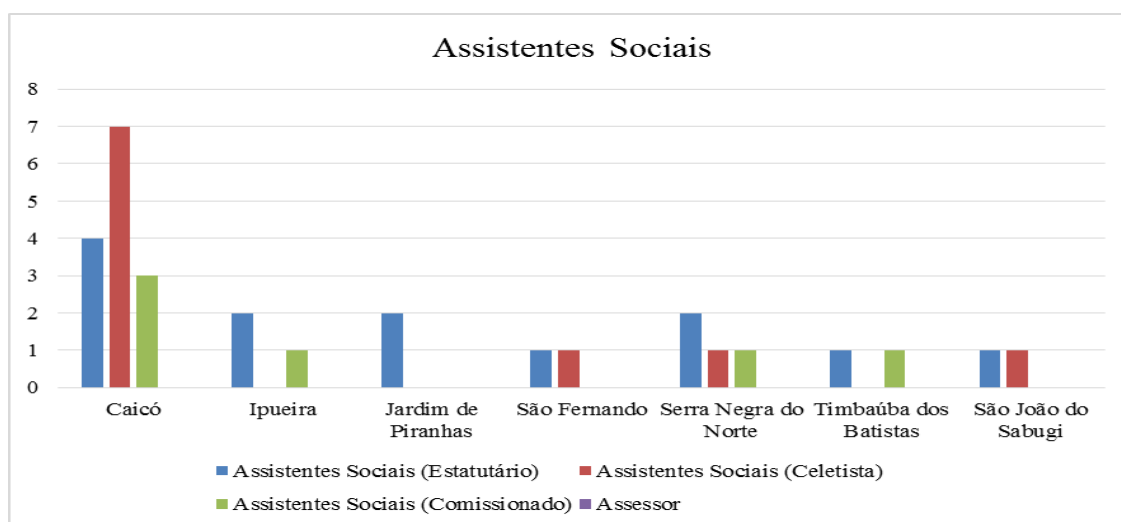
Fonte: extraída do Censo SUAS (2022)

As informações contidas no Censo SUAS (2022) retratam que mais da metade dos trabalhadores dos equipamentos analisados, quando analisamos a totalidade desse aspecto, possuem outros vínculos trabalhistas, como servidor temporário, comissionado, terceirizados, celetista, voluntários e “sem vínculo” (o que nos leva a entender como a prestação de serviços voluntários). Isso se traduz na identificação de que essas (es) trabalhadoras (es) possuem um processo de trabalho fragilizado, por não haver segurança do vínculo, o que compromete o trabalho realizado pela (o) mesma (o). Ambas as situações evidenciam desdobramentos da

precarização do trabalho, no que se refere a determinação dos profissionais serem concursados, por compreender que isso infere na orientação de baixa rotatividade dos profissionais.

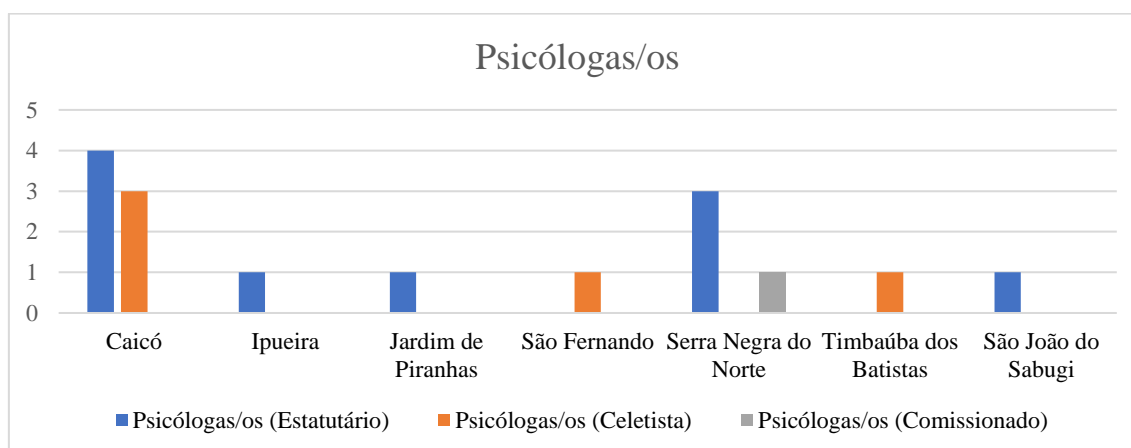
Quanto a realidade do Seridó Ocidental do RN, temos a seguinte realidade, tomando por base as três variáveis que condicionou a construção investigativa desse estudo (tipo de categoria profissional de nível superior, Tipo de vínculo contratual de trabalho e o agrupamento dos municípios o porte populacional):

Gráfico 19: Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município

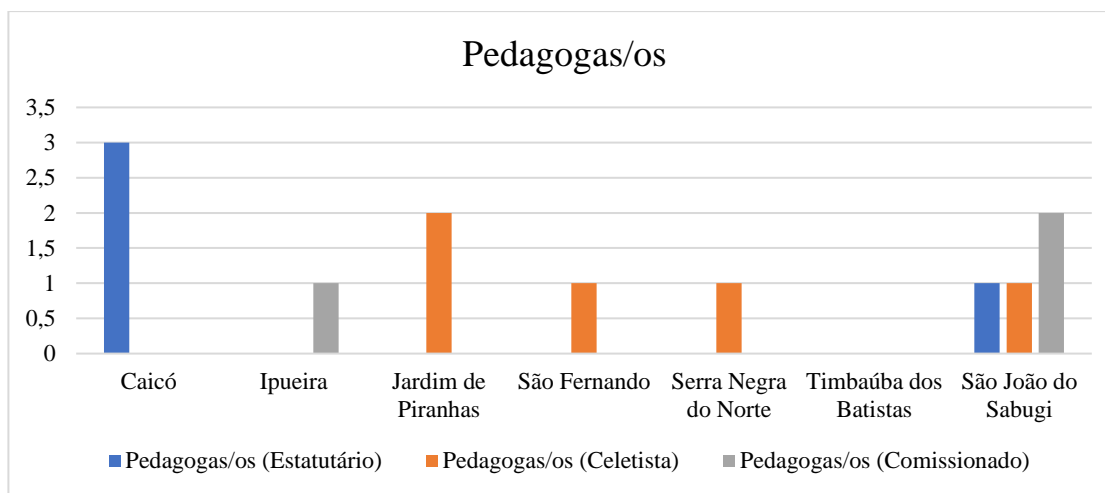


Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos dados da Consulta Pública CAD SUAS (2020)

Gráfico 20: Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município



Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos dados da Consulta Pública CAD SUAS (2020)

Gráfico 21: Quantitativo por categoria profissional/Tipo de vínculo/Município

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos dados da Consulta Pública CAD SUAS (2020)

Um dos aspectos que os gráficos destacam, diz respeito ao expressivo número de profissionais em vínculos seletistas, principalmente a categoria de Assistentes Sociais, exemplificada pela realidade da cidade de Caicó/RN que tem cerca do dobro de profissionais seletistas quando comparado com estatutários.

Uma realidade dos municípios que compõem os três grupos que metodologicamente moldaram esse estudo, diz respeito a não realização de concursos públicos, principalmente que contemplem as categorias profissionais destacadas, nos últimos anos. De acordo com os levantamentos da pesquisa empírica, a média de acontecimentos dos últimos certames foi há dez anos ou mais. Ou seja, isso remete a compreensão que há um índice de vacâncias (principalmente pelo pedido de exonerações), o que gera a inserção profissional pelas vias dos processos seletivos (contratos temporários), hegemonicamente.

“Quando assumimos o concurso em 2010 éramos muitas. Um doze assistentes sociais efetivas no SUAS. Hoje, somos poucas, pois as demais passaram em concursos com melhores condições salariais e de trabalho. A realidade salarial de quem atua na assistência social é muito baixa. O Seridó tem cidade que paga um salário mínimo, e não há PCCS. Aqui, pelo menos, temos o PCCS, mas o salário é tão baixo que o que aumenta com relação as titulações, acaba sendo quase nada. É uma realidade bem precária.”. (ASE3)

A fala acima desperta para algumas análises: primeiro, a desvalorização salarial. De acordo com os resultados da pesquisa, a realidade salarial já evidencia a diferenciação remuneratória entre os tipos de cargos. Isso fica claro quando **os cargos comissionados recebem o menor salário e possuem a maior carga horária de trabalho**, identificamos nas afirmações a partir da realidade de uma mesma categoria com diferenciações de vínculos

contratuais: “1 SM e meio (ASE1) e trabalho 30h, 1 SM meio (ASS1) – 30h, 1 SM (ASCI) – 40h”. E isso foi identificado nos municípios pesquisados de fora unânime. Ou seja, os cargos comissionados apresentam maior grau de precarização. A realidade salarial demonstra a desigualdade entre os tipos de vínculos. Segundo a ausência de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) na maioria dos municípios, sendo o G3 o único grupo que identificamos existir o referido Plano, porém, e sendo o terceiro aspecto de análise, as baixas remunerações implicam na Precarização, mas salientando que, em menor intensidade quando avaliamos a realidade das (os) outras trabalhadoras (es).

“Desde que assumi o concurso aqui, há mais ou menos quatorze anos, que recebo o mesmo salário. Hoje, é quase o equivalente a um salário mínimo. E não há gratificações, nem nada. Por isso que muita gente não quer trabalhar na assistência social”. (ASE1).

Diante desse pressuposto, corroboramos com Alves (2009, p. 179) ao evidenciar as marcas da precariedade social, ou seja, há o máximo de tempo de serviço para o mínimo de salário. “A precarização do trabalho explicita a natureza de precariedade salarial [e social] do mundo do capital. Ao viverem o estranhamento em sua forma aguda, as individualidades de classe tendem a submergirem no particularismo pessoal [...]”.

Esse aspecto já conduz a percepção da diferenciação dos vínculos e as diferenciações salariais e de carga horária, o que coloca-nos diante de mais uma confirmação de pressuposto levantado: *Há uma diferenciação de cargo, carga horária e salário entre os (as) trabalhadores (as) do SUAS, desde a mesma categoria profissional até o conjunto de trabalhadores da referida política, o que conduz ao aguçamento da precarização de trabalho também diferenciada entre o mesmo grupo de trabalhadores mediante as particularidades vivenciadas e os portes dos municípios da região do Seridó do RN.*

É importante frisar ainda que, sendo a maioria dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) assistentes sociais, é necessário destacar que: em relação a carga horária, há o atendimento da lei federal CFESS nº 12.317/2010, art. 5º A - que trata das 30 horas como jornada máxima para as assistentes sociais - já as assistentes sociais comissionadas, rege-se pela dedicação exclusiva ao serviço prestado, veiculando uma carga horária de 40 horas, e ainda, gerando a impossibilidade de assumir outro trabalho.

Quando analisamos os acessos aos referidos direitos, percebemos que isso se dá de forma diferenciada entre os municípios e vínculos contratuais de trabalho. Os profissionais de vínculos temporários seletistas do G1 e G2⁵⁸, e comissionados são acessam os direitos

⁵⁸ Os profissionais dessa categoria do G3 não gozavam. Ao rescindir os contratos de trabalho, os mesmos recebiam em pecúnia. Porém, em 2023 passaram a gozar os dias de férias remuneradas e o 13º salário.

trabalhistas – férias remuneradas, gozo de férias e décimo terceiro, por exemplo -, porém, acessam aos previdenciários.

Para que não se consolide o vínculo mediante a periodicidade dos doze meses/ano, os municípios que compõem o G1 e G2 firmam aditivos contratuais a cada seis meses. Tal prática corrobora num acesso precarizado de trabalho e fere o acesso, também, aos direitos trabalhistas. Com isso, os profissionais usam de estratégias que impactam numa dualidade precarizada: não gozam das horas extras remuneradas em troca de gozo das horas trabalhistas com vistas a somar dias de descanso remunerado.

A realidade do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários em um contexto de neoliberalismo e capitalismo financeiro é algo que nos remete a reflexões que somam ao bojo do terreno de precarização que assolam os trabalhadores dos serviços públicos também.

Além disso, outra evidência posta aos limites da demanda e orçamento do SUAS é a realidade apresentada pelo estudo desenvolvido por Araújo e Gama (2020, p. 168), que aponta as transformações no mundo do trabalho e os impactos no acesso aos direitos previdenciários, haja vista a dinâmica do capitalismo e a crescente vinculação trabalhista em postos informais. Tal constatação, coloca para a Assistência Social uma crescente demanda de pessoas idosas sem acesso a aposentadoria e pessoas com deficiência que não conseguem inserção no mercado de trabalho.

As recentes alterações no mundo do trabalho, associadas ao retrocesso das políticas sociais ensejadas pelo ultraneoliberalismo, com ênfase nas mudanças na política de Previdência Social, fazem com que muitos trabalhadores(as) busquem a política de assistência social, para ter acesso à renda, por meio do benefício assistencial, em virtude da negação das solicitações de benefícios previdenciários ou da inexistência de contribuições previdenciárias.

Em relação ao G3, os seletistas e comissionados acessam os respectivos direitos. Porém, em relação aos trabalhadores(as) do G1 e G2, o contexto é diferente, pois há uma precariedade de acesso aos direitos trabalhistas por parte dos seletistas e comissionados, sendo particular o cenário para essas duas formas de contrato de trabalho. A realidade é essencialmente semelhante quando comparamos os resultados a partir do contexto de quem tem, ou não, o acesso aos direitos trabalhistas e os previdenciários.

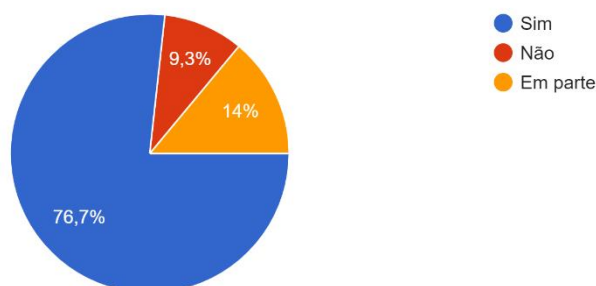
De acordo com o gráfico abaixo, o acesso aos direitos previdenciários é garantido a 76,7% do total de trabalhadores(as) entrevistados(as). 14% afirmaram que esse acesso se dá em parte e 9,3% relataram que não acessam a nenhum tipo de garantia previdenciária em relação ao vínculo que mantém na esfera de atuação na Assistência Social.

Isso implica considerar que, 23,3% dos(as) profissionais que participaram dessa coleta empírica, não gozam do acesso aos direitos previdenciários da forma como essa garantia deve ser realizada, principalmente por considerar a relevância para a condição da segurança do trabalhador e de seus dependentes quanto à proteção social.

Segundo os dados da a Nota Técnica nº 108 “*Conjuntura do Mercado de Trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023*”, elaborada pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC), vinculada ao IPEA, ao analisar a população ocupada por setor de atividade - a administração pública encontra-se inserida -, aponta que 75,4% dos vínculos de trabalho na referida esfera, tem cobertura da previdência sociais. O dado corrobora com os resultados da nossa pesquisa.

Gráfico 22: Acesso aos Direitos Previdenciários

3 Goza dos direitos previdenciários:
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

“*Previdenciários sim, trabalhistas não! Não gozo de férias, nem terço de férias e nem décimo terceiro*”. (PS2)

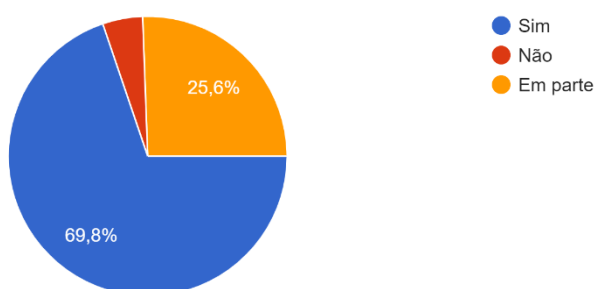
“*Previdenciários sim. Trabalhistas em parte, pois não tenho direito a férias e nem o terço; só recebo o 13º salário*”. (ASC1)

Dessa forma, observamos que há uma espécie ingerência política que adensa o contexto de trabalho pautado na formalidade do processo de trabalho no SUAS, pois, por mais que haja um contrato firmando a relação entre o trabalhador e o Estado, é notório que esse, na condição de empregador, utiliza-se de estratégias para que seja possível burlar o acesso aos direitos trabalhistas por parte, essencialmente, dos profissionais inseridos através de vínculos seletistas e comissionados.

Em relação aos dados referentes ao acesso aos direitos trabalhistas, temos que 69,8% tem acesso garantido, contra 25,6% que acessam parcialmente e 4,6% que não gozam dos referidos direitos.

Gráfico 23: Acesso aos Direitos Trabalhistas

2 Goza dos direitos trabalhistas (férias, terço de férias, 13º, por exemplo)
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

É válido considerar que, para além dos direitos elencados no destaque do gráfico, e mesmo na fala dos(as) entrevistados(as), observamos que licença maternidade e paternidade, licença para tratamento de saúde, também aparecem como direitos negligenciados, em parte, quando analisado a cobertura legal.

Fica claro, portanto, que os(as) trabalhadores(as) inseridos(as) em vínculos contratuais de trabalho temporários (seletistas e comissionados) são os(as) que mais vivenciam um contexto assolador da precarização de acesso ao gozo dos direitos trabalhistas, principalmente quando refletimos a totalidade que permeia a configuração da precarização do trabalho.

De acordo com o Boletim “Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes”, publicado pelo DIEESE (2024, p. 07):

Considerando a inserção informal, no 1º quintil, nove em cada 10 ocupadas (88,0%) estavam na informalidade. Nos demais, a taxa diminui consideravelmente. No último quintil, a taxa de informalidade foi de 12,3% para negras e de 15,5% para as não negras. Ser informal, para uma parcela grande de trabalhadores, significa receber baixo salário e não ter proteção da legislação.

Antunes (2015), ao analisar a fenomenologia preliminar dos “modos de ser” das formas de contratos que se baseiam em modalidades informais de vinculação, evidencia os impactos que alarga a compreensão dos trabalhos submetidos aos interesses do Estado capitalista/neoliberal para o adensamento das condições precárias. Destarte, ele cita como sendo

três modalidades informais de trabalho na contemporaneidade: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro, trabalhadores informais por conta própria.

Todo esse arcabouço permite-nos apreender as sequelas evidentes em torno da precarização das relações e condições de trabalho, o aguçamento da desproteção dos direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente pelo apogeu e intensificação da informalidade⁵⁹ como modalidade alternativa de sobrevivência, e naturalização da flexibilização do trabalho como argumento modernista da atual fase do capitalismo e o contexto reformista, efetivado com a última Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista no Brasil, ocorridas em 2019 e 2017, respectivamente.

Diante disso, constatamos que, a partir dessa categorização, o segmento aqui analisado, não se insere em numa delas, sendo, dessa forma, mais uma constatação da presença de aspectos que caracterizam a ingerência política que demarca a desproteção social no universo de trabalho caracterizado pela contratualidade.

De modo particular, e a partir dos dados coletados e analisados com base na pesquisa empírica, podemos constatar que há uma efetiva prevalência da ingerência política nos espaços laborais do SUAS na região do Seridó Norte-rio-grandense, evidenciando, pois, o que estamos defendendo e conceituando aqui como Desvirtuamento da Assistência Social.

O quadro contemporâneo da referida política social na região acima destacada é de uma concomitante precarização, uma vez que são trabalhadores(as) precarizados, estruturas para o desenvolvimento da prática profissional também em condição precarizada, vínculos contratuais precários e uma política social em processo de desfincanciamento.

Diante disso, corroboramos com Antunes (2015) quando traduz que esse contexto se evidencia como um *processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*, por intensificar o desmonte dos direitos sociais, especialmente, os trabalhistas e previdenciários.

Por conseguinte, compreendemos que **as (os) profissionais assistentes sociais comissionadas (os) são as mais precarizadas** diante desse universo de entrevistados (as).

“Me sinto insatisfeita diante do tipo de vínculo que atuo, principalmente quando considerado que exerço cargo de coordenação e preciso ter dedicação exclusiva ao cargo e só recebo um salário mínimo. Quando tira os descontos, fico com quase nada!” (ASC3).

⁵⁹ “Noção fundada nos embates da conjuntura de 1960/1970, a informalidade mostra-se na contemporaneidade, como estratégia viva, renovada e utilizada pelo capital no processo indireto de acumulação. Sua efetivação pode se configurar a partir da terceirização e é uma forma de desresponsabilização dos empresários pelas condições de trabalho da classe trabalhadora” (Medeiros, 2015, p. 92).

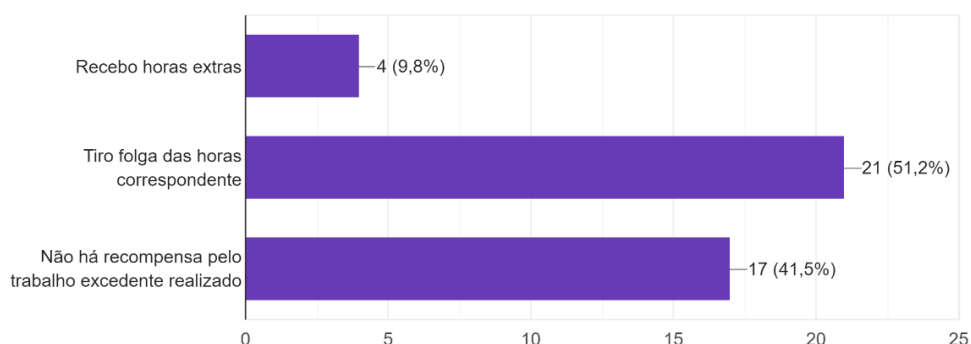
A fala ratifica o cenário de precarização que os(as) profissionais assistentes sociais comissionados/as vivenciam, pois percebemos que há uma sobrecarga de trabalho, uma vez que são delegadas funções que não equivalem ao cargo que ocupam e nem são remuneradas quando executam esse tipo de atividade.

Isso é ratificado quando analisamos os resultados acerca de como se dão as compensações em caso de realização de trabalho que exceda o limite de carga horária.

Gráfico 24: Compensação de carga horária

11 Quando excede sua carga horária, como é recompensado:

41 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

“Eu não recebo em pecúnia (hora extra), nem folga. E sou chamada com frequência para dar suporte em atividades noturnas, etc.” (PEDC2).

Marx (2017) vai tratar como sendo um processo de sobretrabalho aquele que realiza “pequenos furtos” nas horas livres do trabalhador, que deveriam ser para gozo de descanso. No universo fabril ele trata do sobretrabalho como as horas furtadas do trabalhador em relação ao horário de descanso das refeições, por exemplo.

Na condição das reflexões dos resultados da pesquisa, vemos a execução de horas extras de trabalho e o não pagamento dessas, o que finda, para além da precarização do trabalho, na exploração do trabalhador, uma vez que o dispêndio do trabalho em voga não é remunerado ou menos recompensado em horas de “folgas” (descanso extra trabalho).

A “hora extra”, nesse caso, é executada gratuitamente pelo trabalhador, sendo uma realidade encontrada na pesquisa em todos os grupos investigados; porém, **os seletistas e comissionados são os que mais vivenciam esse contexto**. O que nos leva a identificar como sendo o conjunto de trabalhadores inseridos em relações de trabalho mais precarizadas.

Outras particularidades também chamam atenção quando refletimos as estratégias de acesso precários que os (as) trabalhadores (as) utilizam para acessar, minimamente e sob um aspecto “artesanal”, o gozo de descanso laboral.

“É dado o direito do recebimento em pecúnia (hora extra), mas prefiro gozar através da folga, pois como não tenho férias remuneradas, acabo aderindo a esse tipo de estratégia para conseguir ter acesso a dias de descanso” (PS2).

A fala acima mostra dois aspectos: o sobretrabalho e o não acesso aos direitos trabalhistas – de modo particular, o gozo férias e sua remuneração -. Isso traduz um aspecto que culmina na precarização desse trabalhador, uma vez que, por não ter acesso ao direito trabalhista das férias remuneradas, o referido trabalhador “opte” por um rearranjo em que realiza o sobretrabalho sem gozar da pecúnia, “abrindo mão” do direito para forjar o acesso a um direito, o qual, se molda sob um processo metamorfoseado.

Por fim, quando observamos dialeticamente o entrecruzamento entre as três variáveis que consubstanciam esse estudo, **concluimos que os profissionais assistentes sociais comissionados dos municípios de pequeno porte I são os mais precarizados, dadas as condições e relações de trabalho**, como: baixos salários, maior carga horária, inacessibilidade aos direitos trabalhistas (como gozo remunerado de férias, 13º salário), acúmulo de funções (polivalência no serviço público e a ausência dos serviços que caracterizam a cobertura da proteção social especial), acesso a espaços de qualificação profissional e educação permanente, extensão das atividades do espaço de trabalho para o âmbito privado da vida social, tensionamentos nas relações hierárquicas, estruturas precárias de trabalho (compartilhamento de salas, não atendimento as prerrogativas das especificidades éticas e técnicas consubstanciadas na Resolução CFESS nº 493/2006).

Paralelo a isso, identificamos como esse quadro, marcado pela diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho, finda impactando na condição política desses (as) trabalhadores (as). Por uma série de explicações advindas do contexto macro e microestrutural, consideramos que a fragilidade na organização/articulação política desses (as) profissionais podem ter raízes nesse solo de vínculos diversos.

“Nunca houve greve nesses quatorze anos que atuo. No município não tem sindicato dos servidores e, no nível superior da assistência social somente eu que sou efetivo” (ASE1)

“Aqui nunca houve nenhuma articulação para pensar alguma mobilização grevista. Atuo há treze anos, mais ou menos, e nunca vi nada nesse sentido. Não há sindicato, acredito que pela limitação de profissionais, o que não sustentaria tal instituição. Daí, finda numa espécie de adormecimento da gente trabalhadores do SUAS”. (PE2).

Essas falas sustentam a importância de analisarmos três aspectos: primeiro, a limitação da organização dos(as) trabalhadores(as) através de unidades sindicais, o que se dá por aspectos burocráticos, como o reducionismo de profissionais que consigam gerir e manter – administrativa e financeiramente o referido órgão -, e ainda, para da efetivação dele, a desmobilização através de instâncias paralelas, como Fóruns, etc. Segundo o reconhecimento do direito de greve como uma estratégia importante para a luta dos trabalhadores; terceiro, por considerar a limitação de sua realização nos solos que embasam a pesquisa, e por quê?

Considerando que a maioria dos municípios que compõem a região pesquisada são de Porte I e II, a partir dos parâmetros de Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a composição de contratos temporários, conforme dados apresentados no tópico do Perfil dos Trabalhadores do SUAS no Seridó que evidenciam a prevalência de profissionais seletistas.

Observamos que a efetivação de espaços grevistas são cada vez mais ausentes nesses municípios, uma vez que a composição de quadros de trabalho com profissionais estatutários é cada vez mais limitado. Além disso, a realidade regional é de mais de dez anos sem concurso público, como já foi apontado anteriormente, e ainda, por considerar que, mesmo efetivados, as organizações sindicais também sofrem seus reflexos, pois nesses municípios a existência de sindicatos também são fragilizadas ou até inexistentes – sendo observado que só há sindicato no município do G3 e um dos que compõe o G2 -.

Tudo isso descrito para que possamos analisar as nuances que atravessam a organização política brasileira, e aqui de modo particular, o Nordeste, as quais se mostram como reflexos das estratégias neoliberais no tocante a fragmentação da classe trabalhadora. Corroboramos com Antunes (2015, p. 200) quando conclui que “**o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade**”.

Significa ponderar que, para além da situação da contratualidade trabalhista, o que importante de ser apreendida por diversos fatores que a coloca num quadro de incidência de maior intensificação da precarização das relações e condições de trabalho, é necessário frisar que, independentemente disso, há um distanciamento no pertencimento de classe desses (as) trabalhadores (as). As análises a seguir ratificam essa argumentação.

Os deslocamentos de trabalhadores estáveis, para temporários, parciais, sem garantias de direitos sociais e trabalhistas, aumentam significativamente, na acumulação flexível, bem como à ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma individualização extrema de relação salarial (Bihr, 1991, p. 89).

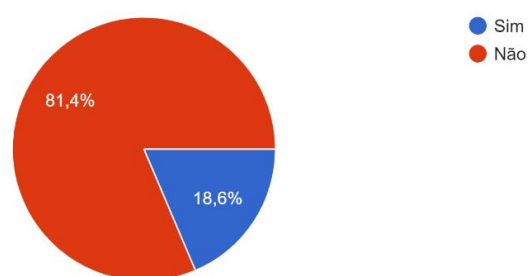
A pesquisa se propôs também a identificar as articulações políticas a partir de cada segmento profissional – Serviço Social, Psicologia e Pedagogia -, com vistas a particular as

nuances que consubstanciam as potencialidades e desafios da organização política nesse cenário de aviltamento das investidas neoliberais.

O gráfico a seguir apresenta aspectos que corroboram com a análise acima destacada.

Gráfico 25: Participação em entidade representativa da categoria

12 Participa de alguma entidade organizativa da sua categoria profissional?
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

As falas acima imprimem, para além da fragmentação coletiva, uma desarticulação endógena quando vistas as particularidades de cada profissão.

“Considera até que haja alguma articulação entre os trabalhadores da cidade, mesmo que seja pontual e, geralmente quando é necessária alguma organização de atividade. Mas em relação ao contato de profissionais da Psicologia das várias políticas que atuam no município, não há! Pelo menos eu sinto isso desde que cheguei para atuar no município”. (PE2).

“A articulação das pedagogas do SUAS aqui é muito frágil. Nunca nos encontramos para tratar sobre a nossa categoria na assistência social. Fica cada uma em seu espaço”. (PEDE3).

“As assistentes sociais já foram mais articuladas. Hoje vejo que há ‘blocos de afinidades’. No geral, não sinto articulação. O que finda sendo contraditório quando vemos o Projeto ético-político da nossa categoria”. (ASS3).

Assim como no contexto macro de articulação dos(as) trabalhadores(as) da política de assistência social, percebemos que, endogenamente, cada categoria profissional – e aqui frisar que realçamos as três que apareceram e fizeram parte da coleta de pesquisa – também há uma fragilidade quanto a organização política e até mesmo o reconhecimento no tocante ao pertencimento na atuação no SUAS.

As análises vão desde a falta ou a pouca articulação na assistência social até a promoção da intersectorialidade profissional (se assim podemos definir), quando vemos que não

há um diálogo e/ou integração com vistas a esse fim, mas foi observado que os (as) profissionais sentem esses desafios.

Além disso, cabe problematizar o porquê dessas barreiras. E aqui apontamos que a própria dinâmica produtivista que assola a política pública brasileira, a heterogeneização dos vínculos contratuais de trabalho e o viés cartesiano de atuação profissional impacta no desenho exequível das políticas sociais, e de modo particular, na assistência social no Seridó potiguar. E ainda, a condição de trabalho dada a consideração – aqui aponta – da alta demanda *versus* o número insuficiente de profissionais para atendê-la, o que finda ocasionando uma tecnificação da prática profissional e secundarizando outros aspectos em detrimento do que se mostra mais “urgente” de atendimento.

O destaque em relação a essa fala se faz para que percebamos que as três categorias elencadas nesse estudo evidenciaram a fragilidade quanto a articulação específica a cada área profissional e, conseqüentemente, os impactos que isso causa para a promoção de articulação no SUAS.

Portanto, parafraseando Antunes (2015, p. 201): “a processualidade [das relações de trabalho na contemporaneidade] é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais heterogeneizada, fragmentada e complexificada”.

Outro aspecto que impacta no processo que serve para o embasamento das análises acerca das condições de trabalho e o adoecimento é a fragilidade da autonomia profissional, que vem sendo cada vez mais relativa. A fala destacada traduz as fragilidades, como uma espécie de “teto de vidro” que caracteriza os (as) profissionais que possuem vínculos contratuais comissionados.

“Já fui ameaçado de perder o cargo por manifestar minhas inquietações e se posicionar politicamente (em relação a defesa do que está posto na PNAS, por exemplo)” (ASC1).

A liberdade de exposição das ideologias e perspectivas políticas vem se consubstanciando uma barreira, principalmente para os trabalhadores comissionados. Isso se manifesta numa espécie de “clausura de pensamento”, dado o aprisionamento das posições teórico-políticas devido a correlação de forças que se apresentam diante do tipo de vínculo contratual e a necessidade de se manter no cargo para obtenção da sobrevivência. O que pode, ainda, influenciar na desmobilização política dos trabalhadores do SUAS.

Essa fala, assim como outras que destacamos abaixo, caracteriza um aspecto notório nas relações de trabalho, principalmente, condicionadas por uma contratualidade mais tênue.

“No meu setor não afeta. Mas vejo que aqui os seletistas são bem mais assediados pela gestão. Parece que sabem a fragilidade dos vínculos e usam da autoridade para impor demandas” (PEDE3).

“Vejo que nós comissionadas é como se aceitasse mais do que opinasse, pois temos as relações de poder, infelizmente! Até que argumento quando não concordo com alguma coisa, mas quase sempre sou voto vencido. Nas entrelinhas, é como se houve um assédio disfarçado de conversa” (PEDC2).

O assédio moral é uma violação que vem sendo cada vez mais presente nos espaços de atuação do serviço público, principalmente por aqueles trabalhadores que possuem vínculos contratuais mais fragilizados, como é o caso dos seletistas e comissionados.

De acordo com o Portal do *GI*, de janeiro a julho de 2023, o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 8.458 denúncias de assédio moral (e sexual) em todo o Brasil. Esse número indica mais do total de denúncias recebidas durante 2022 inteiro. E ainda, que a maior parte das denúncias são referentes ao assédio moral.

Segundo Diniz (2017, p. 169):

O assédio moral é um ato perverso que envolve a prática de humilhações, perseguição e ameaças, se constituindo num processo de violência psicológica. Este tipo de assédio, além de se transformar em guerra psicológica, envolvendo abuso de poder e manipulação, traz prejuízos à saúde mental e física das pessoas, inserindo-se num contexto mais amplo dos valores morais e éticos da sociedade contemporânea e da violência nas relações sociais.

Isso mostra como as relações hierárquicas que constituem o serviço público corroboram para manutenção de bases predatórias da condição de liberdade dos trabalhadores.

Desse modo, a pesquisa evidencia os substratos dessa apropriação do capital para com a condição de trabalhador assalariado, identificamos a extensão do entendimento do espaço de trabalho para toda a dimensão de vida do trabalhador. E isso se aguça quando, o próprio capitalismo/neoliberalismo diversifica os tipos de inserção no mundo do trabalho, mediante a criação de tipos de vínculos, o que, através dos contratos de trabalho, recriam-se as formas de intensificação da apropriação do tempo de trabalho, o qual não se mede essencialmente pelas vias contratuais, mas pela “necessidade” imposta pela sociabilidade do capital. Ou seja, por mais que haja um arsenal de jurídico normativo que condiciona a realização e o aparato legalista quanto o acesso aos direitos de proteção no ambiente de trabalho – o qual é fruto das lutas sociais, vale destacar – é importante apreender, criticamente e sob os vieses da realidade concreta – que há uma intensificação do processo de trabalho.

Portanto, vistas as particularidades que permeiam as condições e relações de trabalho dos(as) trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social da região do Seridó do RN, percebemos como a diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho inferem, veemente, no processo de intensificação da precarização do trabalho.

5 TRABALHO REPRODUTIVO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE ACERCA DA DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NO COTIDIANO DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SUAS NO SERIDÓ DO RN

“A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina” (Ângela Davis).

Historicamente, de acordo com Alves (2021), o trabalho reprodutivo, esteve veemente associado a uma interpretação e orientação naturalizada sob as relações generificada e racializada. Tomamos, aqui, a centralidade da análise a partir do Modo de Produção Capitalista (MPC), que tem no patriarcado e no racismo, enquanto sistema de opressões e dominações, o adensamento das relações estruturantes que permeia o “nó” (gênero, raça e classe) emblematicamente discutido por Safiotti (2004).

Dessa forma, é interesse desse estudo apreender a relação que envolve a naturalização desse cuidado como designadamente voltado às mulheres, na execução domesticada da *linha da reprodução da mercadoria especial*, uma vez que, sendo o trabalho reprodutivo adensado pela não remuneração, por isso, reconhecido como não trabalho, mas que participa da manutenção da força de trabalho; torna-se fulcral desnudar as determinações que o cimenta como parte da constituição do mais-valor.

É importante destacar que foi intencional, nesse estudo, apreender as determinações acerca da divisão sociossexual e racial do trabalho a partir da organização da jornada de trabalho das (os) trabalhadoras (es) que estão inseridas (os) na política de assistência social da região do Seridó Potiguar. Isso se deu para que pudéssemos analisar a Precarização do Trabalho sob uma ótica de totalidade, considerando as múltiplas inflexões que a realização do trabalho infere na vida do conjunto da classe trabalhadora.

Tal intencionalidade é que para possamos apreender como o capital, e os sistemas de opressão (patriarcado e racismo) se apropriam das condições que consubstanciam as relações de dominação e exploração que, majoritariamente, afeta a vida das mulheres. É daqui que tomaremos, portanto, o nosso eixo analítico desse capítulo, partindo da proposição que a divisão sociossexual e racial do trabalho se mostra real no cotidiano das (os) trabalhadoras (es) que atuam na assistência social, uma vez que, mediante a aproximação empírica, foi notória o aguçamento das relações precarizadas em que, majoritariamente, as mulheres estão inseridas.

Dito isso, buscamos relacionar os fundamentos em torno da divisão sociossexual e racial do trabalho, de modo a sintetizar as discussões acerca do trabalho reprodutivo como

essencial às relações capitalistas, e ainda, como se apresentou a partir dos resultados obtidos com a pesquisa empírica. Considerando, ainda, a histórica desresponsabilização do Estado para com o desenvolvimento de políticas sociais que culmine numa atenção voltada ao trabalho reprodutivo corrobora para os elementos, previamente, apontados aqui e que iremos sustentar nas discussões que desenvolvemos nesse capítulo.

5.1 AS MARCAS DA DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NO COTIDIANO DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SUAS NO SERIDÓ DO RN

Partimos da declaração exposta pela entrevistada PEDS3 quando ela afirma que: *“Na semana é uma média de 03 (três) horas, mas no final de semana é mais de 07 (sete) horas, pois é quando vou fazer faxina, lavar roupa, organizar o que na semana não consigo fazer”*.

Segundo o Relatório *“Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”*, elaborado pela Oxfam (2020, p. 10) *“As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas”*.

Saffioti (2013), argumenta que as mulheres nascem e crescem sob o prisma da *“ideologia do outro”*, uma vez que a subserviência que marcada a determinação sócio-histórica de uma educação sexista e racista, imputa-nos os desejos e liberdades, pois nossa prioridade deve voltar-se para servir ao outro.

Dessa forma, parafraseamos Medeiros (2023) quando alerta para o fato de que precisamos ampliar o olhar crítico para compreensão que a casa (o lar), a esfera privada, não é um lugar neutro para pensar o trabalho e suas formas de *explorações, opressões e dominações*, ou seja, as *“três formas canônicas”* como aponta Kergoat (2010, p. 95). É preciso fomentar essa perspectiva política de entender as nuances que atravessam o cotidiano das mulheres mediante a destinação de responsáveis pela reprodução social.

Diante disso, partimos do pressuposto que, de acordo com Safiotti (2013), a reprodução social no capitalismo promove um duplo aprisionamento de mulheres: pela deterioração das condições de trabalho fora da esfera doméstica e pela ausência de redefinição das tarefas domésticas dentro do lar. E mais, parafraseando Ferreira (2020, p. 157):

O desenvolvimento histórico do capitalismo patriarcal e racista foi acompanhado de políticas voltadas para a regulação e controle da reprodução – e, conseqüentemente, da sexualidade – por meio de políticas e ideologias

repressivas que se materializavam no corpo das mulheres e, em particular, nas mulheres da classe trabalhadora e das mulheres negras.

Adensamos ainda que, ambas as relações citadas por Safiotti (*idem*), se dão numa interposição, portanto, uma não se desfaz para que a outra possa começar, uma vez que, ao passo que as mulheres estão no espaço de trabalho assalariado, continuam no gerenciamento das atribuições domesticadas.

Perceber como se dá o contexto da **divisão sociossexual do trabalho** é necessário por entender que não se trata de segregar a esfera produtiva da reprodutiva, mas, analisar como ambas são vistas e entrelaçadas ao modo do capital, recolocando espaços ditos masculinos e femininos ou no que Lobo (1991, p. 145) vai designar como sendo a “*sexualização das ocupações*”.

Ressaltamos a relevância dessas análises a partir do envolvimento regional que perpassa o nosso objeto de estudo, uma vez, a formação sócio-histórica dos territórios requer que façamos, com atenção e ortodoxia ao método, uma reflexão afiada com os processos pretéritos e contemporâneos que norteiam as relações de trabalho.

Como já mencionado na parte introdutória desse capítulo, isso se deu em função de que, criticamente, entendemos que a Precarização do Trabalho, enquanto categoria central dessa pesquisa, não permeia “somente” a esfera de trabalho extra espaço doméstico. Partimos da premissa de que, para o encontro da “coisa em si”, como destaca Kosik (1976), é fulcral que mergulhemos nas determinações que assolam a totalidade do objeto.

Conceitualmente, segundo Medeiros (2023, p. 215) a origem da **divisão sociossexual e racial do trabalho** “foi fortemente influenciada a partir do surgimento da família monogâmica”, sendo, portanto, a primeira estratégia com o rompimento da perspectiva coletiva pela busca da sobrevivência. Com as sociedades de classes, o individualismo é gerado e apregoadado entre os sujeitos contrariando a coletividade.

Partimos da conjectura que a divisão sexual do trabalho, enquanto categoria, a partir dos estudos de Danièle Kergoat, assume uma disseminação das análises do feminismo materialista e, com isso, a importância de percebermos que não há neutralidade nas relações que perpassam a separação e hierarquização no mundo do trabalho. A autora defende que isso se estrutura mediante a apropriação do trabalho desempenhado pelas mulheres que, na esfera doméstica é (in)visibilizado, e no envolvimento produtivista, há a desvalorização salarial.

[...] a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades

necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho -, é considerada um espaço feminino. (Cisne, 2014, p. 88).

Conjugamos a importância da referida categoria, principalmente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, no tocante a propagação das pesquisas acerca das desigualdades nas ocupações no mundo no trabalho, a partir do prisma histórico das relações patriarcais de gênero.

Sendo assim, por pensarmos que a sociedade é dinâmica e considerarmos a importância de aglutinar as análises partindo das relações estruturantes de gênero, raça e classe, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, defendemos aqui a utilização teórico-conceitual para investigação realizada junto ao objeto de estudo que sedimentou essa tese, a categoria *divisão sociosexual e racial do trabalho*.

Justificamos pelo fato de compreendê-la como elementar na articulação analítica entre as determinações do trabalho produtivo e reprodutivo, tido em uma direção imbricada quando pensadas as relações sociais generificada e racializada, que se molda em estruturas hierarquizadas, desiguais e contraditórias; seja pela exploração advinda do binômio capital *versus* trabalho, ou ainda pela base de dominação – exploração do homem sobre a mulher, ou seja pela discriminação e segregação de raça, etnia ou sexualidade. “Isto significa que a luta por uma divisão sociosexual e racial do trabalho mais justa refere-se, portanto, também ao enfrentamento do próprio capitalismo” (Nogueira e Passos, 2020, p. 02).

A partir da pesquisa empírica que consubstanciou essa tese, indignamos acerca de como as (os) trabalhadoras (es) lidavam (lidam) com a execução do trabalho reprodutivo. Iniciamos nossa investigação a partir da responsabilização da carga de trabalho doméstica. Parafraseamos Ferreira (2020, p. 131) para relacionar a compreensão crítica acerca do entendimento voltado nesse estudo para esse tipo de trabalho não remunerado.

Além de tempo, este trabalho envolve esforços, saberes, energia corporal (incluída a gestação e reprodução biológica), cuidados diretos dos corpos físicos, o ensino da linguagem e a disponibilidade emocional. É exatamente nestes termos que o trabalho doméstico participa do processo de produção do valor, na medida em que contribui para a produção da mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho.

Em seguida às análises voltadas para realização do trabalho doméstico, buscamos refletir sobre a destinação do tempo de trabalho remunerado dessas (es) trabalhadoras (es). Salientamos ainda que, conforme foi apurado na coleta dos dados, muitas (os) dessas (es) profissionais residem em cidades diferentes da que atuam, o que implica pensar que há um dispêndio maior de tempo, compreendido no deslocamento do município de origem para o que

exerce suas atribuições como profissional do SUAS, e até mesmo, houveram trabalhadoras (es) que reside em um local e atuam em duas cidades diferentes.

O propósito desse adendo é para ratificar a organização do tempo e, conseqüentemente, a usurpação dele quando vemos as relações de trabalho no capitalismo e, na contemporaneidade, assolada pelas inflexões do neoliberalismo.

Os resultados, expressos no gráfico a seguir – acerca da Carga Horária no trabalho remunerado -, demonstram que mais da metade do total de trabalhadoras (es) (55,8%) que atuam na região do Seridó do RN cumprem, em seus respectivos locais de trabalho assalariado, 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Esse dado, de acordo com os resultados apontados nos capítulos anteriores, mais especificamente nas análises do Perfil e da Diferenciação dos vínculos contratuais de trabalho, evidencia que os comissionados e, parte das psicólogas declararam cumprir 08 (oito) horas diárias, em contrapartida, as assistentes sociais, em grande parte, apontaram o cumprimento de 06 (seis) horas⁶⁰, estando, portanto, nessa parcela dos 37,2% identificados no gráfico. Quanto aos 7% que cumprem as 04 (quatro) horas diárias, são exclusivamente as pedagogas.

Entretanto, a apreensão que buscamos fazer aqui, foi de confrontar a carga de tempo prestada na realização do trabalho assalariado e na execução do trabalho doméstico não remunerado, por considerar que a precarização do trabalho deve ser analisada de modo a identificar as enervações que permeiam a totalidade da vida social, portanto, refletir com base nos impactos das relações de gênero, classe, raça.

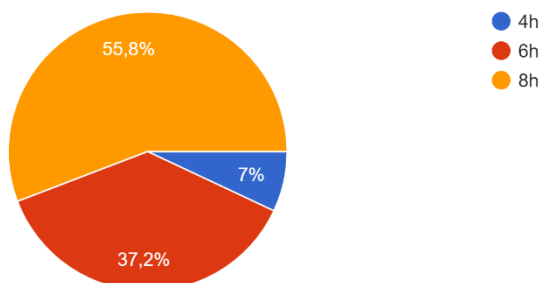
Neste contexto, discutir as relações sociais de gênero é fundamental, porque temos como pano de fundo um cenário em que as mulheres sofrem mais com os desdobramentos da precariedade do mercado de trabalho e, simultaneamente, com a centralidade do papel que exercem frente às demandas do âmbito doméstico, agravadas pela insuficiência de políticas públicas para que elas possam permanecer no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens (Araújo e Gama, 2020, p. 164).

⁶⁰ Em relação a esse dado, como já analisado no capítulo anterior, compreendemos como uma conquista da categoria das (os) assistentes sociais a Lei “das 30 horas” semanais, sem redução salarial.

Gráfico 26: Carga horária – atividade remunerada

10 Quantas horas você trabalha por dia no vínculo que atua?

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Para além dos indicadores identificados nos gráficos, os resultados da pesquisa empírica, colhidas através das entrevistas, corroboram com as análises aqui apresentadas:

“O trabalho doméstico não sobrecarrega e nem precariza minha vida! Geralmente quem o realiza é minha mãe, ou diaristas. Quando o faço, quase sempre, não é por uma necessidade de sobrevivência (como fazer comida, por exemplo). Geralmente é por escolha mesmo” (PS2).

O aviltamento da *Escolha*, visto como um direito constituído na liberdade de sua execução, implicada nos frutos da isenção masculina, historicamente enraizada, da responsabilização do trabalho doméstico não remunerado, o que nos conduz a reflexão que a existência dessa parcela de trabalhadores tem uma contrapartida direta do trabalho das mulheres. Contrariamente, a *Imposição* é tida como atributo legitimamente feminino, pois o corolário inato atribuído a elas [nós], coloca como parte do *dna* das fêmeas essa responsabilização.

“Sim! O trabalho reprodutivo/doméstico é mais desgastante do que o trabalho produtivo. É cansativo, impositivo para nossas vidas. Confesso que me sinto mais desgastada com a realização do trabalho em casa do que com o trabalho fora dela”. (ASE3).

Interessante analisar a forma como o trabalho doméstico se caracteriza, mediante suas peculiaridades, na vida das (os) trabalhadoras (es) alvo desse estudo. Importa-nos reconhecer essas reflexões o cunho vital e pulsante que a *divisão sociosexual do trabalho* aplica ao cotidiano das pessoas e que isso se molda sob o aspecto da generificação das responsabilidades sociais da reprodução dos seres humanos.

Sendo o trabalho doméstico, historicamente, uma destinação própria para a vida das mulheres, as duas falas evocam dois elementos que subscrevem essa análise: *Escolha e Imposição*. É daqui que pretendemos analisar as passagens acima.

Corroboramos com Bulport (1986, p. 16) quando considera que as “interdependências que marcam a vida profissional das mulheres e o processo familiar”, portanto, há uma relação de dependência da realização do trabalho doméstico para com as mulheres. Isso se sustenta no fato de que as relações patriarcais de gênero podem ser observadas em vários aspectos da vida social, e quando analisamos a partir da esfera reprodutiva e doméstica, isso se faz evidente, pois ao considerar as falas em destaque, percebemos que os rebatimentos quanto a intensificação do trabalho mediante a realização das atribuições domésticas pelos homens é sentida de forma diferente quando comparado com as mulheres. Concluímos como sendo um *privilégio de gênero* quando percebemos que o tempo livre dos homens são maiores que o das mulheres devido as estruturas sócio-históricas.

Sobre isso, Ferreira (202, p. 35), ao analisar a realidade das mulheres na realização do trabalho de cuidados em saúde no Recife/PE, observa que “a apropriação do tempo das mulheres não é um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje”.

Dessa forma, evidenciamos que entre a *Escolha e a Imposição* quanto a realização do trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado, há um abismo histórico estruturado pelo que Safiotti (1987, p. 60) argumenta como sendo um **processo simbiótico** que interliga esses três sistemas de dominação – exploração. Ou seja, a naturalização do trabalho reprodutivo não remunerado (e isso também respinga quando esse trabalho é remunerado, como já vimos anteriormente) como aspecto fincado na construção social da vida das mulheres, coloca como imposto aos seus cotidianos a responsabilização dos cuidados. Por outro, aos homens, isso é dado como escolha.

Assim, diz a autora (*idem*) que “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema [...], aqui denominado patriarcado – racismo – capitalismo”. Portanto, a edificação e cimentação do “*nó*”, como aponta Safiotti, são estruturas necessárias para manutenção da ordem sociometabólica do capital e, como reflexo disso, temos a intensificação do trabalho realizado pelas mulheres, a partir de uma divisão sociossexual e racial do trabalho que demarca opressões na condução da sua [nossa] existência.

Isso se mostra ainda mais agudizado quando relacionamos com a maternidade. De acordo com as análises extraídas da pesquisa: *Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil*, desenvolvida pelo IPEA, em 2023, “[...] o nascimento de uma criança tende a aumentar o tempo de trabalho não remunerado das mulheres pelo menos **três vezes mais do que aumenta para os homens**. Conforme as crianças envelhecem, os efeitos sobre as jornadas reprodutivas tendem a ser menores, mas ainda assim seguem sendo mais expressivos para as mães do que para os pais”.

A construção sócio-histórica da maternidade como aspecto de realização e completude das mulheres⁶¹ perpassa, principalmente nos países ocidentais, pelas implicações da religião, especialmente a Cristã, tendo na figura simbólica de Maria, a consagração divina do ato da procriação e destinar a vida em prol dos filhos e da família.

De acordo com a pesquisa do Data Folha (2020), 50% dos (as) brasileiros (as) se autodeclararam católicos, contra 31% evangélicos e 10% que afirmaram não ter religião. Entre as mulheres, 58% declararam ser evangélicas e 51% católicas. No tocante ao enfoque regional, o Nordeste é a região do país com maior percentual de católicos (59%) e, contrariamente, a menor em pessoas declaradas evangélicas (27%).

A proposição desses dados se faz para que possamos ratificar a imersão das análises acerca da influência Cristã na direção sócio-histórica e simbólica da representação que se faz da construção da imagem e representatividade do papel que as mulheres devem assumir em sociedade.

A representação do ideário da mulher aparece nos preceitos bíblicos amparada na imagem de Maria e Eva, como aponta Rosas (2015, p. 223):

[...] ao contrário de Eva, que no imaginário católico, e não só nele, é uma figura frágil, sedutora e vulnerável, Maria, diferentemente, aparece revestida de uma superioridade moral oriunda da maternidade virginal, que tem como característica a pureza, a benignidade e a força tributárias de uma posição assexuada.

Essa devoção e autoimagem da mulher se volta, exclusivamente, aos preceitos maternos e do lar, colocando como atributos da completude feminina a maternidade e o amor envolto na realização das atividades e cuidados reprodutivos.

⁶¹ Não atribuímos o entendimento da maternidade, sob esse foco de análise, como para as pessoas que gestam, e assim, entende-la em sua totalidade, pois para os homens trans, a maternidade não é relegada no mesmo entendimento de imposição postas às mulheres cisgênero. Sobre isso, ao analisar o processo da gravidez masculina e a relação da assistência em saúde, Couto et al. (2024, p. 04) argumenta sobre os desafios de romper com as perspectivas binaristas e cis heteronormativas, pois “a gestação vivenciada por um homem transgênero abala e desafia a ideia preconcebida de que esse processo é intrinsecamente associado à feminilidade”.

Esse aspecto, coloca ainda a autora citada acima, não ameaça o sistema de poder e dominação masculina que tem na imagem de Deus, o soberano e líder. Rosas (2015, p. 223-224) traz que “a hierarquia divina pré-estabelecida tem Deus como autoridade sobre Cristo, Cristo como líder do homem, e o homem como líder da mulher. [...] A mulher, por exemplo, considerada mais frágil e multifocal, precisaria de um guia e protetor, e este seria o homem. A proteção do homem, conseqüentemente, seria Deus”.

Dito isso, percebemos que a influência maternal é tida como destinação naturalizada ao campo da satisfação humana das mulheres, desperta-nos para a ratificação das relações (desiguais) de gênero, uma vez que, em relação a paternidade, o sentido histórico não se molda nos mesmos pilares estruturantes da opressão advinda do nascimento da prole.

Sobre isso, Fonseca (2019, p. 116), a partir dos estudos de Hartsock (1997)⁶², argumenta que a maternidade precisa ser reconhecida no campo dos estudos críticos como uma base institucional e não como uma experiência cobrada a ser vivida pelas mulheres. Ratifica que “[...] a maternidade enquanto forma social compulsória àqueles seres humanos que nascem em um corpo sexuado feminino, [tem] sua perspectiva atrelada a ideia de que, em geral, as mulheres experienciam a maternidade e a criação das crianças enquanto parte do seu trabalho [e projeto] de vida”.

Dessa forma, nós mulheres somos educadas para a *devoção sexista da maternidade*, que se estrutura em um contexto naturalizado que se situa numa construção da vida em prol do outro, devendo ser visto e traduzido como manifestação do amor pela criatura gerada.

O *capitalismo, patriarcado e racismo*, portanto, edificam, historicamente, esses pilares que culminam numa naturalização do destino das mulheres para a *maternidade e maternagem*. Entendemos essa segunda categoria como, para além da responsabilização consanguínea ou afetiva estabelecida entre a mulher/mãe e sua cria.

A proposição do maternar se dá além desse cuidado sócio materno, ou seja, é a atribuição conferida a outras mulheres de assumir a corresponsabilização para com essa esfera da linha dos cuidados reprodutivos, desde os aspectos fisiológicos, até as relações psicossociais e emocionais estabelecidas no vínculo do cuidar. Geralmente isso é feito (e cobrado) das demais mulheres da família que assumem, na esteira desses cuidados com as crianças como tias, avós, irmãs, principalmente as mais velhas, findam sendo imersas nessa incumbência reprodutiva. Sob o prisma religioso cristã, exemplificamos isso através da relação estabelecida com as

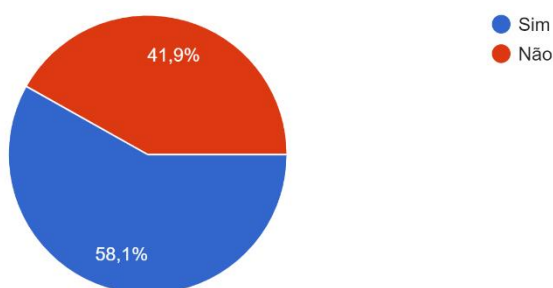
⁶² Apesar que a autora (Fonseca) emite críticas acerca do conceito atribuído por Hartsock (1997) em seu estudo, uma vez que considera que finda partindo de uma visão eurocêntrica. Indicamos à leitura do texto de Fonseca (2019).

madrinhas, que são tidas como “segundas mães”. Então, a maternidade carrega uma construção moral que designa e aponta quem deve assumi-la nessa sociabilidade. Ferreira (2020, p. 123) expõe que “a ideologia em torno da naturalização e essencialização da maternidade opera como uma mediação fundamental na conformação desta reorganização ao longo da história e ainda hoje.

Com base nessa discussão, e a partir dos resultados da pesquisa empírica, temos que 58,1% das pessoas entrevistadas têm filhos (as), contra 41,9%. Ou seja, é prevalente a presença de filhos (as) e/ou enteados (as) na constituição familiar das (os) trabalhadoras (es) que responderam ao questionário.

Gráfico 27: Filhos(as) e Enteados(as)

8 Você tem filhos/as e/ou enteados?
43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Para além da objetivação de filhos (as) e enteados (as), como aspectos que fincam as bases de solidificação maternidade e maternagem, investigamos, ainda, a partir da coleta realizada através das entrevistas, como se dava a atenção aos cuidados reprodutivos. A intencionalidade que presumimos foi em apreender a destinação, sob o prisma geracional, por exemplo, de cuidados que são responsabilidade das (os) entrevistadas (os).

Partindo disso para analisar as falas a seguir:

“Cuido da minha mãe que já é idosa. Trabalho em dois vínculos e, ao chegar em casa, preciso organizar comida, dar o banho dela, enfim, fazer tudo! Depois disso é que faço minhas coisas”. (PEDS3)

A fala evidencia um ciclo naturalizado da responsabilização dos cuidados das mulheres, uma com as outras, no contexto intrafamiliar. A entrevistada, além dos cuidados com a mãe, expôs participar, também, da atenção com o neto. Vemos, portanto, que as mulheres se

voltam, essencialmente, ao nicho de responsabilização dos seus entes, independente do recorte geracional, colocando as suas necessidades e desejos como aspecto de segunda ordem.

“*Eu moro com umas tias que são idosas. Elas ainda são independentes para o autocuidado. Eu fico mais com ‘as coisas de casa’ (fazer a feira no supermercado, pagar contas, farmácia). Hoje eu cuido de quem, um dia, cuidou de mim!*”. (PEDC2).

Nessa passagem, vemos que há um gerenciamento das necessidades que interpõe a manutenção da casa e o atendimento das necessidades de subsistência. Os cuidados, diferente da realidade apresentada por PEDS3, se voltam a uma organicidade mais administrativa (compras no supermercado, farmácia, administração financeira). Vemos, portanto, que a esfera do cuidado se evidencia sob múltiplos enfoques, exigindo das mulheres esse atendimento que perpassa toda dinâmica da esfera reprodutiva.

As falas expõem vários elementos que requer interpretações teóricas do real. Primeiramente, observamos, como já apontado e ratificado nos estudos, que a reprodução social, principalmente sob o recorte geracional, é além da perspectiva da procriação. Ou seja, pessoas idosas e com limitações que necessitam de cuidados específicos, majoritariamente ficam sob a responsabilidade das mulheres.

Em função disso, vemos o segundo aspecto. Foi identificado nas falas a exemplificação de uma situação que denominamos de *Inversão geracional dos cuidados*, por entender que há uma prática avessada dos cuidados quando, ao atingir a fase idosa, os seres humanos passam a ter os cuidados atendidos por quem, preteritamente, foi cuidado por elas.

Ainda, na segunda fala, vemos uma espécie de gestão doméstica como mais um atributo exigido às mulheres, uma vez que a trabalhadora expõe que, diante da realidade do contexto intrafamiliar, ela quem assume a responsabilidade de gestar os processos necessários para a manutenção do lar e quem nele reside.

Por último, a secundarização do autocuidado das mulheres em detrimento do atendimento aos cuidados de outrem, geralmente pessoas idosas, crianças. A primeira fala deixa isso explícito ao considerar a necessidade de priorizar o cuidado da outra pessoa. Davis (2016, p. 165) traduz isso como: “As mulheres começaram a ser redefinidas como guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica”, em detrimento do amor, geralmente ao outro, antes de si.

Portanto, vemos que há uma *divisão sociossexual dos cuidados* quando observamos o campo da reprodução humana, e que isso é social, cultural e historicamente condicionado como atribuições feminilizadas, uma vez que “[...] as mulheres continuam a performar a maternidade e os cuidados com as crianças [e idosos, em sua maioria] de forma exclusiva ou quase exclusiva, o que é socialmente considerado um dever”. (Azevedo, 2022, p. 82).

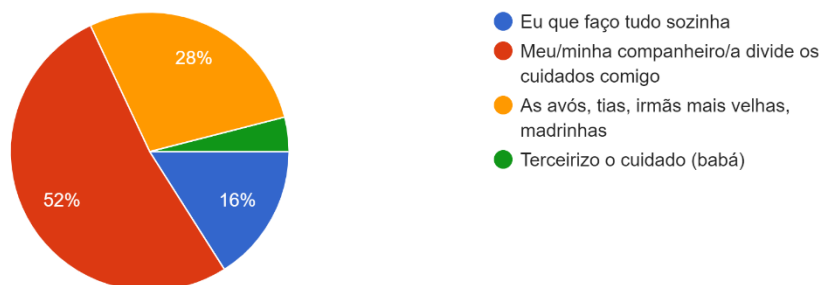
Sobre isso, considera Arruzza et al. (2019, p. 56) “enquanto o neoliberalismo exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, ele pressiona até o limite famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres”. Isso para analisarmos o gráfico abaixo.

Quando questionamos sobre a organização dos cuidados para com os filhos e ou enteados, aparentemente é identificado que há uma divisão dessa responsabilização social com os (as) companheiros (as). Porém, quando nos propomos a apreender a essência da realidade impressa nesses indicadores, observamos que, para além do tempo que as mulheres dedicam a esses cuidados, a partir da divisão sexual dos cuidados, quando não executam diretamente, *a delegação se volta exclusivamente para outras mulheres*. Isso fica expresso nos percentuais dessa atribuição dirigida para as avós, tias, irmãs mais velhas e madrinhas (14%). E, ainda, na terceirização desse cuidado de forma remunerada, através das babás.

Gráfico 28: Responsabilização com os cuidados dos(as) filhos(as)

9 Quem se responsabiliza com os cuidados com os/as filhos/as e/ou enteados/as? (se a resposta anterior for NÃO, pule para próxima alternativa)

25 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Davis (2016) ao analisar as “tarefas domésticas” cotidianas executadas pelas mulheres e o tempo que isso consome, medido em horas, aponta, nessa lógica quantificável, que não há como estimar, por exemplo, o tempo que as mulheres mães desprendem para seus (suas) filhos (as) quando crianças. Ao inferir essas análises acerca da realização do trabalho reprodutivo no contexto pandêmico, as (os) entrevistadas (os) corroboraram que houve um aguçamento da carga de cuidados, principalmente para àquelas (es) que articularam no espaço da casa as atividades remuneradas, que se deram remotamente, e a dinâmica doméstica.

Além disso, para quem tinha criança em idade escolar, a (*sobre*) *sobrecarga* se evidenciou como mais complexa durante esse período, uma vez que, no mesmo intervalo de

tempo, afirmaram as trabalhadoras, estavam desempenhando as demandas da atividade remunerada (através do trabalho remoto), as tarefas escolares das crianças (que as aulas também foram remotas) e tudo isso em um mesmo espaço físico e acontecendo, muitas vezes, ao mesmo tempo.

“Eu fiquei com as demandas de atendimento dos usuários remotamente, e isso se dava com o celular institucional. Às vezes, isso acontecia no mesmo horário das aulas de meu sobrinho que ficava lá em casa. Era comida para fazer, casa para arrumar. Foi um verdadeiro sufoco” (PEDC2)

De acordo com o IBGE, as mulheres foram as mais atingidas pela crise econômica durante os meses iniciais da pandemia e aquelas que mais sofreram com as medidas de austeridade praticadas pelo Estado. A participação das mulheres no mercado de trabalho passou a ser a menor em 30 anos, caindo para 46,3% o número de mulheres que trabalhavam ou procuravam emprego no Brasil (King e Pereira, 2022, s/p).

Assim, durante a pandemia, no Brasil, dada ainda a experiência de conviver com um governo negacionista e de extrema direita, as mulheres não só estavam mais vulneráveis em seus lares devido uma série de fatores (violência doméstica e familiar, estupro conjugal), como, ainda, sujeitas a intensificação latente da (sobre) sobrecarga de trabalho. Com isso, diante das insuficiências do Estado, além das relações que estruturam as explorações e opressões, significa considerar que elas estavam inseridas em um verdadeiro redemoinho de precarizações.

“A pandemia nos desafiou enquanto existência humana e trabalhadora” (ASE3).

Parafraseamos Monticelli (2021, p. 85) para evidenciar que “para além das reflexões sobre a precariedade e a vulnerabilidade que cercam essas trabalhadoras, o isolamento social ainda trouxe novas formas de viver a casa, o convívio familiar, tarefas e demandas do cuidado”.

Nesse sentido, ainda de acordo com as análises de Monticelli, as desigualdades experienciadas pelas mulheres, durante o período pandêmico, não tiveram uma direção que culminasse em soluções interventivas de cunho estatal, através de políticas sociais. As mulheres seguiram com sobrecargas desde as demandas domésticas, familiares e seus vínculos no mercado de trabalho, estruturando com o que a autora chama de *modelos tradicionais de delegação*, que no Brasil se dá através da rede sociofamiliar e comunitária.

Cabe questionar, como diz Lobo (1991), métodos e categorias os quais são tratados como neutros na órbita da divisão sociossexual do trabalho em que o capital usa em prol de atender seus interesses.

Sendo o objeto de estudo aqui analisado – as (os) trabalhadoras (es) de nível superior que atuam na política de assistência social na região do Seridó do RN -, argumentamos,

conforme Arruzza (2018) que quem trabalha com serviços, segurança, burocracia estatal, ciências e tecnologias, educação, finda participando da reprodução das condições de produção, mas não da produção de valor.

Portanto, problematizar a divisão sociossexual do trabalho criticamente e em uma perspectiva totalizante é ir além do que aparentemente está exposto e buscar ir à essência que envolve e complexifica esse cenário, tentando desmistificar esses condicionantes que direcionam e fixam lugares no mundo do trabalho.

E leva-nos a concluir que a necessidade da inserção dos estudos da categoria **divisão sociossexual do trabalho**, uma vez que se apresenta como uma marca visível fruto dos resultados já identificados na pesquisa, foi essencial nessa tese. Ainda, pela relevância da construção das pesquisas que pautem sobre a naturalização da feminização de algumas profissões e áreas de atuação como pressuposta de aguçamento da intensificação da precarização do trabalho produtivo e reprodutivo.

Encerramos esse tópico evidenciando a iniciativa do mapeamento realizado nacionalmente para o desenvolvimento da Política Nacional de Cuidados no Brasil. A partir de uma proposta interministerial, instituído em março de 2023, para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (SENAEC/MMulheres).

Para além da proposição da tipificação conceitual sobre o entendimento do que é Cuidado, a referida política se propõe a evidenciar o que é denominado como “cuidados”, realizado majoritariamente pelas mulheres, como algo que precisa sair do emblemático construto histórico da naturalização voltada às mulheres. Se propõe, portanto, na implantação e implementação de políticas sociais públicas que vissem corresponder com a reprodução da força de trabalho.

Portanto, esse marco conceitual, significará, se assim for efetivada sua proposição, a possibilidade de um cenário histórico no Brasil que proporcione políticas estatais que assumam a responsabilização com o trabalho reprodutivo, uma vez que, para além da conceituação/tipificação, a iniciativa de políticas estatais que corroborem com ações que se voltem para a reprodução e manutenção dos seres sociais, poderá impactar na redução das responsabilidades que, ainda hoje, são direcionadas e colocadas como de responsabilização direta das mulheres.

Inicialmente, o desafio persiste em ter a referida política, suas raízes estruturantes assolada do entendimento histórico das implicações geradas pelas relações patriarcais de gênero e raça, etnia, sexualidade, dentre outras, de modo que se faça planejada com a realidade. É fulcral apreender as particularidades e peculiaridades da formação sócio-histórica do país, assim como as singularidades regionalizadas, para que a implementação seja em sintonia com as necessidades e vivências concretas das mulheres.

Defendemos e somos cientes que essa iniciativa é importante para o tempo presente e por corroborar com a luta feminista, porém, nossa direção de luta é além disso. Se faz num horizonte que visa uma sociedade anticapitalista, antirracista, (trans) feminista, abolicionista.

Portanto, a objetivação e a direção política e revolução a qual defendemos, ancorada na sustentação de Davis (2016, p. 226) é que:

[...] desvencilhar o trabalho doméstico do sexo [gênero] não alteraria verdadeiramente a natureza opressiva do trabalho em si. em última análise, nem as mulheres nem os homens deveriam perder horas preciosas de vida em um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo.

Assim, elucidamos que, a direção sustentada nesse estudo corrobora com uma superação do tempo que as (os) trabalhadoras (es), majoritariamente as mulheres, destinam para manutenção de uma sociabilidade em que a riqueza é produzida socialmente, mas privada em sua apropriação.

Então, enquanto não superarmos esse modo de produção, que possamos, minimamente, lutar para que o Estado assuma sua responsabilidade para com a manutenção dos seres sociais, para que, especialmente as mulheres, desfrutem de cotidianos menos precarizados.

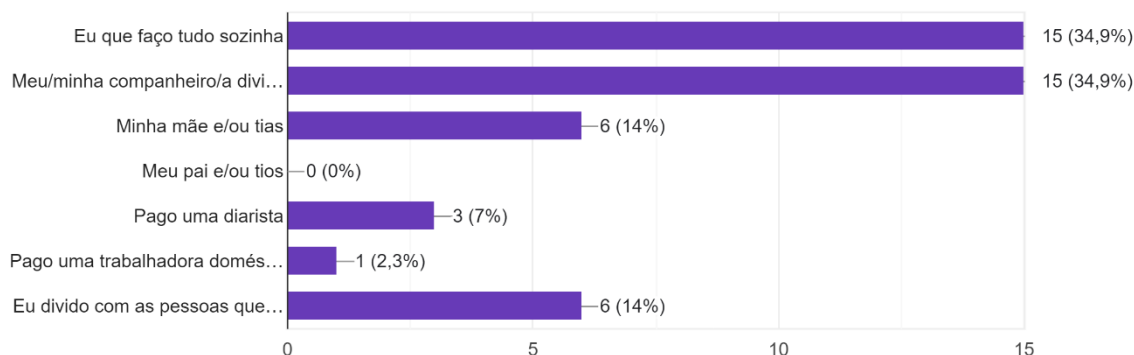
5.2 TRABALHO REPRODUTIVO E GENERIFICAÇÃO DOS CUIDADOS

Partimos da observação, conforme resultados da pesquisa empírica apresentados no gráfico abaixo, que 34,9% das (os) entrevistadas (os) realizam as tarefas domésticas sozinhas (os); na mesma proporção, ou seja, 34,9% afirmaram que divide com seus (suas) companheiros (as).

Gráfico 29: Responsabilização com o trabalho doméstico

13 Quem se responsabiliza pelas atividades domésticas:

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Segundo o Relatório da Oxfam Brasil (2020), intitulado de “*Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*”, ao investigar sobre a estrutura da cadeia global dos cuidados, identificou que, estima-se que “mulheres e meninas de todo o mundo dedicam 2,5 bilhões de horas todos os dias a este tipo de trabalho, gerando uma contribuição de pelo menos 10,8 trilhões de dólares por ano global”.

Esse dado nos motiva a reflexão de que, sendo a composição desse conjunto de trabalhadoras (es), alvo da pesquisa, maciçamente composto por mulheres, uma vez que 86% se autodeclaram com identificação feminina, significa que são elas as principais responsáveis por esse trabalho.

Quando não são as próprias trabalhadoras, há a delegação para que outras mulheres, da rede familiar ou através do trabalho doméstico remunerado⁶³, quem executa essas atribuições reprodutivas.

De acordo com Hirata (2016, s.p), ao analisar o trabalho reprodutivo a partir da realidade no Brasil e na França:

[...] a mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças. Por exemplo: mulheres executivas e com postos de responsabilidade só podem trabalhar se outras mulheres, desprovidas de recursos e necessitando trabalhar para sustentar a família, assegurarem essas tarefas. O primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro. A família é uma outra fonte de auxílio às mulheres que estão no mercado de trabalho: avós, irmãs, tias, vizinhas, são um recurso importante sobretudo no Brasil, mas o apoio das

⁶³ Sobre o trabalho doméstico remunerado, a partir dos achados da pesquisa de Alves (2021, p. 181), e mesmo não sendo o nosso foco de análises, porém, importante apontar o que a autora traz, pois “O Brasil, que é o maior empregador de trabalhadoras (es) domésticas (os) do mundo, com 6,24 milhões de mulheres empregadas no setor, a força de trabalho é 93% feminina, e, ainda, destaca-se a elevada probabilidade de a trabalhadora doméstica ser ‘negra’, uma vez que 21,7% de todas as mulheres negras empregadas no país são trabalhadoras domésticas”.

avós, por exemplo, na França, é um fator significativo para a manutenção das mulheres com filhos pequenos no trabalho profissional.

Isso fica mais expressivo quando identificamos que 14% das (os) entrevistadas (os) responderam, conforme exposto no gráfico acima, que a responsabilização do trabalho doméstico (não remunerado) é realizado por mulheres mães e/ou tias, contra 0% dessa delegação para homens da família (pai, tios, etc.); ou seja, são as mulheres que compõem a *rede estrutural de cuidados domésticos* na realidade das entrevistadas (os) desse estudo.

Segundo Amâncio *et al.* (2022), a reprodução social, portanto, marca os processos capitalistas contínuos de expropriação (desde a acumulação primitiva de capital até os direitos sociais), de uma divisão social permeada por relações hierárquicas, que encontram no sexismo, no racismo e demais formas de opressão; a permanente produção de desigualdades e pobreza que garantam estoques de força de trabalho vulnerabilizada.

Partimos da compreensão, a partir das elaborações e análises de Marx, que o capitalismo é uma totalidade que advém do entendimento de que suas partes se constituem concomitantemente, portanto, é um complexo variável e contraditório. Dizemos isso para sustentar que o referido modo de produção “não pode ser definido como um segmento específico e hermético da vida em sociedade que diz respeito a uma esfera/espço/ambiente (econômico) que não se comunica com outras dimensões” (Azevedo, 2022, p. 13).

Pensar e tratar sobre o trabalho reprodutivo é considerar que ele carrega evidências marcadas pelas relações (desiguais) de gênero, raça, classe e outros aspectos que cimentam os determinantes sociais.

Por trabalho reprodutivo, ratificamos que entendemos como sendo aquele

[...] compreendido como as esferas do cuidado, a sustentação emocional cobrada às mulheres, as atividades domésticas, a procriação e a criação –, o qual não é remunerado, [e que] tornou-se parte do cotidiano das mulheres como sendo uma atribuição naturalizada socialmente e como estratégia direta do capital e, por isso é visto como não trabalho, sendo tratado como “função social das mulheres”, portanto, sem valorização (Medeiros, 2023, p. 206).

Sobre isso, analisa Vogel (2022 [1983], p. 77) ao tratar sobre a família da classe trabalhadora e reprodução geracional da força de trabalho na fase do capitalismo industrial, tomando por base as análises d’O Capital. A autora reafirma o papel do Estado na “*divisão generificada*” do trabalho, uma vez que serviços em minas, dentre outros espaços e modos de ser, eram negados às mulheres, sob legislação da época.

A orientação familista e maternalista dos serviços, antes de uma orientação ideológica, um reforço a papéis sociais naturalizadas, repousa em um interesse material: a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução privada em mecanismo de ação do Estado (Ferreira, 2020, p. 28).

Considerando como o capitalismo se apropriou (e se apropria) das bases patriarcais, sexistas e racializadas para cimentar as opressões de gênero, raça e classe, de modo a delegar a destinação em que as (os) trabalhadoras (es) devam assumir, mediados por essas construções (desiguais) sociais marcadas por opressões e dominações, percebemos como as instituições sociais são colocadas a serviço do capital.

Dessa forma, corroboramos com Ferguson e McNally (2022, p. 79) que “assim como a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho também requer uma explicação social crítica” que se faça no entendimento de como essas relações estruturantes são úteis para a exploração e a precarização da vida social a partir da apropriação do capital.

Pensando que, segundo Marx (2017) essa mercadoria especial – força de trabalho – é mortal, interessa-nos **refletir sobre como o trabalho reprodutivo é fulcral para o capitalismo**, quando apreendemos a necessidade de renovação da força de trabalho, seja através da vitalidade cotidiana enquanto processo fisiológico e biológico, seja através da renovação dos seres humanos através da procriação e, conseqüentemente, a criação e manutenção desses trabalhadores.

Essa manutenção é aqui sustentada desde o atendimento das necessidades fisiológicas (comer, beber), habitáveis (vestimentas, moradia) e mentais (bem estar emocional). É delegado às mulheres a atribuição dessas habilidades, tidas como cuidado para com o outro, e necessidade da sociabilidade do capital. Assim, são colocadas para as mulheres a responsabilização de zelar pela *mercadoria especial*.

Dessa forma, a sustentação teórica que buscamos sintetizar nesse capítulo, e proveniente dos resultados empíricos aqui elucidados, é justamente para fortalecer as pesquisas que mostram as opressões que nós mulheres estamos imersas dada a destinação de exercer um trabalho, que é socialmente necessário, e que não é tido como trabalho.

Anterior ao Modo de Produção Capitalista (MPC), o sistema patriarcal⁶⁴ já prevalecia e designava o elo dominação – exploração marcado pela condução da soberania masculina, em que o lar a principal esfera de maturação dessas relações. Concordamos com Cisne (2014, p.

⁶⁴ Ao analisar o patriarcado, o capitalismo e o racismo, defendemos aqui nesse estudo a não utilização da categoria “capitalismo patriarcal”, uma vez que, dada as determinações históricas e materiais, compreendemos que, ao utiliza-la dessa forma, é corresponder ao entendimento implícito de que houve um capitalismo que não fosse patriarcal, o que não é sustentado pela discussão crítica.

Em função disso, usamos *patriarcado capitalista*, justamente por analisar que a inversão da análise categórica tem uma inflexão temporal crítico-dialética, quando apreendemos os impactos na vida das mulheres e nas determinações sexistas que afetam e enervam o mundo do trabalho.

73) quando argumenta que “[...] o patriarcado permanece como uma base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres”.

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado se consolidou nas sociedades a.C – mais especificamente em 600 anos a.C⁶⁵ -. É na Família monogâmica (cis) heteronormativa⁶⁶, enquanto uma das instituições disseminadoras deste sistema de submissão, que ele encontrou as engrenagens para se manter ao longo da história, atravessando tempos e sociedades, mantendo sua essência, qual seja, a naturalização e legitimação da dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Então, argumenta Cisne (2014, p. 81) que “a família, portanto, é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e opressão sobre as mulheres”.

A partir disso, várias pesquisas, manifestadas tanto no âmbito da academia como nas bases dos movimentos sociais, começaram a evidenciar as relações desiguais que as mulheres, essencialmente, vivenciavam em seus cotidianos, uma vez que a naturalização da responsabilização com a esfera reprodutiva não era questionada, até então, e nem colocada sob o prisma da apreensão das relações que estruturam o capital.

Consideramos e partimos do princípio teórico-histórico e categorial que analisar as opressões que circunscrevem e demarcam o campo do trabalho reprodutivo exige que façamos o exercício de amadurecimento das imbricações que perpassam a sociabilidade capitalista, entendendo como a esfera dos cuidados, da procriação, criação e domesticização se voltam para uma concepção generificada da reprodução humana. Sobre isso, concordamos com Ávila (2009) quando aponta que é com o surgimento das relações de produção capitalistas, que ocorre a cisão entre o espaço-tempo da produção e o espaço-tempo da reprodução.

Portanto, historicamente, de acordo com Alves (2021), entre as décadas de 1960 e 1980⁶⁷ foi que a pauta do trabalho reprodutivo, particularmente o trabalho realizado na esfera doméstica, começou a aflorar como debate das feministas de diversas regiões do mundo. A centralidade dos estudos se voltava para compreender (e denunciar) os fundamentos das

⁶⁵ Não nos interessa aqui assumir a crítica, ou não, acerca do caráter trans histórico que se volta acerca desse sistema de dominação, mas ratificar que ele tem uma funcionalidade crucial para as bases de edificação dos interesses do capital quando vemos as relações de trabalho sob o prisma das desigualdades sociais de gênero e raça/etnia.

⁶⁶ “A heteronormatividade desenvolveu-se como uma forma de regulação sexual ligada à alienação e à expropriação, que reforçam uma organização específica da reprodução social de um momento particular do desenvolvimento do capitalismo. Esse processo não foi estático e se transformou com a reestruturação das relações de reprodução social” (Sears, 2023, p. 290).

⁶⁷ “Foi nesse intento que a argentina Isabel Larguía estabeleceu uma distinção entre trabalho visível e trabalho invisível, a fim de enfatizar a omissão histórica do trabalho gratuito exercido por mulheres, na medida em que estas foram separadas do mundo do mais-valor” (Alves, 2021, p. 113).

relações de trabalho que sujeitavam às mulheres a destinação dessa realização, tida como marginal e sem relevância na obtenção do mais valor.

Esse processo tem uma relação intrínseca com a crescente entrada das mulheres no mundo do trabalho remunerado extra lar, como apresenta Abramo e Valenzuela (2016), que, inicialmente, foi visto sob um enfoque unilateral do acesso a uma remuneração monetária que poderia implicar numa relativa autonomia financeira das mulheres.

Como parte constitutiva da reprodução social, esses estudos começaram a adensar uma compreensão de que **o trabalho doméstico não remunerado é essencial para manutenção diária da força de trabalho**⁶⁸ e, conseqüentemente, para a estruturação do capital. Ou seja, como aponta Ferraz e Souza (2023, p. 06) “O trabalho reprodutivo assim realizado é um trabalho gratuito para a classe trabalhadora que reproduz sua servidão à classe capitalista”.

Porém, rapidamente foi sendo perceptível, por parte dos estudos feministas, especialmente na França, que tal inserção não se deu desvincilhada da sombra das atribuições ligada aos cuidados reprodutivos, e nem esses deixaram de ser responsabilidade das mulheres.

Uma das teses desenvolvidas nessa época, e da qual concordamos, foi a da feminista materialista Guillaumin sobre a apropriação das mulheres. A partir das análises desenvolvidas por Falquet (2016, p. 38-39) sobre a referida tese, tem-se que “as relações de apropriação se caracterizam, entre outros aspectos, pela ausência de mensuração do trabalho, fornecido sob a forma de uma infinidade de serviços diversos”. E continua explicando o que Guillaumin conceituou como sendo os tipos dessa apropriação: “a apropriação do tempo, a dos produtos do corpo, a coesão sexual e, por fim, a carga física dos membros do grupo familiar (incluindo os membros considerados válidos masculinos do grupo)”.

Portanto, corroboramos com Ferguson e McNally (2022 [1983]) quando apontam a necessidade de partimos para compreensão das estruturas que solidificam os sistemas opressivos que as mulheres vivenciam em seus cotidianos, de modo a considerar que isso se faz num solo capitalista em que o caráter mercantil é a premissa para enraizamento de suas relações, as quais têm na geração do valor uma condição direta e indireta; e no patriarcado e racismo um processo de intensificação dessa opressão.

As falas que filtramos a partir dos resultados empíricos, coletados via entrevistas, comprovam e mostram, de forma mais nítida, como se dá essa responsabilização do trabalho

⁶⁸ É válido que os estudos apontados por Marx, especialmente n’O Capital, já apontavam a constatação da importância do trabalho reprodutivo para solidez do capitalismo, como ainda, a centralidade das categorias marxianas para pensarmos o espaço reprodutivo.

doméstico, desde a delegação até a execução pela própria trabalhadora, ratificando que, majoritariamente, a rede de cuidados, principalmente com as crianças, são responsabilidade das mulheres, seja a própria trabalhadora ou alguém da rede familiar, sendo a mãe a mais solicitada.

“Lá em casa, meu esposo e eu, tentamos dividir as atribuições domésticas, mas fico sempre com a maior carga, tanto com a criança, como as tarefas da escola, até cozinhar e passar roupa. Ele se volta mais a parte da limpeza” (ASS3).

Isso comprova o que evidenciamos acima, uma vez que a (sobre) sobrecarga das mulheres, no espaço intrafamiliar, finda sendo maior quando analisamos a responsabilização com as tarefas domésticas.

Paralelo a isso, segundo estatísticas do IBGE (2019), acerca da destinação de tempo empregado na realização do trabalho reprodutivo, foi estimado que as mulheres⁶⁹ trabalhadoras, no Brasil, destinam cerca de 73% mais horas do que os homens para realização do trabalho de cuidados e afazeres domésticos, que se dá diariamente.

Sobre isso, Bernardo (2024, p. 35) traz que:

o familismo, na cena contemporânea, não se revela apenas como propensão, mas como fundamento das políticas sociais no Estado capitalista, constituindo uma complexa relação entre Estado e família na **delegação** das obrigações sociais que transitam por três níveis: **transferência** (delegação de responsabilidades), **compartilhamento** (ações pontuais) e **omissão** (ausência total de ações). Tais variantes se sobrepõem e se metamorfoseiam nos discursos e práticas, convertendo-se em manobras operadas pelo Estado na gestão das políticas.

“Minha sorte é minha mãe e meu pai. Eu fico três dias fora de casa para trabalhar [atividade remunerada] e as crianças ficam sob os cuidados integral deles dois durante esse tempo da minha ausência. Eles já são idosos e sobrecarrega bastante, pois, além dos afazeres de casa, tem a dinâmica dos meus filhos (escola, tarefas, terapias)” (ASE3).

A fala da trabalhadora expõe a implicação que o trabalho reprodutivo traz para as famílias quando as mulheres precisam se inserirem em atividades remuneradas. Ou seja, a sobrecarga passa a ser dividida com as pessoas da rede familiar mais próximas, como mães, irmãs.

“Conto com minha mãe, pois como trabalho o dia todo, ela quem fica com minha filha. Como a cidade é pequena, acaba sendo tudo perto e, qualquer necessidade, eu consigo chegar rapidamente” (ASS1).

⁶⁹ Ao utilizar a categoria *Mulheres*, a qual é defendida aqui em sua pluralidade, estamos reconhecendo as construções sociais sob o prisma da diversidade humana social, de modo que possamos romper com a visão cisgênero e binarista das análises em torno do trabalho reprodutivo e da divisão sociosexual e racial do trabalho.

Fica evidente como as relações patriarcais de gênero se expressam quando vemos as particularidades que estruturam a manutenção do espaço doméstico e de cuidados, sendo as mulheres as que mais sentem a sobrecarga e exigência desse trabalho não remunerado.

Além disso, a extensão dos cuidados, mesmo quando este não está sob o comando direto das entrevistadas, pois, principalmente no caso da ASE3 e ASS1, mesmo quando elas estão na esfera do trabalho remunerado, há uma atenção voltada ao gerenciamento desse cuidado, mantendo-as, indiretamente, ligada aos cuidados reprodutivos.

Isso fica ainda mais evidente quando observamos que até 2001 não havia a mensuração estatística do tempo de uso na realização de atividades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres pela PNAD e IBGE (Pinheiro, 2016), ficando constatado como as atribuições do lar são tidas sob o escopo da naturalização de sua realização pelas mulheres.

Sobre isso, argumenta Medeiros (2023, p. 222) que “é notório o processo expropriador na vida das mulheres, entendido como uma violência originária e intensificada nos crivos capitalistas, quando a essas [nós] o trabalho doméstico não remunerado é uma condição natural do seu processo de vida”.

Diante da relevância de apreender a mensuração do tempo disponibilizado para o trabalho reprodutivo, indagamos quantas horas diárias as (os) trabalhadoras (es) que atuam na assistência social da região do Seridó do RN destinam para realização das atribuições pertinentes ao referido trabalho. Considerando, ainda, que não há indissociabilidade na execução do trabalho remunerado e o reprodutivo, uma vez que “as mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do tempo social nesse sistema” (Ávila e Ferreira, 2014, p. 39).

“Eu gasto de 04 (quatro) a 06 (seis) horas diariamente para realização de tarefas domésticas, principalmente ao fim de semana, pois é quando estou em casa e tenho que dar conta do que durante a semana não consigo” (PE3)

“Na semana é uma média de 03 (três) horas, mas no final de semana é mais de 07 (sete) horas, pois é quando vou fazer faxina, lavar roupa, organizar o que na semana não consigo fazer. E como cuido da minha mãe, acabo conciliando os afazeres domésticos com esse cuidado, que não deixa de sobrecarregar, pois tem alimentação mais específica, administração de medicamentos, e outras coisas” (PEDS3).

Diante da descrição feita pelas trabalhadoras PE3 e PEDS3, em relação a *utilização do tempo*, vemos que, diariamente, é destinado um tempo para a realização do trabalho de cuidados, salientando que isso acontece no turno da noite, após a realização das atividades

remuneradas, o que já mostra o cansaço como parte constitutiva do cotidiano de vida dessas trabalhadoras. Quando comparado ao sábado e domingo, observamos que isso se intensifica, uma vez que a carga horária destinada à realização do trabalho doméstico, principalmente, é mais que o dobro. E vale destacar que a esfera reprodutiva se encontra conciliada com o doméstico, como é o caso de PEDS3.

A conformação do tempo da reprodução, das tarefas e do valor social atribuído a cada uma delas será determinado pela reorganização das relações de produção. As necessidades de reprodução da força de trabalho são particularizadas pelas transformações no campo das relações sociais de classe, raça e sexo e reproduzidas pela mediação de processos materiais e ideológicos (Ferreira, 2020, p. 153).

A (sobre) sobrecarga que as mulheres sofrem devido a obrigatoriedade imposta e naturalizada socialmente para realização do trabalho doméstico faz com que o *tempo livre* seja algo cada vez mais distante do cotidiano delas [nosso]. Ferraz e Souza (2023, p. 08) ao analisar os dados da PNAD Contínua de 2019 e 2018, apontam que **as mulheres despendem em média o dobro de tempo em relação aos homens na realização das atividades ligadas ao âmbito doméstico**, independentemente de estarem ou não inseridas em trabalhos remunerados extra lar. E acrescentam:

As mulheres que não possuem trabalho remunerado fora do lar despendem em média 23,8 horas semanais em ‘afazeres domésticos’, enquanto os ‘homens não ocupados’ despendem em média 12 horas semanais. Entre as mulheres e homens que possuem trabalho remunerado fora do lar, a diferença se mantém alta, sendo que as mulheres despendem em média 18,5 horas semanais e os homens 10,3 horas semanais.

A fala de *PE3* expressa isso nitidamente, uma vez que, estando a trabalhadora em dias “úteis⁷⁰” cumprindo sua jornada de trabalho nas atividades remuneradas, ela utiliza das horas dos dias denominado de descanso (sábado e domingo) – que não estejam diretamente vinculadas no desenvolvimento das atividades remuneradas - para realização das tarefas domésticas.

Vale salientar que a entrevistada da segunda fala, *PEDS3*, também é responsável pelos cuidados reprodutivos com sua mãe (mulher idosa), o que evidencia que nós mulheres estamos inseridas na *esteira da responsabilização dos cuidados reprodutivos* de seres humanos desde o período gestacional até a fase do envelhecimento.

⁷⁰ As aspas são empregadas, aqui, por entender a crítica que a sociabilidade capitalista se utiliza para designar como úteis os dias em a classe trabalhadora se dedica a realização das atividades remuneradas. Quando não estão fora disso, são designados como “dias de descanso”, que para as mulheres não se evidencia, haja vista ser para execução do trabalho doméstico não remunerado.

Dessa forma, sustentamos que, com base em Bernardo (2024, p. 22) “o cuidado é concebido não somente na sua dimensão individual, mas a partir das determinações macrosociedadeiras para sua produção, tanto no universo das famílias, quanto nas políticas sociais”.

Sobre o trabalho doméstico, Gama (2014, p. 43), então, define como sendo “um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família ou domicílio. [portanto], é um trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”.

Sustentamos, aqui, que as relações sociais (desiguais) de gênero, são fulcrais para explicar a forma como o tempo disponível é distribuído, especialmente, no espaço intrafamiliar e, portanto, a forma como afeta a divisão do trabalho domiciliar.

Dessa forma, entendemos que o espaço doméstico é dotado de uma organização que não se faz aleatoriamente, nem de forma naturalizada entre os sujeitos sociais que o ocupa. Defendemos que as relações que conduzem essa organização (desigual) se ampara no patriarcado, na educação sexista da divisão sexual das tarefas de cuidado e das questões racializadas. O capital, por sua vez, se apropria desse esquema e utiliza-o como base dessa exploração, opressão e precarização.

Sustentamos essas argumentações a partir do que aponta Hirata (2010), ao considerar que os cuidados que são realizados pelas famílias também são definidos como uma consequência da organização do trabalho na sociabilidade guiada pelas relações capitalistas, que dissocia a produção da reprodução e deprecia o trabalho reprodutivo a uma atividade natural, portanto, sem valor e a ser realizado pelas mulheres.

Tal afirmativa fica ainda mais clara quando analisamos os indicadores que foram resultado dos estudos do IPEA (2023), como detalhado abaixo, pois, ao corroborar com a intensificação da precarização do trabalho e, conseqüentemente, das nossas vidas, a que nós mulheres estamos submetidas, dado o dispêndio de tempo necessário diário e semanalmente para o trabalho reprodutivo/doméstico, finda impactando no tempo livre.

De acordo com os estudos da pesquisa do IPEA (2023), intitulada de “*Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil*”, de setembro de 2023,⁷¹, as mulheres, quando há necessidade de se dedicar aos cuidados de pessoas idosas, dedicam cerca de 3,5 horas a mais por semana.

⁷¹ Essa divulgação se deu a partir dos resultados da coleta do IPEA em 2019.

Portanto, esse dado corrobora com a passagem que a entrevistada PEDS3 apresenta (na fala destacada anteriormente) quando detalha que, diariamente, destina uma média de 03 (três) horas para os cuidados domésticos e reprodutivos com sua genitora (idosa). Implica concluir, então, que a (sobre) sobrecarga que as mulheres possuem no tocante a responsabilização imposta para o trabalho reprodutivo gera uma demasiada rotina de cansaço, ausência de tempo para descanso; o que infere no aguçamento das condições de adoecimentos (como tratamos no capítulo anterior).

Souza (et al., 2021, p. 32), ao analisar sobre as vivências de cuidadoras que pertencem ao grupo familiar de pessoas idosas que necessitam de cuidados, constata que: “O tempo dispensado para o cuidado com o idoso, somado à falta de espaço para realizar as atividades de cunho pessoal sobrecarrega o cuidador [familiar], pois existe uma relação clara entre maior dependência do idoso, tempo despendido para o cuidado direto e menor tempo para si”.

Aliado a isso, indagamos sobre a prevalência, ou não, de **tempo livre** por parte das (os) trabalhadoras (es) que atuam na assistência social da região do Seridó. E as respostas coadunaram com nosso pressuposto: *As profissionais que atuam no SUAS na região do Seridó tem uma (sobre) sobrecarga de trabalho que finda por impactar na precarização de vida advinda das relações de trabalho, em função da realização das atividades remuneradas e a responsabilização com o trabalho reprodutivo não remunerado.*

A fala abaixo, seguida das nossas observações, ratificam o pressuposto levantado na fase de construção desse estudo.

“Não sobra tempo. Parece que a vida da mulher se limita a casa, filhos.” (ASS3)

A ideia de limitação do tempo das mulheres se mostra real ao observar a passagem da trabalhadora em destaque. O produtivo e o reprodutivo – entendidos aqui como uma jornada de trabalho imbricada e indissociável - aparecem como sendo, historicamente, reflexo das construções patriarcais de gênero, dada a naturalização do “lugar social” que as mulheres ocupam no mundo do trabalho.

*“Limita muito minha vida a questão dos cuidados com minha mãe, neto e as atividades domésticas. **Eu não tenho vida social.** Como vivo **cansada** devido os dois vínculos e as tarefas de casa, acaba **não sobrando tempo** para outra coisa que não seja dormir”* (PEDS3).

A ideia de ter acesso ao lazer é algo que parece distante da vida das mulheres que assumem uma rotina de atividades remuneradas e trabalho reprodutivo não remunerado, como mais da metade das trabalhadoras entrevistadas. Diante de uma jornada de trabalho precarizada e sem tempo livre, percebemos, a partir da fala da entrevistada, as nuances de como isso é

concreto. A partir das análises de Ferreira (2020, p. 237) identificamos como essa usurpação do tempo das mulheres é uma estratégia de captura do Estado.

Compreendemos o tempo social capturado pelo Estado para a organização dos serviços e assim reproduzidas pelo Estado, que no cotidiano aparece como “disponibilidade”, é subtraído da vida das mulheres e, desta maneira, retira-lhes a possibilidade de dispor deste tempo para outras dimensões da vida social: trabalho remunerado, lazer, qualificação.

É essencialmente estratégico ao Estado ter a realização do trabalho reprodutivo atendido e sem qualquer dispêndio gerencial e orçamentário por parte desse, uma vez que, a partir dos ditames da naturalização sexista impetrada na designação do atendimento das necessidades humanas sob um trabalho não remunerado e com a execução incumbida às mulheres, assiste-se, historicamente, uma invisibilidade de políticas sociais que atendam a essas necessidades tratadas aqui.

“Sim, limita muito o tempo livre, principalmente para quem tem filhos, pois a rotina começa ainda na madrugada para organizar lanche de escola, almoço etc. E dormimos mais tarde que os demais da casa” (ASE3)

A fala da trabalhadora evidencia que quando analisadas a jornada de trabalho e *o tempo livre da mulher/mãe* percebemos uma implicação ainda maior, uma vez que as responsabilizações passam não “só” do âmbito do doméstico, que continuam sendo feitas por elas, mas para dimensão reprodutiva, significando que não há indissociabilidade entre as esferas do trabalho remunerado e as relações do cuidado. Ou seja, elas não se dissociam, mas se sobrepõem e afeta consideravelmente a compreensão de tempo livre e jornada de trabalho das mulheres, pois elas acabam não tendo tempo destinado para participação política⁷², por exemplo, o que mostra como as estratégias do modo de produção capitalista, do patriarcado e racismo são fulcrais para sustentação desse modelo de sociedade vigente.

Dessa forma, segundo Bernardo (2024, p. 26) “a desvalorização do trabalho reprodutivo pesa na vida dessas mulheres, e, longe de serem consideradas improdutivas, permanecem no desgaste de sua força de trabalho nas rotinas do trabalho doméstico e de cuidados”. Pois, sendo das mulheres as incumbidas pela sustentação reprodutiva, elas continuam se responsabilizando pela manutenção da força de trabalho e livrando o Estado de elaboração e custos com políticas públicas que atendam às necessidades humanas.

Corroboramos com Nogueira (2011, p. 175), quando argumenta que “o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista a

⁷² “Na Bolívia, por exemplo, 42% das mulheres afirmam que o trabalho de cuidado constitui o maior obstáculo à sua participação na política” (Oxfam, 2020, p. 13).

segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho e, dessa maneira, garante também a reprodução e a manutenção da própria lógica do capital”, portanto, são, majoritariamente, as mulheres quem sustentam a manutenção do capitalismo, seja através do processo de gerar os seres humanos, seja na reprodução diária da existência desses, os quais são designados como trabalhadores portadores da força de trabalho.

Assim sendo, cabe analisar: *como pensar o papel desempenhado pelas (os) trabalhadoras (es) do SUAS da região do Seridó do RN no processo do trabalho reprodutivo, de modo a apreender as determinações que perpassam o espaço que não é considerado para a produção direta do mais-valor e como estratégia, em igual situação, para o atendimento das responsabilidades de manutenção desses trabalhadores?*

O capital, ao apreender a própria determinação do salário, toma por base as necessidades que o trabalhador precisa para manter-se vivo e renovado diariamente para empregar o dispêndio de seu trabalho, físico e mental no processo produtivo, como analisou Marx (2017). No entanto, esse processo que se dá para o atendimento dessas necessidades - fisiológicas, materiais, mentais e sociais - não se dão sem que uma parcela, também de seres humanos, o execute.

E é para que esta força de trabalho se reproduza eficazmente que se estabelece uma aparente ruptura na continuidade entre trabalho produtivo e reprodutivo, em que este último se torna invisível e marginal, sendo fornecido gratuitamente por mulheres na esfera doméstica, sem, portanto, onerar de maneira nenhuma o capital. Assim, o trabalho reprodutivo impõe-se como essencial dentro da lógica capitalista, mas, materialmente, é realizado de modo marginal, invisível e gratuito (Alves, 2021, p. 109)

Ou seja, para que esses trabalhadores retornem e exerçam sua função remunerada, há um trabalho – historicamente invisibilizado – sendo realizado, majoritariamente, por mulheres.

A fala a seguir constata, expressivamente, como essa relação de realizar a manutenção da força de trabalho é estratégica para o estabelecimento dos interesses do capitalismo e do Estado moderno (de modo particular ao nosso estudo).

“Quando penso o trabalho que executo dentro do lar, e também fora dele, fico refletindo como isso é estratégico para o capitalismo e para o Estado. Eu coloco todo o meu tempo à disposição do cuidado de outras pessoas que, um dia, estarão vendendo sua força de trabalho, assim como hoje eu vendo a minha. É um verdadeiro círculo vicioso. Quando não estou atuando via Estado, que precariza minha condição de trabalhadora, estou em casa trabalhando sem receber nada, e, ainda, auxiliando com o neoliberalismo. Nós mulheres somos fundamentais para a sustentação dessa sociedade, mas, na mesma proporção, somos as mais precarizadas e exploradas” (ASE3).

Assim, as circunstâncias em que o trabalho reprodutivo é exercido e condicionando a sua realização pelas mulheres, pauta-se como central dentro do movimento feminista marxista, de modo a considerar a necessidade de compreendermos que as opressões não se fazem [somente] através das desigualdades de classes, mas, também, a partir das desigualdades de gênero, raça, sexualidade, etc., considerando que a esfera produtiva, por si, não consubstancia o entendimento acerca das explorações e opressões em sua totalidade.

Cisne (2014, p. 73) é categórica ao considerar que, “segundo a tradição marxista, com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante”. Elucidamos, então, que, dada a condição de intensificação das relações desiguais e coisificadas no capitalismo contemporâneo, aguçado pela ideologia neoliberal, a opressão sobre às mulheres tendem a ser intensificadas.

Isso é comprovado com os indicadores extraídos do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), uma vez que, segundo o referido documento, em 2022, as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas por semana às atividades de afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, enquanto os homens destinavam apenas 11,7 horas semanais.

Ratificamos a passagem acima ao parafrasear Ferreira (2020, p. 127): “Para a tradição teórica materialista, a ‘produção social de bens’ e a ‘produção social de seres humanos’, são processos sociais que coexistem em toda formação social e mutuamente determinadas”.

Daí, incorre refletir a centralidade do trabalho reprodutivo como premissa da existência humana, uma vez que, para além da condição de adequação que o capital faz para obtenção dos seus interesses, ele é essencial para reprodução dos seres humanos. É importante, então, compreendermos como se molda as estruturas que corroboram para formação dessa *mercadoria especial* para o capitalismo.

Sobre isso, apreendemos que, sendo *o lar o palco das opressões e da culminância da execução roteirista do trabalho reprodutivo*, mas não sendo “somente” nele que as opressões se estabelecem, uma vez que a extensão dos cuidados se dá em hospitais, escolas, espaços de lazer, dentre outros, ou, nas esferas sociais que exigem a continuidade desses cuidados, analisamos como a extensão desses cuidados se realizam de modo permanente na vida, principalmente, das mulheres.

“O trabalho reprodutivo não cessa na casa. Se a gente parar para refletir: quem está nos hospitais acompanhando os entes adoecidos? Quem participa e é chamado na escola para reuniões ou reclamações das crianças? Nós mulheres!” (PE3)

Essa extensão da responsabilização com o cuidado é problematizada por Renk, Buziquia e Bordini (2020, p. 420) como uma “ética do cuidado”, uma vez que, sob as

influências patriarcais, as atribuições dos cuidados se voltam, majoritariamente às mulheres, evidenciando que “a responsabilidade moral e obrigação do cuidado assumido pelas mulheres têm gerado nelas um compromisso ético”, o qual se impõe tanto sob as bases sexistas, como geracionais.

“Quando meus filhos eram pequenos que eu ia para o acompanhamento de Crescimento e Desenvolvimento ‘no postinho’, eu sempre comentava com a enfermeira que nunca via um pai ali naquele momento. É tão naturalizado que devemos ser nós, [mulheres] mães, quem devemos ir que a enfermeira sempre argumentava que os pais não teriam a paciência e atenção que nós temos. E eu sempre discordava” (ASE3).

Essa extensão do trabalho reprodutivo para todos os espaços, marcado por um chamado à responsabilização histórica das mulheres, coloca-nos diante da evidência das constatações teórico-conceituais aqui apreendidas, corroborando, assim, para o que as autoras acima citadas traduzem como sendo “**a feminização da gestão do cuidado** e do envelhecimento [pois] a família instituiu o trabalho não assalariado realizado por mulheres dentro de casa, estabelecendo uma divisão desigual do trabalho que garante a reprodução da força de trabalho necessária à reprodução da sociedade capitalista” (idem, 2020, p. 420-421).

Consideramos ainda que há uma *extensividade do trabalho reprodutivo* para além do âmbito doméstico – por isso que ele é tido como além das determinações das atribuições que permeiam o gerenciamento do lar -, dado o condicionamento de serem as mulheres quem assumem as linhas de cuidado da classe trabalhadora.

Quando analisamos o cenário da pandemia de Covid-19, de acordo com as estatísticas do IBGE (2020), em 2019, no Brasil, as mulheres dedicaram cerca de 21,4 horas semanais para realização do trabalho reprodutivo não remunerado, enquanto os homens gastavam, em média, onze horas semanais. Contudo, com a eclosão do cenário pandêmico em 2020, e, conseqüentemente, o fechamento (temporário) de escolas, restaurantes e serviços governamentais que auxiliam, via políticas sociais, na reprodução social desses cuidados, as implicações para o atendimento do trabalho reprodutivo, que se deu essencialmente no espaço doméstico, dada as medidas de isolamento e distanciamento social, gerou um aumento na carga de trabalho das mulheres.

Analogicamente a isso, com a prevalência do trabalho na modalidade remoto como alternativa de sobrevivência, as mulheres tiveram que conciliar no espaço do lar o trabalho produtivo e reprodutivo, de modo que esses não se separaram no instante da realização de um ou de outro, pelo contrário, houve uma interposição. Mesmo sob o contexto de semelhança

virótica, não houve uma divisão das responsabilidades reprodutivas nesse período, como destaca Fares (2021).

De acordo com Bianconi et al. (2020), as mulheres negras foram as que mais destinaram seu tempo na dedicação de cuidados de outras pessoas durante a pandemia. Acerca da condição de inserção no trabalho assalariado, ressalta que 58% das desempregadas no referido período eram mulheres negras e, por último, que 60% das mulheres negras entrevistadas em seu estudo, afirmaram cuidar de crianças que não são suas filhas. Ou seja, parafraseamos Gonzalez (1984) quando ratifica que o racismo e o sexismo são traços vitais na cultura brasileira.

Elucidamos, com base na pesquisa do IPEA (2023) “*Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil*”, citada anteriormente nesse capítulo, que: *as mulheres têm um dispêndio de 11 (onze) horas semanais na realização do trabalho reprodutivo* (aqui entendido, com base na direção metodológica e categorial da pesquisa, como o trabalho doméstico e os cuidados não remunerado).

E continua, a partir da avaliação de outros indicadores que: *o impacto das crianças pequenas nas jornadas reprodutivas das mulheres chega a ser o dobro quando comparado a jornada dos homens*, porém, isso diminui à medida que as crianças crescem, mas não deixa de impactar na (sobre) sobrecarga das mulheres.

Por outro lado, a presença de filhos adolescentes (15 a 18 anos de idade) alivia a carga de trabalho dos pais (homens). Assim, percebemos que **existe uma inclinação das determinações sociais de gênero**: filhos de ambos os sexos reduzem o tempo gasto pelos pais (homens), porém, apenas as **filhas** adolescentes, portanto, outras mulheres, contribuem para a redução das responsabilidades reprodutivas das mães. Ou seja, a reprodução do cuidado geracional (mãe-filhas) é sinalizado como, além de uma transferência desse tipo de trabalho reprodutivo não remunerado de mulher para mulher, ainda, como evidência da historicização da divisão sexual intrafamiliar em relação a responsabilização dos cuidados. Ao passo que o crescimento dos (as) filhos (as) reduzem o tempo despendido para os homens, para as mulheres, isso só se concretiza ao passo que outras mulheres passam a se responsabilizar pelos afazeres domésticos e dos cuidados.

A pesquisa acima analisou vários outros aspectos que se voltam às responsabilizações do cuidado (geracional, emocional, dentre outros) e das atribuições domésticas, e evidenciou como isso corrobora para intensificação da (sobre) sobrecarga de trabalho das mulheres, majoritariamente, e que esse resultado é fruto das imbricações sociais, históricas e materiais que se aguçam nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Lessa (2012, p. 69), ao problematizar sobre a família monogâmica, apresenta, desde sua institucionalização como requisito de interesse do capitalismo, até as tendências de atendimento as prerrogativas socio-materiais que deveriam ser de competências estatais. Ao instituir tal instituição como um lugar que há uma espécie de *estatuto da reprodução social burguesa*, é na Família, sob o solo da monogamia, que a reprodução se molda e é desencadeada como requisito necessário para a manutenção de uma força de trabalho disciplinada e disponível para o capitalismo.

[...] a família burguesa exhibe todas as características da família monogâmica. É fundada pela propriedade privada, se caracteriza pela retirada das mulheres da vida coletiva e pela redução de suas atividades ao serviço privado de seu senhor. Contrapõe ao homem, enquanto marido a ser servido, à esposa, que domina tiranicamente o espaço doméstico para melhor atender a seu 'provedor'; reduz a riqueza e densidade das relações afetivas abertas à paternidade na mesma proporção com que sobrecarrega a maternidade com a função de mediação entre o senhor, a prole e os serviços.

Paralelo a isso, temos a consagração da família como instituição central na prestação das responsabilidades que envolvem o cuidar. É nela que o Estado e, também, o capitalismo, se sustenta para manutenção da classe trabalhadora, uma vez que isso se dá através da maternidade, da educação das crianças, do acesso à alimentação, da manutenção do ambiente (higiene) e cuidados paliativos com pessoas idosas.

E, sendo as mulheres as pessoas incumbidas dessa execução, temos que, esse trato em relação ao ato de cuidar, produz uma crise generificada e racializada na sociedade, principalmente por sê-lo desvalorizado e tido como imanente à condição feminina. Assim, “caso o proletariado não contasse com o trabalho feminino, que lhe garante alimentação, cuidados, etc., as horas de mais-valor seriam consideravelmente menores” (Alves, 2021, p. 113), uma vez que, se o trabalhador necessitasse realizar prover a garantir dessas atividades essenciais para sua subsistência -as quais são realizadas pelas mulheres -, o tempo de despendimento nas atividades produtivas tenderiam a ser menor, ou ainda, haveria menor disponibilidade física e mental, dada a carga de trabalho reprodutivo que passaria a se responsabilizar.

Para além da família monogâmica, enquanto essa instituição que corrobora com o processo de reprodução social da humanidade, há as instituições que executam o que podemos entender como *a terceirização institucionalizada dos cuidados*. São os espaços como orfanatos, instituições de acolhimento de longa permanência para pessoas idosas, internatos, por exemplo, que dão seja pela via individualizada do ser social (com a remuneração de outra pessoa,

geralmente outra mulher, para o atendimento do cuidado reprodutivo), seja através da sociedade civil organizada, seja por intermédio do Estado, via políticas sociais.

Destarte, a realização do trabalho voltado para a atenção aos cuidados é atividade essencial para a manutenção humana e, portanto, estrutura da reprodução social em todas as formas de sociedade. O que situa nossa necessidade de adensamento crítico-analítico é o fato de, ao longo da história, essa execução ter sido destinada, quase que exclusivamente, às mulheres.

Sobre isso, Alves (2021, p. 112) argumenta que:

[...] uma questão, porém, se mantém para além da temporalidade do capitalismo: o fato de que esse trabalho que diretamente reproduz a matéria orgânica das pessoas tem sido fornecido predominantemente por mulheres, seja de modo remunerado ou gratuitamente, seja diretamente ou de modo terceirizado.

Entendemos assim que, a força de trabalho, no capitalismo, é apropriada com demarcações generificada e racializada, em que a inserção no mundo do trabalho, marcada pelas reflexões patriarcais, inferem numa heterogeneidade de aspectos que emergem desde ao salário até a manutenção da responsabilização do trabalho reprodutivo.

Sobre isso, Ferreira (2020, p. 131), ao considerar a constituição do salário, apreendidas, aqui, a partir das determinações materiais e ideológicas levantadas na discussão marxiana, faz invocando a peculiaridade que transita na especificação do salário atribuído a força de trabalho feminina. Sobre isso, a autora discorre que

[...] a determinação de um salário inferior, no caso da força de trabalho feminina, foi justificada pela teoria econômica no capitalismo nascente pelo caráter complementar de seu salário ao do homem trabalhador, provedor familiar; neste período e ainda hoje, o rebaixamento salarial é ideologicamente atribuído a uma natureza inata das mulheres para o exercício de determinadas funções, o que tornaria prescindível a incorporação, na formação no salário, dos custos relativos à educação ou formação profissional.

Inúmeros são os estudos (IPEA, IBGE, dentre outros) que comprovam que, historicamente, as mulheres possuem um rebaixamento salarial em relação aos homens, mesmo quando estão exercendo as mesmas funções e cargos.

Para sustentar nossa argumentação, de acordo com o Relatório Anual de Socioeconômico da Mulher (2024, p.21), ao analisar as determinações das desigualdades salariais sob os marcadores sociais de gênero, raça⁷³, mostra que:

Mesmo quando as mulheres estão ocupadas no mercado de trabalho, as desigualdades aparecem em sua menor remuneração. O rendimento-hora

⁷³ Ainda de acordo com o referido Relatório (2024), “as mulheres da Região Nordeste seguem como as de maior taxa de desocupação (15,9%) e as do Sul têm a menor taxa (7,0%)”.

médio das mulheres era de R\$ 16 no segundo trimestre de 2022, abaixo do estimado para os homens, de R\$ 18. Homens brancos ganhavam em média R\$ 23 por hora, e as mulheres brancas, R\$ 19. Na comparação entre homens e mulheres de cor preta ou parda, a diferença era um pouco menor, R\$ 2 por hora em média.

Isso nos impulsiona a reflexão de que, ao se inserirem na relação de compra e venda da sua força de trabalho, as mulheres, por mais que alcancem uma emancipação financeira, não deixam de continuarem responsáveis pela realização do trabalho reprodutivo. Ou seja, não houve uma divisão intrafamiliar, nem a criação/ampliação de políticas sociais que culminassem no rompimento da unicidade dessa responsabilização com o espaço reprodutivo.

Por mais que seja importante a quebra com as amarras do trabalho reprodutivo não remunerado, é importante destacar e reconhecer, diante de uma sociabilidade capitalista e neoliberal, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não se deu unicamente sob as bases da conquista – que é fundamental reconhecer, mas também problematizar -, mas como estratégia de intensificação das bases que precarização, exploração e opressão, dada a condição de continuarem com a responsabilização do trabalho reprodutivo e, ainda, como parte de uma massa disponível para apropriação do capital sob as marcas da subvalorização.

Segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2024, p. 28), ao analisar o despendimento do tempo na realização das atribuições domésticas entre homens e mulheres com ou sem ocupação remunerada, tem-se que:

Em 2022, enquanto as mulheres dedicavam em média 21,3 horas por semana a estas atividades, os homens destinavam apenas 11,7 horas semanais. Mesmo quando considerados apenas os homens e as mulheres ocupados, a diferença chegava a 6,8 horas a mais para as mulheres. Quando analisamos o tempo gasto nestas atividades por rendimento domiciliar *per capita*, observamos que pouco se altera o tempo despendido pelos homens: 12,4 horas semanais em média para aqueles sem rendimento ou com rendimento *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do SM e 10,1 horas para aqueles com rendimento acima de 5 SM *per capita*. No caso das mulheres, por outro lado, o tempo gasto em cuidados e/ou afazeres decresce substancialmente com o aumento da renda: 24,8 horas para as mulheres sem rendimento ou com rendimento *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do SM e 14,9 horas para aquelas com rendimento acima de 5 SM *per capita*. A redução do tempo nessas atividades com o aumento da renda é esperada, uma vez que é possível **terceirizar estas atividades no mercado**, contratando um terceiro (babá, diarista, empregada doméstica etc.) ou um serviço (creche ou escola).

Merece atenção essa terceirização dos cuidados reprodutivos, que se dá além das atribuições domésticas, para outra mulher, uma vez que, isso ratifica a condução histórica desse tipo de trabalho como essencialmente realizado pelas mulheres, o que será tratado pelas autoras Fraser, Arruzza e Bhattacharya (2019) como uma crise da reprodução social que geraria uma nova cadeia de exploração dos cuidados.

Isso se mostra como uma realidade concreta quando o Relatório (2024, p. 23) supracitado aponta, ainda, ao analisar os postos de trabalhos ocupados pelas mulheres, que “Apesar de não ser o setor que mais ocupa as mulheres, o serviço doméstico é predominantemente feminino. Das 5,7 milhões de pessoas ocupadas em 2022 neste setor, 5,3 milhões eram mulheres”.

Percebemos, assim como a apropriação das mulheres que se dá, historicamente, para destinação do trabalho reprodutivo não remunerado, no trabalho remunerado, enquanto via assalariada, as construções sociais no mundo do trabalho remunerado se dão a partir dos reflexos do que denominamos como *generificação dos cuidados*.

A autora feminista marxista autonomista⁷⁴, Federici (2019), defende o pagamento, por parte do Estado capitalista, pela execução do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres em seus lares. A autora argumenta que o pagamento do salário pelo trabalho doméstico é uma perspectiva revolucionária, portanto, uma forma de luta anticapitalista. Discordamos dessa defesa de Federici, uma vez que sustentamos que a atribuição de um cunho assalariado ao trabalho doméstico não significaria uma direção anticapitalista, pelo contrário, seria corroborar com as bases que estruturam essa lógica mercadológica e, além disso, manteria as mulheres na destinação naturalizada de sua realização.

Apesar de considerar a relevância sustentada pela autora no tocante a remuneração dessa forma invisibilizada de trabalho, que é necessário socialmente, as vias do assalariamento não coadunam com a destituição feminina pela responsabilização da reprodução social advinda, majoritariamente, do espaço doméstico.

As atividades do cuidado e da reprodução da vida, tendem a converte-se em relação mediada pelo capital, quando subordinadas ao domínio enquanto propriedade dessa sociabilidade. Corroboramos com Fontes (2018, p. 58) ao tratar que “a industrialização do cuidado e da reprodução não viria para emancipar as mulheres, mas para submetê-las ao capital”.

A defesa que sustentamos se dá, inicialmente, pela implementação de políticas sociais estatais que promovam a subsistência humana diária, como restaurantes populares, lavadeiras, creches em tempo integral, dentre outras, de modo que possibilite tempo livre para as mulheres

⁷⁴ “As feministas marxistas autonomistas Mariarosa Dalla Costa, Selma James e Silvia Federici argumentam que o trabalho doméstico não remunerado tem um valor de troca, ao passo que Margaret Benston, Lise Vogel, Paul Smith e outras discordam, sustentando que o trabalho doméstico não remunerado tem apenas valor de uso. Embora eu me alinhe à última tradição, as feministas marxistas autonomistas fornecem uma base importante para entender a necessidade do trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho. De fato, elas foram as primeiras a levantar a questão, e devemos agradecer a essas escritoras ativistas por suas contribuições” (Alves, 2021, p. 210).

– o que desencadearia outras discussões além disso -, com vista a pensarmos a eliminação da unicidade da responsabilização do trabalho reprodutivo como atribuição das mulheres.

Ainda, o fortalecimento das bases de organização política das mulheres, com vista a possibilitar a inserção em espaços de articulação – sindicais, das entidades representativas, dos movimentos sociais de base, dentre outras -, para que possam fomentar a construção de uma consciência feminista.

A seguir, o gráfico 29, ao apontar sobre a destinação do salário recebido pelas (os) trabalhadoras (es) da assistência social do Seridó Potiguar, temos que há uma forte prevalência desse para a composição do orçamento familiar, uma vez 86% justificaram isso.

Gráfico 30: Contribuição financeira para estruturação do orçamento familiar

12 Você contribui para o orçamento de seu grupo familiar ou seus rendimentos são somente para você?

43 respostas



Fonte: Elaboração fruto dos dados da pesquisa - resultados da coleta via questionário *Google Forms* (2022).

Esse gráfico apresenta os resultados referente a contribuição no orçamento familiar por parte das (os) trabalhadoras (es) entrevistadas (os) na nossa pesquisa. A partir disso, vemos que 86% das pessoas que participaram da etapa das entrevistas afirmaram que o salário era essencial na organização financeira familiar; contra, apenas, 14% que afirmaram o contrário.

A contribuição financeira entre os membros no âmbito intrafamiliar é algo comum quando pensamos o processo organizativo do atendimento as condições coletivas. Porém, quando refletivos isso a partir dos resultados com as (os) trabalhadoras (es) que atuam na assistência social do Seridó do RN, observamos que há uma notoriedade das construções sociais de gênero que impacta nesse resultado.

Desse modo, quando entrecruzamos alguns aspectos avaliado no capítulo 2, sobre o Perfil dessas (es) trabalhadoras (es) acima referenciados, vemos que 86% consideraram-se do

sexo feminino e, em relação ao estado civil, 44,6% autodeclararam solteira (o), 9,3% divorciada (o) e 2,3% separada (o). Implica analisar, portanto, que **há uma prevalência de mulheres não casadas e nem em união estável que direcionam seu salário para suprir os custos advindos do orçamento doméstico familiar.**

Interessa-nos, portanto, refletir sobre as bases de opressão e intensificação dessas mulheres, uma vez que, por mais importante que seja a constituição das bases que garantiram às mulheres sua independência econômica, ao passo que se inserem no circuito produtivo capitalista, é necessário considerar que os solos que intensificam sua exploração e opressão não são desfeitos, pelo contrário, se aguçam.

Sobre a emblemática discussão acerca da inserção das mulheres nos espaços produtivos, Federici (2021, p. 30) traz que tal inserção não liberou as mulheres da responsabilização do trabalho doméstico – e acrescentamos do trabalho reprodutivo – pelo contrário, houve a intensificação da jornada de trabalho feminina e, como discorre a autora citada “significou menos tempo e energia para a luta”.

Como já destacamos anteriormente, a inserção no mundo do trabalho produtivo, foi importante para a possibilidade do alcance da emancipação econômica e a construção de uma autonomia pautada na condução extra lar. Porém, isso não se deu desacompanhado de uma intensificação da precarização do trabalho, dada a conciliação com o trabalho reprodutivo, o qual continuou como atribuição feminina.

Consoante a uma análise contemporânea desse fenômeno, de acordo com a pesquisa do DIESSE (2024), que retrata a inserção das mulheres no mercado de trabalho entre o 4º trimestre de 2022 e o mesmo trimestre de 2023, por meio dos dados da PNAD Contínua, “os problemas da inserção da mulher no mercado de trabalho são bastante conhecidos: taxas de desemprego mais altas, menores salários, dificuldades de crescimento profissional e maior informalidade”.

Importa-nos pensar que, não se atribui uma construção superficial quanto ao desenvolvimento do trabalho reprodutivo ser realizado pelas mulheres, pois, é necessário considerar as determinações históricas que alijam a condição de existência dessas a partir do que o capitalismo julga como *privilegiamento na ocupação desses espaços*; como se houvesse, assim, uma estratificação das ocupações socialmente determinadas, sendo esse o lugar de destaque na realização das mulheres. Defendemos que esse entendimento de privilegiamento se traduz, na verdade, na incorporação inata dos princípios defendidos por Kergoat (2003) da *separação entre as ocupações de homens e mulheres*.

Dessa forma, é crucial atribuir uma visão dialética acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, uma vez que isso não consolidou uma descontinuidade da centralidade feminina no atendimento do trabalho reprodutivo não remunerado.

Portanto, pautamos que a defesa do reconhecimento das opressões que circundam os espaços de concretude da reprodução social não deve ser vista sob o prisma da lógica remuneratória capitalista, mas a partir de uma direção que vislumbre uma práxis rumo a emancipação humana.

Destarte, as análises aqui auferidas, leva-nos a ratificar a importância da luta feminista que vise quebrar as correntes, como majestosamente apresentou Rosa Luxemburgo, das opressões, explorações e dominações que aprisionam as mulheres em detrimento do atendimento histórico do capital. Por mais que o trabalho reprodutivo não participe diretamente da geração do mais valor, através da manutenção da força de trabalho em estado vital disponível para o capitalismo, finda sendo parte, indiretamente, desse valor agregado.

Por fim, sendo o trabalho reprodutivo de caráter não mercantil, gera uma condição de não valorização e é na divisão sociossexual e racial do trabalho que nos deparamos com o cerne das diferenciações das construções sociais dos espaços do mundo do trabalho, os quais foram apreendidos e analisados, nesse estudo, sob os pilares da classe – gênero – raça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da reflexão proposta por esse trabalho de tese, podemos indicar que, mediante os solos da nossa investigação empírica, *a intensificação da precarização do trabalho de quem atuam na política de Assistência Social mostrou-se como algo concreto no cenário de capitalismo moderno*. Aguçado pela atual fase do neoliberalismo, os ataques aos direitos sociais – especialmente os trabalhistas e previdenciários -, são parte do cotidiano desses(as) profissionais que trabalham no SUAS.

Diante disso, e do objetivo que norteou o desenvolvimento desse estudo: *analisar as determinações no processo de trabalho das/os trabalhadoras/es que atuam na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte e as implicações da precarização do trabalho*, foi possível identificar as metamorfoses que assolam as condições e relações de trabalho, de modo particular, do conjunto de trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social na região do Seridó do Rio Grande do Norte.

Na fase de mundialização do capitalismo, os trabalhos precarizados se acentuam desde os espaços industriais e de serviços, até a realidade da administração pública, evidenciando o caráter corrosivo do capital, o qual amplia o leque de (im)possibilidades do(a) trabalhador(a) na permanência de vínculos estáveis, como apontou Antunes (2011) ao tratar sobre a crescente onda informalização dos contratos de trabalho na contemporaneidade.

Dessa forma, entendemos que a precarização dos vínculos contratuais de trabalho se mostra numa perspectiva de desestabilização das relações que moldam o mercado de trabalho, sendo cada vez mais notória as implicações para a agudização da vida da classe trabalhadora, dada a ampliação das desigualdades sociais sentidas por essa.

Na realidade do SUAS no Seridó do RN, foi possível apreender que essas determinações inferem na particularidade da atual conjuntura, reflexo de um processo que já vem acontecendo na região, dos vínculos contratuais de trabalho. Com a prevalência de mais da metade dos(as) trabalhadores(as) com vínculo temporário, principalmente o seletista, observamos que, ao agregar aos profissionais comissionados, *a região supramencionada possui um conjunto de trabalhadores(as) que atuam na assistência social através de contratos precários*.

Quando adensamos as análises com a variável das categorias profissionais, temos que, de forma majoritária, *as(os) assistentes sociais são as(os) profissionais que mais se inserem nessa realidade contratual de trabalho*. Isso se dá tanto pela via de cunho seletista, como para as vinculações nos cargos comissionados. Em seguida, temos as pedagogas, e, por último, as

(os) psicólogas(as), que se apresenta como a categoria com maior vinculação estatutária, portanto, com menor índice de rotatividade, principalmente no G2 e G3.

Além disso, identificamos que, a partir do tipo de vínculo contratual de trabalho, há também, uma diferenciação salarial e de carga horária. Nisso, *os cargos da modalidade comissionada são os que enfrentam um quadro de precarização mais aguçada*, uma vez que, possuem os menores salários (em torno de 1 salário mínimo) e a maior carga horária, dada a prevalência de 40 (quarenta) horas semanais. Sendo as(os) assistentes sociais que se inserem, majoritariamente, nesse tipo de vínculo.

Nesse sentido, quando analisamos o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, identificamos que, mediante o tipo contratual de trabalho, tais acessos se dão, também, de maneira diferenciada. Constatamos, pois, que os(as) profissionais temporários (seletistas e comissionados) não gozam de todos os direitos trabalhistas, principalmente férias remuneradas, décimo terceiro salário e compensação (em pecúnia) da hora extra. Diante desse contexto, usam de alternativas precarizadas para acessarem algum tipo de alento trabalhista, como é o caso de não receber a pecúnia da hora extra de trabalho em troca de “folga” devido ao não acesso ao gozo ferista.

Podemos, então, parafrasear Antunes (2018) ao tratar sobre o Privilégio da Servidão, uma vez que é latente a evidência da intensificação das vias de não acesso aos direitos trabalhistas no serviço público, particularmente, na região do Seridó do RN.

Isso nos leva a perceber que as formas flexíveis do mundo do trabalho contemporâneo, em grande parte, são inseguras e mal remuneradas, conforme identificamos na pesquisa empírica e nos dados como IPEA, IBGE, dentre outros. Por essa razão, observamos mais um aspecto caracterizador da precariedade que assola o coletivo dos(as) trabalhadores(as) do SUAS no Seridó Potiguar, pois uma parcela significativa, se inserem em mais de um vínculo de trabalho como via alternativa de alçar uma condição de sobrevivência que visse o atendimento de suas necessidades.

Ao particularizar essas análises com o atravessamento do cenário pandêmico, com a eclosão da pandemia de Covid – 19 em março de 2020, constatamos que, por mais que tenha havido o esforço por parte dos órgãos ministeriais, especialmente o Ministério da Cidadania (hoje Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), na elaboração de um acerco norteador e orientador do exercício profissional para o devido contexto atípico, vimos que não foi viável a educação permanente, e portanto, a atualização dos(as) profissionais que atuam no SUAS no Seridó do RN.

Outrossim, foi vislumbrado ainda que na referida época, especialmente nos anos de 2020, 2021 e 2022, houve o que identificamos como *acúmulo de funções advindo do reducionismo do quadro de recursos e do aumento exponencial da demanda de trabalho*. Diante das recomendações postas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o afastamento de profissionais que se enquadraram como “pessoas de risco”, implicou na transferência/acúmulo de responsabilidades para os(as) trabalhadores(as) que seguiram “na linha de frente” do cotidiano profissional.

Parafraseando Marx (2017[1867]), ao analisar a geração da mais-valia relativa, temos, nas análises apreendidas no contexto acima apresentado, uma similaridade, uma vez que houve a redução dos trabalhadores e a intensificação do processo de trabalho dos(as) que permaneceram no cotidiano da prática.

Portanto, entendidas como resultantes do contexto de acumulação flexível e maximização da sociedade que prevê o lucro em detrimento da vida, o enfraquecimento (ou mesma a ausência e perda) do sentimento de classe, potencializado pelo quadro de fragilização dos vínculos contratuais de trabalho, os quais inferem, também, na construção de elos de solidariedade entre esses(as) trabalhadores(as), refletem, consubstancialmente na identidade coletiva e pertencimento enquanto trabalhadores(as) do SUAS. Resultado da sociedade da descartabilidade e da coisificação das relações humanas, como aponta Druck (2011), essa realidade auxilia para o esboço de um contexto em que a consciência de classe é cada vez mais mitigada.

Percebemos, então, que *há uma redução do quadro de profissionais estatutários(as) durante a última década dos anos 2000* na realidade da região em voga, o que nos leva a inferir que existe uma diferenciação contratual de trabalho no SUAS que aguça as relações de trabalho, impactando diretamente nos adoecimentos de quem atua na assistência social.

Cenário esse que corrobora com a conjuntura macroestrutural de aguçamento da precarização do trabalho, o que acaba por facilitar o surgimento de adoecimento psicológico e orgânico, como por exemplo, quadros de ansiedade, esgotamento profissional ou *burnout*, reações de estresses, postos como circunstâncias da sobrecarga de trabalho vivenciada por esses(as) trabalhadores(as) submetidos(as) a relações de trabalho precarizadas.

Aliado a isso, a segregação dos(as) trabalhadores(as) nos espaços de trabalho, as altas demandas, a produtividade que vigora os Registros de Atendimentos Mensais (RMA), o reducionismo do quadro de recursos humanos frente ao crescimento das demandas por atendimento e acompanhamento no SUAS, o aumento das desigualdades sociais (especialmente a fome e a necessidade de moradia), são aspectos, além de outros, que ratificaram, na região

pesquisada, o fortalecimento de uma prática profissional pautada no individualismo, o que, além de ir na contramão do trabalho interprofissional defendido na política de assistência social, culmina na desarticulação dos(as) trabalhadores(as) e, conseqüentemente, se torna potente para o desgaste físico e mental. Dessa forma, entendemos que esse contexto favoreceu a precarização do trabalho, como também, a precarização da saúde.

No que se refere aos adoecimentos provenientes das relações e condições laborais, a pesquisa revelou ainda que a burocratização do trabalho quantitativo em detrimento do qualitativo, uma vez que não se mostra possível o desenvolvimento do trabalho profissional pautado na defesa da qualidade do serviço prestado devido às limitações impostas pelas instituições.

Percebemos, portanto, que esse quadro desencadeou um processo de adoecimentos dos profissionais, como também, um pragmatismo, como aponta Guerra (2013), no desenvolvimento do trabalho profissional guiado pela aferição de metas quantitativas, em que o atendimento às demandas dos(as) usuários(as) não mediadas no plano da totalidade sócio-histórica, mas colocada no plano da imediatividade.

Identificamos que os(as) profissionais se mostraram desmotivados(as) para a exequibilidade das suas atribuições, uma vez que, as fragilidades e precárias condições de trabalho não favorecem o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que promova um bem estar físico e mental. Das situações apresentadas, podemos citar: dificuldade na garantia de transportes para realização das visitas domiciliares, estrutura física que corresponda com os parâmetros éticos e técnicos dos usuários e dos(as) profissionais, armários para armazenamento do material de trabalho, sedes físicas de acordo com o padrão de acessibilidade, a escassez de recursos materiais e estruturais para o desenvolvimento das atividades, impressora, computadores, rede de *internet*, etc.

Diante do exposto, foi detectado uma extensão das demandas de trabalho para a conclusão na esfera do lar, tanto pela limitação de tempo para a conclusão no horário de trabalho no serviço socioassistencial, dada a expressiva demanda de trabalho, como também, pela fragilidade das condições de trabalho, como a necessidade de computadores para o desenvolvimento de relatórios, estudos sociais, pareceres, planejamentos; e o acesso eletrônico aos sistemas do SUAS.

Com isso, compreendemos que os(as) trabalhadores(as) findam sofrendo o reflexo do processo de aligeiramento e precarização do processo de trabalho fortemente impetrado e naturalizado na sociabilidade capitalista neoliberal contemporânea.

Nesse sentido, no que se refere às condições e relações de trabalho, foi possível apreender que esses(as) trabalhadores(as) estão inseridos(as) em espaços sócio-ocupacionais que destoam das prerrogativas éticas, políticas, metodológicas e operativas que orientam o exercício profissional, principalmente o Serviço Social e a Psicologia, enquanto categorias que possuem Código de Ética Profissional.

Isso resulta em consequências tanto individuais quanto coletivas, inferindo direta e indiretamente na organização política dos(as) trabalhadores(as), na construção de uma consciência de pertencimento de classe, na vinculação às entidades representativas de suas categorias profissionais e no despertar para a potencialização articuladora e organizativa dos sindicatos. Esse cenário, portanto, tende a golpear a construção de estratégias que visem a potencialização dos(as) profissionais, gerando um quadro de favorecimento às investidas neoliberais.

Paralelo a isso, identificamos um contexto similar na realidade dos(as) trabalhadores(as) que atuam na política de assistência social. O enfraquecimento das bases de organização política desses(as) profissionais foi um dos resultados apontados nesse estudo. A partir das falas destacadas e analisadas no decorrer dessa tese, podemos identificar que isso vem acontecendo, de modo mais expressivo, na última década, quando a rotatividade de profissionais se tornou um fenômeno contínuo, principalmente na realidade do G3.

Além disso, por serem a maioria dos municípios da referida região – e particularmente os que foram alvo da nossa coleta de dados – de pequeno porte populacional, a realidade sindical se evidencia como distante do contexto de organização política, pois, aliado a composição de trabalhadores(as) em um quantitativo que não consiga sustentar administrativamente a estrutural sindical, e a intensificação dos vínculos de trabalho temporários, finda por gerar esse cenário de ausência desse instrumento histórico de mobilização.

Em situação correlata se dão os Fórum de Trabalhadores(as) do SUAS, uma vez que também foram vistos como algo que não corrobora com a realidade organizativa no Seridó Potiguar, pois, é justificado tanto pela desarticulação e desmobilização política dos(as) profissionais que compõe a Rede Socioassistencial no Seridó, como ainda, pelas dificuldades de se inserirem nesses espaços diante do cenário de exacerbamento das demandas cotidianos nos espaços sócio-ocupacionais.

Em relação as entidades representativas das profissões, especialmente o Serviço Social e a Psicologia, pois a Pedagogia não possui, foi perceptível a vinculação das(os) profissionais as mesmas, assim como o reconhecimento das suas importâncias políticas. Porém, ainda é constatado um certo distanciamento na composição, por exemplo, das comissões que formam

as entidades representativas. As(os) assistentes sociais mostraram-se mais envolvidas com o CRESS RN, quando analisamos a realidade das(os) psicólogas(os) com o CRP RN em relação à vinculação nas comissões.

Evidenciamos, portanto, que é latente o cenário voltado às estratégias de organização e articulação política dos(as) trabalhadores(as). Isso aguça o quadro de precarização vivido por esses(as) profissionais, pois dada a fragilidade nas bases organizativas, finda por dificultar a construção de agendas de lutas de enfrentamento ao contexto que assola desde o acesso aos direitos sociais, até a melhoria das condições e relações de trabalho.

Com isso, destacamos que o isolamento de classe, motivado por esse cenário, perpetua o que podemos chamar de “*exílio do trabalhador moderno*” das suas pontes de articulação e promoção política, o que acaba trazendo como consequência, uma (im)potência no enfrentamento das relações de poder e na gestão política enquanto classe trabalhadora.

Percebemos, assim, que as raízes sócio-históricas que moldam a assistência social, fincadas na relação que se estruturou (e ainda se estrutura) entre o assistencialismo e o atendimento via iniciativa de Estado, ainda endossa a tensão (e a necessidade) do debate crítico acerca das bases que edificam o trabalho no SUAS. Vimos, por tanto, que a prática na referida política se volta, contemporaneamente, ao que entendemos como sendo o gerenciamento da pobreza, uma vez que as intervenções se voltam hegemonicamente, para as estratégias de sanar e intervir na convivência com a fome e a miserabilidade.

Portanto, inferimos que a Assistência Social na passagem do séc. XX para o XXI vivencia seu processo de institucionalização a partir da consolidação do seu aparato normativo, o qual tem na LOAS o marco histórico desse cenário. Contudo, os desafios ainda são muitos, dado a conjuntura fascista instalada com o Golpe de Estado em 2016 – principalmente com a EC do “Teto dos Gastos” – e com continuidade na gestão de Jair Bolsonaro na presidência da República, o que trouxe profundos ataques as políticas sociais, e a Assistência Social teve sérios impactos, como por exemplo, a redução, ou desfinanciamento, do seu orçamento.

Nesse sentido, observamos que o cenário, do que denominamos de *Desvirtuamento da assistência social*, como fruto desse contexto de intensificação das bases do trabalho precário assumido, principalmente, pós golpe de Estado em 2016, é algo que atravessa o cenário do exercício e contexto de organização política dos(as) trabalhadores(as) da Assistência Social no interior do Rio Grande do Norte.

Sobre o desvirtuamento da assistência social, justificamos com base nas análises advindas do concreto-pensado, em relação as orientações voltadas aos SUAS que esse estudo

toma como indicador a necessidade de avaliar o acervo normativo legal que estrutura o trabalho na assistência social.

O desalinhamento jurídico-normativo entre as proposições que regem a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), pois, no tocante às orientações das composições das equipes técnicas dos serviços socioassistenciais, a indicação é que sejam, prioritariamente, compostas por profissionais estatutário. Contrariamente a isso, as equipes de referência do SUAS na região do Seridó Potiguar estão compostas, majoritariamente, por profissionais com vínculos contratuais de trabalho temporários, com uma maior prevalência de seletistas.

Ainda no que se refere a NOB RH SUAS, identificamos que a orientação quanto a formação quantitativa de profissionais, tomando como referência o porte populacional e o referenciamento do atendimento de famílias, não correspondem a realidade apresentada na demanda atendida/acompanhada pelos serviços socioassistenciais, principalmente durante e após o contexto de pandemia de Covid-19. Defendemos, aqui, a necessidade de revisão da referida Norma Operacional, por compreender que os resultados constatados nessa pesquisa, apontam que a mesma não dá conta de responder a realidade da demanda *versus* os recursos humanos das equipes técnicas do SUAS.

Assim, a referida Norma atribui organicidade quanto a gestão voltada a qualificação do trabalho no SUAS, trazendo aspectos que buscam coadunar com a direção ética no que diz a defesa dos direitos também para aqueles/as reconhecidos/as como trabalhadores/as da Assistência Social.

Em seus capítulos, artigos e incisos, a NOB RH SUAS acopla um coletivo jurídico-normativo o qual, articulados em suas proposições, elencam uma série de prerrogativas de responsabilidades dos entes gestores quanto a vinculação profissional e suas formas legítimas de atuação.

Partindo para uma análise crítica acerca da referida normativa, já se observa as lacunas e os limites quanto a tornar válida as suas recomendações legais. Tal aspecto se fundamenta nos primeiros resultados trazidos já nessa pesquisa, como outros já concluídos, os quais destoam dos requisitos apontados na NOB RH SUAS.

Por último, é salutar a urgência na realização de concursos públicos para que, minimamente, atenuem as condições precárias correspondentes aos vínculos de trabalho. Não significa que isso cessaria o cenário de precarização do trabalho vivido por esses(as) trabalhadores(as) da política de assistência social na região do Seridó, pois o entendimento de precarização que evidenciamos nesse estudo parte de uma visão macroestrutural; contudo, a

vinculação de cunho temporário, dada através dos vínculos seletistas e temporários, ratificaram na pesquisa as fragilidades de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, as dificuldades na manutenção da organização e articulação política dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, a alta rotatividade, o que infere veemente na continuidade das ações e atividades dos serviços socioassistenciais, a pusilanimidade no atendimento da autonomia das profissionais, dentre outros aspectos.

Dessa forma, percebemos que a precarização do trabalho sentida e vivida por esse conjunto de profissionais da assistência social do Seridó Potiguar, implicou no desvirtuamento do SUAS na referida região, sendo um movimento que se manifesta nesse solo geopolítico de forma aguçada, implicando na exequibilidade do processo de trabalho.

O processo de descontinuidade das ações dos serviços que compõe a Rede Socioassistencial, principalmente quando apreendemos essas análises no cenário que foi atravessado pela crise sanitária da pandemia de Covid-19. Com isso, e a partir ainda do reducionismo orçamentário, especialmente após a aprovação da EC – 95, popularmente conhecida como “Teto dos Gastos”, e o orçamento de guerra, foi denotado o real processo de desvirtuamento da política de Assistência Social, o que tem enervações fulcrais para o processo de trabalho dos(as) trabalhadores (as) que atuam na referida política.

O atravessamento da pandemia Covid – 19 intensificou o quadro que já apresentava sinais alarmantes e, com o impacto advindo do ajuste fiscal, que findou na desvalorização do SUAS – e mesmo no desafio de sua continuidade -, a oferta de benefícios, como os eventuais, não correspondiam com a realidade dos serviços socioassistenciais quando analisadas as demandas.

Com isso, a referida política, dada a caracterização citada, é uma das primeiras impactadas em relação ao corte orçamentário, salientando que os repasses, quando não sofrem tais reduções, já são limitados para o alcance das proposições da assistência social; e quando os cortes ocorrem, a continuidade dos serviços socioassistenciais é veemente ameaçada, consequentemente, o atendimento as necessidades sociais, as quais são reflexos do aguçamento das desigualdades sociais impetradas no capitalismo moderno.

A demanda de benefícios eventuais na Assistência Social sempre foi algo presente, todavia, com a eclosão da pandemia Covid 19, a fome e a necessidade de moradia se tornaram mais aguçada. O aumento da demanda e a urgência que o cotidiano exigia, fez com que a sistematização do trabalho viesse a ser descaracterizada, de modo ao trabalho no SUAS se restringir basicamente a operacionalização dos benefícios eventuais.

Portanto, consideramos que a família continua como elemento importante para a reprodução do capital e dos seres humanos, uma vez que esses últimos são apropriados como força de trabalho disponível ao capitalismo; sendo o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres que preserva e cuida dessa *mercadoria especial*.

Nesse interim, salientamos que a dinâmica do capitalismo contemporâneo exacerba os processos de alienação dos(as) trabalhadores(as), estendendo seu controle para além do espaço de trabalho remunerado, uma vez que fragiliza as bases de organização política, enfraquecendo suas individualidades enquanto ser social, em consequência, o próprio gênero humano.

O trabalho reprodutivo, então, sofre esse processo de captura dos interesses do capitalismo, o qual, tomado pelos sistemas patriarcais e racista, intensificam a condição de precarização das mulheres. Isso foi um resultado identificado nessa pesquisa, pois, de forma majoritária, a responsabilização com as esferas do cuidado e as atribuições domésticas.

Dessa forma, conjugamos que as trabalhadoras do SUAS da região do Seridó Norte rio-grandense sofrem um contexto de maior agudização da precarização do trabalho, corroborando para uma análise imbricada de como o modo de produção capitalista se apropria dessas relações fincadas no entorno familiar para desenvolver e naturalizar uma espécie de *Fordismo domesticado dos cuidados*.

Diante do debate em torno da divisão sociossexual do trabalho, percebemos, então, a necessidade de aprofundamento acerca das análises que evidenciam que a feminização do mundo do trabalho, e de modo particular, “a feminização da assistência social” sofre implicações através das relações de classe, gênero e raça.

Portanto, consideramos que o problema de tese: “*de que forma as(os) trabalhadoras(es) que atuam na Assistência Social da região do Seridó Ocidental Norte Riograndense vivenciam os impactos do processo contemporâneo de precarização do trabalho?*” alcançou seus indicativos de análises, mediante as proposições e argumentações sustentadas no decorrer desse estudo.

Salientamos ainda que ao processo de centralidade assumido pela assistência social e como isso se faz num cenário de reatualizações das práticas benemerentes, de desfinanciamento e aumento das demandas, dado o aguçamento das desigualdades sociais, são esses(as) profissionais que atuam na defesa da referida política, implicando considerar e reconhecer as inúmeras dificuldades vivenciadas, as quais são fruto do cenário de intensificação da crise contemporânea do capital.

Finalmente, diante das análises desenvolvidas, testifica-se que as condições de trabalho as quais os(as) trabalhadores(as) vivenciam nessa contemporaneidade, findam impactando, veemente, no processo subjetivo e objetivo do exercício profissional.

Perante esses resultados, comungamos da importância do desenvolvimento de estudos que visem dar continuidade a investigar sobre as principais repercussões e rebatimentos do cenário de crise do capital, intensificada pelo percurso global da crise sanitária e ambiental, na realidade de quem faz a política de Assistência Social.

Sinalizamos que as proposições acerca dessa temática não se esgotam aqui, pelo contrário, as apreensões aferidas sobre nosso objeto de estudo são parte de uma totalidade que é parte de um movimento dinâmica. Na particularidade da assistência social, corroboramos com Couto et al. (2017) quando traz que o SUAS é uma realidade em movimento, e se movimentasse, não sana as metamorfoses.

Ratificamos que, por considerar a realidade um todo dialético e em permanente transformação, e mais, como apresenta Kosik (1976), por defendermos que a verdade não é uma constante dada e imutável, e não conter neutralidade nas análises em voga, as reflexões aqui contidas são consequências do tempo histórico em que as mesmas foram construídas, como também, embasadas na concreticidade que envolve a relação da pesquisadora na realidade investigada.

Portanto, dadas as análises possíveis de serem realizadas na construção desse trabalho de tese, inferimos que há uma constante degradação do trabalho formal no SUAS, especialmente na região do Seridó Potiguar.

Por fim, esperamos que essa tese possibilite reflexões e adensamento teóricos de investigações futuras. Que logo a realidade identificada possa ser transformada. Que sirva de horizonte teórico-político para mitigar a articulação e a reflexão dos(as) trabalhadores(as) que foram sujeito-objeto dessa construção.

Os resultados ora apresentados são parte de um movimento de dialético de abstração e convicção do desvelamento do real. Portanto, que eles se propaguem em novos objetos de pesquisa e que, a particularidade do PPGSS/UFRN, possa agregar o desenvolvimento de reflexões comprometidas com o materialismo histórico dialético, e ainda, com a direção pautada e defendida pelo Projeto Ético-político do Serviço Social.

Gostaríamos de finalizar esboçando a luta que enerva a direção dos ventos que alicerçam as lutas revolucionárias. Como diz Simone de Beauvoir “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Aqui analisamos que, são nos momentos de crise que a intensificação da (sobre) sobrecarga das mulheres, principalmente as racializadas e empobrecidas, aumenta e é colocada como necessidade de edificação do entendimento como não trabalho. Conseqüentemente, a superação desse solo árido é uma das pautas fundamentais para o feminismo marxista, uma vez que defendemos que a ultrapassagem dessa sociabilidade e o alcance da emancipação humana somente será alcançada quando todas as formas de exploração, dominações, discriminações e opressões forem superadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. **Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19**. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, v. 3, edição especial, p. 1-21, 2020. Errata em Rev. Jur. Trab. e Des. Hum, v. 3, edição especial, 2020;

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. Cortez: São Paulo, 2021;

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016;

AMÂNCIO, Júlia Moretto; OLIVEIRA, Aline Lourenço; ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. **Mulheres Exaustas na Pandemia: Tempo, Corpo e Reprodução Social no Capitalismo Dependente**. XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO 2022 On-line - 26 - 27 de mai de 2022;

ANDERSON, P. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992;

_____. **Balanco do neoliberalismo**. In: _____ et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006;

_____. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serviço Social & Sociedade, 2011, (107), 405-419;

_____. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural**. In: _____. (orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013;

_____. **O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO: O NOVO PROLETARIADO DE SERVIÇOS NA ERA DIGITAL**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2018;

_____. **Coronavírus [recurso eletrônico]: o trabalho sob fogo cruzado** / Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020;

_____. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022;

_____; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015;

ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **Trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado**. Belo Horizonte, MG: Letramento; Temporada, 2021;

ALVES, Giovanni. **Capitalismo e trabalho no Brasil do século XXI: metamorfoses da autocracia burguesa (1964-2004)**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 477-497, dez. 2004;

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2013;

ARAÚJO, Cleonice Correia; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Implantação, implementação e condições de funcionamento do SUAS nos municípios**. In: COUTO, Berenice Rojas (org). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2017;

ARAÚJO, Marcia Cardoso; GAMA, Andrea. **Gênero, trabalho e benefício de prestação continuada – considerações sobre as interfaces entre as políticas de previdência e assistência social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; FREIRE, Silene de Moraes; MATOS, Maurílio Castro. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020;

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa; CARVALHO, Alba Maria Pinho; CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira. **Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em Serviço Social**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 173-189, jan./jun. 2021;

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; Gislayne Rocha de Santana; Tatiane Leal Dantas; Weslany Thaise Lins Prudêncio. **(Des)financiamento da assistência social no Brasil em tempos de agudização da pobreza**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 90-108, jan./jun. 2022;

ARRUZZA, Cinzia. **Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos**. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 39–60, 2018;

ARRUZZA, Cinzia; BRATTACHAYRA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019;

ÁVILA, Rodrigo; FATTORELLI, Maria Lúcia. **Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022** - Auditoria Cidadã da Dívida (auditoriacidada.org.br). 2023. Acesso em: 17 de abril de 2024;

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009;

AZEVEDO, Fátima Gabriela Soares. **Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social**. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. 2022, 267f;

BARBOSA, Maria Clara de Arruda; SILVA, Mossicléia Mendes. **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CENA**

CONTEMPORÂNEA: notas para discussão. II Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Conselho Regional do Rio de Janeiro (CRESS RJ). 2016;

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São paulo: Cortez, 2003;

BEHRING, Elaine Rossetti, Juliana Fiúza Cislighi e Giselle Souza. **Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social**. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020;

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 10-22, jan./jun. 2023;

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008;

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021;

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. **Cuidados familiares e o acesso às políticas públicas na área do envelhecimento**. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio. Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024;

BIANCONI, Giulliana et al. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. . Rio de Janeiro: [s.n.], 2020;

BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020;

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017;

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. A institucionalização da medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. **Temporalidades – Revista de História**, Edição 26, V. 10, N. 1. 2018;

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2011;

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Boitempo, 1991;

BULPORT, Andrée Kartchevsky. **Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas**. In: _____et. al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

BRASIL. **LOAS**. Lei nº 8742 (planalto.gov.br) Acessado em: 02 de maio de 2024;

BRASIL. **Lei nº 14.601 de 2023. L14601** (planalto.gov.br). Acessado em: 02 de maio de 2024;

BRASIL. **Portaria nº 337, DE 24 DE março de 2020**. Acessado em: Portaria nº 337-20-mcidadania (planalto.gov.br) em: 30 de abril de 2024;

BRASIL. **Lei nº 12.317** (planalto.gov.br). acesso em: 24 de janeiro de 2024 às 14h14min;

BRASIL. IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros 2021. Rio de Janeiro, 2022;

BRASIL. Censo SUAS 2022 – **Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social CRAS**. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação do SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Janeiro 2023;

BRASIL. **Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família. L14601 (planalto.gov.br). Acesso em: 06 de junho de 2024;

BRASIL. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília (DF), 2020;

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho;

BRASIL. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

BRASIL. **Lei nº 12.317 de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social;

BRASIL. Ministério das Mulheres **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024, 468 pg;

BRASÍLIA. **Lei nº 17 de 20 de junho de 2011**. Ratificar a equipe de referência, no que tange às categorias profissionais de nível superior, definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, aprovada por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

BRASÍLIA. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**;

BRASÍLIA. **Portaria nº 369 de 2020**. Ministério da Cidadania (MC). Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

BRASÍLIA. **Portaria nº 378 de 2020**. Ministério da Cidadania (MC). Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e

municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19;

BRASÍLIA. Portaria MDS N° 884, de 10 de maio de 2023. Dispõe sobre a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, que foram transferidos para enfrentamento da pandemia de COVID-19, para execução pelos entes federados até 31 de dezembro de 2023;

BRASÍLIA. Atuação da política de assistência social no contexto da pandemia do novo coronavírus. Secretaria Nacional de Assistência Social / Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Departamento de Monitoramento, 2021;

BRASÍLIA. Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil / Luana Pinheiro ... [et al.]. – Brasília, DF: IPEA, 2023;

BRASÍLIA. GM/MS Portaria 1.999 de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT);

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996;

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CRP). Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 250p.;

COUTO, Berenice Rojas (org). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2017;

COUTINHO, C. N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996;

CORTES, Thaís Lopes; FREIRE, Silene de Moraes. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Inês Souza; FREIRE, Silene de Moraes; MATOS, Maurílio Castro. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020;

CFESS; CRP. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social/Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Federal de Psicologia (CRP). Brasília, 52p. 2007;

CFESS. Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social: Contribuições do Conjunto CFESS/CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social. Brasília: DF, 2010;

CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: DF, 2022;

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014;

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016;
- DATAFOLHA, 2020. Acesso em 30 de maio de 2024. 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha | Política | G1 (globo.com);
- DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016;
- DAVIS, Mike. **A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo**. In: HARVEY, David et al.(orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Teresina; Fortaleza: Editora Terra sem Amos: 2020. p. 5-18. E-book;
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017;
- DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Boletim especial, 2024**. Acesso em: 25 de maio de 2024. *mulheres2024.pdf (dieese.org.br);
- DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: o assédio moral e sexual contra mulheres na esfera do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Jris, 2017;
- DRUCK, G. (2011). **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, 24 (1), 37-57.
- FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. Economia e Sociedade, Campinas, n. 13, 1999;
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, [1975], 2020;
- FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23;
- FERREIRA, Verônica. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social** [recurso eletrônico]: uma análise de suas tendências / Verônica Maria Ferreira. – Recife: Ed. UFPE, 2020;
- FERGUSON, Susan; McNally, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres na série *Historical Materialism***. In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma Teoria Unitária**. Tradução da equipe de trabalho do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE – TRS): Carla Carduz Rocha [et al.]. São Paulo: Expressão Popular, 2022;
- FALQUET, Jules. **Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?** In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução: Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016;

FARES, Lygia Sabbag; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROLIM, Lílian Nogueira. **Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de COVID-19**. Nota Técnica: mercado de trabalho | 72 | out. 2021;

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021;

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019;

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições**. – 3ª. Ed. Rev. – São Paulo: **Boitempo**, 2012;

FONTES, Virgínia. **“Lutas de classe e sociedade civil na década de 1990: o que muda da Abong a Fasfil?”** In: **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010;

_____. **A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade**. In: BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018;

FURTUOSO, Maria Cristina et al. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. São Paulo: Revista Saúde Pública, p. 403 – 414, 1995. Acessado em: 06 de março de 2024. scielo.br/j/rsp/a/XRCdDpSndmxTY5J7wXz6tXn/?format=pdf&lang=pt;

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999;

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**, p. 75-93. São Paulo, Zahar, 2020 [1984];

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013;

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as mudanças de origem cultural**. 15ª edição. São Paulo: edições Loyola, 2006;

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011;

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão** / F. A. Hayek. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010;

HIRATA, H. S. **Teorias e práticas do CARE: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate**. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010 (Coleção Cadernos Sempre Viva, Série Economia e Feminismo, 2);

_____. **Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho.** In: CONFINS. Revista Franco-brasileira de Geografia. **Dossiê Brasil: Potência em Questão.** n. 26. 2016;

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo, Companhia das Letras; 1995;

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 2001;

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Teórico- Metodológica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008;

IAMAMOTO, Marilda V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** Revista serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 128, p. 13 – 38, jan./abr. 2017;

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019;

IASI, Mauro. **As manifestações de massa e a dimensão estratégica.** In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014;

IPEA. Nota Técnica nº 27: **O novo regime fiscal e as implicações para a política de Assistência Social no Brasil.** 2006;

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e Relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dictionnaire critique du féminisme.* Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003;

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** (tradução de Célia Neves e Alderico Torfíbio). 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (reimpressão: 2002);

A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil entrevista de **KABENGELE MUNANGA.** estudos avançados 18 (50), 2004. P. 51 – 56;

KING, Luciana Mickalli; PEREIRA, Juliana Nunes. **Trabalho produtivo e reprodutivo no contexto da covid-19: uma análise do teletrabalho sob a perspectiva da divisão sociosexual do trabalho.** XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022;

LESSA, Sérgio. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012;

LIPIETZ, A. O. **Audácia: uma alternativa para o século XXI.** São Paulo, SP: Nobel, 1991;

LIPOVETSKY, Nathalia; ANDRADE, Mariana Romling Rotheia; AGLANTZAKIS, Ingrid Athina Costa. **Relações sociais de sexo: um estudo acerca do hiato salarial entre mulheres e homens.** In: LIPOVETSKY, Nathalia. **Feminismo & Deuda = Feminismo & Dívida.** Napoli, Italia: La Città del Sole, 2024;

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991;

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Sensala, 1967.

_____. **Reboquismo e dialética**. Uma resposta aos críticos de História e consciência de classe. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015;

MARGARITES, Gustavo Conde. **A constituição da assistência social como um campo de política pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020;

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. **Balanco dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020**. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2022;

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006;

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital – 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017;

MARQUES, Rosa Maria. **A automação, microeletrônica e o trabalhador**. Dissertação de Mestrado apresentada a PUC, 1987;

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000;

MEDEIROS, Priscilla Brandão. **A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de Caicó/RN**. Universidade do Estado da Paraíba. Dissertação de Mestrado. 2015, 198f;

_____. **Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 205-227, jan./jun. 2023;

_____; OLIVEIRA, Maria Raphaela Cristiny; SILVA, Ozeane Araújo de Albuquerque. **Política Social em Tempos de Capitalismo Pandêmico: Análises frente à Intervenção do Estado na Questão Social**. Perspectivas Sociais, Pelotas, vol. 09, nº 02, p. 127-146, 2023;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012

MIRANDA, Monize Rodrigues; SANTANA, Thamara Larissa Torres de. **O trabalho do (a) assistente social como operador da política nacional de assistência social**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017;

MONFREDINI, Maria Isabel; Daniel Arias Vazquez; Daniel de Mattos Höfling; Juliana Pinto de Moura Cajueiro. **Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 147-167, jul./dez. 2004;

MORAES, I. A.; IBRAHIM, H. C.; MORAIS, L. P. **O pensamento da CEPAL de 2010 a 2018: o enfoque na mudança estrutural produtiva para igualdade (MEPI)**. Revista de Economia Contemporânea, 2020;

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2020. 12500 KB.; 1 PDF;

MOREIRA, Maria Regina Ávila; OLIVEIRA, Iris Maria. **Desigualdade social, violação de direitos e políticas públicas: aspectos das condições de vida da população em bairros populares de Natal – RN**. In: _____ (orgs.). **Desigualdade social e políticas sociais: estudos sobre expressões da questão social e políticas de enfrentamento a pobreza na cidade e no campo**. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010;

_____. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões**. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018;

MONTICELLI, Thays. **Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?** Revista Sociedade e Estado – Volume 36, Número 1, Janeiro/Abril 2021;

NETTO, José Paulo. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. In: ANDERSON, Perry et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011;

NEVES, Daniela. **A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo**. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022;

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

_____; PASSOS, Rachel Gouveia. **A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti**. aderno C R H, Salvador, v. 33, p. 1-9, e020029, 2020;

OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003;

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Documento informativo da Oxfam, janeiro de 2020;

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. **A Questão do trabalho e dos trabalhadores do SUAS: uma análise com base em resultados de pesquisa avaliativa.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória (ES), Dez. 2018;

PEREIRA, Camila Potyara. **Nova direita, corporocracia e política social.** In: PEREIRA – PEREIRA, Potyara Amazoneida (org.). **Ascensão da nova direita e o colapso da soberania política: transformações da política social.** São Paulo: Cortez, 2020;

PINHEIRO, Luana Simões. **Determinantes da Alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais.** In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). **Uso do Tempo e Gênero.** Rio de Janeiro: UERJ, 2016;

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002;

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2021;

PRAUN, Luci. **Reestruturação Produtiva, saúde e degradação do trabalho.** Campinas: Papel Social, 2016;

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Textos e Contextos, Porto Alegre. v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012;

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social.** In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária.** Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011;

_____. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a;

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013;

_____; ALBUQUERQUE, Valéria; VICENTE, Damares. **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018;

RANIERI, J. A câmara escura: **Alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo, SP: Boitempo, 2001;

RIZZOTTI, M L. **A aliança estratégica entre os trabalhadores e os usuários do SUAS.** In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS.** Brasília, DF, 2011;

ROSAS, Nina. **Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Doutorado, 2015;

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: ANDERSON, Perry et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

SANDEL, Michael. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012;

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013;

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004;

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987;

SEARS, Alan. **Política do corpo: a reprodução social das sexualidades**. In: BRATTACHAYRA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023;

SILVA, Larissa Hortência Moreira; MÜHL, Eldon Henrique. **Feminismo e Educação: desafios da Pedagogia na construção de uma formação mais equânime**. Monografia de Graduação de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo, s/a;

SILVA, Bruna Fernanda Pacheco Pereira. **O pedagogo na assistência social, desafios e possibilidades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo: um estudo de caso em um Centro de Referência de Assistência Social do Distrito de Belém/PA**. Cadernos da Pedagogia, v. 15, n. 32, p. 227-242, Maio-Ago/2021;

SILVA, Sandro Pereira; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; FERNANDES, Leo Veríssimo. **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023**. Brasília, DF: Ipea, set. 2023. 28 p. (Disoc: Nota Técnica, 108);

SILVEIRA, L. **Desenvolvimentismo: Tema e Variações**. In: 1º Seminário de Iniciação Científica FESPSP, 2009, São Paulo. 1º Seminário de Iniciação Científica FESPSP, 2009. Disponível em: http://www.fespsp.org.br/sic/papers/ESP/SIC_LucianaSilveira.pdf;

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expansão da assistência social no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010;

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social: entre a ordem e a “des-ordem”. Mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2015;

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle capitalista e reestruturação produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP**. Maceió: EDUFAL, 2011;

SOUZA, Marília Duarte; FERRAZ, Deise Luiza. **A (Im)produtividade do Trabalho Reprodutivo e a Exaustão das Mulheres na Contemporaneidade**. Revista de Administração Contemporânea. v. 27, n. 5, e220342, 2023;

SOUSA, GS et al. **“A gente não é de ferro”**: Vivências de cuidadores familiares sobre o cuidado com idosos dependentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1):27-36, 2021;

SPOSATI, Aldáiza; TORRES, A. S.; QUEIROS, J. M.; SANTOS, V. **Gestão Municipal do SUAS. desigualdade no financiamento, despesas e forças do trabalho**. 1. ed. Brasília: Congemas, 2014. 251p.;

TENÓRIO, F., & VALLE, R. **Fábrica de Software**. Rio de Janeiro, RJ: EdFGV; 2013;

TEIXEIRA, Sandra Oliveira; NEVES, Daniela. **Trabalho e assistência social no capitalismo dependente: uma análise marxista das chamadas políticas “ativas de mercado de trabalho”**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 133-164;

TORRES, Joana Polycarpo. **A redução da carga horária de trabalho do assistente social e seus impactos na área da saúde**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória (ES), Dez. 2018;

VIANA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.). **Política Social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 173-195;

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma Teoria Unitária**. Tradução da equipe de trabalho do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE – TRS): Carla Carduz Rocha [et al.]. São Paulo: Expressão Popular, 2022;

WELLEN, Henrique. **Política social e reprodução da força de trabalho: um dilema contemporâneo**. *Argumentum.*, Vitória, v. 13, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2021;

_____. **Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor**. *R. Katál.*, Florianópolis, v.26, n. 3, p. 455-465, set/dez. 2023;

APÊNDICE A – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para Maiores de 18 anos)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: Precarização do trabalho em tempos de neoliberalismo: a realidade de trabalhadores/as da Assistência Social no interior do Rio Grande do Norte/RN, que tem como pesquisadora responsável Priscilla Brandão de Medeiros.

Esta pesquisa pretende analisar as determinações nas condições e relações de trabalho das/os trabalhadoras/es que atuam na Assistência Social no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte e as implicações da precarização do trabalho.

O motivo que nos leva a fazer este estudo se dá pelo agravamento da precarização do trabalho sofrido por esses/as profissionais na referida região, o que faz perceber a relação direta com o contexto macroestrutural. E ainda, pela vivência por parte da pesquisadora com situações que caracterizam os aspectos elencados – dada a experiência de mais de dez anos atuando na política de Assistência Social -, como ainda, por perceber a necessidade de aprofundamento de pesquisas voltadas a compreensão da relação de precarização do trabalho e os consequentes reflexos sofridos pelos/as trabalhadores/as da região e política supramencionada, quando ainda associadas às condições no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo.

Caso decida participar, esclarecemos que será uma pesquisa baseada no método histórico dialético, haja vista que o objeto de estudo aqui abordado é condicionado por uma sociedade demarcada pelo modo de produção capitalista, o qual engendra contradições inerentes ao contexto de vida dos sujeitos que refletem em toda sua totalidade e os separa mediante classes sociais e desiguais. Diante disso, utilizaremos como instrumento para coleta dos dados questionário semi estruturado que tem como finalizar mapear os principais aspectos acerca das condições de trabalho dos/as trabalhadores/as que atuam na Assistência Social no interior do Rio Grande do Norte/RN. O tempo médio para realização da entrevista é de 20 a 30 minutos.

Na referida etapa da coleta de dados, no intuito de prezar a fidelidade das informações prestadas durante a realização das entrevistas, pretende-se que seja utilizado o uso de gravador, desde que haja consentimento explícito dos/a entrevistados/a, que será formalizado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos, como por exemplo: o/a entrevistado/a sentir-se constrangido/a ao responder perguntas que tratem do seu cotidiano de trabalho, ou pelo tipo de vínculo; a fragilidade na privacidade da coleta dos dados; a confiabilidade na relação pesquisadora/entrevistado/a. Assim, no intuito de buscar minimizar os riscos e desconfortos na realização da pesquisa, será atentado: buscar atender a escolha do/a entrevistado/a em relação ao lugar da coleta dos dados – principalmente em se tratando da entrevista presencial -;

deixar o/a entrevistado/a livre para responder e falar somente sobre o que lhe for confortável ao seu tipo de vínculo e função, sem exigir que responda ao que consta no roteiro/questionário, como ainda, parar a entrevista em qualquer momento, sendo discutido o que não lhe for confortável no processo.

É válido destacar ainda que a pesquisa segue os preceitos da Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018). Assim reforça-se a importância do sigilo, guarda e consentimento utilização dos dados sob pena de possíveis responsabilizações de dados extraviados ou utilizados indevidamente, bem como aqueles coletados sem a anuência e/ou ciência da sua utilização, ou utilizados para fins diversos daqueles consentidos.

Como benefícios da pesquisa você temos o entendimento da oportunidade do despertar crítico quanto o universo de trabalho, podendo apreender, a partir das reflexões geradas no diálogo da coleta de dados, aspectos que permeiam a (possível) existência da precarização das condições de trabalho nos vínculos que esses/as trabalhadores/as entrevistados/as atuam.

Em caso de complicações ou danos à saúde que você possa ter relacionado com a pesquisa, compete a pesquisadora responsável garantir o direito à assistência integral e gratuita, que será prestada através do custeio de qualquer intercorrência que o/a entrevistado/a possa sentir mediante consequências da pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Priscilla Brandão de Medeiros, residente à Rua: Renato Dantas, nº 831, apartamento H, centro de Caicó/RN; e-mail: pbm0_4@hotmail.com; Cel: 84 9.9622-1691.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Alguns gastos pela sua participação nessa pesquisa, eles serão assumidos pelo pesquisador e reembolsado para você.

Se você sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você será indenizado.

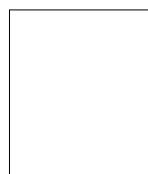
Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/HUOL - Av. Nilo Peçanha,620, 1º Andar do Prédio Administrativo - Espaço João Machado, Petrópolis, Natal/RN - Telefone (84) 3342-5003 - E-mail: cep_huol@yahoo.com.br, horário de funcionamento é de 07h30 às 12h30 e das 13h30 às 15h00;

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável - Priscilla Brandão de Medeiros.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa (Precarização do trabalho em tempos de neoliberalismo: a realidade de trabalhadores/as da Assistência Social no interior do Rio Grande do Norte/RN), e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas **desde que nenhum dado possa me identificar.**

Assinatura do participante da pesquisa



Impre
ssão
datiloscópica do

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Precarização do trabalho em tempos de neoliberalismo: a realidade de trabalhadores/as da Assistência Social no interior do Rio Grande do Norte/RN, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal/RN, ____/____/____.

Priscilla Brandão de Medeiros

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO *GOOGLE FORMS*

1. Formação Profissional:

Assistente Social Psicólogo/a Pedagogo/a Advogado/a

2. Tipo de vínculo:

Estatutário Celetista Comissionado

3. Gênero:

Feminino Masculino Pessoa não binário outro: _____

4. Raça/Etnia:

negro/a pardo/a quilombola indígena branco/a

5. Idade:

Entre 18 e 25 26 e 35 36 e 45 46 e 55 56 ou mais

6. Escolaridade:

Graduação Especialista Mestre/a Doutor/a

7. Estado civil:

Solteiro/a Casado/a, mora com companheiro/a Separado/a

divorciado/a União estável Viúvo/a

8. Você tem filhos/as e/ou enteados?

Sim Não (Se a resposta for não, pule para a questão 11)

9. A quantidade de filhos e/ou enteados que tenho, de acordo com a idade, é:

1 a 3 4 a 6 Mais de 6

De 0 a 12 anos

De 13 a 18 anos

Maiores de 18 anos

10. Quem se responsabiliza com os cuidados com os/as filhos/as e/ou enteados/as?

Eu que faço tudo sozinha Meu/minha companheiro/a divide os cuidados comigo

As avós, tias, irmãs mais velhas, madrinhas Terceiro o cuidado (babá)

11. Qual o tipo de moradia?

casa/apartamento alugado casa/apartamento próprio casa/apartamento cedido

casa/apartamento coabitado casa/apartamento dos meus pais

12. Qual seu rendimento diário e mensal?

Menos de 1SM 1SM 2SM 3SM Mais de 4SM

13. Você contribui para o orçamento de seu grupo familiar ou seus rendimentos são somente para você?

Contribuo Não contribuo, pois os rendimentos são para meus gastos/despesas

Caso contribua, qual é a porcentagem?

Menos de 1SM 1SM 2SM 3SM Mais de 4SM

14. Quem se responsabiliza pelas atividades domésticas:

Eu que faço tudo sozinha Meu/minha companheiro/a divide comigo Minha mãe e/ou tias Pago uma diarista Pago uma trabalhadora doméstica Eu divido com as pessoas que residem comigo (amigas, filhos/as)

15. Caso seja você quem realize ou divida as atividades domésticas, quanto tempo você gasta para executá-las DIARIAMENTE: Menos de 1h 1 a 3h 4 a 6h 7h ou mais

DADOS PROFISSIONAIS

16. Há quanto tempo você trabalha na política de Assistência Social:

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos Mais de 10 anos

17. Há quanto tempo que atua na Assistência Social do município em questão:

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos Mais de 10 anos

18. O seu vínculo é: Estatutário Celetista Comissionado

19. Goza dos direitos trabalhistas (férias, terço de férias, 13º, por exemplo) ⁷⁵:

1 2 3 4 5

20. Goza dos direitos previdenciários:

1 2 3 4 5

21. Exerce outra(s) atividade(s) de trabalho remunerado:

SIM NÃO Eventualmente

Para as respostas de SIM e EVENTUALMENTE:

21.1. Função: _____

21.2. Horas de trabalho semanal: Menos de 20h 20h 30h 40h

21.3. Salário: Menos de 1SM 1SM 2SM 3SM Mais de 4SM

21.4. Esse outro vínculo/atividade é: Vínculo Estatutário Vínculo Formal CLT Vínculo Informal Autônomo/a

21.5: Se for vínculo estatutário ou formal, qual o setor/política pública que você atua:

Saúde Assistência Social Previdência Social Educação Comércio Serviço() ONG's Outro: _____

22. Você reside na mesma cidade que trabalha ou precisa se deslocar:

Moro onde trabalho Preciso viajar para a cidade que trabalho diariamente Trabalho na minha cidade e em outra vizinha, por isso também me desloco

23. Você vai para o trabalho usando qual transporte:

Bicicleta Moto Carro próprio Ônibus Van Vou caminhando

24. Quanto tempo você gasta para se deslocar da sua casa para seu trabalho:

Menos de 1h 1 a 3h 4 a 6h Mais de 6h

⁷⁵ Indique o seu grau de satisfação a partir da identificação em que 1 corresponde ao mínimo de satisfação e 5 corresponde ao máximo.

25. Sempre atuou como profissional da área correspondente a sua formação (após concluída a graduação): () SIM () NÃO
26. Caso já tenha atuado em outra função, qual foi? _____
27. Quantas horas você trabalha por dia no vínculo que atua? () 4h () 6h () 8h
28. Qual o seu turno de trabalho? () Turno matutino () Turno vespertino () Noturno () Turnos mistos (matutino, vespertino e/ou noturno)
29. Quando excede sua carga horária, como é recompensado:
() Recebo horas extras () Tiro folga das horas correspondente () Não há recompensa pelo trabalho excedente realizado
30. Participa de alguma entidade organizativa da profissão? () SIM () NÃO
Se sim, qual? _____
31. Participa de alguma organização ligada aos/as Trabalhadores/as do SUAS?
() SIM () NÃO
Se sim, qual? _____
32. É vinculada a algum movimento social? () SIM () NÃO
Se sim, qual? _____
33. Sente realizada profissionalmente:
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
34. Considera-se satisfeita/o em atuar na Assistência Social:
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
35. Como você considera a relação com a gestão da pasta da Assistência Social?
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
36. Considera ter autonomia na realização do seu processo de trabalho?
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
37. Em relação as condições éticas, considera que são atendidas no seu espaço de atuação profissional, mediante o aparato ético – normativo na sua categoria:
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
38. É ofertado capacitações para os/a trabalhadores/as do SUAS no município que você atua?
() SIM () NÃO. Caso a resposta seja SIM, qual a periodicidade:
() Mensalmente () Bimestralmente () Trimestralmente () Semestralmente
() Anualmente
39. As capacitações são ofertadas: () PRESENCIAL () REMOTA () HÍBRIDA
40. Quem, geralmente, custeia as capacitações (pode marcar mais de 1 opção):
() A gestão da Assistência Social através do recurso público
() O sindicato () O Ministério da Cidadania () O/a próprio/a trabalhador/a do SUAS
() Outro meio: _____

41. Durante a pandemia participou de alguma capacitação:

1 2 3 4 5

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

DADOS SOBRE TRABALHO:

1. Em qual unidade de atendimento está lotado?

- () Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
 () Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
 () Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua
 () Vigilância Socioassistencial
 () Gestão do Trabalho
 () Gestão
 () Outra: _____

2. Há quantos anos você trabalha nesta instituição?

- () Menos de 1 ano () De 1 a 2 anos () De 2 a 4 anos () De 4 a 6 anos ()
 De 6 a 10 anos () Mais de 10 anos

3. Possui outra atividade laboral além do trabalho nesta instituição? () Sim () Não

Se sim, qual: _____

- () SIM () NÃO () Parcialmente

Justifique: _____

4. Qual sua avaliação sobre seu cotidiano de trabalho?

5. Quais suas considerações acerca das suas condições de trabalho (a disponibilidade de recursos materiais é adequada para o desempenho das atividades laborais incluindo o atendimento aos usuários do SUAS no que dizem respeito a: equipamentos tecnológicos (computador, datashow), ventilação, iluminação, materiais de uso contínuo (incluindo de higiene, canetas, toner e limpeza) e etc)?

6. Você já participou de alguma reunião, evento, ação ou outro tipo de organização para discutir as condições de trabalho na unidade onde trabalha ou mesmo na Secretaria?

7. Como avalia a relação Demanda x Recursos Humanos no seu ambiente de trabalho? Atende as prerrogativas da NOB RH SUAS?

8. Faz uso de aplicativos de mensagens (whatsapp) no seu cotidiano de trabalho?

9. Costuma levar demanda do trabalho para casa? Ou é solicitada/o quando se encontra no horário de descanso?

10. Costuma desempenhar alguma função/atividade que não seja atribuição do seu cargo? Se sim, como lida com isso?

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

11. () Estatutário () Seletista () Comissionado/a

12. Goza de direitos trabalhistas/ previdenciários? Justifique.

13. Em caso de ser estatutário, é contemplado/a por PCCS? Justifique.

14. Qual seu salário no vínculo que exerce ligado a Assistência Social:

- () Menos de 1SM () 1 a 3 SM () 4 a 6 SM () Mais de 6 SM

15. Como você avalia a remuneração no âmbito do trabalho no SUAS?

16. Qual sua jornada de trabalho semanal na instituição?

- () 20h () 30h () 40h () Mais de 40h

17. Quando realiza trabalho extra, como é compensado (hora extra, folga)?
18. Há reconhecimento pelo trabalho que você executa?

SOBRE SAÚDE

19. Você já desencadeou algum processo de adoecimento advindo deste trabalho?
20. Caso tenha desencadeado, quais circunstâncias isso afetou o desempenho de suas atribuições?
21. Já sofreu alguma represália ou assédio por apresentar suas inquietações com pessoas de cargos hierarquizados?
22. Já precisou solicitar auxílio especializado para tratamento de saúde por consequência do processo de trabalho
23. Já fez ou faz uso de alguma medicação para tratar/aliviar alguma sequela proveniente do processo de trabalho?

ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DO SUAS:

24. Como se dá a organização política dos trabalhadores da Assistência Social no município que atua? E na região do Seridó do RN, há articulação?
25. Existem momentos de trocas de informações entre você e suas/seus colegas de trabalho? Como se dão estes momentos?
26. Em relação às especificidades da categoria profissional a qual você faz parte, considera que há envolvimento e pertencimento quanto a inserção no SUAS?
27. Você faz ou já fez parte de algum Conselho de Direito/Política como representante dos/as Trabalhadores/as do SUAS?
28. Existe alguma articulação de Fórum de Trabalhadores/as do SUAS no município que atua?
29. Já participou de alguma articulação grevista? Em caso de SIM ou NÃO Justificar.
30. Você considera que a diferenciação de vínculos contratuais de trabalho afeta a integração dos/a Trabalhadores/as do SUAS no seu espaço de trabalho e no município?

SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO

31. O que você considera como um dia bom de trabalho?
32. Como você se sente ao chegar em casa após um dia de trabalho?
33. Necessita viajar para ir à cidade que trabalha?
34. Qual meio de transporte/meio você utiliza para se deslocar para seu trabalho:
() Bicicleta () Moto () Carro próprio () Ônibus () Alternativo () Carona
() Caminhada
35. Caso utilize algum transporte que implique em gastos, esse gasto afeta seu orçamento?
36. Pra você, o que é um trabalho precarizado?
37. Quais as principais dificuldades e desafios que você sentiu (sente) atuando como trabalhador/a do SUAS?
38. Você se identifica com o trabalho do SUAS?

SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUTIVO:

39. Você tem filhos/as e/ou enteados? Sim () Não ()

40. Quem se responsabiliza com os cuidados com os/as filhos/as e/ou enteados/as?

() Eu que faço tudo sozinha () Meu/minha companheiro/a divide os cuidados comigo ()
As avós, tias, irmãs mais velhas, madrinhas () Terceiro o cuidado (babá)

41. Com quem você mora? () Moro sozinho/a () Moro com meu/minha companheiro/a ()
Moro com meus/minhas filhos/as () Moro com meu/minha companheiro/a e meus/a filhos/as
() Moro com meu/minha companheiro/a, meus/a filhos/as e meus pais () Moro com outros
familiares () Moro com amigos/as

42. A renda que você recebe advinda do trabalho que realiza no seu vínculo no SUAS é importante para o orçamento doméstico?

43. Quem realiza as atividades domésticas:

() Eu que faço tudo sozinha () Meu/minha companheiro/a divide comigo () Minha mãe
e/ou tias () Pago uma diarista () Pago uma trabalhadora doméstica () Eu divido com as
pessoas que residem comigo (amigas, filhos/as)

44. Caso seja você quem realize ou divida as atividades domésticas, quanto tempo você gasta para executá-las DIARIAMENTE:

() 1 a 3h () 4 a 6h () 7h ou mais

45. Considera que a realização do trabalho reprodutivo/doméstico reflete na possibilidade de existir sobrecarga de trabalho?

46. Considera que quem realiza atribuições reprodutivas/domésticas vivencia um contexto de vida mais precarizado?

47. Considera que quem realiza as atribuições reprodutivas/domésticas tem menos tempo de descanso?

SOBRE O CONHECIMENTO DAS NORMATIVAS DO SUAS:

48. Conhece o conjunto de normativas e legislações que orientam a política de Assistência Social e o trabalho no SUAS?

49. No seu cotidiano de trabalho, há possibilidade de utilizar parte da carga horária para leitura e atualização desse conjunto de normativas e legislações?

50. Existe uma política de formação/capacitação continuada permanente?

SOBRE AS RELAÇÕES HIERARQUICAS E INTERDISCIPLINARES NO COTIDIANO DE TRABALHO:

51. Considera ter autonomia para realização do seu trabalho profissional?

52. Como avalia sua relação com os/as demais colegas de trabalho (da própria categoria e das demais)?

SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO CONTEXTO ATUAL:

53. Considera que a Assistência Social está sendo afetada no contexto dos últimos anos (2016 – 2022)?

54. Como tem se dado o processo de trabalho no contexto pandêmico - Covid 19 – (Quais os reflexos na relação: demanda x oferta; acesso a EPI; se havia respeito as orientações da OMS quanto ao distanciamento social)?
55. Como considera a realidade dos/as trabalhadores/as do SUAS após o cenário de pandemia?
56. Você sente medo de perder o cargo/vínculo que ocupa?